



RELATÓRIO
de Gestão 2021
2023

RELATÓRIO
de Gestão $\frac{2021}{2023}$

Índice

DESEMBARGADORES E DESEMBARGADORAS	8
APRESENTAÇÃO Transformação digital: legado ao presente e ao futuro do Poder Judiciário do Pará.....	10
PLANEJAMENTO & GESTÃO	
ICELE 100% Poder Judiciário dá salto para o futuro com transformação digital	20
ORÇAMENTO E FINANÇAS TJPA incrementa receitas próprias e melhora a gestão dos investimentos	24
NO PARÁ Transparência foi prioridade do Judiciário no biênio 2021-2023	30
GERENCIAMENTO Sead automatiza fluxo de trabalho no Sistema Siga	60
PRECATÓRIOS Processo Judicial Eletrônico ampliou o acesso aos autos	73
GOVERNANÇA Auditorias ajudam a melhorar gestão e processos de trabalho	74
SISTEMAS INFORMATIZADOS Secretaria moderniza gestão de pessoas	76
TECNOLOGIA	
VIDEOCONFERÊNCIA Balcão Virtual é o novo canal digital de acesso ao Judiciário	88

INSTITUCIONAL

INOVAÇÃO Pai D'égua busca soluções a partir da demanda pública	132
UM NOVO OLHAR Judiciário combate assédio com escuta e acolhimento	134
PARTICIPAÇÃO FEMININA Força de trabalho no Judiciário é majoritariamente feminina	138
MULHERES Cevid coordena o combate à violência doméstica e familiar	143
EDUCAÇÃO EJPA formou mais de 3,3 mil pessoas do Poder Judiciário	148
COMEÇAR DE NOVO Digitalização no Judiciário cria chances a apenados e apenadas	153
PREVENÇÃO GMF fiscaliza e combate tortura no sistema penal	154
CEIJ Judiciário garante direitos a crianças e adolescentes	158
CONSOLIDAÇÃO Justiça Restaurativa se efetiva como política pública no Pará	166
RECURSOS ESPECIAIS Vice-presidência consolida o sistema de precedentes	168
AÇÕES COLETIVAS Projetos estimulam uso de precedentes obrigatórios	170

TRAMITAÇÃO	
Secretaria Judiciária movimentou 34,9 mil processos e pautou 800	173
PRIMEIRO GRAU	
Comitê envia sugestões para a Lei Orçamentária	176
SEGUNDO GRAU	
Trabalho é identificar demandas para o exercício de 2023	177
SEGURANÇA	
Comissão aprovou quatro projetos durante o biênio	178
COORDENADORIA MILITAR	
Judiciário garante segurança armada a todas as comarcas	179
SUSTENTABILIDADE	
Judiciário do Pará investe na melhoria do seu IDS	182
NATJUS	
Comitê coordena as ações para enfrentar a judicialização da saúde	186
COLABORAÇÃO	
Cooperação técnica une tribunais da região Norte	191
CANAL COM A SOCIEDADE	
Ouvidoria da Mulher é um dos avanços da gestão	195
JUSTIÇA NO CAMPO	
Ouvidoria Agrária trabalha para fixar o trabalhador rural na terra	196
MÍDIA	
Judiciário veiculou mais de 7,6 mil produtos de comunicação no biênio	198

INFRAESTRUTURA

INFRAESTRUTURA	
Judiciário investiu mais de R\$ 44 milhões em obras	210

SERVIÇO E BOAS PRÁTICAS

JUIZADOS ESPECIAIS	
TJPA fortalece itinerância para melhorar a eficiência	242

JURISPRUDÊNCIA	
TJPA dispõe do 1º banco automatizado de julgados	246

DIREITOS FUNDAMENTAIS	
Casa de Justiça aproxima Judiciário da comunidade	249

ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA	
Pleno aprovou 54 projetos avaliados pela comissão	250

NPAI	
Judiciário amplia medidas de inclusão e acessibilidade	252

CONCILIAÇÃO	
Judiciário debateu autocomposição na pandemia e superendividamento	254

SOLIDARIEDADE	
Comitê de ação social promove cidadania em Santana do Aurá	259

MINHA ESCOLA, MEU REFÚGIO	
Projeto amplia o alcance das ações no interior e na capital	260

PUBLICAÇÕES	
Revista eletrônica publica as súmulas e julgados do TJPA	267

Desembargadores e Desembargadoras



Des.ª. Célia Regina de Lima Pinheiro
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO



Des. Ronaldo Marques Valle*
VICE-PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO



Des.ª. Rosilde Maria da Costa Cunha
CORREGEDORA GERAL DE JUSTIÇA



Des. Rômulo José Ferreira Nunes



Des.ª. Luzia Nadja Guimarães Nascimento



Des.ª. Vania Valente do Couto Fortes Bitar Cunha



Des.ª. Vânia Lúcia Carvalho da Silveira



Des. Constantino Augusto Guerreiro



Des.ª. Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos



Des. Ricardo Ferreira Nunes



Des. Leonardo de Noronha Tavares



Des.ª. Maria de Nazaré Saavedra Guimarães



Des. Leonam Gondim da Cruz Júnior



Des.ª. Gleide Pereira de Moura



Des. José Maria Teixeira do Rosário



Des.ª. Maria do Céu Maciel Coutinho



Des.ª. Maria Edwiges de Miranda Lobato



Des. Roberto Gonçalves de Moura



Des.ª. Maria Filomena de Almeida Buarque



Des. Luiz Gonzaga da Costa Neto



Des. Mairton Marques Carneiro



Des.ª. Ezilda Pastana Mutran



Des.ª. Maria Elvina Gemaque Taveira



Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior



Des.ª. Rosi Maria Gomes de Farias



Des.ª. Eva do Amaral Coelho



Des.ª. Kédima Pacífico Lyra



Des. Amílcar Roberto Bezerra Guimarães



Des.ª. Margui Gaspar Bittencourt



Des. Pedro Pinheiro Sotero

* Aposentou-se conforme Portaria nº 4.665/2022-GP, de 7 de dezembro de 2022, publicada no Diário da Justiça, Edição nº 7507/2022 - Segunda-feira, 12 de Dezembro de 2022.

Apresentação

Transformação digital: legado ao presente e ao futuro do Poder Judiciário do Pará

A transformação digital é, certamente, o grande legado desta gestão. Afirmo isso não apenas por mero orgulho pessoal, mas sobretudo porque acompanho há décadas, de forma participativa, o esforço coletivo do trabalho em equipe e o empenho de cada um, de cada uma e de todos e todas no trabalho que produz resultados como este, com impactos no presente e no futuro e, numa perspectiva histórica, também no passado deste Poder Judiciário.

Quando migrei o último processo físico para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), em 28 de setembro de 2022, e atingimos 100% no Índice de Casos Eletrônicos (ICELE), ninguém imaginava que isso seria possível apenas 19 meses antes, quando tínhamos mais de 618 mil processos físicos pendentes de digitalização e virtualização e o ICELE estava em 45%.

Fizemos juntos o Robô Migrador 4.0, a INDIA (indexador distinguido com o 3º lugar no Prêmio de Inovação Judiciário Exponencial), investimos massivamente na modernização do nosso parque de microinformática, o que na prática significa notebooks modernos à disposição de quem está na linha de frente do atendimento ao público, missão institucional deste Poder. O grande movimento de mobilização em torno

da entrega deste produto explica o nosso êxito. Estamos todos e todas de parabéns por isso.

É óbvio que todo esse esforço coletivo só teve êxito porque fizemos o dever de casa, com incremento das receitas próprias, a partir do aperfeiçoamento do sistema de cobrança e recuperação de receitas do Fundo de Reparçamento do Judiciário (FRJ), e uma série de outras medidas que aprimoraram a fiscalização, facilitaram o pagamento de custas e outras despesas judiciais, com a possibilidade do uso de cartão de crédito, e aumentaram a arrecadação própria.

O terceiro ano consecutivo do Selo Prata no prêmio CNJ de Qualidade premia os avanços em produtividade deste Tribunal, a partir das ações nas áreas de Planejamento, Gestão e Estatística que melhoraram sensivelmente o nosso desempenho, hoje na média dos demais Tribunais de Justiça estaduais.

Uma outra conquista relevante no biênio é um feito inédito na história da premiação do Conselho Nacional de Justiça no Ranking da Transparência: a primeira colocação nacional, em 2021, entre todos os Tribunais e Conselhos do País, por atender com rigor às 83 exigências do CNJ.

Entregamos todas as 94 ações previstas no Plano de Gestão do biênio 2021-2023 e o Programa de Incentivo à Baixa Processual (PIB), com a distinção às



RICARDO LIMA

unidades com o selo de Alta Produtividade, tem sido fundamental para incrementar a posição do TJPA no cenário nacional no que se refere à eficiência da prestação jurisdicional.


A inovação é uma área em que avançamos a partir da constituição do Pai D'égua, o nosso laboratório para o debate aberto sobre soluções inovadoras aos problemas que dificultam a prestação jurisdicional célere e de qualidade.

Dentre as muitas ações das quais temos muito a nos orgulhar, uma particularmente me é gratíssima: o TJPA fecha o biênio com o cumprimento da Meta 8, no que se relaciona ao Femicídio, as ações do Tribunal do Júri, que cumprimos de forma inédita com o julgamento de 48 delas. E, no que se refere aos outros crimes relacionados à violência doméstica, a Meta 8 também foi integralmente cumprida com o julgamento de 14.548 casos de violência doméstica distribuídos até 31/12/2020.

Esses são apenas alguns pontos que destaque dentre as ações que marcaram este biênio, ainda muito afetado pelos efeitos nefastos da pandemia de covid-19, que nos forçou a remodelar nossas rotinas pessoais e profissionais para enfrentar os desafios daquilo que, até então, embora nos fosse desconhecido poderia ser fatal, como o foi e continua sendo.

Agradeço aqui a todos os meus colegas e minhas colegas magistrados e magistradas, dos quadros do desembargo e também juizes e juizas, pela colaboração fraterna. E também manifesto minha profunda gratidão aos servidores e servidoras pelo engajamento e pelo empenho no cumprimento das missões institucionais, sobretudo aquelas que se referem à nossa missão fundamental: prestar a jurisdição de forma célere e efetiva. Agradeço a Deus e me despeço da presidência do TJPA com as palavras de São Paulo: combati o bom combate, guardei a fé.

Des.ª. **Célia Regina de Lima Pinheiro**
PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ




A presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, foi eleita a **Liderança Exponencial**, categoria na qual era finalista no segmento "Justiça Estadual e Militar", do 6º Prêmio de Inovação Judiciário Exponencial, promovido pelo Congresso de Inovação, Tecnologia e Direito, que ocorreu em Brasília em outubro de 2022. A presidente do TJPA foi agraciada pelo trabalho desenvolvido à frente do Poder Judiciário do Pará, em especial acerca da digitalização completa de ações cíveis e criminais que tramitavam em meio físico no Estado do Pará e da modernização do parque tecnológico do Judiciário paraense.



Criada pela Secretaria de Informática do TJPA, a ferramenta intitulada **Índia - Inteligência Artificial de Indexação de Documentos Judiciais** ficou entre as três finalistas na categoria de projetos "**Inovação na Gestão**".

Na foto, o coordenador de Suporte Técnico, Arilson Galdino; a coordenadora de Aplicações, Marília Teles, e o secretário de Informática, Diego Leitão, receberam a premiação.



Idealizador do Judiciário Exponencial, Ademir Piccoli, entrega **placa de Liderança Exponencial 2022** à Des. Célia Pinheiro, que foi agraciada pelo trabalho desenvolvido à frente do Poder Judiciário do Estado do Pará.



Encontro do Colégio de Coordenadores de violência doméstica e familiar no TIPA

RICARDO LIMA



Abertura oficial do XIV Fonavid em Belém

ÉRIKA MIRANDA



Museu Criança e Justiça na Escola foram premiados por inovação em gestão pública

DIVULGAÇÃO



Laboratório Pai D'égua e Escola Judicial promovem Formação em Inovação

ÉRIKA MIRANDA



O Plano de Gestão 2021-2023 apresentou as ações do biênio e garantiu o alinhamento da atuação dos gestores(as), magistrados(as) e servidores(as) para atender os objetivos estratégicos institucionais.



Juiz André Gomes, coordenador-geral do sistema de digitalização; Des. Célia Pinheiro, presidente do TJPA; e Patrícia Casseb, coordenadora técnica do sistema de digitalização



Desa. Presidente Célia Pinheiro; chefe de Gabinete da Presidência, Bruna Chaves, Secretários e Secretárias.



Equipe do Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística com a Des. Célia Pinheiro



Desa. Célia Pinheiro com gestores e gestoras das Centrais de Digitalização

Poder Judiciário dá salto para o futuro com transformação digital

Objetivo estratégico da gestão do biênio 2021-2023 foi alcançado a partir de uma série de ações voltadas à meta

A transformação digital intensificou e aumentou o número de processos que tramitam no Sistema de Processo Judicial Eletrônico – PJe, seja por meio de casos novos eletrônicos ou casos pendentes físicos em tramitação digitalizados e virtualizados.

O Poder Judiciário do Pará alcançou o Índice de Casos Eletrônicos – ICELE – de 100% em 28/09/2022, quando o último processo físico foi migrado pela presidente do Poder Judiciário do Pará para o sistema Processo Judicial Eletrônico (Pje), atingindo o ICELE de 100%.

Em 01/02/2021, 19 meses antes dessa conquista, o Poder Judiciário tinha 618.039 (seiscentos e dezoito mil e trinta e nove) processos físicos pendentes de digitalização e virtualização ao sistema PJe. O ICELE era em torno de 45%. Dessa data até 30/12/2021, o TJPA já havia digitalizado e migrado 295.962 (duzentos e noventa e cinco mil, novecentos e sessenta e dois) processos, com ICELE, então, de 74,48%.

As seguintes ações estratégicas foram adotadas para se chegar a este resultado:

- O Sistema de Digitalização e Virtualização de Processos foi ampliado com a autorização às unidades judiciárias a virtualizarem seus casos pendentes físicos em tramitação, extensiva às parcerias público-privadas para viabilizar a digitalização de processos;

Servidores (as) das unidades judiciárias foram treinados (as) a elaborar plano de trabalho de digitalização e migração dos casos pendentes físicos ao sistema PJe

- Foi instalada a Central de Digitalização no Fórum Criminal;

- A Comunicação interna passou a motivar as unidades judiciárias a digitalizar e virtualizar seus processos físicos, com a produção de notícias, banners de orientação, comunicados, ofícios circulares, criação

de grupos de WhatsApp para solucionar dúvidas de migração;

- Servidores e servidoras das unidades judiciárias receberam treinamento para elaborar plano de trabalho de digitalização e migração dos casos pendentes físicos ao sistema PJe;

- Foi criado o “Digitômetro” - Painel de Acompanhamento da Digitalização de Processos Físicos, acessível ao público externo e interno, no Portal Externo do TJPA.

- O “Digitômetro” fez o monitoramento diário da digitalização e migração dos processos ao sistema PJe,

tanto pelas Centrais de Digitalização quanto pelas unidades judiciárias individualmente;

- Foi criado o Robô Migrador 4.0, ferramenta tecnológica desenvolvida pela Secretaria de Informática e implantada em 12/07/2021 em todas as Centrais

de Digitalização e nas unidades judiciárias do Pará. Ele alavancou o número de processos migrados, ao possibilitar a execução de quatro fases da etapa da migração dos arquivos digitais indexados (assinar, converter, particionar e migrar). Sua capacidade diária de aproximadamente 1,5 mil processos migrados,



TAYNA DE PINA

Desa. Presidente Célia Pinheiro com equipes de diversas áreas que atuaram no projeto de digitalização



Desa. Kédima Pacífico Lyra, coordenadora do Macrodesafio Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional do Plano de Gestão do biênio 2021-2023

AIRTON NASCIMENTO

podendo chegar a 5 mil, permitiu a migração de 246,7 mil processos, 39 vezes mais que os 6.255 processos migrados, no mesmo período do ano de 2020 – levantamento feito entre junho e dezembro de 2021;

- Foi implantada a política de remanejamento de processos para as Centrais de Digitalização, para acelerar a conclusão da digitalização e migração dos casos pendentes físicos ao sistema PJe no prazo estabelecido;

- Foram adquiridos scanners de pequeno porte para as unidades judiciárias que apresentavam ICELE abaixo de 50% e entre 50% e 75%, para acelerar a conclusão

da digitalização;

- Foram adquiridos três scanners de grande porte para ampliar a capacidade produtiva das Centrais de Digitalização na Região Metropolitana de Belém (RMB);

- Foi criado o Indexador de Documentos Judiciais com Inteligência Artificial - INDIA, ferramenta tecnológica desenvolvida pela Secretaria de Informática e implantada em 02/07/2022 em todas as Centrais de Digitalização e nas unidades judiciárias do Pará. Em sinergia com o Robô Migrador, a ferramenta aprimorou o Sistema de Digitalização e Virtualização de Processos do Judiciário paraense ao indexar os arquivos

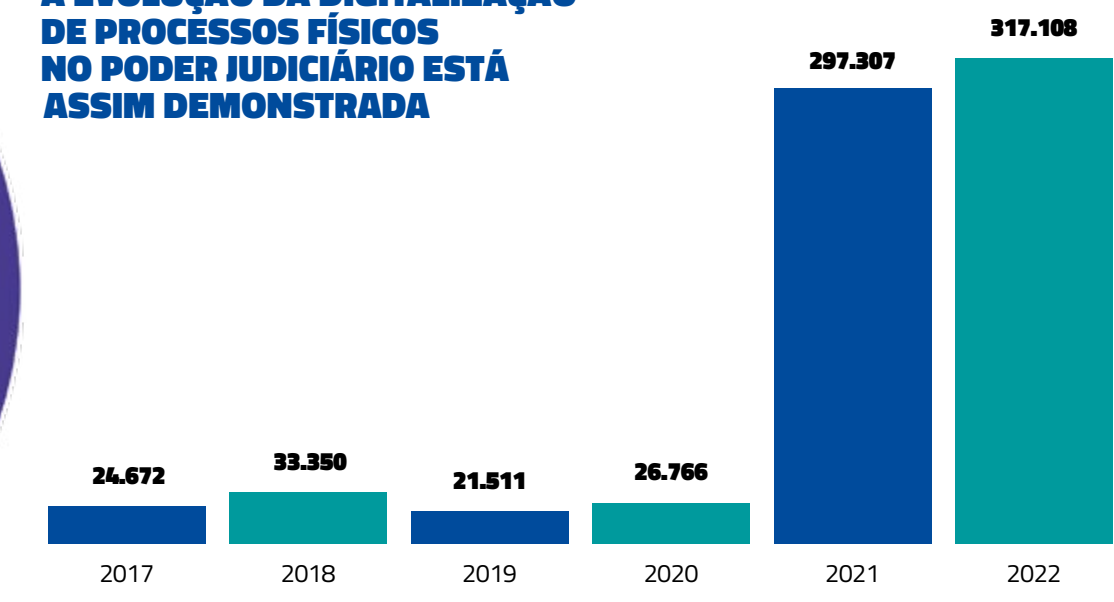
digitais cíveis e criminais;

- Foram firmadas 45 parcerias por meio de convênios interinstitucionais, com municípios e subseções da Ordem dos Advogados do Brasil – secção Pará (OAB-PA), para cessão de servidores e/ou fornecimento de equipamentos para conclusão da digitalização dos processos físicos, objetivo estratégico do Plano de Gestão do biênio 2021-2023;

- O TJPA conferiu 358 certificações de “Unidade 100% PJe”, cujas unidades judiciárias premiadas estão no Painel DIGITÔMETRO.



A EVOLUÇÃO DA DIGITALIZAÇÃO DE PROCESSOS FÍSICOS NO PODER JUDICIÁRIO ESTÁ ASSIM DEMONSTRADA



Robô Migrador foi desenvolvido pela equipe da Secretaria de Informática



Processos físicos



Robô migrador



Processos eletrônicos

TJPA incrementa receitas próprias e melhora a gestão dos investimentos

Uma das medidas foi o aperfeiçoamento do sistema de cobrança e recuperação de receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRI)

A Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças (Seplan) recuperou R\$ 150 milhões em depósitos judiciais, custodiados pelo Banco do Brasil, e os transferiu para a Conta Única de Depósitos Judiciais, rentabilizando-os em aplicações financeiras (spread). Negociou também com o Banpará o incremento da rentabilidade das aplicações financeiras de recursos próprios e de depósitos judiciais.

FUNDO DE REGISTRO CIVIL (FRC)

A atualização dos valores de renda mínima e a atualização e inclusão de ressarcimentos de atos gratuitos do Fundo de Apoio ao Registro Civil fortaleceram o combate ao sub-registro de nascimentos e óbitos, ampliaram a abrangência de ressarcimentos de atos gratuitos (2ª via de Certidão de Casamento) e ampliaram e adequaram a renda mínima à realidade financeira dos Registros Cíveis de Pessoas Naturais, para viabilizar as atividades destas serventias.

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COBRANÇA DE CRÉDITOS EXTRAJUDICIAIS (PAC)

Foram criados mecanismos de cobrança e recuperação de receitas do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRI) e do Fundo de Apoio ao Registro Civil

Pagamento com cartões garante comodidade ao jurisdicionado e amplia as possibilidades de saldar débitos com o Judiciário

(FRC) e adotadas medidas repressivas de combate à inadimplência. Além disso, fomentou-se a arrecadação de receitas próprias do Poder Judiciário e integraram-se os sistemas de Protesto e de Dívida Ativa.

CÓDIGO DE NORMAS DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS

As normas e regras sobre a fiscalização das serventias extrajudiciais foram atualizadas e adequadas à realidade tecnológica, para torná-las mais céleres e eficazes e melhorar o gerenciamento dos créditos do Poder Judiciário, relacionados ao FRI e ao FRC.

PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO DAS SERVENTIAS

A reorganização reduziu o excesso de serventias extrajudiciais vagas e escritórios de Registro Civil de Pessoas Naturais economicamente inviáveis para adequar a estrutura às disposições legais e normativas em vigor, com impactos positivos na qualidade e eficiência ao cidadão e ao Estado na prestação do serviço. A medida é essencial à realização de concurso público.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Foi feita a recomposição do poder de compra de magistrados(as) e servidores(as), em virtude do processo inflacionário nacional e regional, visando a assegurar a finalidade da verba. Respeitada a capacidade e disponibilidade orçamentária e financeira de cada exercício e os normativos legais de referência, o auxílio-alimentação foi periodicamente atualizado, passando ao valor de R\$ 2,5 mil a partir de janeiro/2023, ante R\$ 1,2 mil até janeiro/2021.

DIÁRIAS

Concessão de valor condizente com os custos extraordinários de alimentação, hospedagem e locomoção urbana a magistrados(as) e servidores(as) em



FREEPIK

O pagamento de custas judiciais pode ser feito com o uso de cartão de crédito

eventual deslocamento, a serviço ou no interesse do TJPA em caráter transitório.

PAGAMENTO POR MEIO ELETRÔNICO, SEM ÔNUS AO TJPA

A solução garante comodidade ao jurisdicio-

REVISÃO DE CÁLCULOS E COBRANÇAS DE CUSTAS JUDICIAIS

A emissão de boletos exclusivamente por meio da internet garante comodidade para o pagamento de custas judiciais, otimiza a rotina de trabalho dos servidores(as) das unidades de arrecadação e reduz os custos do serviço.

HONORÁRIOS PERICIAIS

Foi feita a adequação dos honorários periciais aos valores de mercado e estimulada a realização de perícias em processos anteriormente sem movimentação por falta de peritos ou peritas interessados e interessadas.

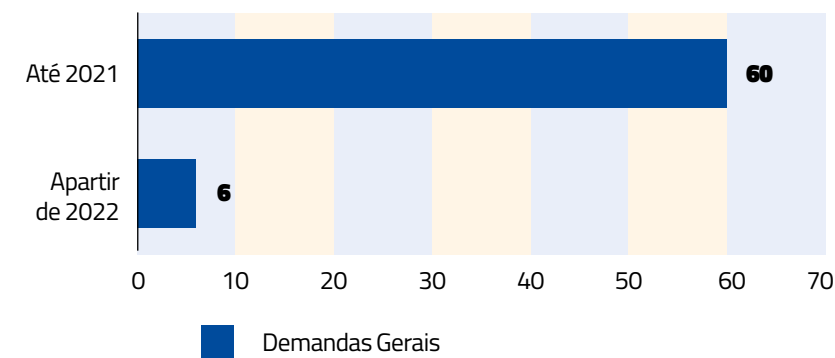
VIDEOCONFERÊNCIA

O sistema de videoconferência contemplou 158 unidades judiciárias, conforme o 1º termo aditivo do convênio Depen/TJPA. O sistema interligou as varas criminais do Estado, expandiu a base de unidades judiciárias com capacidade para fazer audiências de instrução por videoconferência e atualizou os equipamentos de videoconferência do Judiciário paraense.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

O incremento na arrecadação de receitas próprias do Fundo de Reaparelhamento do Judiciário foi acompanhado pela realocação e priorização do financiamento de despesas com receitas transferidas do Executivo, inclusive investimentos, a fim de evitar a formação de saldos financeiros, em função da EC 109/2021. Ante a saudável capacidade financeira do TJPA, foi antecipado o pagamento de passivos funcionais.

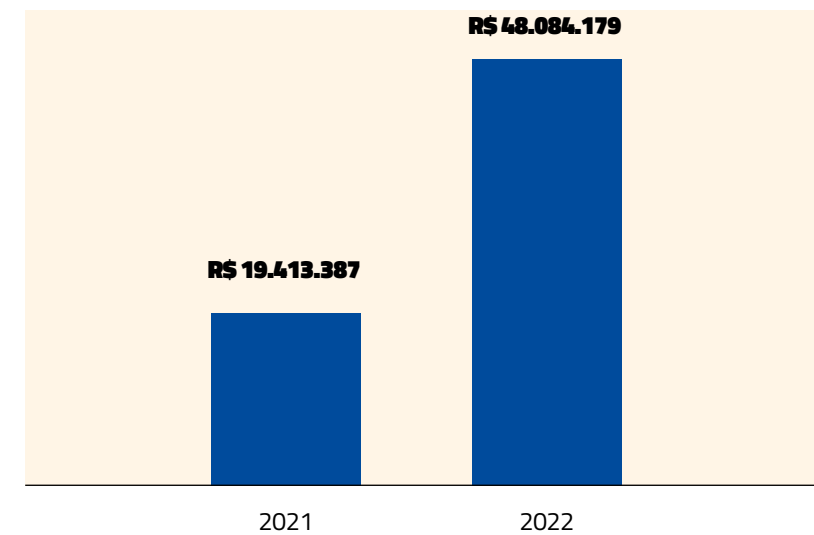
TEMPO MÉDIO DE PAGAMENTO DE PASSIVOS FUNCIONAIS (MESES)



FONTE: SEPLAN

Até 2021, a Lista de Passivos Funcionais tinha programação de pagamento prevista até 2027. A partir de 2022, esta programação tem previsão de encerramento no mesmo exercício.

MONTANTE DOS PASSIVOS FUNCIONAIS ANTECIPADOS – 2021 E 2022

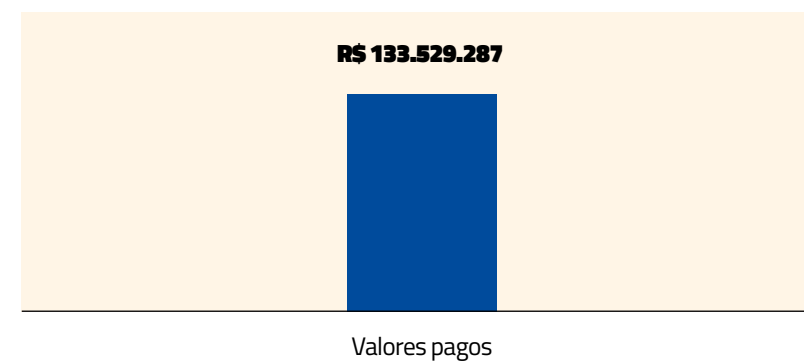


FONTE: SEPLAN

INDENIZAÇÃO DE FÉRIAS E CONVERSÃO DE PECÚNIA EM LICENÇA-PRÊMIO

Continuidade da força produtiva de magistrados(as) e servidores(as) em maior tempo possível em atividade, com a finalidade de, em conjunto com outras ações institucionais, alavancar a produtividade do Judiciário Paraense. A liquidação de passivos funcionais, observada a disponibilidade orçamentária e financeira, evita impactos futuros nos dispêndios financeiros do Judiciário paraense no momento de aposentadoria de sua força de trabalho. Foram 224 magistrados(as) e 3.793 servidores(as) alcançados pelos pagamentos realizados.

FÉRIAS INDENIZADAS E DE LICENÇAS-PRÊMIO CONVERTIDAS EM PECÚNIA – 2022



FONTE: SEPLAN

SELO DIGITAL

Sua implantação aprimorou a segurança dos atos praticados nas serventias extrajudiciais do Pará e, até dezembro de 2022, o percentual de selos digitais comercializados era de 99,89%, em relação ao total.

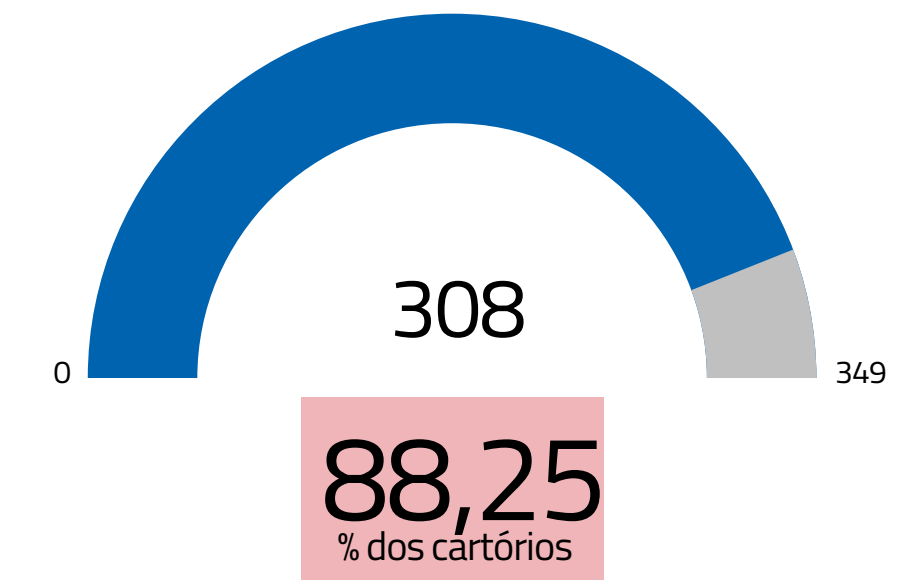
QUANTIDADE E PERCENTUAL DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS COM SELO DIGITAL – DEZEMBRO/2020



Percentual de Selos Digitais Comercializados: 42%
Percentual de Selos Físicos Comercializados: 58%

FONTE: SEPLAN

QUANTIDADE E PERCENTUAL DE SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS COM SELO DIGITAL – DEZEMBRO/2022

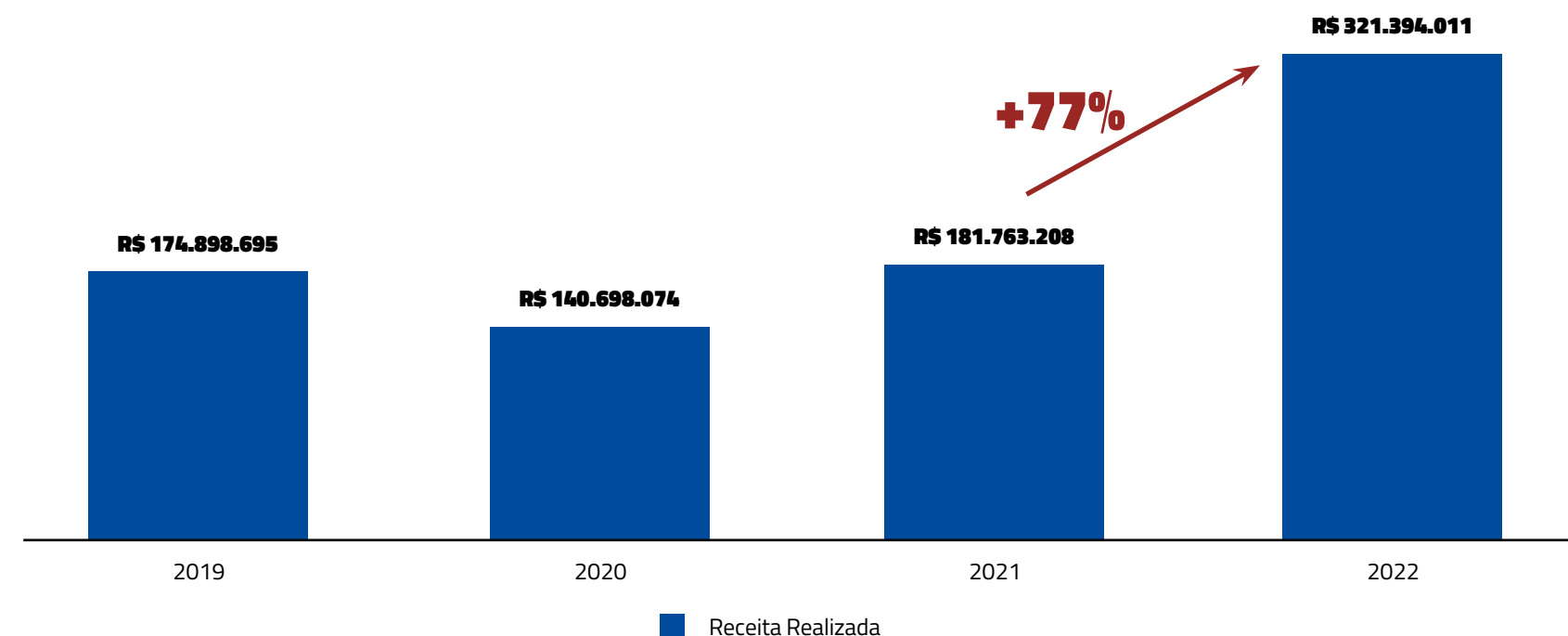


Percentual de Selos Digitais Comercializados: 99,89%
Percentual de Selos Físicos Comercializados: 0,11%

FONTE: SEPLAN

RESULTADOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS

RECEITA REALIZADA – FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO – 2019 A 2022



FONTE: SEPLAN

AUMENTO DE ARRECAÇÃO

Houve expressivo aumento das receitas que compõem o Fundo de Reaparelhamento do Judiciário (FRJ), especialmente em 2022, que superou o ano anterior em 77%, com um aumento de arrecadação de R\$ 140 milhões. Algumas iniciativas estratégicas e inovadoras impactaram diretamente a gestão das receitas próprias do PJPA e contribuíram significativamente com o incremento de arrecadação registrado, dentre as quais destacam-se:

1 Implantação de solução de pagamento por meio eletrônico (cartões de débito e crédito) de custas judiciais, ampliando as opções de parcelamento ao jurisdicionado (a) e antecipando o recebimento das receitas pelo TJPA.

2 Retomada das fiscalizações das serventias extrajudiciais.

3 Campanhas de recuperação de crédito, por meio do Programa Administrativo de Cobrança (PAC).

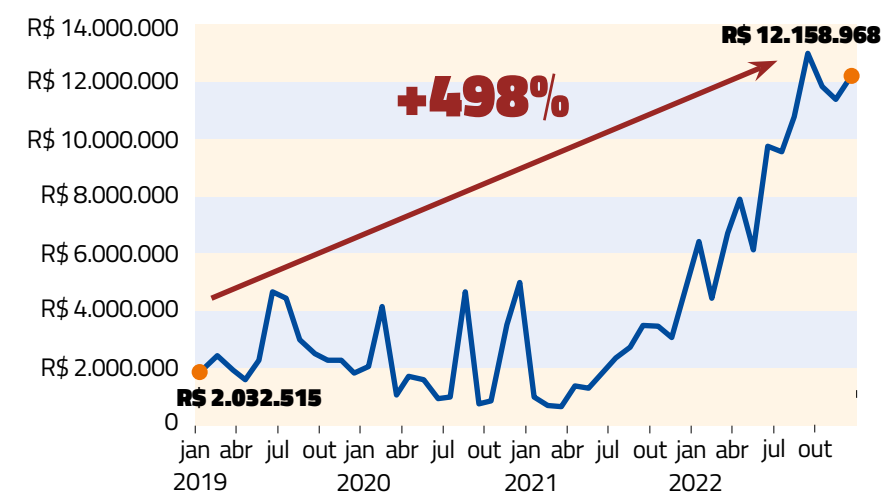
4 Aperfeiçoamento da gestão de investimentos do TJPA, elevando os parâmetros de rentabilidade das aplicações financeiras com recursos próprios e provenientes de depósitos judiciais, inclusive recuperando valores anteriormente dispersos no mercado.

5 Aceleração na implantação do Selo Digital, gerando maior segurança e adequada declaração dos atos praticados nas serventias extrajudiciais.

Receita Mensal de Aplicações Financeiras – Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - Janeiro/19 a Dezembro/22

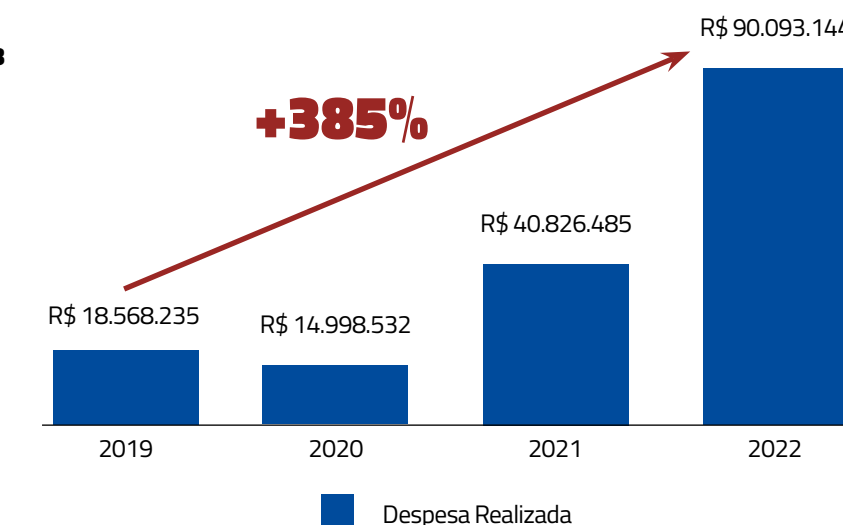
*Rendimentos de Aplicações Financeiras sobre Recursos Próprios e Depósitos Judiciais.

RECEITA MENSAL DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS – FUNDO DE REAPARELHAMENTO DO JUDICIÁRIO - JANEIRO/19 A DEZEMBRO/22

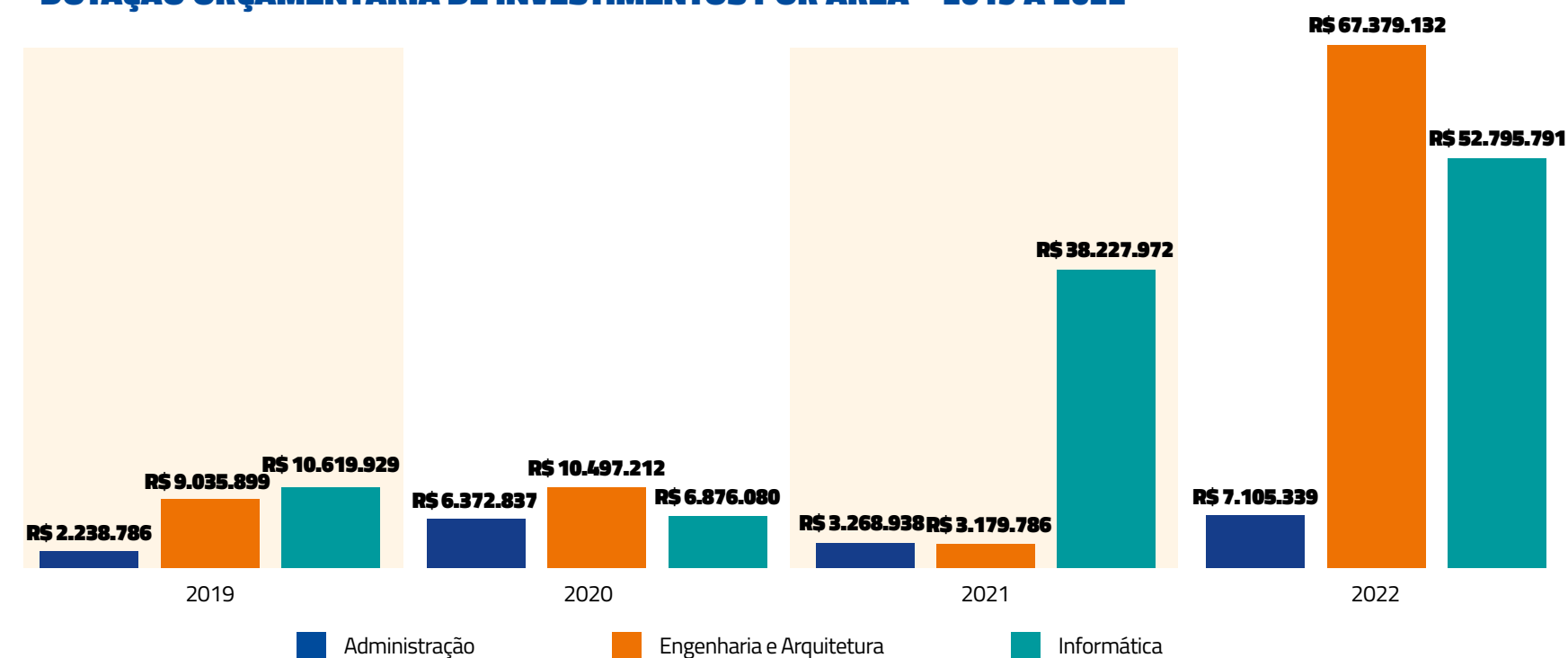


FONTE: SEPLAN

DESPESAS REALIZADAS COM INVESTIMENTOS E OBRAS – 2019 A 2022



DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE INVESTIMENTOS POR ÁREA – 2019 A 2022



FONTE: SEPLAN

Transparência foi prioridade do Judiciário no biênio 2021-2023

Processos de gestão do Portal da Transparência foram aprimorados com esforço do corpo funcional do Judiciário paraense

Em 2021, o Poder Judiciário do Pará alcançou o feito inédito na história da premiação do Ranking da Transparência do Poder Judiciário, sendo o único Tribunal, desde que o ranking foi instituído por meio da Resolução nº. 260/2018, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a alcançar 100% da pontuação, satisfazendo todos os itens de avaliação e logrando a primeira colocação nacional entre todos Tribunais e Conselhos do País.

O Ranking da Transparência tem como objetivo estimular os órgãos a disponibilizarem suas informações de forma mais clara e padronizada à sociedade e, assim, facilitar o acesso aos dados públicos.

Durante todo o biênio, para o aprimoramento do processo de gestão do Portal da Transparência, foi desenvolvido e executado plano de ação envolvendo diversos(as) agentes e setores do PJPA. Entre as ações planejadas para o fortalecimento do processo, estão:

- Curso de formação em Acessibilidade em Ambientes Virtuais, para representantes das áreas diretamente relacionadas à gestão do portal, tais como Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística, Secretaria de Informática, Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão, Departamento de Comunicação e Ouvidoria Judiciária. O curso desenvolveu habilidades de reconhecimento de conceitos, princípios, legislação, recomendações e normas da acessibilidade, além de aplicar tecnologias assistivas e avaliar automaticamente a acessibilidade na web. Nos dias 8, 9,

O TJPA conquistou, em 2021, um feito inédito na história da premiação: a primeira colocação nacional entre todos os tribunais e conselhos do País.

10 e 12 de agosto de 2022, via plataforma Teams.

- Ampla divulgação do Portal da Transparência e do Ranking da Transparência, tanto para o público interno, quanto para o externo, e promoção da valorização de todos e todas que contribuem para a transparência ativa do PJPA. Essas ações integram o Plano de comunicação elaborado em parceria com o Departamento de Comunicação.

- Manual com padrões mínimos para divulgar conteúdos no Portal da Transparência, orientações para elaborar textos de apresentação, explicação do conteúdo ao público leigo e elaboração de glossários para os do-

documentos técnicos. O Manual está disponível para consulta na aba "Atos Normativos/ Atos Administrativos", na página inicial do Portal do TJPA.

- Contratação de serviços de tradução/interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e de Audiodescrição em manifestações públicas do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), transmitidas ou não pela internet;

- Treinamento sobre tópicos relevantes da Lei de Acesso à Informação para 33 pessoas que trabalham na atividade-meio de manutenção do Portal; e

- Aprimoramento do mapeamento do processo de gestão da transparência, com mecanismos de controle de prazos das publicações por cada unidade envolvida, responsável pela gestão de seus respectivos conteúdos. Também foi disponibilizado no portal um questionário de avaliação do Portal da Transparência, em que o (a) usuário (a) poderá responder a questões relativas aos conteúdos publicados, atribuir uma nota à ferramenta e registrar comentários, entre os quais agradecimentos, dúvidas, críticas e sugestões para contribuir com o aprimoramento da transparência do Poder Judiciário paraense.

Em 2021, o TJPA foi o único Tribunal do País a alcançar nota máxima nos 83 itens avaliados



RAWPIXEL / FREEPIK



Prêmio CNJ de Qualidade

O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) obteve o Selo Prata no Prêmio CNJ de Qualidade pela terceira vez consecutiva em cerimônia de premiação, no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília/DF, no dia 22 de novembro, durante o 16º Encontro Nacional do Poder Judiciário (ENPJ), em 2022. A desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, presidente do TJPA, recebeu a distinção durante o evento.

O Prêmio CNJ de Qualidade substituiu, em 2019, o Selo Justiça em Números. A premiação distingue quatro eixos: governança; produtividade; transparência; e dados e tecnologia.

O TJPA melhorou gradativamente seu desempenho nos últimos três anos. Em 2020, cumpriu 56% dos requisitos; em 2021, 57,43%, e em 2022, 64, 07%, ficando em 14º lugar entre os tribunais estaduais.

"Avançamos em produtividade", celebrou Fabio Djan Lima,

diretor de Planejamento, Gestão e Estatística, ao destacar esse eixo entre as melhorias no desempenho do TJPA, hoje na média dos demais tribunais de Justiça estaduais.

No eixo Dados e Tecnologia, o PJPA saltou de 61% para 74% da pontuação possível, quesito com maior crescimento em comparação ao desempenho no ano de 2021. O eixo Governança também se manteve com índice elevado (79%), assim como o eixo Transparência (75%), demonstrando o bom desempenho em todos os eixos de avaliação, produto do trabalho desenvolvido ao longo dos últimos dois anos. Os altos investimentos feitos pela gestão em estruturação de dados e tecnologia, na digitalização dos processos físicos e o compromisso de magistrados, magistradas, servidores, servidoras, colaboradores e colaboradoras foi essencial para o alcance dos resultados da instituição, com destaque ao Judiciário paraense como referência de eficiência e de gestão.



Pelo terceiro ano consecutivo, TJPA conquistou o **Selo Prata** no Prêmio CNJ de Qualidade

DIVULGAÇÃO

AVALIAÇÃO

O Prêmio CNJ de Qualidade avalia os tribunais sob a perspectiva da execução das políticas judiciárias, eficiência, gestão e organização de dados. Em cada segmento de justiça, os tribunais são classificados nas categorias “Diamante”, “Ouro” e “Prata”.

O tribunal que mais se destaca entre todos os 90 e que atinge maior pontuação é congratulado com o “Prêmio Excelência” que, este ano, ficou com o Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR).

Todos os tribunais participam do Prêmio CNJ de

Qualidade, incluindo os tribunais superiores, os 27 Tribunais de Justiça (TJs), os cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs), os 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs), os 27 Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e os três Tribunais de Justiça Militar (TJMs) dos estados.

DICAS ESTRATÉGICAS

Por meio de um grupo no aplicativo WhatsApp, a ação dissemina entre o 1º e 2º graus de jurisdição informações sobre regras de negócio, segundo as Tabelas Processuais do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), metas, entre outros assuntos. De forma resu-

mida, didática e instantânea, as novidades recebidas do CNJ são divulgadas no grupo por meio de cards. As dicas ficam armazenadas no histórico de mídias do grupo e em um repositório on-line para consulta futura, criando memória.

A ideia das dicas surgiu a partir da necessidade de disseminar as regras e deixá-las à disposição para facilitar a consulta. O grupo tem 234 participantes, dentre magistrados, magistradas, servidores e servidoras, de todas as regiões do Pará.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

A base do atual Planejamento Estratégico foi elaborada na 1ª Reunião Preparatória para o XIV Encontro Nacional do Poder Judiciário, promovido virtualmente pelo Conselho Nacional de Justiça em 25 de maio de 2020, quando foram apresentadas as propostas de metas para a nova Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026. O evento teve a participação de presidentes dos tribunais, de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Judiciário e das áreas de Gestão Estratégica.

Os 12 (doze) macrodesafios aprovados foram divididos em três perspectivas – Sociedade, Processos Internos e Aprendizado e Crescimento.

Na perspectiva Sociedade está o macrodesafio Garantia dos Direitos Fundamentais e Fortalecimento da relação institucional do Poder Judiciário com a sociedade.

Na perspectiva Processos Internos, os macrodesafios são:

- Agilidade e Produtividade na prestação jurisdicional;
- Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais;
- Prevenção de litígios e adoção de soluções

consensuais para os conflitos;

- Consolidação do sistema de precedentes obrigatórios;
 - Promoção da sustentabilidade;
 - Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal;
 - Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.
- Na perspectiva Aprendizado e Crescimento, os macrodesafios são:
- Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas;
 - Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira;
 - Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de proteção de dados.

O Plano foi alinhado ao Planejamento Estratégico Nacional, conforme a Resolução do CNJ n.º 325/2020 e institucionalizado internamente por meio da Resolução nº 09/2021 de 30 de junho de 2021.

BSC

O Poder Judiciário do Pará adotou o Balanced Scorecard (BSC) como ferramenta metodológica para construir e monitorar o Planejamento Estratégico 2021-2026, com estipulação de macrodesafios, iniciativas estratégicas, metas e indicadores.

O Plano Estratégico do Tribunal de Justiça do Pará 2021-2026 surge da revisão da estratégia definida no Planejamento Estratégico anterior, 2015-2020.

A revisão foi feita de forma colaborativa em oficinas presenciais, em 2019, em Belém, Santarém e Marabá, com consulta pública on-line entre março e junho de 2020, além de oficinas remotas com a participação da Alta Administração, de juizes e servidores nos meses de março e abril de 2021.

Consta do Planejamento Estratégico, a revisão da missão (razão de ser), visão (expressa a situação desejada) e valores (crenças) do Poder Judiciário.

O Mapa Estratégico para o período 2021-2026 representa graficamente a estratégia definida pelo TJPA para alcançar os resultados pretendidos, numa relação de causa e efeito que evidencia os desafios a serem superados para concretizar a missão e a visão de futuro para o próximo sexênio.



MAPA ESTRATÉGICO DO PODER JUDICIÁRIO

2021-2026



MISSÃO

Realizar a justiça por meio da efetiva prestação jurisdicional e do incentivo à pacificação social, com vistas ao fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

VISÃO

Ser reconhecido como instituição acessível, confiável, célere e efetiva.

VALORES

Eficiência, Agilidade, Acessibilidade, Credibilidade, Ética, Transparência, Inovação, Sustentabilidade.

MACRODESAFIOS, INICIATIVAS ESTRATÉGICAS, INDICADORES E METAS

Sociedade

MACRODESAFIO: GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

- Fortalecer as ações destinadas ao enfrentamento da judicialização da saúde
- Fortalecer as políticas institucionais voltadas às crianças e adolescentes
- Promover o respeito e a valorização da diversidade humana, de modo a contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva
- Fortalecer as políticas institucionais voltadas à solução de conflitos fundiários urbanos, rurais, ambientais e minerários
- Priorizar a pessoa idosa em situação de vulnerabilidade
- Fortalecer as políticas institucionais voltadas à afirmação da igualdade de gênero

MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO

INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

- Aprimorar a comunicação interna e externa
- Fortalecer as relações interinstitucionais

Processos Internos

MACRODESAFIO: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

- Estabelecer padrões para incrementar a produtividade no processo judicial eletrônico
- Otimizar a estrutura judiciária
- Aprimorar a gestão de unidades judiciárias
- Implementar medidas visando à redução do acervo de unidades judiciárias congestionadas

MACRODESAFIO: ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

INICIATIVA ESTRATÉGICA

- Aperfeiçoar as políticas institucionais para gestão de processos de combate à corrupção e à improbidade administrativa

MACRODESAFIO: PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

- Fortalecer as políticas e ações de estruturação dos CEJUSCs
- Fortalecer as políticas e ações para resolução negociada de conflitos

MACRODESAFIO: CONSOLIDAÇÃO DO SISTEMA DE PRECEDENTES OBRIGATORIOS

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

- Aprimorar as ferramentas para facilitar a identificação e gestão dos precedentes obrigatórios visando a garantir a sua consolidação
- Aperfeiçoar os mecanismos para a redução de demandas repetitivas e grandes litigantes

MACRODESAFIO: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

INICIATIVA ESTRATÉGICA

- Implantar política de sustentabilidade

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

- Enfrentar a violência doméstica e familiar, contra idosos e idosas, crianças e adolescentes, e outros grupos vulneráveis
- Fortalecer a justiça restaurativa
- Apoiar e desenvolver ações de ressocialização de apenados e apenadas, egressos e egressas e pessoas custodiadas
- Aperfeiçoar os sistemas de controle e julgamento na área criminal

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

- Implantar política de governança institucional
- Aperfeiçoar a infraestrutura do Poder Judiciário
- Aprimorar as estruturas administrativas e jurisdicionais
- Fortalecer a gestão do 1º Grau de jurisdição

Aprendizado e Crescimento

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

- Implantar modelo de Gestão por Competências
- Melhorar os métodos e práticas adotadas na gestão de pessoas
- Fortalecer a política de atenção à saúde e qualidade de vida
- Aperfeiçoar a formação de magistrados e magistradas, servidores e servidoras
- Promover políticas de reconhecimento e valorização de magistrados e magistradas, servidores e servidoras

MACRODESAFIO: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

- Implantar Política de Qualidade dos Gastos
- Otimizar a Gestão Fiscal, Orçamentária e Financeira

MACRODESAFIO: FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E DE PROTEÇÃO DE DADOS

INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

- Aprimorar o Domínio de Serviços de TIC
- Aprimorar o Domínio de Governança e Gestão de TIC

Entrega de 100% das ações planejadas

O Tribunal de Justiça do Pará concluiu todas as ações previstas no Plano de Gestão do biênio 2021-2023. Desdobradas em 475 etapas e 94 ações representam um crescimento de aproximadamente 70% em relação ao início do Plano, quando estavam previstas 56 ações, cuja execução é acompanhada pelo Sistema de Monitoramento de Planejamento (SIMPLAN).

Reuniões de Avaliação da Estratégia (RAE) periódicas analisam a execução do Plano no âmbito do Colegiado de Planejamento e Gestão Estratégica, responsável pelo enfrentamento aos macrodesafios e ações. Nessa instância são feitas alterações e inclusões de outras ações necessárias ao bom desempenho do Plano. Durante o biênio, houve seis Reuniões de Avaliação da Estratégia.

Ações planejadas: 94

Ações concluídas: 94

Em novembro de 2022 foi realizada a 1ª revisão do Planejamento Estratégico para os próximos 4 anos (2023-2026).

PERCENTUAL DE EXECUÇÃO DO PLANO DE GESTÃO 2021-2023 (100%)

Execução por Macrodesafio:

Garantia dos Direitos Fundamentais (100%)	✓
Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade (100%)	✓
Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional (100%)	✓
Enfrentamento à Corrupção, à Improbidade Administrativa e aos Ilícitos Eleitorais (100%)	✓
Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos (100%)	✓
Consolidação dos Sistemas de Precedentes Obrigatórios (100%)	✓
Promoção da Sustentabilidade (100%)	✓
Aperfeiçoamento da Gestão da Justiça Criminal (100%)	✓
Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária (100%)	✓
Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas (100%)	✓
Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira (100%)	✓
Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e Proteção de Dados (100%)	✓

MACRODESAFIO 1: GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Coordenador: Homero Lamarão Neto, Juiz de Direito

Iniciativas Estratégicas: 4

Ações: 7

Etapas: 28

Execução: 100%

MACRODESAFIO/AÇÃO	RESPONSÁVEL	Início	Prazo final	Execução (%)	Situação
1 - GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS (6)	Juiz Homero Lamarão	02/02/2021	30/10/2022	100%	Concluída
1.1 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecimento de ações destinadas ao enfrentamento da judicialização da saúde					
1.1.1 - Implementar ações que visem à redução da judicialização da saúde	Juiz Homero Lamarão	01/03/2021	30/10/2022	100%	Concluída
1.1.2 - Implantar painel de monitoramento de demandas de saúde relacionadas ao covid19.	Juiz Homero Lamarão	01/03/2021	30/10/2022	100%	Concluída
1.2 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecimento de políticas institucionais voltadas às crianças e adolescentes					
1.2.1 - Implementar ações voltadas à efetivação do direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional e adoção.	Juíza Danielle de Cássia Silveira Buhrhein	02/02/2021	30/10/2022	100%	Concluída
1.2.2 - Realizar articulação interinstitucional entre a Justiça da Infância e Juventude, área infracional, e os demais parceiros do Sistema de Garantia de Direitos	Juiz Vanderley de Oliveira Silva	08/02/2021	30/10/2022	100%	Concluída
1.2.3 - Expandir a estrutura necessária ao depoimento especial da criança e do adolescente quando vítima ou testemunha de violência.	Juíza Danielle de Cássia Silveira Buhrhein	26/02/2021	30/10/2022	100%	Concluída
1.3 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Promoção do respeito e valorização da diversidade humana, de modo a contribuir para a construção de uma sociedade mais inclusiva					
1.3.1 - Promover a inclusão social e acessibilidade.	Antônio Carlos Barros	11/02/2021	30/10/2022	100%	Concluída
1.4 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecimento de políticas voltadas à afirmação da igualdade de gênero					
1.4.1 Promover ações para fortalecer a participação feminina no PJPA	Juíza Reijane Ferreira	26/02/2021	30/09/2022	100%	Concluída

MACRODESAFIO 2: FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE

Coordenador: Adil Bahia da Silva Rezende, Diretor do Departamento de Comunicação.

Iniciativas Estratégicas: 2

Ações: 5

Etapas: 23

Execução: 100%

MACRODESAFIO/AÇÃO	RESPONSÁVEL	Início	Prazo final	Execução (%)	Situação
2 - FORTALECIMENTO DA RELAÇÃO INSTITUCIONAL DO JUDICIÁRIO COM A SOCIEDADE (5)	Adil Bahia da Silva Rezende, Diretor do Departamento de Comunicação.	02/02/2021	02/11/2022	100%	Concluída
2.1 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aprimoramento da comunicação interna e externa					
2.1.1 - Intensificar os canais de comunicação com a sociedade.	Will Montenegro Teixeira	02/02/2021	02/11/2022	100%	Concluída
2.1.2 - Aprimorar a comunicação interna e externa.	Will Montenegro Teixeira	03/02/2021	03/10/2022	100%	Concluída
2.2 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecimento das relações interinstitucionais					
2.2.1 - Fortalecer a comunicação interinstitucional com a Defensoria Pública e o Ministério Público.	Juiz Daniel Ribeiro Dacier Lobato	01/03/2021	30/06/2022	100%	Concluída
2.2.2 - Instituir a Ouvidoria da Mulher	Desa. Rosi Maria Gomes de Farias	01/03/2022	10/10/2022	100%	Concluída
2.2.3 - Implantar Ponto de Inclusão Digital (PID)	João Valério Moura, Juiz de Direito	02/05/2022	11/11/2022	100%	Concluída

MACRODESAFIO 3: AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL

Coordenadora: Kédima Pacifico Lyra, Desembargadora

Iniciativas Estratégicas: 4

Ações: 9

Etapas: 54

Execução: 100%

MACRODESAFIO/AÇÃO	RESPONSÁVEL	Início	Prazo final	Execução (%)	Situação
3 - AGILIDADE E PRODUTIVIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL (9)	Kédima Pacifico Lyra, Desembargadora	02/02/2021	16/12/2022	100%	Concluída
3.1 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aprimoramento de rotinas e procedimentos do processo judicial eletrônico					
3.1.1 - Ampliar o processo de digitalização e virtualização.	Juiz André Monteiro Gomes	02/02/2021	30/07/2022	100%	Concluída
3.2 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Otimização da estrutura judiciária					
3.2.1 - Ampliar a instalação de UPJs no 1º grau de jurisdição.	Alice Viana Soares Monteiro	02/02/2021	30/04/2021	100%	Concluída
3.2.2 - Reorganizar Unidades Judiciárias	Juiz Carlos Marcio de Melo Queiroz	23/02/2021	16/12/2022	100%	Concluída
3.2.3 - Implantar UPJs Cível e Criminal em Santarém	Jonas Libório, Secretário Judiciário	17/10/2022	21/10/2022	100%	Concluída
3.2.4 - Implantar UPJ das Varas de Execução Fiscal	Jonas Libório, Secretário Judiciário	21/11/2022	01/12/2022	100%	Concluída
3.3 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aprimoramento da gestão de unidades judiciárias					
3.3.1 - Padronizar rotinas de trabalho nas unidades judiciárias	Juiz Marcus Alan de Melo Gomes	23/02/2021	29/10/2021	100%	Concluída
3.3.2 - Implantar o Juízo 100% Digital	Juiz Caio Marco Berardo	05/02/2021	19/04/2022	100%	Concluída
3.4 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Implementação de medidas visando à redução do acervo de unidades judiciárias congestionadas					
3.4.1 - Estimular a elevação do piso das execuções fiscais.	Desembargadora Kédima Pacifico Lyra	01/03/2021	31/12/2022	100%	Concluída
3.4.2 - Aprimorar os grupos de trabalho de apoio às unidades judiciárias	Juiz Lucas do Carmo de Jesus	25/02/2021	16/12/2022	100%	Concluída

MACRODESAFIO 4: ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS

Coordenador: José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, Desembargador

Iniciativa Estratégica: 1

Ações: 2

Etapas: 11

Execução: 100%

MACRODESAFIO/AÇÃO	RESPONSÁVEL	Início	Prazo final	Execução (%)	Situação
4 - ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO, À IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E AOS ILÍCITOS ELEITORAIS (2)	Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior	03/02/2021	31/12/2022	100%	Concluída
4.1 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aperfeiçoamento das políticas institucionais para gestão de processos de combate à corrupção e à improbidade administrativa					
4.1.1 - Aprimorar a atuação no julgamento dos processos da Meta 4 do CNJ.	Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior	03/02/2021	31/12/2022	100%	Concluída
4.1.2 - Digitalizar e migrar para o PJE os processos cíveis e penais da Meta 4 do CNJ - 2021/2022, das unidades judiciárias da capital, da RMB e do interior	Juíza Mônica Maciel Soares Fonseca	03/02/2021	18/12/2022	100%	Concluída

MACRODESAFIO 5: PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS

Coordenadora: Antonieta Maria Ferrari Mileo, Juíza de Direito

Iniciativas Estratégicas: 2

Ações: 4

Etapas: 16

Execução: 100%

MACRODESAFIO/AÇÃO	RESPONSÁVEL	Início	Prazo final	Execução (%)	Situação
5 - PREVENÇÃO DE LITÍGIOS E ADOÇÃO DE SOLUÇÕES CONSENSUAIS PARA OS CONFLITOS (2)	Juíza Antonieta Maria Ferrari Mileo	01/03/2021	30/11/2022	100%	Concluída
5.1 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecimento de políticas e ações de estruturação dos CEJUSCs					
5.1.1 - Fomentar meios consensuais de soluções de conflitos não judicializados.	Desa. Dahil Paraense de Souza	01/03/2021	30/10/2022	100%	Concluída
5.2 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecimento de políticas e ações para resolução negociada de conflitos					
5.2.1 - Estimular meios consensuais de soluções de conflitos judicializados.	Juíza Betânia Pessoa	01/03/2021	30/11/2022	100%	Concluída
5.2.2 - Desenvolver e integrar os Sistemas GEMEC e PJe (Resolução 358/2020 CNJ)	Marília Paulo Teles	10/01/2022	31/10/2022	100%	Concluída
5.2.3 - Integrar o Consumidor.Gov.Br e PJe.	Carlos Diego Pojo de Brito Souza	31/10/2021	07/11/2022	100%	Concluída

MACRODESAFIO 6: CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

Coordenador: César Augusto Puty Paiva Rodrigues, Juiz de Direito

Iniciativas Estratégicas: 2

Ações: 6

Etapas: 26

Execução: 100%

MACRODESAFIO/AÇÃO	RESPONSÁVEL	Início	Prazo final	Execução (%)	Situação
6 - CONSOLIDAÇÃO DOS SISTEMAS DE PRECEDENTES OBRIGATORIOS (6 Ações)	Juiz César Augusto Puty Paiva Rodrigues	08/02/2021	30/09/2022	100%	Concluída
6.1 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aprimoramento de ferramentas para facilitar a identificação e gestão dos precedentes obrigatórios visando garantir a sua consolidação.					
6.1.1 - Aprimorar as ferramentas informatizadas de gestão de precedentes obrigatórios.	Antônio Nicolas Godinho de Souza Cavalcante	08/02/2021	30/09/2022	100%	Concluída
6.2 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aperfeiçoamento de mecanismos para a redução de demandas repetitivas e grandes litigantes.					
6.2.1 - Fomentar a utilização do incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR).	Camila Amado Soares	08/02/2021	30/09/2022	100%	Concluída
6.2.2 - Aprimorar o controle, a divulgação, a orientação e a fomentação de precedentes obrigatórios.	Camila Amado Soares	08/02/2021	30/09/2022	100%	Concluída
6.2.3 - Fomentar a utilização do incidente de Assunção de Competência (IAC).	Camila Amado Soares	08/02/2021	08/02/2022	100%	Concluída
6.2.4 - Implantar o Centro de Inteligência do Poder Judiciário no âmbito do TJPA.	Camila Amado Soares	08/02/2021	31/08/2021	100%	Concluída
6.2.5 Revisar o Regimento Interno do TJPA quanto a precedentes judiciais obrigatórios.	Camila Amado Soares	01/12/2021	30/09/2022	100%	Concluída

MACRODESAFIO 7: PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE

Coordenadora: Débora Moraes Gomes, Secretária de Administração

Iniciativa Estratégica: 1

Ações: 6

Etapas: 33

Execução: 100%

MACRODESAFIO/AÇÃO	RESPONSÁVEL	Início	Prazo final	Execução (%)	Situação
7 - PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE (5)	Débora Moraes Gomes	08/02/2021	09/12/2022	100%	Concluída
7.1 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Implantação da política de sustentabilidade					
7.1.1 - Implementar ações para melhoria do índice de Desempenho de Sustentabilidade- IDS.	Evelise de Oliveira Rodrigues	01/03/2021	31/10/2022	100%	Concluída
7.1.2 - Implantar Política e Plano de Sustentabilidade	Débora Moraes Gomes	08/02/2021	30/09/2021	100%	Concluída
7.1.3 - Implantar Programa de Contratação Sustentável.	Débora Moraes Gomes	01/03/2021	07/12/2021	100%	Concluída
7.1.4 - Modernizar os serviços de transporte do TJPA.	Débora Moraes Gomes	01/03/2021	30/09/2022	100%	Concluída
7.1.5 - Implantar o projeto piloto de workflow na SEAD	Débora Moraes Gomes	01/02/2021	30/11/2022	100%	Concluída
7.1.6 - Implantar o sistema automatizado de conta vinculada	Débora Moraes Gomes	03/01/2022	09/12/2022	100%	Concluída

MACRODESAFIO 8: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL

Coordenador: Líbio Araújo Moura, Juiz de Direito

Iniciativas Estratégicas: 4

Ações: 9

Etapas: 37

Execução: 100%



MACRODESAFIO/AÇÃO	RESPONSÁVEL	Início	Prazo final	Execução (%)	Situação
8 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DA JUSTIÇA CRIMINAL (9)	Líbio Araújo Moura, Juiz de Direito	02/02/2021	17/12/2022	100%	Concluída
8.1 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Enfrentamento à violência doméstica e familiar, contra idosos e idosas, crianças e adolescentes e outros grupos vulneráveis					
8.1.1 - Expandir ações de proteção às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.	Juíza Reijane Ferreira de Oliveira	15/02/2021	17/12/2022	100%	Concluída
8.2 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecimento da justiça restaurativa					
8.2.1 - Promover o fortalecimento das ações de Justiça Restaurativa.	Juíza Betânia Pessoa	02/02/2021	30/10/2022	100%	Concluída
8.3 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Apoio e desenvolvimento de ações de ressocialização de apenados e apenadas, egressos e egressas					
8.3.1 - Implementar ações de ressocialização de apenados(as) e egressos(as).	Juiz Deomar Alexandre de Pinho Barroso	01/03/2021	30/10/2022	100%	Concluída
8.3.2 - Apoiar a execução das ações relativas ao Programa Fazendo Justiça do CNJ	Juíza Blenda Nery Rigon Cardoso	03/02/2021	30/10/2022	100%	Concluída

MACRODESAFIO 9: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA

Coordenador: Fábio Djan Oliveira de Lima, Diretor de Planejamento, Gestão e Estatística

Iniciativas Estratégicas: 4

Ações: 19

Etapas: 85

Execução: 100%



MACRODESAFIO/AÇÃO	RESPONSÁVEL	Início	Prazo final	Execução (%)	Situação
9 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ADMINISTRATIVA E DA GOVERNANÇA JUDICIÁRIA (18)	Fábio Djan Oliveira de Lima	01/02/2021	29/12/2022	100%	Concluída
9.1 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Implantação de política de governança institucional					
9.1.1 - Implantar Política de Governança de Contratações	Fábio Djan Oliveira de Lima	08/09/2021	29/07/2022	100%	Concluída
9.1.2 - Aperfeiçoar a metodologia de monitoramento das ações e seus reflexos nos indicadores do Planejamento Estratégico.	Fábio Djan Oliveira de Lima	01/03/2021	29/04/2022	100%	Concluída
9.1.3 - Implantar o Sistema Normativo Administrativo (SNAD-TJPA).	Fábio Djan Oliveira de Lima	01/03/2021	17/12/2021	100%	Concluída
9.1.4 - Aprimorar a Gestão da Memória e Documental	Pollyanna Pires	01/06/2021	30/08/2021	100%	Concluída
9.1.5 - Implantar painel da movimentação funcional dos magistrados.	Maycon Seabra Rocha	01/07/2021	21/09/2021	100%	Concluída
9.1.6 - Implantar Laboratório de Inovação	Juiz Charles Menezes Barros	02/08/2021	30/08/2022	100%	Concluída
9.1.7 Implementar ações para o aprimoramento da gestão dos precatórios e celeridade na efetivação dos pagamentos	Juiz Charles Menezes Barros	01/02/2022	30/12/2022	100%	Concluída

MACRODESAFIO/AÇÃO	RESPONSÁVEL	Início	Prazo final	Execução (%)	Situação
8.4 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aperfeiçoamento dos sistemas de controle e julgamento na área criminal					
8.4.1 - Criar painel de gestão com as informações das pessoas privadas de liberdade do Poder Judiciário do Estado do Pará.	Fábio Djan Oliveira de Lima	03/02/2021	28/02/2022	100%	Concluída
8.4.2 - Implantar plano de trabalho para depuração de inconsistências do BNMP 2.0.	Juíza Patrícia de Oliveira Sá Moreira	01/03/2021	31/10/2022	100%	Concluída
8.4.3 - Implantar Certidão de Antecedentes Criminais Unificada.	Rodrigo Oliveira de Medeiros	01/03/2021	30/12/2021	100%	Concluída
8.4.4 - Criar Plataforma de integração para utilização dos diversos sistemas da Justiça (PJE, SEEU, BNMP, Sisbajud, SEEU, SNA, Renajud, E-Natjus)	Marília Paulo Teles	22/02/2021	31/05/2022	100%	Concluída
8.4.5 - Regulamentar a aplicação do acordo de não persecução penal (ANPP) no TJPA	Juíza Maria de Fatima Alves da Silva	01/03/2021	30/09/2021	100%	Concluída

MACRODESAFIO/AÇÃO	RESPONSÁVEL	Início	Prazo final	Execução (%)	Situação
9.2 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aperfeiçoamento da infraestrutura do Poder Judiciário					
9.2.1 - Aprimorar o índice de Prioridade de Obras - IPO	Silene Bessa C. de S. Menezes	01/03/2021	02/11/2021	100%	Concluída
9.2.2 - Aprimorar procedimentos de manutenção predial.	Silene Bessa C. de S. Menezes	01/04/2021	02/03/2022	100%	Concluída
9.2.3 - Expandir a Segurança Armada para todas as Comarcas do Estado do Pará.	Cel. André Carlos Paulo de Oliveira, Coordenador Militar	15/02/2021	30/09/2022	100%	Concluída
9.3 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecimento da gestão do 1º Grau de Jurisdição					
9.3.1 - Implantar Núcleo de Justiça 4.0	Fábio Djan Oliveira de Lima	07/07/2021	10/04/2022	100%	Concluída
9.3.2 - Expandir a estrutura Judiciária	Fábio Djan Oliveira de Lima	01/04/2021	15/09/2022	100%	Concluída
9.3.3 - Alterar a metodologia do Índice de Carência de Vara (ICV)	Gleison Augusto Gomes	02/05/2022	16/09/2022	100%	Concluída
9.3.4 - Oferecer consultoria às unidades judiciárias dos 1º e 2º graus de jurisdição	Luciana Sá Fernandes	01/04/2021	30/10/2022	100%	Concluída
9.3.5 - Disponibilizar ferramentas de Business Intelligence- BI para melhor gerenciamento de atividades	Gerson Medeiros da Silva	15/02/2021	15/10/2022	100%	Concluída
9.4 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aprimoramento das Estruturas administrativas e Judiciais					
9.4.1 - Reestruturar o Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística (DEPGE)	Fábio Djan Oliveira de Lima	01/10/2021	30/09/2022	100%	Concluída
9.4.2 - Reestruturar a unidade de auditoria interna	Tiago Silva Guimarães	01/09/2021	30/06/2022	100%	Concluída
9.4.3 - Elaborar o Estatuto de Auditoria Interna do TJPA	Tiago Silva Guimarães	01/02/2021	31/08/2022	100%	Concluída
9.4.4 - Elaborar o Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna (PAQMA)	Tiago Silva Guimarães	01/04/2021	31/07/2022	100%	Concluída

MACRODESAFIO 10: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS

Coordenadora: Maria de Lourdes Carneiro Lobato, Secretária de Gestão de Pessoas

Iniciativas Estratégicas: 4

Ações: 9

Etapas: 38

Execução: 100%



MACRODESAFIO/AÇÃO	RESPONSÁVEL	Início	Prazo final	Execução (%)	Situação
10 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO DE PESSOAS (9)	Maria de Lourdes Carneiro Lobato	01/02/2021	30/11/2022	100%	Concluída
10.1 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Implantação de Modelo de Gestão por Competências					
10.1.1 - Implantar o modelo de Gestão por Competência.	Jean Karlo Q. de Souza	02/03/2021	30/11/2022	100%	Concluída
10.2 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Melhoria nos métodos e práticas adotadas na gestão de pessoas					
10.2.1 - Automatizar o processo admissional de magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as).	Francisco de Assis R. Neto	01/07/2021	31/04/2022	100%	Concluída
10.2.2 - Realizar estudo para embasar a lotação paradigma das Unidades de Processamento Judicial-UPJs e das equipes multidisciplinares	Francisco de Assis R. Neto	18/02/2021	31/10/2022	100%	Concluída
10.2.3 - Aprimorar o sistema de avaliação de desempenho.	Jean Karlo Q. de Souza	01/03/2021	31/08/2022	100%	Concluída
10.2.4 - Implantar processo de desligamento de pessoal.	Carolina Queiroz Monteiro	01/04/2021	18/11/2021	100%	Concluída
10.2.5 - Implantar política de governança e gestão de pessoas.	Hellen Geysa da Silva M.	01/03/2021	01/09/2022	100%	Concluída
10.2.6 - Otimizar o concurso de remoção de servidores(as)	Hellen Geysa da Silva M.	01/02/2021	31/08/2021	100%	Concluída
10.3 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Fortalecimento da política de atenção à saúde e qualidade de vida					
10.3.1 - Fomentar melhoria da qualidade da saúde de magistrados(as) e servidores(as).	Manoel de Christo Alves Neto	12/02/2021	31/10/2022	100%	Concluída
10.4 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aperfeiçoamento da formação de magistrados e magistradas, servidores e servidoras					
10.4.1 - Implementar política de sucessão de cargos com foco em liderança.	Jean Karlo Q. de Souza	01/06/2021	31/08/2022	100%	Concluída

MACRODESAFIO/AÇÃO	RESPONSÁVEL	Início	Prazo final	Execução (%)	Situação
10.5 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Promover políticas de reconhecimento e valorização de magistrados e magistradas, servidores e servidoras					
10.5.1 - Implementar ações para valorização de magistrados(as), servidores(as), em exercício, no âmbito do PJA.	Maria de Lourdes Carneiro Lobato	01/06/2021	22/12/2022	100%	Concluída

MACRODESAFIO 11: APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Coordenador: Miguel Lucivaldo Alves Santos, Secretário de Planejamento, Coordenação e Finanças

Iniciativas Estratégicas: 2

Ações: 4

Etapas: 33

Execução: 100%



MACRODESAFIO/AÇÃO	RESPONSÁVEL	Início	Prazo final	Execução (%)	Situação
11 - APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (4)	Miguel Lucivaldo Alves Santos	02/02/2021	31/12/2022	100%	Concluída
11.1 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Implantação da Política de Qualidade dos Gastos					
11.1.1 - Implementar Sistema de Gestão de Custos.	Miguel Lucivaldo Alves Santos	02/02/2021	31/12/2022	100%	Concluída
11.1.2 - Promover a Modernização Tecnológica da Gestão Orçamentária e Financeira	Miguel Lucivaldo Alves Santos	02/02/2021	30/10/2022	100%	Concluída
11.2 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Otimização da Gestão Orçamentária e Financeira					
11.2.1 - Aprimorar a gestão da arrecadação.	Miguel Lucivaldo Alves Santos	02/02/2021	30/11/2022	100%	Concluída
11.2.2 - Apoiar modernização da gestão das Serventias Extrajudiciais	Miguel Lucivaldo Alves Santos	03/02/2021	30/10/2022	100%	Concluída

MACRODESAFIO 12: FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E PROTEÇÃO DE DADOS

Coordenador: Diego Baptista Leitão, Secretário de Informática

Iniciativas Estratégicas: 2

Ações: 13

Etapas: 83

Execução: 100%



MACRODESAFIO/AÇÃO	RESPONSÁVEL	Início	Prazo final	Execução (%)	Situação
12 - FORTALECIMENTO DA ESTRATÉGIA NACIONAL DE TIC E PROTEÇÃO DE DADOS (13)	Diego Baptista Leitão	01/02/2021	31/12/2022	100%	Concluída
12.1 - INICIATIVA ESTRATÉGICA: Aprimoramento do Domínio de Serviços de TIC					
12.1.1 - Aprimorar soluções de sustentação de infraestrutura de TIC	Arlison Galdino da Silva	01/02/2021	30/11/2022	100%	Concluída
12.1.2 - Aprimorar estruturas normativas sobre privacidade de dados, segurança da informação e protocolos de segurança cibernética.	Paulo Roberto Martins Cunha	01/03/2021	30/10/2022	100%	Concluída
12.1.3 - Expandir a infraestrutura de telecomunicações.	Arlison Galdino da Silva	01/03/2021	30/11/2022	100%	Concluída
12.1.4 - Aprimorar a engenharia e a administração no repositório consolidado de dados.	Igor Pinto Simões	01/02/2021	30/10/2022	100%	Concluída
12.1.5 - Desenvolver sistema autômato de migração de processos	Rodrigo Oliveira de Medeiros	15/02/2021	31/07/2021	100%	Concluída
12.1.6 - Implementar a solução de Balcão Virtual	Daniel Fontes Pereira	18/03/2021	01/06/2021	100%	Concluída
12.1.7 - Aprimorar a videoaudiência.	Arlene Cristina Saliva	18/02/2021	31/10/2022	100%	Concluída
12.1.8 - Modernizar o parque tecnológico do PJA	Arlene Cristina Saliva	01/11/2021	30/11/2022	100%	Concluída
12.1.9 - Desenvolver ferramenta de inteligência artificial de indexação de documentos judiciais-INDIA	Marília Paulo Teles	02/08/2021	01/06/2022	100%	Concluída
12.1.10 - Integrar o TJPA com a plataforma CODEX	Marília Paulo Teles	13/12/2021	30/06/2023	100%	Concluída
12.1.11 - Integrar o TJPA com a Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ)	Marília Paulo Teles	13/12/2021	30/06/2023	100%	Concluída

O QUE É?

O Planejamento Estratégico se desdobra em planos bienais, correspondentes ao período das gestões administrativas.

O Plano de Gestão 2021-2023 apresenta as ações do biênio sob a responsabilidade da atual gestão e garante o alinhamento da atuação dos gestores, gestoras, magistrados, magistradas, servidores

e servidoras para atender aos objetivos estratégicos institucionais.

Alinhados à Estratégia Nacional do Poder Judiciário para o sexênio 2021-2026, os 12 macrodesafios refletem múltiplos temas estratégicos, transversais e complementares, para alcançar a excelência dos serviços prestados, cumprir a missão institucional, afir-

mar na realidade prática os valores adotados e buscar o reconhecimento como instituição acessível confiável, célere e efetiva.

O Plano de Gestão do biênio 2021-2023 obedece às diretrizes nacionais do CNJ e foi produzido de forma coletiva por equipes de trabalho das áreas judiciais e administrativas, para agregar a diversidade de opiniões.

Plano Plurianual- PPA 2020-2023

O Plano plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento governamental, que demonstra a disponibilidade de recursos que serão utilizados, no período 2020-2023, e apresenta de forma regionalizada diretrizes, objetivos e metas da administração.

O PPA é uma exigência prevista nas Constituições Federal e Estadual. No âmbito do Judiciário paraense, o plano se divide em programas que, por sua vez, desdobram-se em ações orçamentárias, convertidas no orçamento anual e executadas por meio de produtos. É utilizado um glossário para definir os objetivos das ações.

Em 2021 houve revisão no plano plurianual e alinhamento ao novo ciclo de planejamento (2021-2026), ressalta-se que a estrutura do PPA 2020-2023 possui uma diretriz estratégica, denominada Sociedade de direitos, que incorpora dois programas.

O primeiro, chamado Atuação Jurisdicional, desdobra-se em 38 ações, para aprimorar a gestão judiciária. Busca o aperfeiçoamento da gestão da infraestrutura física e tecnológica do Poder Judiciário, por meio do aparelhamento, melhoria da infraestrutura física e tecnológica e da segurança.

Manutenção da gestão do Poder Judiciário é o segundo programa no PPA 2020-2023, com 38 ações para implementar atividades de gestão administrativa - folha de pagamento, plano de saúde, assistência médica e odontológica, auxílios e obrigações patronais.

O Poder Judiciário do Pará totalizou 75 ações no PPA 2020-2023, divididas em 3 unidades orçamentárias: FRC

(49 ações), TJ (25 ações) e FRC (01 ação).

GESTÃO PARTICIPATIVA

Entre 23 de junho a 16 de julho de 2021, houve duas consultas públicas no TJPA para colher contribuições de proposta de metas nacionais para 2022: uma de ampla abrangência que recebeu a participação de 193 pessoas entre jurisdicionados, jurisdicionadas, operadores e operadoras de direito, órgãos do sistema de Justiça e sociedade civil. No mesmo período, foi realizada outra consulta pública com magistrados, magistradas, servidores e servidoras. Foram registradas 123 participações, 29,27% das quais de servidores e servidoras do interior e 51,22% da Região Metropolitana. Os magistrados e magistradas representam 7,32% no interior e 18,70% na RMB.

A divulgação da consulta foi feita por vários meios de comunicação, entre os quais mídia digital (Portal e Instagram do TJPA, Instagram da AMEPA, Instagram da Escola Judicial).

Em 2022, os tribunais estaduais do Brasil se uniram para conduzir juntos um processo de gestão participativa inovador, no qual cidadãos e cidadãs, advogados, advogadas, defensores e defensoras públicos públicas, membros do Ministério Público, além de magistrados,



magistradas, servidores e servidoras do Judiciário puderam, de forma democrática, emitir suas opiniões e considerações sobre as Metas Nacionais do Poder Judiciário para 2023. A iniciativa atende ao disposto na Resolução do CNJ nº 221 de 2016, que institui princípios de gestão participativa e democrática na elaboração das metas nacionais do Poder Judiciário e das políticas judiciárias do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

AVALIAÇÃO

De 7 de novembro a 16 de dezembro de 2022 houve a Pesquisa de Avaliação do Poder Judiciário do Pará, destinada a pessoas que já tenham sido parte em algum processo judicial, advogados(as),

defensores(as) públicos(as), procuradores(as) públicos(as) e membros do Ministério Público. O objetivo é obter informações sobre o acesso ao sistema de Justiça, o acompanhamento processual e a efetividade dos serviços jurisdicionais. As informações possibilitam o planejamento e o desenvolvimento de melhorias para o Poder Judiciário do Pará.

A pesquisa está alinhada ao Macrodesafio “Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade”, que se encontra no escopo da Estratégia Nacional do Poder Judiciário 2021-2026 e no Plano Estratégico do TJPA para o período 2021-2026. Participaram 485 pessoas, 143 cidadãos (ãs), 312 advogados (as), 15 defensores (as) públicos (as), 7 procuradores(as) públicos(as) e 8 representantes do Ministério Público.

A meta estipulada no plano estratégico, para 2022, era atingir 50% de grau de satisfação do usuário e atingimos 50,74%.

A consulta é o mecanismo de transparência e de gestão participativa, conforme dispõe a Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº. 221/2016. São passos a serem trilhados para o futuro da Justiça Brasileira, pensados e elaborados de forma democrática.

CONSULTORIA

Mais de 80 atendimentos beneficiaram 60 unidades judiciais com consultorias para ajudá-las a melhorar seus indicadores, com um diagnóstico a partir do qual se elabora um plano de ação para melhorar a eficiência e os indicadores.

PROJETOS

No biênio 2021-2023, foram autorizados sete projetos de magistrados (as) e servidores (as), que estão em andamento para contribuir com os indicadores do planejamento estratégico da instituição, nos moldes da Portaria n.º 3142/2016 que disciplina a apresentação dessas iniciativas.

ATERMAÇÃO ONLINE

Atende de forma célere ao jurisdicionando para uma das Varas dos Juizados Especiais Cíveis de Belém, Vara do Juizado do Trânsito e Varas dos Juizados da Fazenda Pública.

SNA EM DIA: DIREITO DE VIVER EM FAMÍLIA

Dissemina esclarecimentos e orientações sobre procedimentos, normativas e fluxos da infância e juventude, voltados ao direito de toda criança e adolescente de viver e se desenvolver em família.

ROBÔ MIGRADOR 4.0

Realiza de maneira autônoma ou pré-programada fragmentação e migração de processos que, antes, eram feitos manualmente.

ÍNDIA

Realiza de forma automatizada a indexação dos processos digitalizados, antes feita manualmente.

JUSTIÇA NA ESCOLA

Promove palestras e vivências sobre temas que afetam a sociedade e a comunidade escolar, demonstrando a atuação prática do Judiciário e permitindo a aproximação da comunidade estudantil com a prestação jurisdicional.

PORTO SEGURO: CÍRCULO DE DIÁLOGO

Promove círculos de construção de paz para o bem-estar emocional de crianças e adolescentes, seus cuidadores/responsáveis e profissionais.

UNIDADES PILOTO DE AÇÕES E DE AÇÕES COLETIVAS

Gerenciam as ações coletivas através da seleção da 5ª Vara de Fazenda de Belém como Unidade Judiciária Piloto, com base em atos cooperativos que identificam e monitoram dados processuais qualificados nas normativas do CNJ para fins de consolidação e divulgação das ações coletivas.

PROGRAMA DE INCREMENTO DE BAIXA- PIB

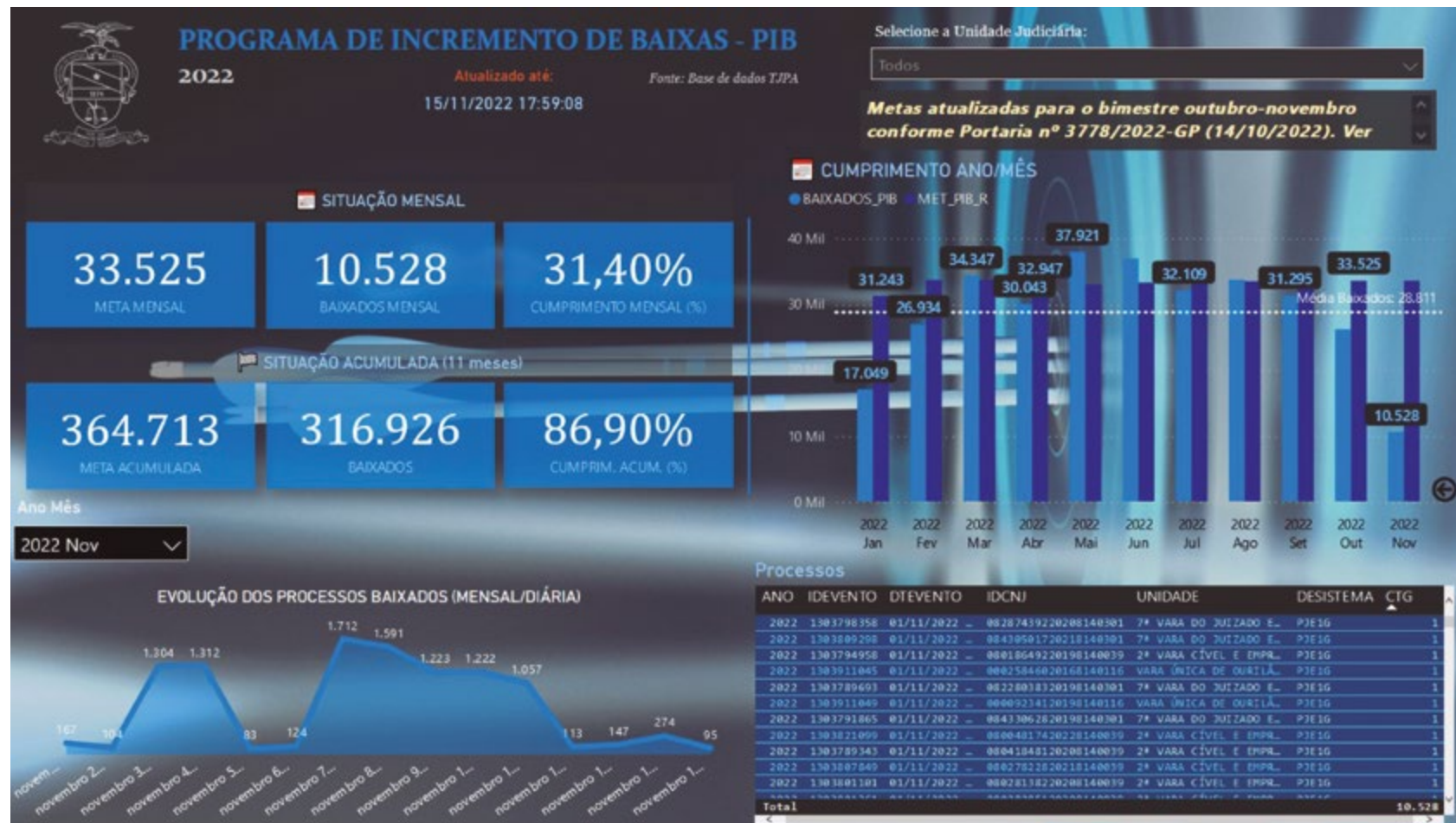
O Programa de Incremento de Baixa Processual (PIB) foi instituído, em 2019, para padronizar e uniformizar as movimentações processuais exigidas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e garantir a realização correta dessas movimentações para que a produtividade das unidades judiciárias se refletisse de forma fidedigna no relatório Justiça em Números.

Em 2021 o PIB passou a fixar metas de baixa a todas as unidades judiciárias de 1º Grau do estado, com regra de cálculo que destaca o resultado do lejud, assegurando um bônus às unidades com índice acima de 70 pontos. Foi instituído também o Grupo de Auxílio e Monitoramento (GAM), que garante suporte técnico e operacional às unidades judiciárias, monitora a evolução das baixas processuais e disponibiliza relatórios e certificação das unidades com o Selo “Unidades de Alta Produtividade”.

O Programa é monitorado e gerenciado diariamente e o Portal PIB¹ orienta as unidades judiciárias com relação a normativos, dúvidas frequentes, contatos, resultados por unidade judiciária, entre outras informações.

No Painel do PIB é possível acompanhar a evolução diária das baixas processuais, nível de cumprimento de metas, lista de processos baixados e situação acumulada ao longo do ano para fins de obtenção do Selo de Alta Produtividade.

¹ Disponível no site externo do TJPA, em Links Importantes, depois “Serviços” e “Portal do PIB”.



Entre junho de 2021 e dezembro de 2022, o Programa baixou 544.805 feitos judiciais, o que corresponde a 88,4% da meta estabelecida. Como consequência direta do desempenho

observado no PIB, por causa do elevado desempenho das unidades, o número total de baixas do TJPA em 2022 foi o maior dos últimos quatro anos.

RESULTADO DESDE JUN/2021 (19 meses)



EVOLUÇÃO DAS BAIXAS PROCESSUAIS

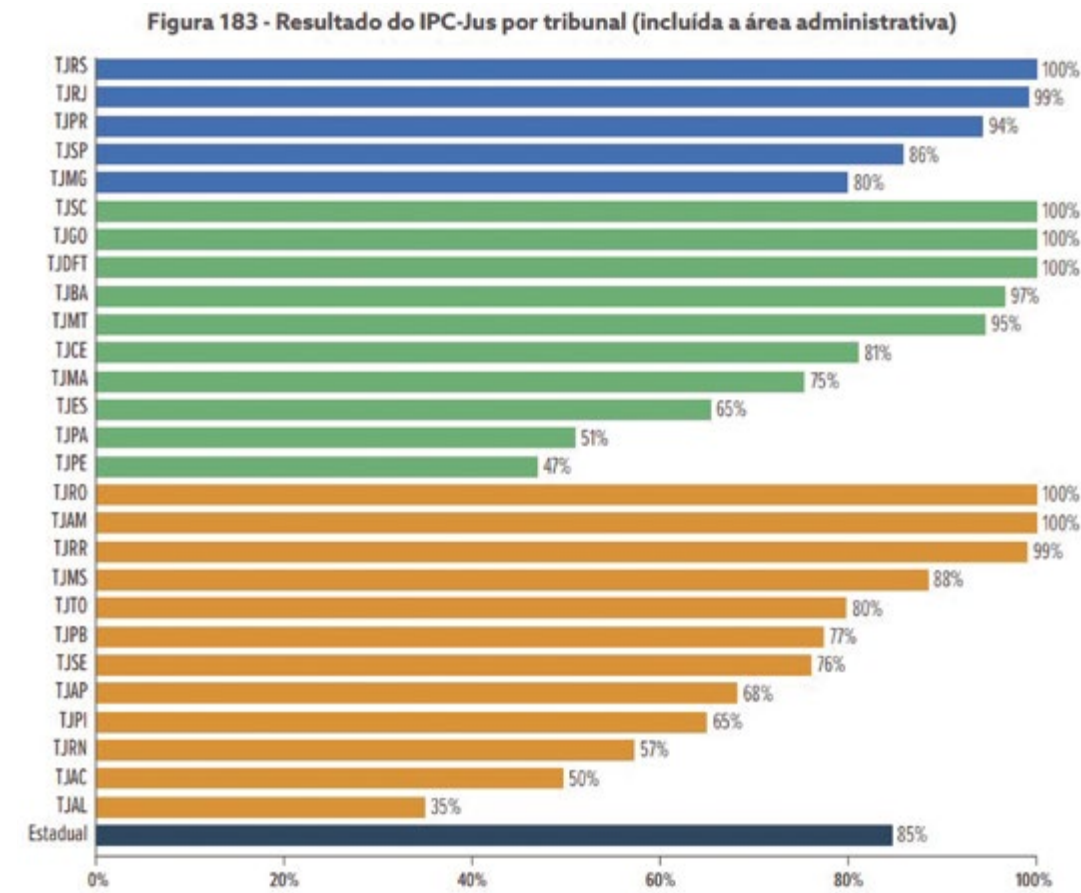


A produção de baixas em torno de 400 mil ou acima disso é necessária para que o TJPA eleve sua posição no cenário nacional de eficiência da prestação jurisdicional, tendo como base o índice IPCJUS no CNJ, publicado anualmente no Anuário Justiça em Números.

O PIB é um importante instrumento de gerenciamento para as unidades judiciárias, pois o constante monitoramento, produção e adequação de estratégias incrementa as baixas processuais e se reflete na eficiência do Poder Judiciário, pois a baixa processual impacta em vários dos indicadores que compõem o IEJud.

PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO PERMANENTE - PAP

O 4º FONACOR – Fórum Nacional das Corregedorias, em seu Glossário e Esclarecimentos, determinou em sua diretriz estratégica 1 que fosse desenvolvido projeto de trabalho junto às unidades jurisdicionais com maiores dificuldades em atingir as metas nacionais 1 e 2 ou com recorrente excesso de prazo de conclusão.



FONTE: ANUÁRIO JUSTIÇA EM NÚMEROS 2022

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Corregedoria Geral de Justiça
PANEL DE MONITORAMENTO ESTADUAL

MONITORAMENTO DE RESULTADOS
PRINCIPAIS KPIs DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS
Atualizado até: 15/11/2022 17:59:57

UNIDADE	UNIDADE DE CUMPRIMENTO META 1	UNIDADE DE CUMPRIMENTO META 2	UNIDADE DE CUMPRIMENTO META 3	UNIDADE DE CUMPRIMENTO META 4	UNIDADE DE CUMPRIMENTO META 5	UNIDADE DE CUMPRIMENTO META 6	UNIDADE DE CUMPRIMENTO META 7	UNIDADE DE CUMPRIMENTO META 8	% META 1	% META 2	% META 3	% META 4	% META 5	% META 6	% META 7	% META 8
ABASTETUBA	77,25%	101,15%	91,27%	15,43%	103,84%
ABASTETUBA	19,11%	87,27%	41,67%
ABASTETUBA	149,12%	95,54%	200,00%
ABASTETUBA	97,59%	108,29%	143,03%	64,67%	81,27%	133,33%	23,61%	84,76%
ACARA	142,42%	81,58%	114,14%	74,59%	67,03%	88,99%	6,81%	175,40%
AFUÁ	224,83%	95,28%	177,78%	200,00%	197,49%	314,64%	100,00%
ALENQUEIR	187,80%	111,14%	139,78%	192,49%	112,88%	200,00%	18,13%	188,45%
ALMEIRIM	131,51%	123,68%	144,47%	214,29%	178,57%	244,57%	6,00%	127,27%
ALMEIRIM	215,95%	105,55%	131,58%	283,29%	101,88%	300,00%	13,11%	204,02%
ALTAMIRA	118,54%	95,54%	87,39%	40,00%	16,20%	128,21%
ALTAMIRA	154,45%	75,42%	104,17%	21,00%	3,04%	145,71%
ALTAMIRA	152,01%	84,55%	68,97%	28,53%	5,23%	164,00%
ALTAMIRA	139,35%	103,95%	119,51%	2,93%	154,79%
ALTAMIRA	130,39%	65,11%	133,83%	123,09%	8,51%	37,83%	124,89%
ALTAMIRA	92,19%	83,09%	25,01%	120,22%
ALTAMIRA	81,40%	111,13%	6,81%	92,48%
ALTAMIRA	100,00%	27,78%	80,00%	2,07%	100,00%
ALTAMIRA	40,91%	97,43%	6,00%	230,00%
ANAJÁS	188,95%	117,49%	121,00%	212,50%	112,34%	200,00%	6,58%	227,95%
ANANINDEUA	71,53%	79,32%	92,75%	18,20%	72,79%
ANANINDEUA	122,22%	117,70%	120,37%	57,14%	147,84%	75,41%	148,18%
ANANINDEUA	82,24%	104,09%	49,08%	29,82%	101,20%
ANANINDEUA	140,87%	94,84%	31,33%	120,59%
ANANINDEUA	79,15%	88,02%	179,09%	44,67%	9,84%	150,28%
ANANINDEUA	133,44%	94,85%	118,89%	44,77%	...	150,00%	12,22%	183,33%
ANANINDEUA	98,40%	108,09%	43,47%	4,80%	100,00%

Nesse sentido, a Corregedoria-Geral de Justiça do TJPA regulamentou o Programa de Acompanhamento Permanente (PAP) de Unidades Jurisdicionais e elaborou Planos de Ação para 11 unidades com maior dificuldade em atingir a Meta 2 ao longo de 2021 e mais 10 unidades ao longo de 2022, visando cumprir a diretriz estratégica estabelecida pelo CNJ. A Coordenadoria de Controle de Indicadores e Metas fez o monitoramento diário de produtividade das unidades selecionadas. Solução customizada de PowerBI foi produzida para monitorar as unidades avaliadas no PAP e todas as demais unidades judiciárias do Estado a fim de detectar a necessidade de algum trabalho pontual ou correcional, dependendo dos resultados em relação às Metas Nacionais, nível de processos paralisados ou quantidade de baixas em relação aos casos novos, que definem o Índice de Atendimento da Demanda (IAD).

METAS NACIONAIS

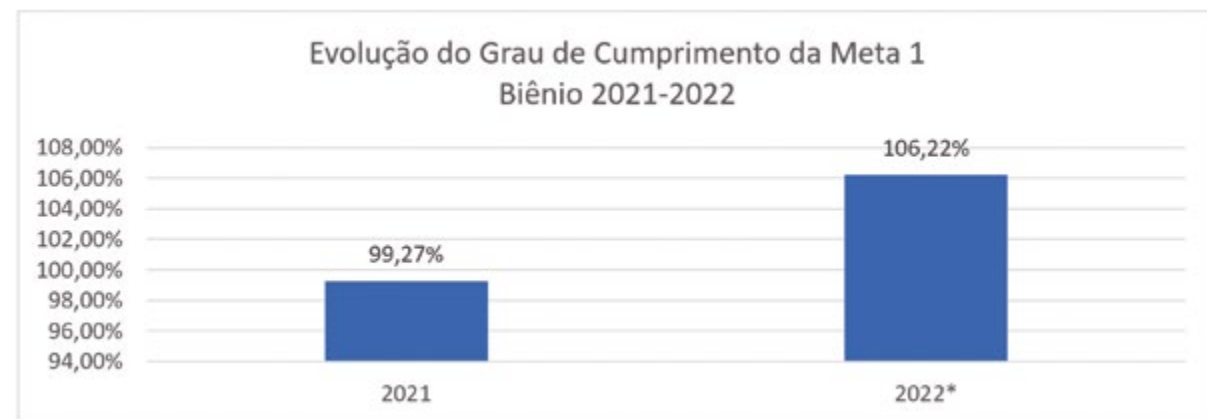
META 1 (PRODUTIVIDADE)

Até dezembro de 2022, o TJPA julgou 103,15% dos processos distribuídos desde janeiro de 2021, considerando o resultado de todos os segmentos de justiça: 1º grau, 2º grau, juizados e turmas recursais.

REGIÃO / SEGMENTO	Processo recebidos entre janeiro de 2021 e dezembro* de 2022	Processos julgados entre janeiro de 2021 e dezembro* de 2022	Grau de cumprimento
1º Grau	330.595	363.672	110,00%
Juizados Especiais	77.057	80.083	103,93%
2º Grau	65.289	57.394	87,91%
Turma Recursal	27.191	14.719	54,13%
Total	500.132	515.868	103,15%

Fonte: DEPGE/COCIM
*Posição até 23/12/2022

As Unidades de Justiça do 1º grau receberam pouco mais de 363,6 mil processos nos últimos 24 meses, enquanto os juizados especiais apresentaram demanda processual superior a 80 mil novas ações no mesmo intervalo de tempo. Considerando todos os segmentos, o TJPA recebeu quase 516 mil casos novos. No mesmo período, foram julgados pelos segmentos de justiça do estado mais de 500 mil processos de conhecimento.

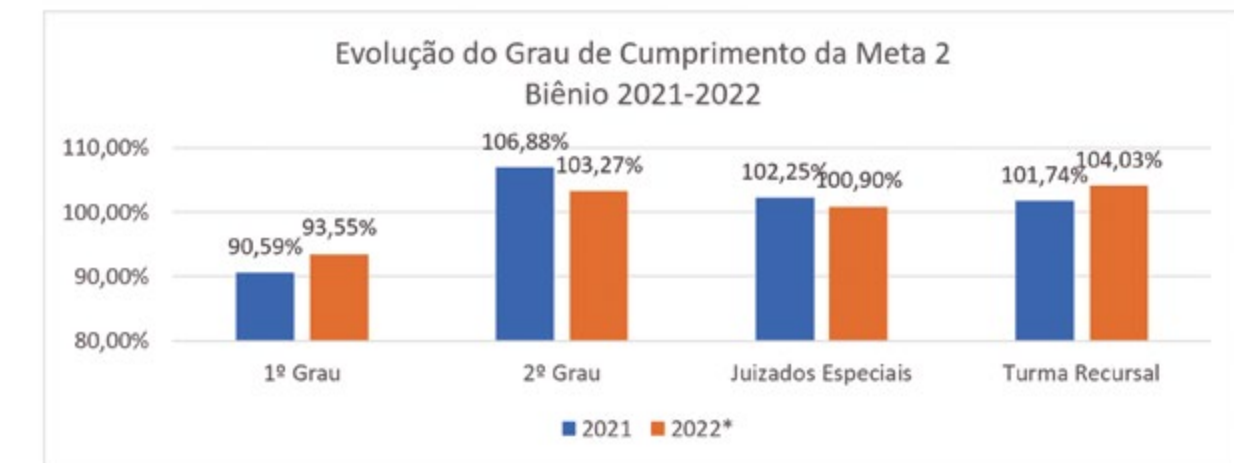


Fonte: DEPGE/COCIM
*Posição até 23/12/2022

META 2 (CELERIDADE)

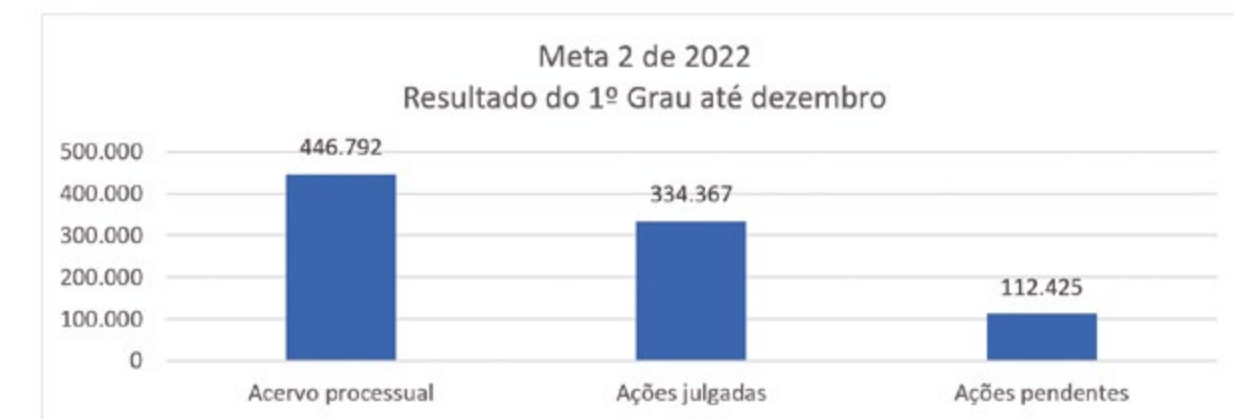
Até dezembro de 2022², o TJPA cumpriu 93,55% do objetivo de julgamento de processos distribuídos até 31/12/2018 no 1º grau, segmento que possui o maior volume de ações mais antigas.

Os segmentos Turma Recursal, Juizados Especiais e o 2º Grau da Justiça Paraense cumpriram a Meta 2 no biênio 2021-2023.



Fonte: Power BI
*Posição até 23/12/2022

Levando em consideração apenas o resultado do 1º grau em 2022, esse segmento precisaria ter julgado pelo menos 23,1 mil processos, do total de ações pendentes até dezembro (112.425), para fins de cumprimento da Meta 2.



Fonte: Power BI

² Posição até o dia 23/12/2022

META 3 (CONCILIAÇÃO)

De acordo com os dados disponíveis no Portal de Resultados das Metas Nacionais do CNJ, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará obteve 101,25% de cumprimento da Meta 3 de 2022, cujo objetivo é superar

o índice de 2021 (17,65%) em 2 pontos percentuais, ou seja, o TJPA deveria finalizar o mês de dezembro/2022 com percentual de conciliação igual ou superior a 19,65%.

Essa meta visa a impulsionar o número de acordos em conciliações pré-processuais e em ações já judicializadas em todas as unidades judiciárias do estado.

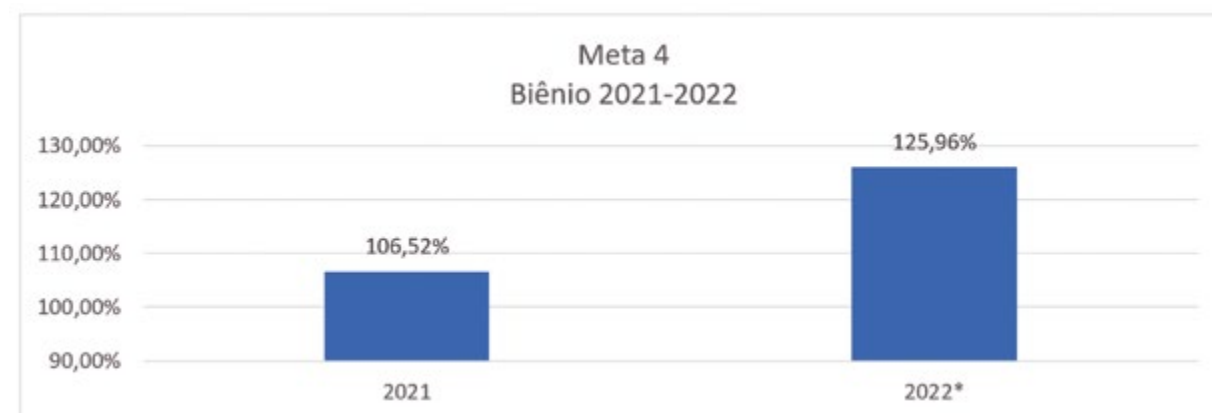
VARIÁVEIS	2021	2022*
Sentenças e decisões homologatórias	27.362	10.352
Conciliações pré-processuais	4.301	2.782
Total de sentenças e decisões homologatórias + Conciliações pré-processuais	31.663	13.134
Sentenças e decisões totais	179.396	66.018
Índice de Conciliação	0,176498	0,198946
Percentual de conciliação	17,65%	19,89%

FONTE: CNJ
 *POSIÇÃO EM 23/12/2022

META 4 (COMBATE À CORRUPÇÃO)

Até dezembro de 2022³, foram cumpridos 125,96% dos objetivos de julgamento das ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas

a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2018.



FONTE: POWER BI
 *POSIÇÃO ATÉ 23/12/2022

³ Posição até 23/12/2022

Considerando a soma de todos os segmentos de justiça do TJPA, foram julgadas 3.887 ações de

um acervo total de 5.143 processos distribuídos até 2018.

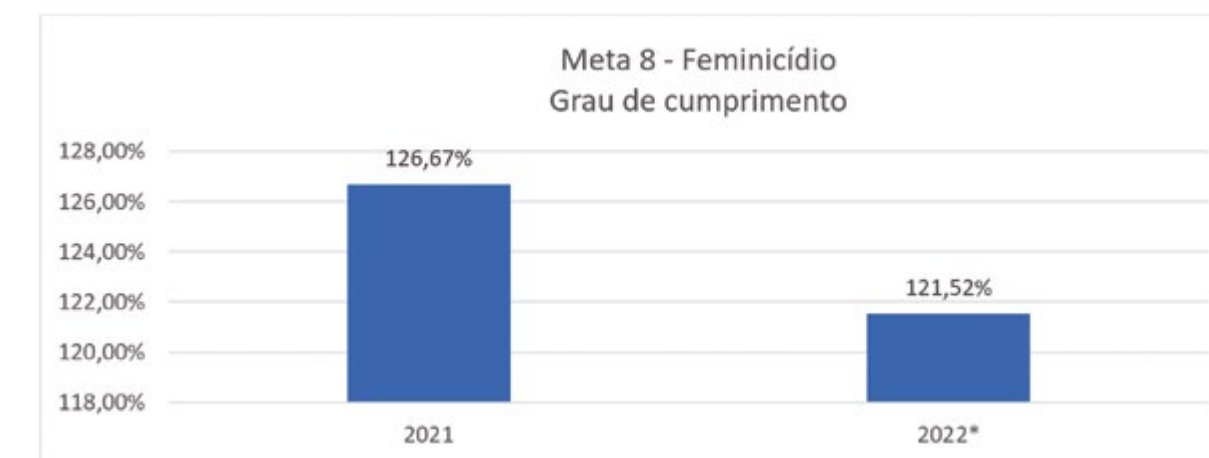


FONTE: POWER BI
 *POSIÇÃO ATÉ 23/12/2022

META 8 (FEMINICÍDIO E VIOLÊNCIA DOMÉSTICA)

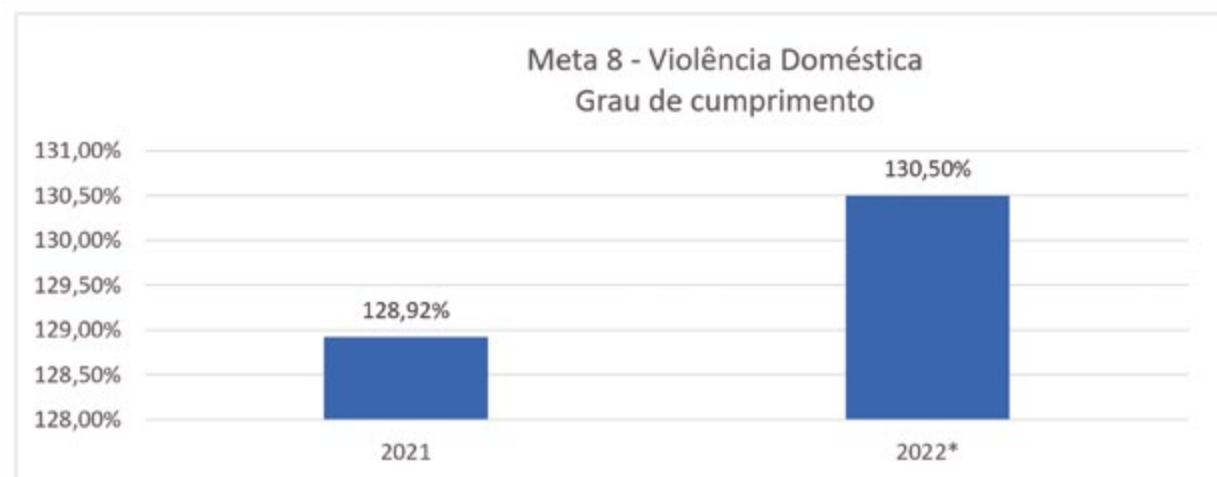
Até dezembro de 2022⁴, foram julgados pelo TJPA 48 casos de feminicídio pendentes de julgamento

e distribuídos até 31/12/2020 e 14.548 casos de violência doméstica distribuídos até 31/12/2020.



FONTE: POWER BI
 *POSIÇÃO ATÉ 23/12/2022

⁴ Posição até 23/12/2022



FONTE: POWER BI
* POSIÇÃO ATÉ 23/12/2022

META 11 (DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE)

O TJPA julgou 16.282 processos da Meta 11 em 2022⁵ relacionados a ações de conhecimento nas competências de Infância e Juventude Cível e de apuração de ato infracional distribuídos até 31/12/2020

no 1º Grau, obtendo com isso grau de cumprimento de 101,73%.

No 2º Grau houve o registro de apenas 1 processo distribuído até 2022, mas julgado em 2021.



FONTE: POWER BI
* POSIÇÃO ATÉ 23/12/2022

META 12 (AÇÕES AMBIENTAIS)

O TJPA julgou 994 processos da Meta 12 até dezembro⁶, relacionados a ações ambientais

distribuídas até 31/12/2021, obtendo 120,08% de cumprimento.



FONTE: POWER BI
* POSIÇÃO ATÉ 23/12/2022

OUTRAS METAS

Em 2022 a Meta 9 tratava da Inovação no Poder Judiciário, tendo o TJPA entregue, dentro do prazo, o Plano de Ação Inovadora, com duas ações em destaque: Desenvolvimento do Robô Migrador 4.0 e o Desenvolvimento da Índia – Indexação de Processos com IA. Essas duas ações foram finalizadas e permitem ao TJPA o cumprimento da Meta 9 de 2022 e,

fundamentalmente, possibilitou a digitalização de todos os casos pendentes do tribunal, eliminando o processo físico e abrindo espaço para a inovação no Poder Judiciário, tendo em vista o vasto horizonte de possibilidades que o processo digital permite em termos de planejamento da organização física, processual e estrutural.

A Meta 10 de 2022 teve perfil qualitativo e tratou

basicamente da implementação do Programa Justiça 4.0 nas unidades jurisdicionais do tribunal, detalhando informações sobre o número de "Núcleos de Justiça 4.0" instituídos, quantidades de unidades com "Balcão Virtual", quantidade de sistemas processuais, entre outras informações que os tribunais de justiça deveriam entregar ao CNJ de forma trimestral.

⁵ Posição até 23/12/2022

⁶ Posição até 23/12/2022

EXPANSÃO JUDICIÁRIA

A COCIM realizou diversas análises de criação de vara e de mudança de competência, dentre as quais podemos ressaltar as seguintes:

- Transformação da 13ª Vara Cível e Empresarial de Belém em Vara Metropolitana de Falência e Recuperação de Empresas;
- Alteração de competência das varas cíveis de Santarém, com destaque para a atual 6ª Vara Cível e Empresarial de Santarém, que passaria a ser denominada Vara de Fazenda Pública e Execução Fiscal, e a 5ª Vara Cível que passaria a ser chamada Vara da Infância e Juventude de Santarém;
- Transformação da 7ª Vara do Juizado Cível de Belém em 3ª Vara do Juizado da Fazenda Pública;
- Criação da 2ª Vara na Comarca de São Félix do Xingu (instalada em 17 de novembro de 2022).
- Criação da 2ª Vara na Comarca de Dom Eliseu (instalada em 10 de novembro de 2022).
- Criação da 3ª Turma Recursal Permanente.
- Criação da Vara de Crimes contra a Criança e o Adolescente de Ananindeua (instalada em 10 de janeiro de 2023).

ÍNDICE DE CARÊNCIA DE VARAS

A COCIM revisou o texto da Resolução nº 16/2010 para ajustar o sentido do indicador do ICV, de forma a considerar como prioritário para criação/instalação de nova unidade aquela comarca com maior índice, diferentemente do normativo anterior, que considerava mais prioritária a comarca com menor índice.

Além do mais, o ICV passou a ser disponibilizado para toda a sociedade, por meio do Portal da Transparência do TJPA, facilitando o acesso a esse importante instrumento de planejamento do Tribunal que procura alocar os recursos de expansão judiciária naquelas comarcas com maior demanda, grande contingente populacional e alta atividade econômica.

NÚCLEOS DE JUSTIÇA 4.0

Em outubro de 2021, o TJPA instituiu o Grupo de Assessoramento e Suporte (GAS) do 1º Grau, visando ao apoio às unidades com grande demanda processual e que apresentavam grande número de processos conclusos para julgamento. Posteriormente, em abril

de 2022, o Grupo foi transformado em Núcleo de Justiça 4.0, através da Portaria nº 1129/2022-GP.

Inicialmente havia três juízes e juízas e cinco servidores e servidoras atuando no grupo. Em dezembro de 2002 o número de juízes e juízas aumentou para seis.

Como resultado prático foram produzidas 8.700 sentenças entre outubro de 2021 (início da operação em 19/10/2021) e dezembro de 2022 (31/12/2022), nas trinta unidades judiciárias atendidas pelo Núcleo, com consequente reverberação nos resultados das Meta 1 e 2 dessas unidades e do TJPA em 2022.

O Grupo de Auxílio Remoto (GAR) de processos inseridos na Meta 4 do CNJ, instituído pelo TJPA desde 2015 para impulsionar os processos de improbidade e crimes contra a administração pública, evoluiu em 2022 para se transformar em Núcleo de Justiça 4.0, com 10 juíze(a)s associado(a)s na época da transformação. Até outubro de 2022, do total de 771 sentenças produzidas ao longo do ano no universo da Meta 4, 51% foram construídas pelo Núcleo de Justiça 4.0 Meta 4. O trabalho realizado pelo grupo tem sido de excepcional importância para o cumprimento da Meta 4 por parte do TJPA (que a cumpriu pela primeira vez em 2021), com consequente repercussão no Prêmio CNJ de Qualidade.

Publicações

Portaria Nº 293/2022-GP

Institui o Sistema Normativo Administrativo (SINAD), repositório eletrônico dos documentos normatizados das unidades do PJPA para organizar, padronizar e gerir as políticas, processos e controles das atividades administrativas.

Lei Estadual Nº 9.611 de 02 de junho de 2022

Altera a estrutura de unidades administrativas do Judiciário do Pará quanto à auditoria Interna e ao Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística.

Portaria Nº 1227/2022-GP

Atualiza as regras e diretrizes de planejamento das contratações de bens e serviços no âmbito administrativo do TJPA, revogando a Portaria nº 686/2020-GP.

Portaria nº 1719/2022-GP

Regulamenta a análise de conformidade dos processos administrativos pelas unidades no âmbito do PJPA, revogando a Portaria 683/2020-GP.

CONFORMIDADE

A partir de 25 de maio de 2022, a análise de conformidade passou a ser considerada ação da 1ª linha, inerente às unidades, devendo o DEPGE atuar somente na 2ª linha, de forma complementar, consultiva e estratégica. Os processos administrativos, portanto, não tramitam mais pela DVCOP.

Resolução nº 19/2022-PIPA

Institui a Política de Governança e Gestão das Contratações Públicas no âmbito do PJPA, tendo

como base a Resolução CNJ nº 347/2020 e legislações referentes à matéria.

PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES - PAC

Elaborado no ano anterior e revisado ao longo do exercício, o PAC dispõe de planilha colaborativa na qual as unidades administrativas registram suas alterações, inclusões e exclusões de contratações, ações consolidadas pela Divisão de Controle de Processos Administrativos e submetidas à apreciação da alta gestão. Em breve será disponibilizado o Painel do PAC, para monitoramento e aferição de sua execução. As diretrizes do plano estão estabelecidas nas resoluções de nº 347/2020-CNJ e nº 19/2022-PJPA.

GESTÃO DE PROCESSOS E RISCOS

Alcançar as metas e objetivos estratégicos do Judiciário paraense exige boas práticas de governança corporativa, com processos estruturados de gerenciamento de riscos e controles internos e melhoria contínua na busca de eficiência e eficácia, inclusive via tecnologias como o RPA (do inglês, Robotic Process Automation), IoT (Internet das Coisas) e Workflow Automation (Automação do Fluxo de Trabalho), este último em fase de estudo de viabilidade técnica, para abranger processos que perpassam pelos sistemas utilizados pelo PJPA.

Segue abaixo resumo quantitativo das publicações realizadas no SINAD por unidade:

Tipos de documentação	DEPGE	EJPA	NUGEPNAC	SEFIN	SEGEPE	Total Geral
Fluxograma	2	2	1	25	2	32
Formulário	2					2
Inst. trabalho	1					1
Manual	1					1
Modelo	4					4
Política	1					1
Riscos e controles	1	1		3	2	7
Sigilário	1					1
Total Geral	13	3	1	28	4	49

FONTE: COORDENADORIA DE GESTÃO DE PROCESSOS E RISCO

Novas funcionalidades do Painel de Gestão Judiciária

O Painel de Gestão Judiciário do 1º Grau foi criado e disponibilizado em 2019. Em 2021, novas funcionalidades foram incorporadas a partir das necessidades das próprias unidades, quais sejam:

1 Agregação de dados por Unidade de Processamento Judicial (UPJ): Permite a gestão das atividades dessa modalidade de trabalho. Por meio do filtro na tela principal, o (a) usuário (a) poderá selecionar a UPJ e ter acesso aos indicadores de gestão judiciária e às listas de processos consolidados. Isso possibilita planejar as ações e monitorar os resultados.

2 Criação de lista de processos com pendência de cadastro: Demanda do CNJ ajusta os dados do

TJPA à Base de Dados Nacional (DataJud) e permite às unidades judiciárias visualizarem as pendências de cadastro dos seus processos judiciais.

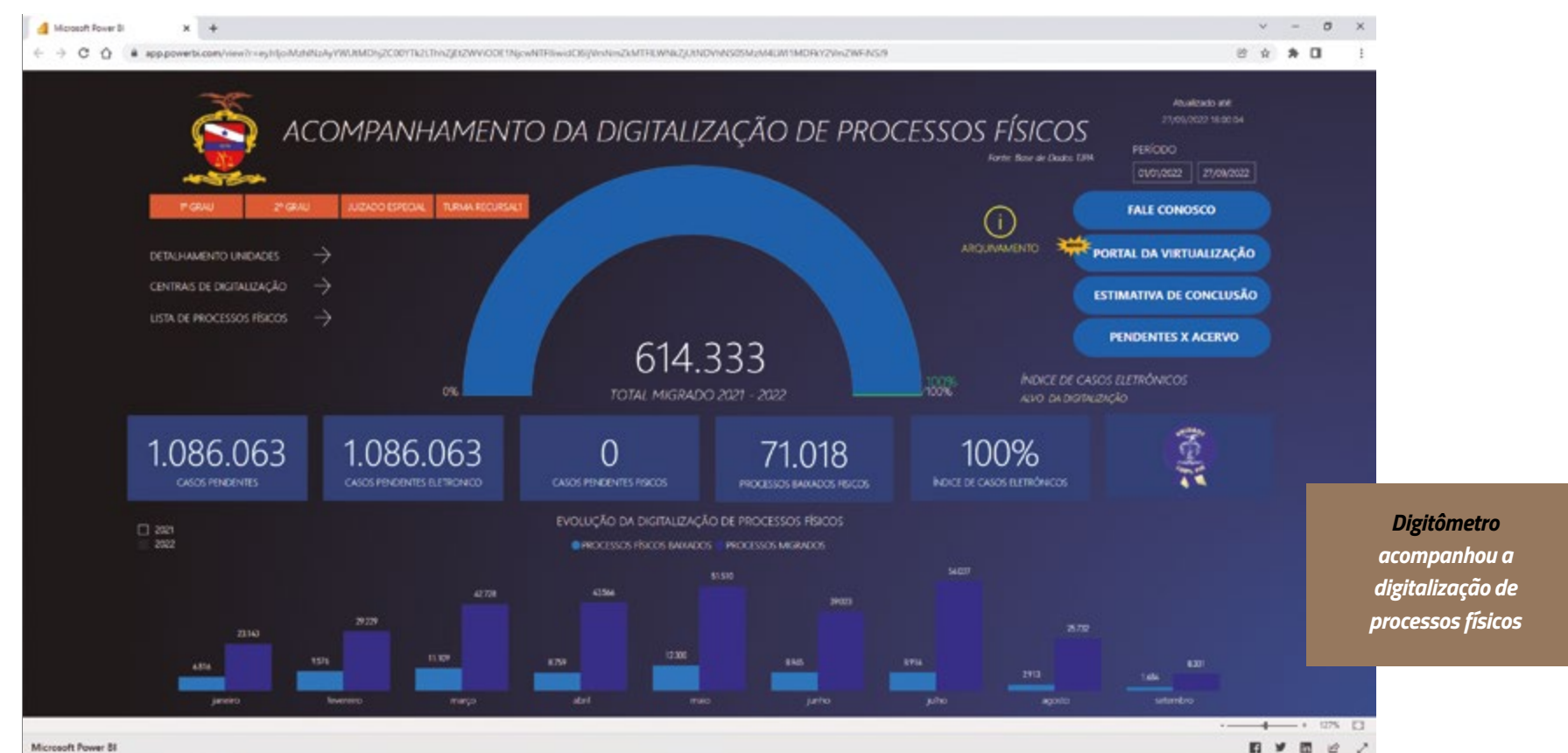
3 Criação da página do Índice de Conciliação (IC): Na aba do “Conteúdo Extra” do Painel, funcionalidade permite que as unidades acompanhem o desempenho do Índice de Conciliação (IC), o que facilita o monitoramento e ações para melhorar esse indicador.

4 Criação de página de Audiências: Unidades podem acompanhar os dados das audiências designadas, realizadas e não realizadas, contemplando audiências de instrução e julgamento, conciliação, preliminares, interrogatório, as definidas no art. 334,

do Código de Processo Civil, justificação, custódia, admonitoria, julgamento e outras organizadas em gráfico e tabela.

5 Resumo por classe do acervo ativo e lista de pendentes: Permitem que as unidades filtrem os dados do acervo e dos processos pendentes e gerem relatórios customizados de acordo com as classes processuais desejadas.

6 Criação da lista de processos conclusos: Demanda das unidades judiciárias para melhorar a gestão do gabinete sobre processos conclusos para julgamento, para despacho e decisão. É possível filtrar os dados por data e sistema.



Digitômetro acompanhou a digitalização de processos físicos



Painel acompanha a realização de diversos atos nos 1º e 2º Graus

● **Painel de Acompanhamento da Digitalização de Processos Físicos** – Digitômetro: Gerencia a migração de processos do sistema Libra para o sistema Pje. Ele permite visualizar o andamento da migração, a redução dos casos pendentes físicos, o aumento dos processos eletrônicos, as baixas de processos físicos, o Índice de Processos Eletrônicos (Icele), além de filtrar dados por unidade judiciária, por classe processual, entre outros. Há gráfico de acompanhamento mensal e diário da migração e agregação dos dados por centrais de digitalização.

● **Painel Operacional da Digitalização de processos físicos:** Ferramenta auxiliar ao Digitômetro para acompanhar as atividades das centrais de digitalização. Ele mostra os dados dos processos recebidos e digitalizados pelas centrais, o que permite verificar o total pendente de digitalização. Os dados são alimentados diretamente pelas centrais de digitalização do 2º grau, Ananindeua, Fórum Cível, Marabá, Parauapebas,

Santarém, Fórum Criminal e Pedreira.

● **Painel de Gerenciamento de Mandados:** Desenvolvida em Microsoft Banco de dados do TJPA, sua finalidade é mostrar relatórios dinâmicos da operacionalização de mandados – distribuição, devolução e os mandados pendentes no âmbito do TJPA. As informações estão dispostas em dados gerais agregados do TJPA, acumulados até a última data de atualização da base de dados do Tribunal; dados gerenciais, desagregados por servidor ou servidora e por unidade de lotação com granularidade diária. O painel permite a visualização de dados com filtros dinâmicos de acordo com a necessidade do (a) usuário (a) e cria relatórios que podem ser exportados para o Microsoft Excel. É possível visualizar dados de mandados distribuídos (apuração mensal acumulada), devolvidos (apuração mensal acumulada), total de pendentes (acumulado com filtro mensal), pendentes no prazo (acumulado com filtro mensal) e pendentes fora do prazo (acumulado com

filtro mensal). O painel oferece os seguintes relatórios:

- 1 Mandados distribuídos, devolvidos, pendentes, por servidor (a), mensal, detalhado por natureza do mandado;
- 2 Processos com detalhamento dos mandados, servidor (a), data do evento e o sistema judicial onde foi movimentado.
- 3 Mandados distribuídos contendo nome do servidor (a), unidade, número do processo e a natureza do mandado com agregação mensal;
- 4 Mandados cumpridos contendo nome do servidor (a), unidade, número do processo e a natureza do mandado com agregação pela situação (no prazo ou fora do prazo);
- 5 Resultado da diligência contendo nome do servidor (a), unidade, número do processo e a natureza do mandado com agregação pelo status (cumprido com finalidade atingida, cumprido com finalidade não atingida, cumprido em parte, mandado cancelado, não

GERENCIAMENTO

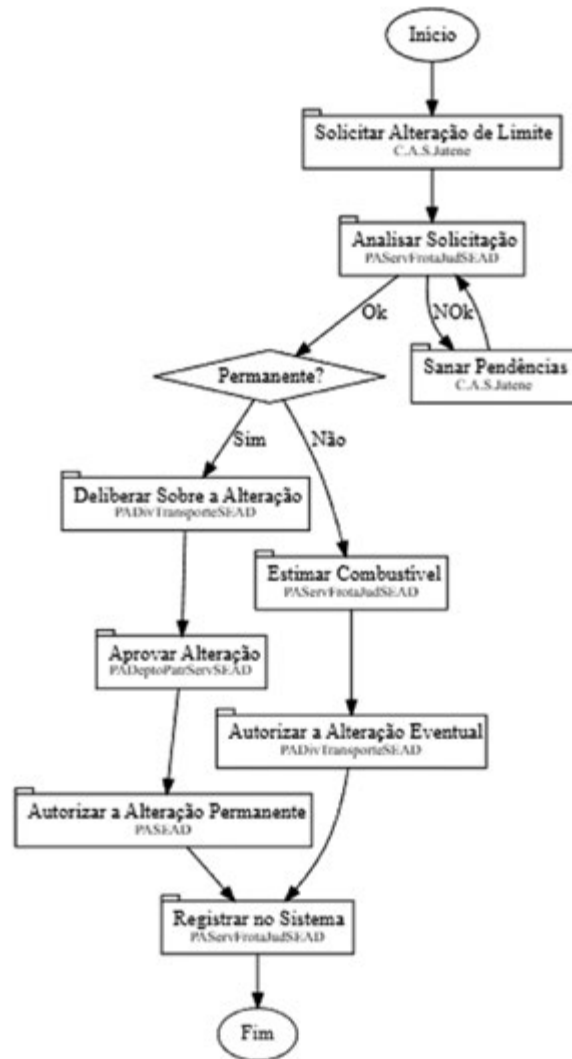
Sead automatiza fluxo de trabalho no Sistema Siga

Iniciativa pioneira já disponível está sendo aplicada de forma piloto no processo de alteração de limite de combustível

A implantação do módulo Workflow (SIGA-WF) no sistema SIGA representou um salto de qualidade à gestão dos processos de trabalho executados pela área meio do Poder Judiciário do Pará. Disponibilizada na última atualização da versão do Sistema SIGA, a ferramenta automatiza fluxos de trabalho e sistematiza a operacionalização dos processos.

O módulo disponível no Sistema SIGA padroniza e automatiza fluxos e gerenciamento de tarefas e melhora a qualidade e a apuração da produtividade de setores e servidores(as). A ferramenta constrói fluxos de trabalho que suprimem a interferência dos responsáveis pelas tarefas, conduzidas pelo fluxo de forma automática. Isso torna as execuções mais ágeis devido à redução de inconformidades nas instruções das demandas.

Como etapa piloto da implantação, foi selecionado o processo "Alteração de Limite de Combustível", processo amplamente utilizado pelo Departamento de Patrimônio e Serviços. Uma cartilha e vídeo orientaram a utilização do fluxo pelas unidades demandantes.



Fluxo de trabalho – SIGA Workflow

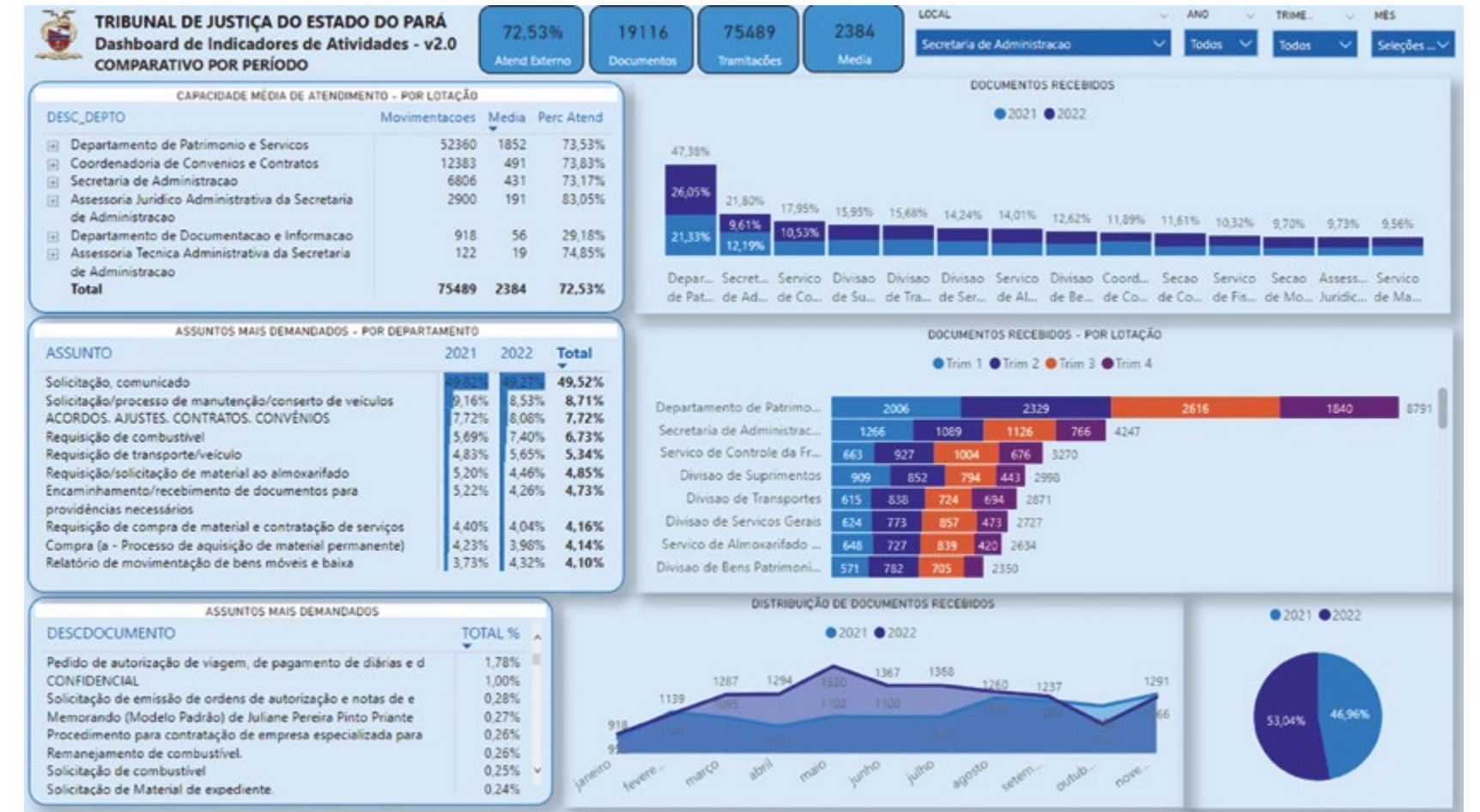
O Workflow torna as execuções mais ágeis devido à redução de inconformidades nas instruções das demandas.

MAPEAMENTO

A SEAD mapeou seus processos de trabalho, contemplando a modelagem de 88 processos e subprocessos, etapa relevante na implementação dos fluxos no Sistema Siga. A ação disseminou conhecimento entre servidores e servidoras, fez avançar o nível de maturidade e promoveu a melhoria nos processos de trabalho, dando mais eficiência à gestão das atividades e tarefas, com ganho considerável de agilidade, pois elimina tramitações desnecessárias e identifica gargalos em seus fluxos.

MONITORAMENTO

Para monitorar suas atividades, foi desenvolvido um painel de indicadores em Microsoft Power BI, para acompanhar e gerir as atividades e tarefas dos processos de trabalho no sistema SIGA, além de outros instrumentos de acompanhamento. De janeiro de 2021 a novembro de 2022, foram atendidos (recebidos e tramitados) nas caixas da SEAD mais de 19 mil documentos distintos, de assuntos diversos, ultrapassando 79 mil tramitações para atender a esses documentos. Houve ainda uma variação de acréscimo de 15% de recebimento, comparando-se os períodos de janeiro a dezembro de 2021/2022.



Painel de indicadores de atividades da SEADM

CONTRATAÇÕES

A Secretaria de Administração participou ativamente da regulamentação da Governança das Contratações, cujo trabalho culminou com a publicação da Portaria nº 019/2022, que dispõe sobre a Política de Governança e Gestão das Contratações Públicas do

Poder Judiciário do Pará, atendendo ao macrodesafio "Aperfeiçoamento da gestão administrativa e da governança judiciária".

CAPACITAÇÕES

A Secretaria de Administração bateu recorde de

capacitação no biênio 2021/2023. Foram mais de 6,4 mil horas/aula em treinamentos, entre cursos e seminários, em diversos temas, contudo a participação mais expressiva foi para as atualizações da nova Lei Nº 8.666/1993 e Nº 14.133/2021, em vigor a partir de 1º de abril de 2023, que trata das licitações públicas. O quadro abaixo ilustra a distribuição da capacitação.

DEPARTAMENTO	TOTAL DE SERVIDORES	TOTAL DE CURSOS	TOTAL HORAS
CCC	21	82	2.517
DPS	44	51	2.110
GABINETE E ASSESSORIAS	11	36	1.221
DDI	10	15	623
Total Geral	86	184	6.471

FONTE: SEADM

CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Elaborados em 2021, em parceria com o Núcleo Socioambiental, a Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário do Pará (PJPA) e o Plano de Contratações Sustentáveis (PCS) estão alinhados às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça, que estabelece práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade para melhorar a eficiência do gasto público e da gestão dos processos de trabalho. Previsto no Plano Estratégico Institucional (PEI) do PJPA, o PCS obedece às diretrizes dos planos de Logística Sustentável (PLS) e de Gestão de Resíduos Sólidos (PRS) e foi elaborado para proporcionar maior eficiência e sustentabilidade às contratações, adequando-as aos compromissos e metas do PLS, entre os quais: 1. Contratação de serviço de impressão (outsourcing); 2. Contratação de serviço de transportes, 3. Instalação de estações de água tratada; 4. Implantação de estações de energia solar.



ÉRIKA MIRANDA

FROTA

Dividido em três etapas, o Projeto de Modernização da Frota iniciou com a contratação do serviço de agenciamento/intermediação de transporte terrestre, com solução tecnológica para requisição de veículo em tempo real, por meio da aplicação web e aplicativo mobile - o TRANSJUD. Essa ação permitiu, de imediato, a supressão de 47 veículos, cujo desgaste provocado pela idade não justifica a permanência destes na frota própria do TJPA.

Em continuidade, passou-se à implementação dos serviços de locação, dos quais foram contratados 100 veículos de empresas de locação, com e sem condutores.

Os ganhos de eficiência, celeridade e economia, observados na implementação do projeto, permitiram iniciar a fase de expansão do Projeto, da seguinte forma: a ampliação da abrangência do TRANSJUD para a Região Metropolitana de Belém e às Comarcas de Marabá, Santarém, Altamira, Redenção e Itaituba.

A expansão do quantitativo de veículos loca-

dos, com a contratação de mais 41 veículos, sendo 16 oriundos de aditivos aos contratos em vigor e 25 advindos de novo contrato celebrado no final de dezembro de 2022.

Ao final, a nova frota do TJPA ficou composta por 308 veículos, destinados a atender o total de 112 comarcas (Capital e Interior), sendo: 141 automóveis locados e 167 veículos da frota própria. A expansão assegurou melhorias e eficiência na prestação jurisdicional, pois todas as Comarcas dispõem de veículos locados ou remanescentes da frota própria.

Os aspectos positivos do projeto à prestação jurisdicional levaram a alta gestão a aprovar a aquisição e renovação da frota de caminhões e furgões, dada a expansão das demandas de transporte de cargas e da frota atualmente defasada. A contratação está na fase licitatória.

Os resultados da modernização da frota englobam redução dos custos diretos e indiretos, como ma-

nutenção, abastecimento, monitoramento, gerenciamento de multas e licenciamento dos veículos, além dos ganhos sustentáveis com a considerável redução de consumo de combustível, uso de papel (com a eliminação de check-list para controle do uso dos serviços dos veículos) e da diminuição da compra de pneus e de descartes sustentáveis.

Importante citar que a expansão do módulo de gestão de frota no Sistema GRP para comarcas do interior, possibilitou a melhoria da gestão do serviço de transporte e de tomada de decisões mais assertivas por meio da análise dos dados obtidos sobre o deslocamento de veículos. Com os novos instrumentos, observaram-se melhorias tanto na gestão administrativa da unidade, quanto no atendimento de suas demandas, destacando-se a otimização do tempo de espera, celeridade na entrega de documentos, maior abrangência de veículos monitorados, além de consideráveis ganhos econômicos com os novos contratos.

LEILÕES

O 1º Leilão de Imóveis do Poder Judiciário do Pará foi feito em formato eletrônico para possibilitar maior participação e ampla concorrência. Dos quatro

imóveis levados à hasta pública, dois foram arrematados, gerando arrecadação de R\$ 913.072,28 (novecentos e treze mil, setenta e dois reais e vinte e oito

centavos), conferindo um percentual de ganho em torno de 640% (seiscentos e quarenta por cento), conforme demonstrado abaixo:

IMÓVEL / COMARCA	AVALIADO (R\$)	ARREMATADO(R\$)	GANHO (%)
Residência Oficial do Magistrado de Vigia de Nazaré.	52.427,28	52.427,28	0,00%
Residência Oficial do Magistrado de Monte Alegre (somente terreno).	71.045,00	860.645,00	1.111%
Receita Total	123.472,28	913.072,28	639,50%

FONTE: SEADM

VEÍCULOS

Um novo processo de leilão de veículos inservíveis às atividades do TJPA pelo critério da economicidade foi feito em decorrência da implantação do projeto de Modernização da Frota. Foram levados à hasta pública 104 veículos e uma embarcação, com estimativa de lances

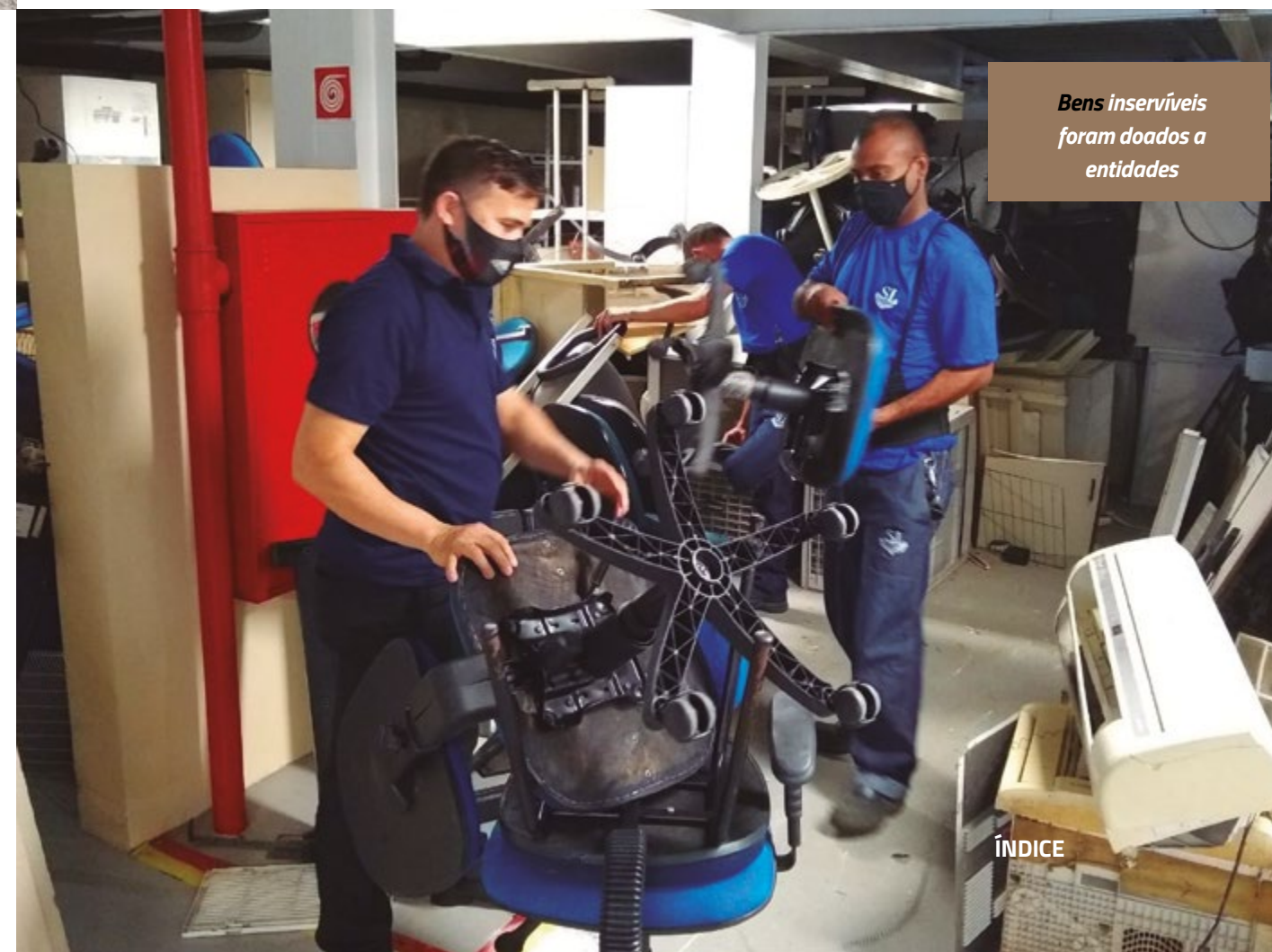
iniciais no valor de R\$ R\$ 1.865.031,40. Ao final do certame foram arrecadados R\$ 3.340.178,51, com ágio de 79% para os cofres do TJPA. Está em fase licitatória novo leilão que levará à hasta pública 51 veículos e pneumáticos, com estimativa de lances iniciais de R\$ 979.104,30.

DOAÇÕES

Foram doados 8.360 bens inservíveis às atividades do TJPA a 32 entidades filantrópicas, 10 na capital e 22 no interior do Estado. Com as doações, o Judiciário cumpre sua função social, otimiza a estrutura judiciária e fomenta ações que estimulem o uso sustentável de bens públicos.

"E-CARTA"

Sistema de Automação de Cartas no Processo Judicial Eletrônico (PJe), o e-Carta permite recepção e envio de arquivos eletrônicos entre o TJPA e os Correios, para comunicar os atos processuais às partes. O e-Carta possibilita, por exemplo, que as secretarias judiciárias das Varas enviem correspondências digitais aos Correios e recebam a devolução dos avisos de recebimento (ARs) em tempo real, por meio das imagens anexadas aos autos. O e-Carta elimina a necessidade de devolução de avisos de recebimentos físicos e a rotina de entrega das correspondências às agências, reduzindo custos e serviços postais e garantindo maior eficiência e celeridade aos procedimentos.



COTAÇÃO ELETRÔNICA

O Sistema de Cotação Eletrônica efetiva convênio firmado com o Governo do Estado e Banpará para adquirir bens e contratar serviços nas hipóteses de dispensa de licitação. Na primeira sessão, em 05 de outubro de 2021, observou-se uma economia média superior a 30%. Em 2022, além de operacionalizar o Sistema Banparanet de cotações eletrônicas, administrado pelo governo do Estado, o Judiciário implementou as Dispensas Eletrônicas executadas via Sistema ComprasGov, do governo federal. Pela adoção das cotações eletrônicas (Lei nº 8.666/93), assim como das Dispensas Eletrônicas (Lei nº 14.133/21), realizou-se instrução de cotação de preços para subsidiar/efetuar 63 certames licitatórios, 45 dispensas de licitação (34 de produtos e 11 de serviços) e 21 estudos para realinhamento de preços/renovação contratual. Dessa forma, o TJPA fez significativa economia em suas aquisições de produtos e contratações de serviços, em decorrência dos dois sistemas garantirem disputas por meio de ofertas, em tempo real, de lances associados às contratações pretendidas.



Projeto Justiça na Escola foi desenvolvido em parceria com a Escola Judicial

RICARDO LIMA

TERCEIRIZADOS

A contratação unificada na prestação de serviço de limpeza, conservação, higienização, copeiragem e apoio administrativo gerou uma economia anual de R\$ 7.758.545,51 (sete milhões setecentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e um centavos), além de permitir que o Poder Judiciário ampliasse sua rede de atendimento a todas as comarcas do Estado.

MEMÓRIA

Em 2021, a Presidência do TJPA publicou cinco normativos na área de Gestão Documental e Gestão da Memória para criar e atualizar Políticas e Programas na área, que atendam às exigências da nova Resolução do CNJ nº 324/2021, com diretrizes e normas

de Gestão de Memória e de Gestão Documental para o Judiciário brasileiro, e da Portaria CNJ nº 135/2021, que estabelece regulamento para concessão do Prêmio CNJ de Qualidade.

Foram publicadas as Resoluções nº 12 e nº 15, sobre as diretrizes e normas de gestão da memória e documental, respectivamente, e a Resolução nº 11, sobre a Política de Preservação Digital que, entre outras diretrizes, cria um repositório digital confiável para preservação e acesso aos documentos eletrônicos produzidos pelo Judiciário paraense. Os normativos atendem aos preceitos da preservação do patrimônio cultural e garantem pontuação para o Prêmio CNJ de Qualidade.

Também foram publicados os programas de diretrizes e normas de Gestão Documental e de Gestão da Memória, nas Portarias PJPA nº 3133/2021 e

2910/2021. Os programas definem procedimentos e operações técnicas à produção, à tramitação, ao uso, à avaliação e ao arquivamento de documentos e processos recebidos e tramitados no PJPA, físicos ou eletrônicos, bem como na área de gestão da memória institucional, que dispõe sobre os procedimentos para a visita institucional e a criação do selo "Documento Histórico".

DOCUMENTOS DIGITAIS

A preservação da Memória do TJPA é efetivada em diversas ações de preservação do patrimônio cultural, destacando-se o Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq), em atendimento ao disposto no art. 34 da Resolução nº 324, de 2020, do CNJ, para possibilitar o acesso aos conjuntos documentais das

áreas administrativa e judicial, em atendimento à preservação digital de documentos.

A Política de Preservação de Documentação Digital (PPDD) institui princípios, objetivos, diretrizes e requisitos à preservação de documentos digitais. Para selecionar os documentos do Repositório que podem ser divulgados ao público, o TJPA implementou a ferramenta AtoM no sistema RDC-Arq, disponibilizando-os no portal do PJPA para que o usuário (a)/pesquisador (a) os utilizem como fonte de pesquisa, ciência e cultura.

HISTÓRIA

O TJPA autorizou o repasse da guarda temporária de 3.814 documentos ao Laboratório de História e Patrimônio Cultural na Amazônia (LABHIST) da Universidade Federal do Pará, campus de Bragança.

Trata-se de processos cíveis e criminais e demais documentos administrativos anteriores ao ano de 1988, relativos ao Convênio de Cooperação nº 021/2017, existentes no arquivo do Fórum daquela Comarca. A guarda é necessária para fins de tratamento, catalogação e digitalização dos processos históricos das Comarcas de Bragança e Ourém. A ação será realizada pela equipe do Projeto Preservação Documental e Organização dos Acervos Históricos das Comarcas de Bragança e de Ourém, no nordeste do Pará (PRODOC).

JUSTIÇA NA ESCOLA

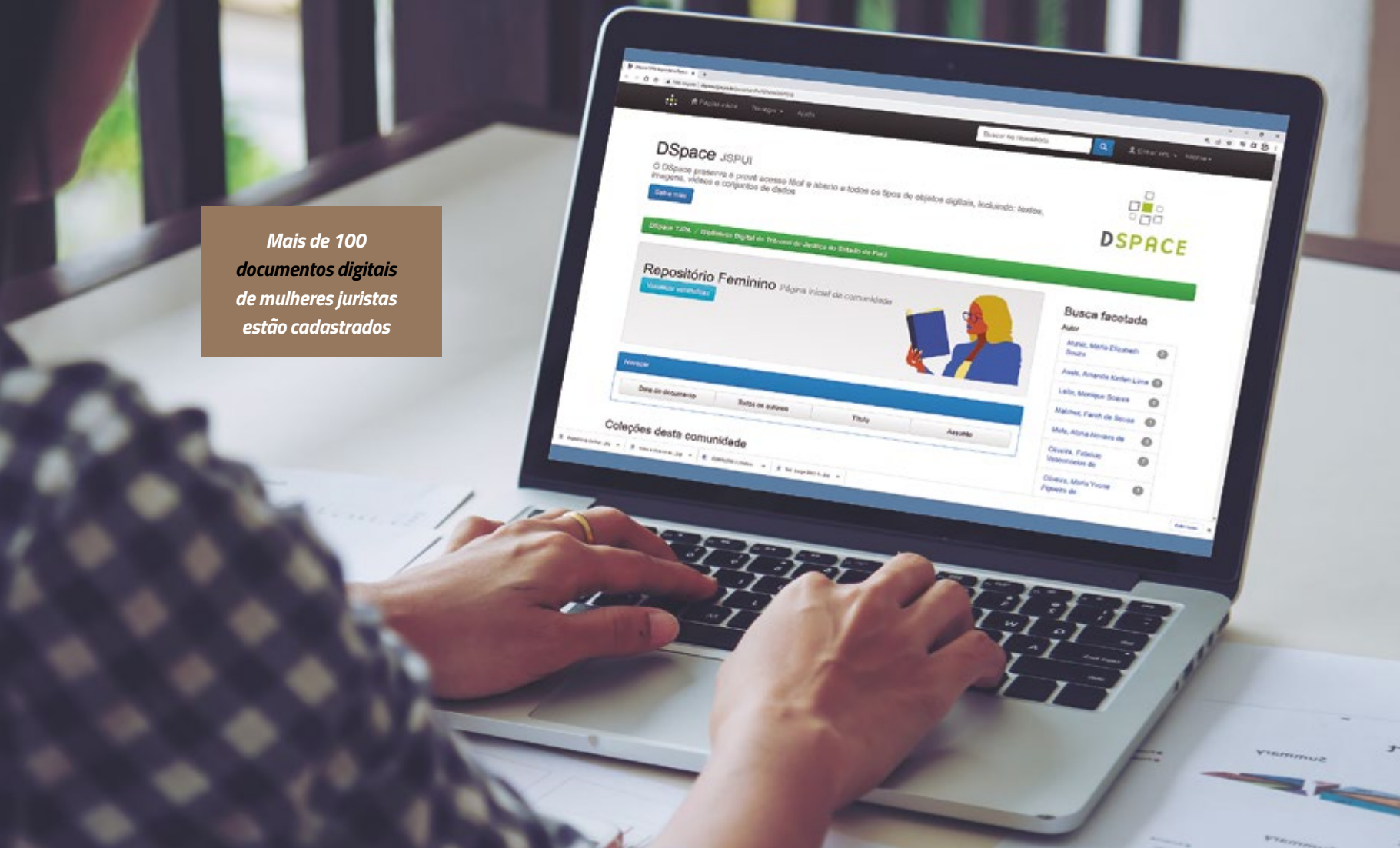
A Portaria nº 2831/2022-GP, de 23 de setembro de 2022, institucionalizou as atividades do projeto "Justiça na Escola", com cerca de 230 estudantes do

ensino médio das escolas estaduais Marechal Cordeiro de Farias e Albanízia de Oliveira Lima. Trabalhando a temática "Educação para a cidadania", o projeto garante informações e ações que aproximam a comunidade escolar do Judiciário a partir de suas práticas.

BIBLIOTECA

A Pesquisa para Mapeamento das Necessidades Informacionais aperfeiçoou a oferta de serviços e produtos e melhorou o atendimento e o relacionamento com a comunidade institucional. Ações de comunicação interna divulgaram produtos e serviços e envolveram a criação de publicações, como o "Informativo do Acervo", "Biblioteca e Você" e o "Boletim COVID-19", além da manutenção das publicações já consolidadas: "Boletim Doutrinário" e o "Boletim Informativo".

Mais de 100 documentos digitais de mulheres juristas estão cadastrados



SUKSAO / FREPPK

MULHERES JURISTAS

Em fevereiro de 2022, a biblioteca Des. Antônio Koury criou a coleção “Repositório de Mulheres Juristas do Poder Judiciário do Pará” em sua biblioteca digital (BD-PJPA). A coleção armazena livros, artigos, produções científicas de mulheres juristas e de mulheres que atuam em outras áreas do conhecimento. Atualmente há 104 documentos digitais cadastrados no repositório feminino da biblioteca.

PALESTRAS

A Divisão de Biblioteca promoveu as palestras “Mulher, Educação e Paz”, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, e “O milagre do achado: uma abordagem histórica da devoção mariana em Portugal e Belém do Pará – origens do Círio de Nazaré”, alusiva ao Círio de Nazaré.

DOAÇÃO DE ACERVOS

Em alinhamento à política socioambiental, a Biblioteca enviou ao Núcleo Socioambiental 58 caixas com 704 publicações, entre livros e revistas para doação. Na mesma perspectiva, a Imprensa Oficial do Estado (IOEPA) desenvolve a campanha “Doe Livros, Doe Conhecimento”, tendo a Divisão de Biblioteca participado com doações, o que lhe rendeu o certificado “Amigo da Leitura”.

BDJUR

Para ampliar o acervo digital, o repositório da Biblioteca Digital do TJPA (BD-TJPA) vem sendo alimentado com documentos digitais produzidos pela instituição ao longo do biênio 2021/2023 e documentos de propriedade autoral do TJPA digitalizados do acervo físico, totalizando 1.149 documentos. A ampliação é

resultado da customização da página, que garante maior visibilidade das informações na BD-TJPA, tornando possível o cumprimento das condições exigidas para participar do consórcio de bibliotecas jurídicas digitais – BDJur.

AMPLIAÇÃO

Para garantir acesso a subsídios doutrinários aplicáveis no exercício das atividades laborais e pesquisa acadêmica de servidores (as) e magistrados (as), aos títulos disponíveis, foram incorporados mais 362 livros e 120 publicações de periódicos no biênio 2021/2023.

ACESSO DIGITAL

Para ampliar o acesso digital à informação, foi contratada a Biblioteca Digital ProView, aplicativo

que permite armazenamento, leitura e consulta de e-books e possibilita o acesso por dispositivos móveis ou computador de forma sincronizada. Além da base ProView, a biblioteca renovou a contratação das bases digitais “Revista dos Tribunais Online” e “Plataforma Fórum de Conhecimento Jurídico”.

GESTÃO DOCUMENTAL

A intensificação da digitalização e migração de processos do sistema Libra ao sistema PJe e o Programa de Gestão Documental provocaram expressivo aumento de produtividade nos serviços de recebimento, tramitação interna, cadastro, desarquivamento, avaliação e eliminação processual.

Os resultados foram possíveis em decorrência do aperfeiçoamento da política de gestão documental e em virtude da otimização de procedimentos e operações técnicas, investimentos em equipamentos mais modernos e ampliação e capacitação das equi-

pes de trabalho.

Dentre os números mais relevantes alcançados pela unidade, destacam-se:

- Gestão e controle de um acervo físico de mais de 2,3 milhões de processos;
- Recebimento de 501.940 processos físicos e 108 comarcas do estado do Pará;
- Tramitação interna de 786.690 processos fisicamente e no sistema Libra;
- Cadastro de 10.256 processos antigos no sistema Libra e salvaguardados no acervo;
- Atendimento de 10.097 solicitação de desarquivamentos físicos e digitais;
- Avaliação de 66.160 processos, sendo destes 4.153 destinados à guarda permanente e 62.007 destinados para eliminação. Através do Núcleo Socioambiental do TJPA, esta massa documental foi destinada à Cooperativa de Trabalho de Catadores de Recicláveis da Amazônia (Cooppresam), beneficiando socioeconomicamente

os catadores (as) e preservando o meio ambiente

VÍDEO

Um vídeo institucional sobre “A História do Poder Judiciário Paraense”, voltado ao público, é usado como suporte didático às ações do Judiciário. A história do Judiciário brasileiro é narrada a partir do Brasil colônia, com curiosidades, inovações ao longo do tempo e, sobretudo, a atuação da Justiça no cenário paraense.

BRAGANÇA

O e-book “Entre atos e autos: Gestão Documental, História(s) e Memória(s) do Judiciário na Comarca de Bragança-PA (1839-2019)” comemorou os 180 anos daquela Comarca. A publicação digital é produto do Convênio de Cooperação Técnica assinado em 2017, entre o TJPA e a UFPA, para tratamento, catalogação e digitalização dos processos históricos da Comarca.



Publicação é resultado de cooperação técnica entre TJPA e UFPA

PERFIL DOS MAGISTRADOS

A série “Perfil dos Magistrados” homenageia desembargadores e desembargadoras que constituem o legado da história do Judiciário paraense. Importante fonte de pesquisa sobre parte da história regional, a publicação é anual e, em regra, quatro desembargadores(as) são escolhidos(as) e homenageados(as), seguindo a alternância de um(a) magistrado(a) vivo(a) e outro(a) já falecido(a). Pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas de

familiares, de amigos (as) e de colegas de trabalho subsidiam as publicações. Em 2022, excepcionalmente, serão lançados cinco perfis, com inclusão de QR-Code, para possibilitar acesso ao áudio da narração e ao conteúdo dos livros a pessoas cegas ou com baixa visão.

MUSEU JUDICIÁRIO

O Museu Judiciário ampliou seu funcionamento com a inauguração de sua nova sede para o palacete

histórico, situado à Av. Nazaré. A mudança amplia o acervo museográfico e permite o aumento das visitas de estudantes, turistas, pesquisadores (as) e transeuntes do centro da cidade, preservando e divulgando a memória institucional do Judiciário e da Justiça na Amazônia, por meio de exposições permanentes e temporárias. A sociedade paraense conta, portanto, com mais um Palacete-museu integrado a projetos turísticos do circuito de museus e que compõem um seleto grupo de edificações conservadas e relevantes para a história de Belém.

RICARDO LIMA



Desa. Célia Pinheiro faz a primeira assinatura no livro de registro de visitantes do novo Museu do Judiciário paraense



Visitas mediadas aproximaram o público estudantil do Judiciário

RICARDO LIMA

VISITAS MEDIADAS

Entre os meses de junho e dezembro de 2022 foram retomadas as visitas mediadas com 15 atividades envolvendo instituições de ensino superior, somando um total de 429 estudantes atendidos (as) com novos conteúdos e dinâmicas para apresentar a história, as curiosidades, a estrutura predial e o funcionamento do Judiciário paraense.

MEMÓRIA VIVA

O programa “Memória Viva” divulga na Web Rádio Jus do TJPA as ações mais relevantes na área da memória, história, cultura e patrimônio

institucional do Judiciário paraense. Em 2022, foram produzidos 16 programas. Dentre eles, a série “Processo Judicial como fonte de pesquisa”, na qual foram relatados processos de grande repercussão na sociedade, como o caso Severa Romana e os Emasculados de Altamira. O programa vai ao ar às terças, quintas e sábados, nos horários de 9h e 16h, ficando disponíveis no podcast do Museu após as apresentações.

VIVENDO A HISTÓRIA

A série “Vivendo a História” é um conteúdo semanal produzido em vídeo que apresenta, de forma detalhada, informações sobre objetos, livros raros, eventos,

peculiaridades históricas, magistrados, magistradas, personagens e patrimônio cultural do Judiciário paraense. As postagens nos perfis oficiais do TJPA no Instagram e no Facebook ocorrem às terças-feiras. Em 2022 foram publicados 34 conteúdos.

ACESSIBILIDADE

A 16ª Primavera de Museus trouxe como tema “História, Independência e Acessibilidade: o bicentário sob a ótica da Numismática e da Acessibilidade”, em comemoração aos 200 anos da Independência do Brasil e à evolução histórica da moeda brasileira. A iniciativa foi realizada, em parceria, entre o TJPA, TRE, TRT8 e TCE-PA.

MUSEU CRIANÇA

O Projeto "Museu Criança" proporciona ao público escolar infantil de crianças entre 6 a 12 anos o conhecimento da cultura e da história da Justiça na Amazônia, por meio de brincadeiras, contação de histórias, teatro e diversas atividades lúdicas e educativas que contribuem para a formação da criança como cidadã consciente e participativa em um Estado Democrático de Direito, além da visita ao prédio histórico "Lauro Sodré", sede do TJPA. A iniciativa teve início em junho de 2022 e até outubro foram atendidas cerca de 150 crianças de 4 instituições de ensino infantil de Belém-Pará.

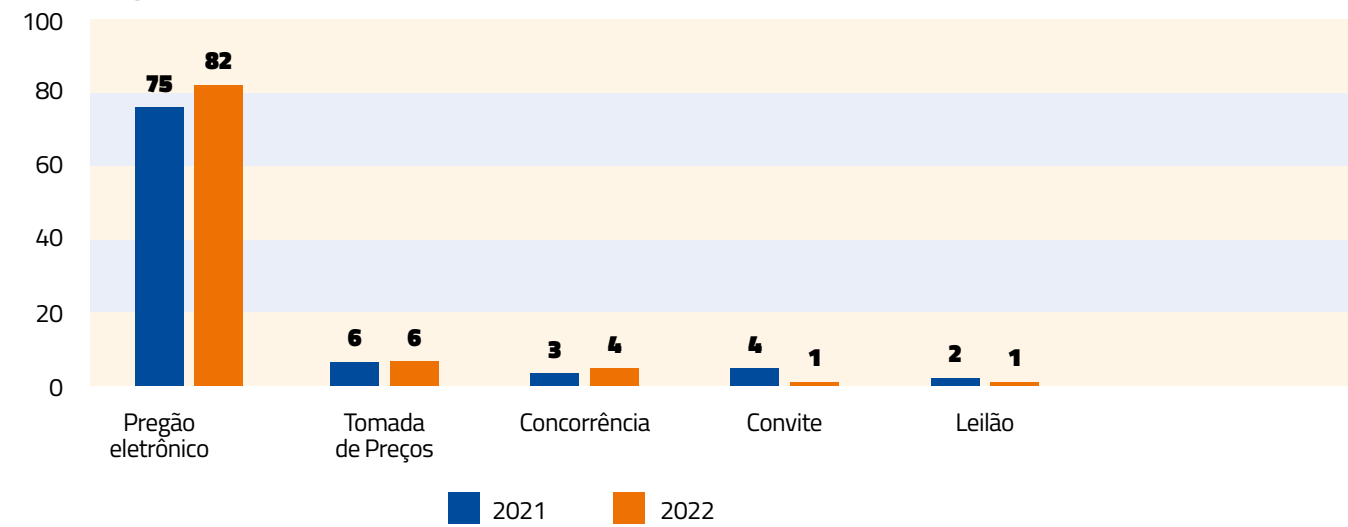
CONTRATOS E CONVÊNIOS

A Coordenadoria de Contratos e Convênios-CCC mapeou seus processos de negócio para padronizá-los, documentá-los, melhorar a eficiência nas rotinas e otimizar tempo e pessoal empregado nas atividades de competência do setor. Foram modelados 16 processos, conforme a notação gráfica BPMN, em convergência com as boas práticas de gestão. O mapeamento dos processos revelou a necessidade de uma reengenharia na unidade para ajustar a distribuição de tarefas e funções e adotar mecanismos que proporcionem maior segurança e menores riscos aos processos gerenciados.

LICITAÇÕES

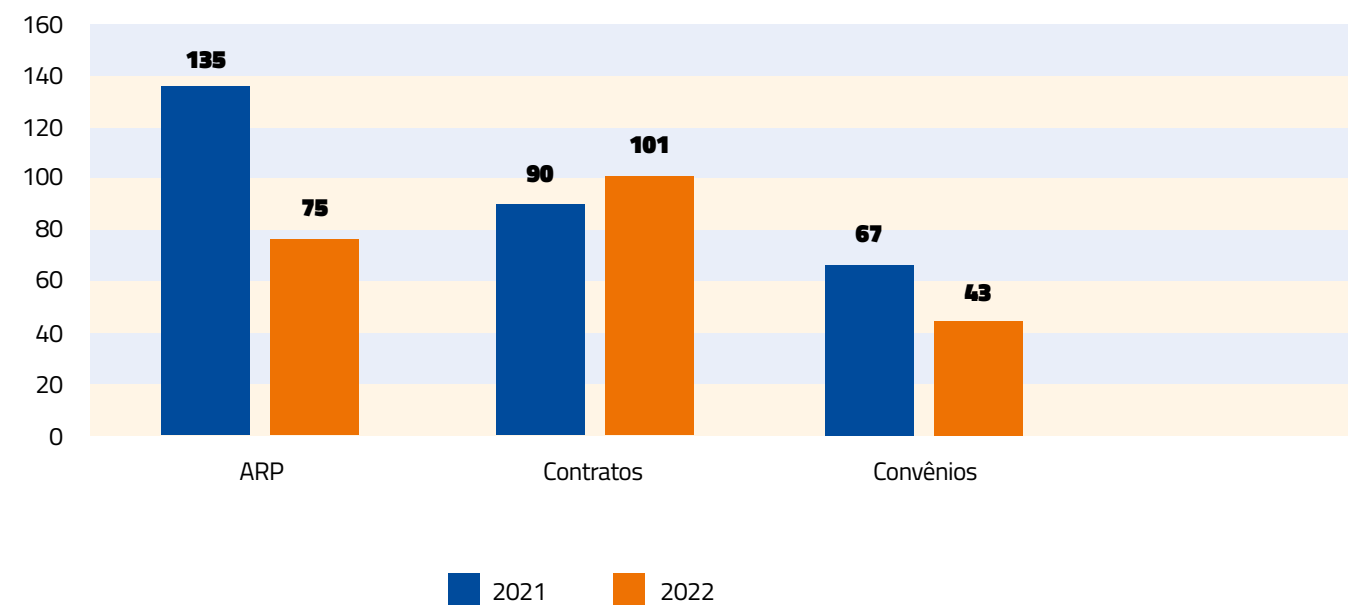
Foram realizadas 184 licitações que, somando-se às demais contratações, resultaram em 401 instrumentos contratuais formalizados, incluindo as atas de registro de preços. No que se refere aos instrumentos de parcerias, houve 110 formalizações. Dentre as contratações firmadas, vale ressaltar as estratégicas, entre as quais as de obra e ampliação dos Fóruns, aquisição de equipamento e serviços de tecnologia, manutenção predial, contratação de mão de obra terceirizada e quarterização dos serviços de transportes.

LICITAÇÕES



FONTE: SEADM

INSTRUMENTOS FORMALIZADOS

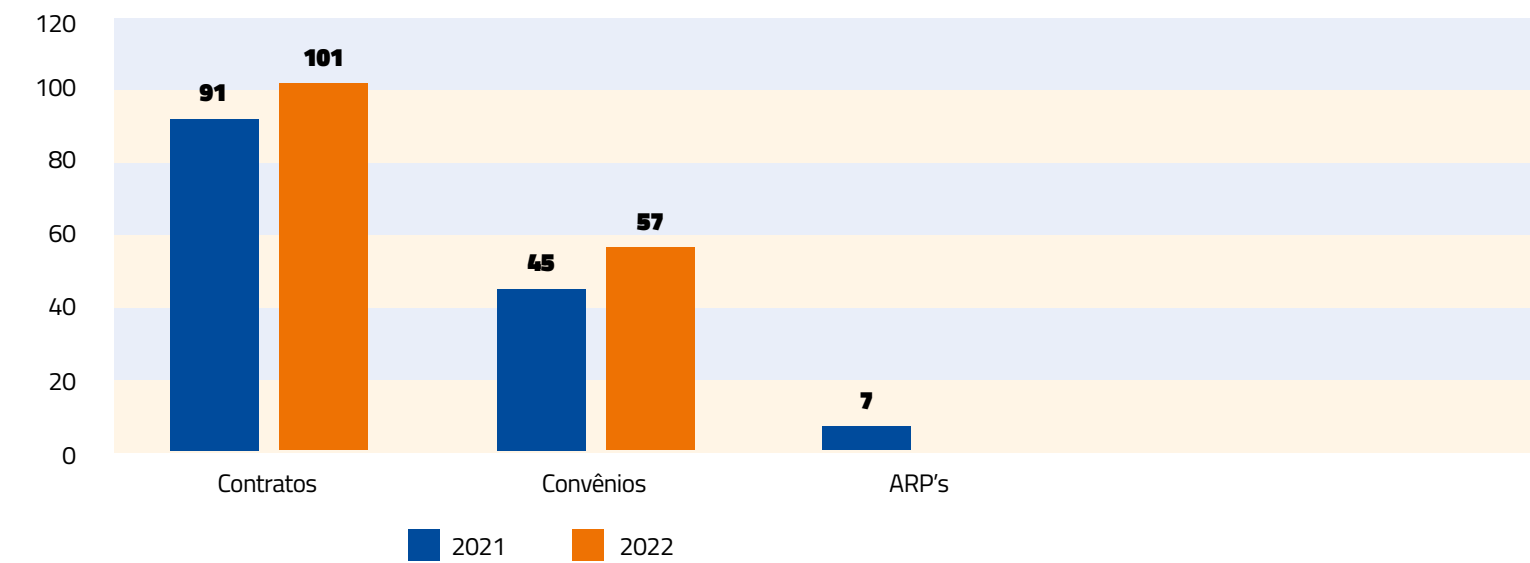


FONTE: SEADM

As alterações contratuais de prorrogação do prazo de vigência, reajuste de preços, repactuação, reequilíbrio econômico-

-financeiro, acréscimo/supressão, dentre outros, somaram 301 termos formalizados para atender às necessidades do Judiciário.

ALTERAÇÕES CONTRATUAIS



FONTE: SEADM

A publicidade dos instrumentos firmados, através da atualização do site institucional, com informações sobre contratos, convênios, aditivos, atas de registro de preços, licitações e demais instrumentos firmados, de forma contínua e periódica, foi responsável pela nota máxima aos itens do Ranking da Transparência em 2021, contribuindo para a primeira colocação do TJPA nessa aferição.

PARCERIAS

A renovação e a abertura de novos acordos e convênios

efetivaram a política de parcerias do Judiciário paraense, destacando-se entre elas a formalização de acordos de cooperação técnica para implementar o acervo 100% digital, através da digitalização e virtualização do acervo físico dos processos judiciais, de estruturação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – Cejusc, do enfrentamento à violência doméstica e familiar e do apoio e ressocialização de apenados (as), egressos (as), abarcando os macrodesafios agilidade e produtividade na prestação jurisdicional, prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos e aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal.

Unidade Responsável	Quantidade de Parcerias	Biênio 2021-2023	
		Formalização	Prorrogação de vigência
Grupo Gestor da Digitalização / Juizes	44	40	5
NUPEMEC / CEJUSC	14	5	3
CEIJ / CEVID / GMFSC / OUTROS	33	3	9

FONTE: SEADM



Lista de Ordem Cronológica de Precatórios do TIPA pode ser acompanhada em tempo real

PRECATÓRIOS

Processo Judicial Eletrônico ampliou o acesso aos autos

Atualizações das listas em tempo real permitem que beneficiários(as) acompanhem sua posição no cronograma de pagamentos

Um dos avanços significativos do biênio 2021-2023 para a Coordenadoria de Precatórios foi a certificação de unidade 100% PJe, em 2 de junho de 2022, após ter concluído em abril a migração de todo o seu acervo de precatórios físicos para o sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe), culminância de um trabalho iniciado ainda em 2021, com as adaptações feitas para a inclusão no sistema eletrônico. Em agosto daquele ano, a Coordenadoria de Precatórios começou a digitalização de seus processos e, a partir de maio de 2022, a tramitação de precatórios passou a ser exclusivamente por meio eletrônico, com envio do ofício pelo juízo da execução diretamente pelo sistema PJe.

Essas providências melhoraram e ampliaram o acesso aos autos a beneficiários, beneficiárias, advogados e advogadas, possibilitando intimações com maior rapidez a interessados e interessadas. Em agosto de 2022 foi disponibilizado o acesso às listas de pagamento de precatórios, incluindo o Estado do Pará e todos os municípios. As atualizações em tempo real possibilitam que o beneficiário ou a beneficiária acesse diretamente na lista de ordem cronológica a sua posição, de acordo com o ente devedor.

Em 2022, foram revisados os fluxos para otimizar os pagamentos e foram emitidos 2.170 alvarás, com um montante pago de mais de R\$ 211 milhões

A coordenadoria é responsável pelos pagamentos de precatórios de todos os entes devedores do Pará, incluindo o próprio Estado e os demais 144 municípios.

PAGAMENTOS

Em 2021, foram emitidos 1.117 alvarás de pagamento, com desembolso de R\$ 90.095.734,58.

Em 2022, foram revisados os fluxos para otimizar os pagamentos e foram emitidos 2.170 alvarás,

com o montante pago de R\$ 211.785.712,57.

No ano de 2021, houve duas chamadas para acordo, resultando em 21 acordos com o Estado do Pará e 3 acordos com o Município de Belém. Em 2022, mais duas chamadas e 59 interessados e interessadas em acordo com o Estado do Pará. A economia resultante aos cofres públicos foi de R\$ 4.696.733,23.

Os acordos com o Município de Belém resultaram na economia de R\$ 5.433.788,66 aos cofres públicos.

A possibilidade de acordo direto está prevista no art. 102, § 1º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

EXTINÇÃO DO REGIME ESPECIAL

No dia 30 de dezembro de 2022, o Juiz Auxiliar da Presidência - Coordenador de Precatórios, Charles Menezes Barros, após pedido e complementação de recursos pelo Estado do Pará, declarou a extinção do regime especial de pagamento de precatórios, voltando o Estado do Pará ao regime ordinário de pagamento, previsto no §5º do art. 100 da Constituição. O Pará é o 4º estado do Brasil a figurar no regime de pagamento ordinário de precatórios.

GOVERNANÇA

Auditorias ajudam a melhorar gestão e processos de trabalho

SEAUD avalia e monitora as unidades administrativas para estimular a eficácia de suas ações

A transformação da Secretaria de Controle Interno (SCI) em Secretaria de Auditoria Interna (SEAUD), em 2022, representou um passo decisivo para padronizar e buscar a excelência nos métodos de auditoria e cumprir a missão institucional e o princípio de integração previsto na Constituição Federal. A Lei Estadual nº 9.611, de 2 de junho de 2022, que criou a SEAUD, atende ao disposto nas Resoluções nº 308 e nº 309 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

No biênio 2021-2023, a SEAUD promoveu auditorias para avaliar e monitorar a atuação e os processos de trabalho das unidades administrativas e estimular melhorias na eficácia do sistema de governança institucional e na gestão.

O Estatuto de Auditoria Interna do Poder Judiciário do Pará institucionaliza o modelo de execução do trabalho. É o documento por meio do qual a gestão define claramente o valor que atribui à independência da auditoria interna, pois define o propósito, a autoridade, a responsabilidade e a posição da auditoria interna no âmbito da Instituição. O Estatuto de Auditoria Interna atende às diretrizes da Resolução CNJ nº 309/2020.

As auditorias avaliaram a eficácia da governança, da gestão, do gerenciamento de riscos, dos controles internos e do alcance dos objetivos estratégicos

O Programa de Avaliação da Qualidade e Melhoria da Auditoria Interna (PAQMAI) avalia a maturidade das atividades de auditoria interna, baseado no Modelo de Capacidade de Auditoria Interna (Internal Audit Capability Model – IA-CM) para o Setor Público, do Instituto de Auditores Internos (The Institute of Internal Auditors – IIA). A publicação do PAQMAI atende às diretrizes da Resolução CNJ nº

308/2020.

As auditorias avaliaram a adequação da eficácia da governança, da gestão, do gerenciamento de riscos, dos controles internos estabelecidos e do alcance dos objetivos estratégicos. Esses são os critérios estabelecidos pelas diretrizes técnicas previstas na Resolução CNJ nº 309/2020. No biênio 2021-2023 houve 11 auditorias, seis no exercício de 2021 cinco em 2022.

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Foram avaliados os processos relacionados à transparência ativa e passiva e de comunicação. Os processos foram mapeados, os riscos foram identificados e avaliados e, ao final, foram propostas 14 melhorias às unidades avaliadas. O objetivo foi atender à iniciativa estratégica “Aprimoramento da comunicação interna e externa”.

ACESSIBILIDADE DIGITAL

Coordenada pelo CNJ, e alinhada à iniciativa estratégica “Promoção do respeito e valorização da diversidade humana, de modo a contribuir



Secretaria de Auditoria Interna compartilhou boas práticas com diversos órgãos

ÉRIKA MIRANDA

para a construção de uma sociedade mais inclusiva”, a auditoria avaliou o cumprimento das normas regulatórias de acessibilidade digital pelo Poder Judiciário do Estado do Pará. Verificou-se a necessidade de melhorias no processo de desenvolvimento de websites e a necessidade de atualização do Planejamento Estratégico em relação à Resolução CNJ nº 401/2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade de inclusão de pessoas com deficiência.

PLANO DE CONTRATAÇÕES

Avaliou-se o processo e a implantação das novas regras de governança das contratações previstas na Resolução CNJ nº 347/2020. Foram recomendadas onze melhorias, dentre elas a demonstração de resultados obtidos na execução do plano, a regulamentação de atribuições de gestão e monitoramento, objetivos, metas e indicadores do Plano de Contratações.

CONFORMIDADE DA PLATAFORMA DIGITAL

Coordenada pelo CNJ, a auditoria avaliou, dentre outros quesitos, se o sistema de gestão de processos judiciais eletrônicos (PJe) está apto a ser integrado à Plataforma Digital do Poder Judiciário (PDPJ-BR), e se os sistemas, módulos e funcionalidades estão aderentes à política de governança da Plataforma Digital do Poder Judiciário.

SISTEMAS INFORMATIZADOS

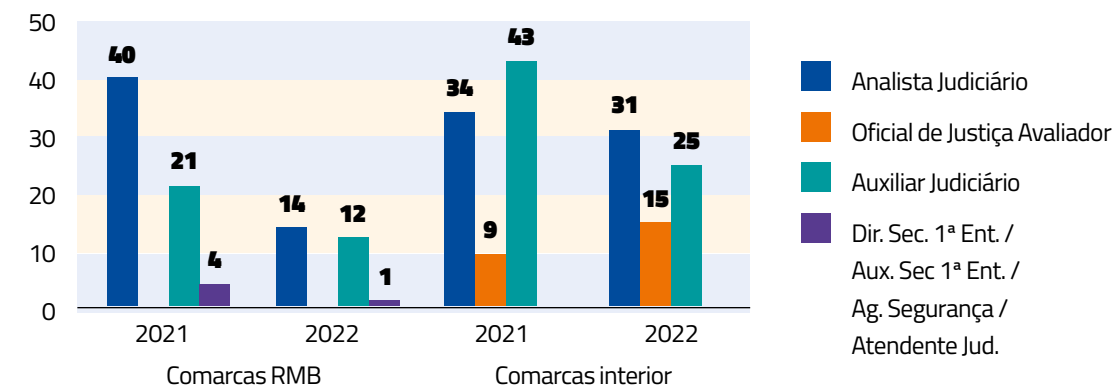
Secretaria moderniza gestão de pessoas

Informatização, construção coletiva e democrática e inovação são os princípios que regem as mudanças implantadas

A Secretaria de Gestão de Pessoas investiu em três ações relevantes para modernizar o processo de alocação, remoção, admissão, dimensionamento e desligamento de pessoal. O concurso de remoção foi totalmente informatizado, a partir de 2021, construído a partir de proposta coletiva, com a participação de sindicato, servidores e servidoras. O novo modelo é mais dinâmico, sem perder de vista os princípios da isonomia, transparência, celeridade e legalidade. Até outubro de 2022 foram removidos 249 servidores e servidoras, aumento de 153 pessoas em relação ao biênio anterior, com variação percentual de 174%. Está programada a remoção de mais 59 pessoas até o final de 2022.

A SGP apresentou proposta de implantação de uma política de sucessão de cargos com foco em liderança, para reduzir a descontinuidade administrativa

REMOÇÃO DE SERVIDORES E SERVIDORAS - 2021/2022



FONTE: SEGEP

O processo admissional foi modernizado a partir da automatização de procedimentos internos, o que garante maior segurança e possibilita o atendimento de ingressantes por plataforma online.

No âmbito da alocação, outra importante ação foi o estudo realizado para definir a lotação paradigma das equipes multidisciplinares e das UPJs, quando foram cotejados dados relevantes para o estabelecimento de uma futura metodologia.

A implantação do processo de desligamento de pessoal foi outro ponto de destaque, tendo sido entrevistados nove servidores desligados até outubro/2022.

GESTÃO DE PESSOAS

Outro ponto de inovação foi a implantação da Política e do Sistema de Governança em Gestão de Pessoas, por meio da Resolução TJPA nº 22/2021, que define os princípios institucionais, diretrizes, objetivos, indicadores e responsabilidades que balizam a gestão de pessoas e fornece um arcabouço normativo e estrutural à tomada de decisões, de forma democrática, com a participação de colegiados especializados em matérias referentes a pessoal.

Em 2022 foi realizado o primeiro diagnóstico sobre o tema, tendo o Índice de Governança de Gestão de Pessoas - IGGP apontado Estágio Intermediário da governança de gestão de pessoas no TJPA (Figura 2).



Ações em saúde foram desenvolvidas com o corpo funcional



ESTÁGIO DE CAPACIDADE DE GOVERNANÇA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TJPA

41,0%



Práticas comprometidas com a governança possibilitaram que o TJPA alcançasse resultado intermediário, o que demonstra que adota parcialmente práticas de governança em gestão de pessoas.

FONTE: SEGEP

A SGP apresentou proposta de implantação de uma política de sucessão de cargos com foco em liderança, para reduzir a descontinuidade administrativa e promover a melhoria contínua e a sustentabilidade dos processos internos, das políticas e das ações de gestão de pessoas. O projeto promove a gestão do conhecimento, estimula a aprendizagem organizacional e o desenvolvimento contínuo de lideranças, preparando gestores(as), magistrados(as) e servidores(as) para as mudanças organizacionais.



Feiras
promoveram
interação e
economia solidária

ÉRIKA MIRANDA

GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

Foi contratada consultoria da Universidade Federal do Pará (UFPA) para implementação de modelo de gestão por competências no âmbito do TJPA, que impactará futuramente em outros processos relevantes, como admissão, alocação e desenvolvimento na carreira. Em 2022, foi implementado o sistema informatizado que gerenciará o processo e feito o levantamento da legislação pertinente aos cargos e funções do TJPA, para nortear os trabalhos futuros.

A informatização do Índice de Capacitação dos Servidores do TJPA, já disponível para visualização no Portal da SGP, dá suporte à proposta de mudança de Avaliação Periódica de Desempenho de Servidores (as), a ser encaminhada para deliberação.

SAÚDE

Para fortalecer a política de atenção à saúde e qualidade de vida, a pesquisa de Clima Organizacional de 2022 foi remodelada, com aplicação de novo instrumento definido com base em metodologia construída a partir dos principais apontamentos teóricos sobre a temática e a experiência observada em outras organizações públicas. Importante destaque foi a parceria firmada com as entidades sindicais (Sinju, Sinjep e Sindojus) e Amepa, na promoção e na divulgação da pesquisa, com um prêmio ofertado pelas organizações para ser sorteado entre participantes, a fim de alcançar maior adesão.

TABELA 5 – EVENTOS DE SAÚDE

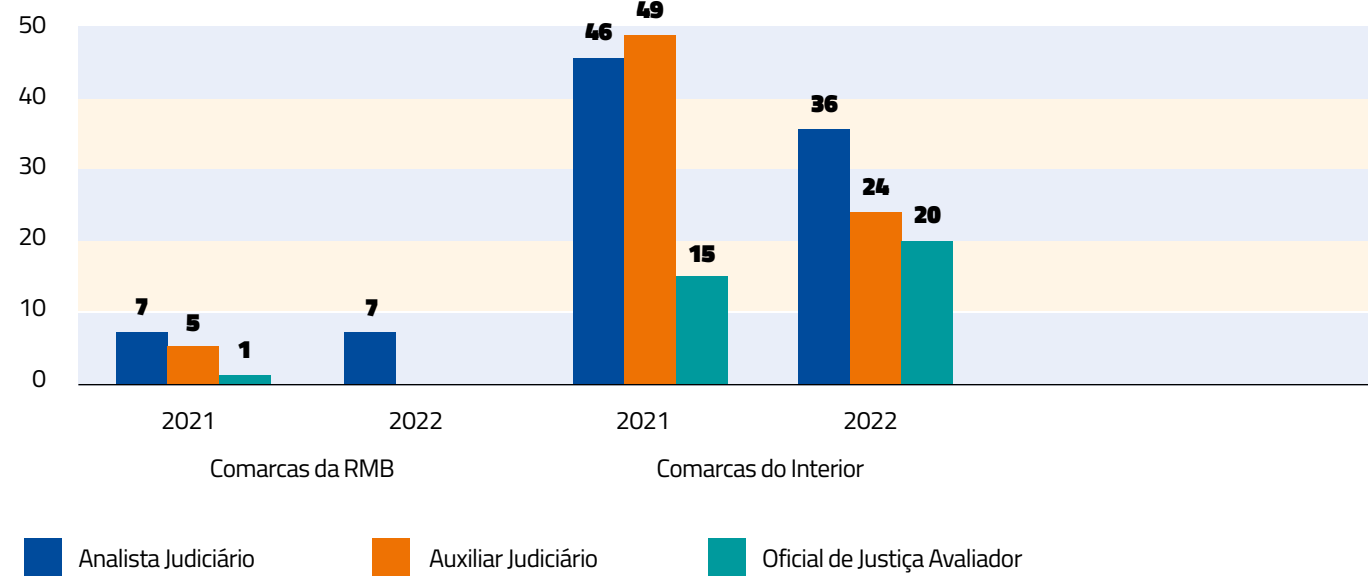
	Eventos Realizados	Público Beneficiado
Fortalecimento da política de atenção à saúde e qualidade de vida.		
Avaliação Ergonômica do posto de trabalho	07	38
Análise de Risco de Posto de Trabalho	03	06
Campanhas educativas em Saúde e Qualidade de Vida: COVID-19; Janeiro Branco; Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Dia do Servidor Público, Novembro Azul, Doação de Sangue, Feira de Produtos Artesanais, Dignidade Feminina (Arrecadação Absorventes), Feira de Agricultura Familiar, Rodas de conversa, Projeto Grupo de Apoio de Retorno ao Trabalho pós Covid-19, Projeto de Acolhimento Psicossocial em Situações de Luto, Programa de Acompanhamento do Desligamento de Servidores.	22	737 + Não mensurado. Veiculado na internet
Material Educativo virtual: Cartilhas, Cartazes, Artigos, Reportagens sobre COVID-19 e outras temáticas de saúde	26	Não mensurado. Veiculado na internet e jornal
Ginástica Laboral	25	307
Exames Periódicos de Saúde	20	126
Vacinação (H1N1)	10	1522
Banners e Vídeos educativos veiculados no Instagram do TJPA	09	Não mensurado. Veiculado na internet
Webinário e Live sobre Saúde e Qualidade de Vida: COVID-19 e outras temáticas de Saúde	06	39+Não mensurado. Veiculado na internet
WebRadioJus: Entrevistas no Programa "Temas de saúde" e Podcast	51	Não mensurado. Veiculado na internet
TOTAL	179	2775 + público não mensurado da internet

FONTE: SEGEP

As ações de saúde foram em grande parte realizadas em Belém e na Região Metropolitana, embora comarcas do interior também tenham promovido ações, a exemplo de Abaetetuba, Tomé-Açu, Parauapebas e Cametá. Para ampliar o alcance territorial, promoveu-se webinários, lives, palestras com transmissão ao vivo, cartilhas, folders, especialmente relacionadas à saúde mental e à pandemia de covid-19.

Diversas ações realizadas, além de constituírem o rol de boas práticas, também possibilitam parcerias internas (com o Departamento de Comunicação, Núcleo Socioambiental e direções dos Fóruns Cível e Criminal) e externas (com a Secretaria de Saúde Municipal – Sesma, a Secretaria de Saúde do Estado do Pará – Sespa, a Santa Casa de Misericórdia do Estado do Pará e a Assembleia Legislativa do Estado do Pará) e empresas privadas (Laboratório Amaral Costa, Centro Universitário Fibra, Universidade da Amazônia – Unama, Liga Interdisciplinar de Saúde da Mulher e da Criança – Lismuc, Clínica Harmonize e Clínica Fisio G).

INGRESSO DE SERVIDORES E SERVIDORAS - 2021/2022



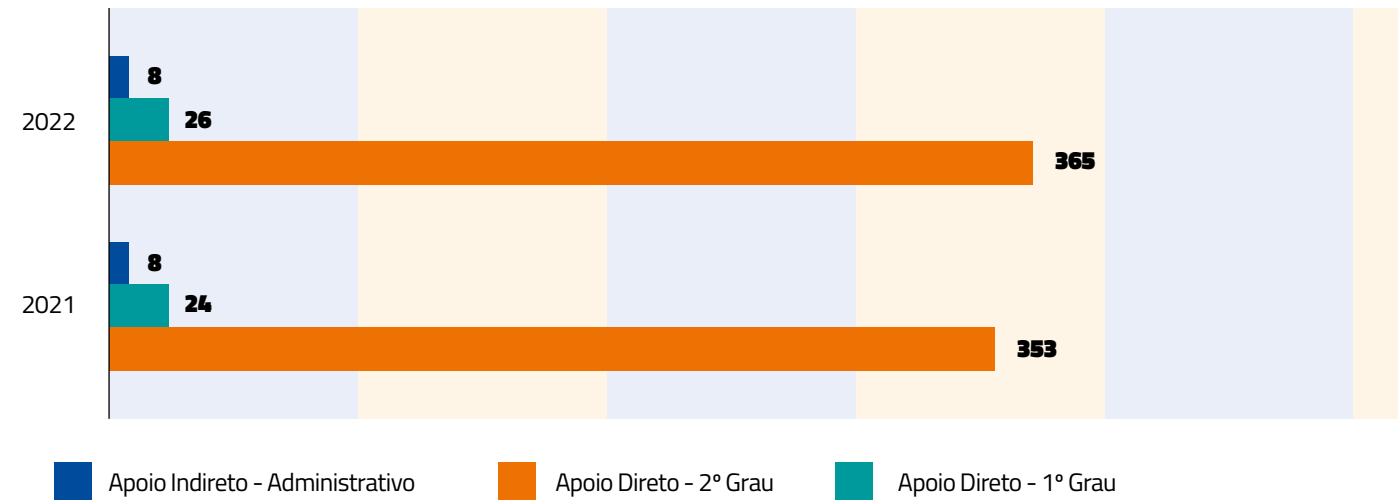
FONTE: SEGEP

O quadro de pessoal do TJPA apresentou evolução, no quantitativo de servidores e magistrados, de acordo com os gráficos 3 e 4.

OS DADOS A SEGUIR SÃO REFERENTES AO INGRESSO DE PESSOAL E À ADEÇÃO AO TELETRABALHO

O gráfico 2 demonstra que, nos anos de 2021 e 2022, ingressaram 210 servidores e servidoras no quadro de pessoal, dos quais vinte foram alocados (as) em seis Comarcas da Região Metropolitana de Belém e 190 nas 107 comarcas do Interior.

QUADRO DE MAGISTRADOS E MAGISTRADAS - 2021/2022



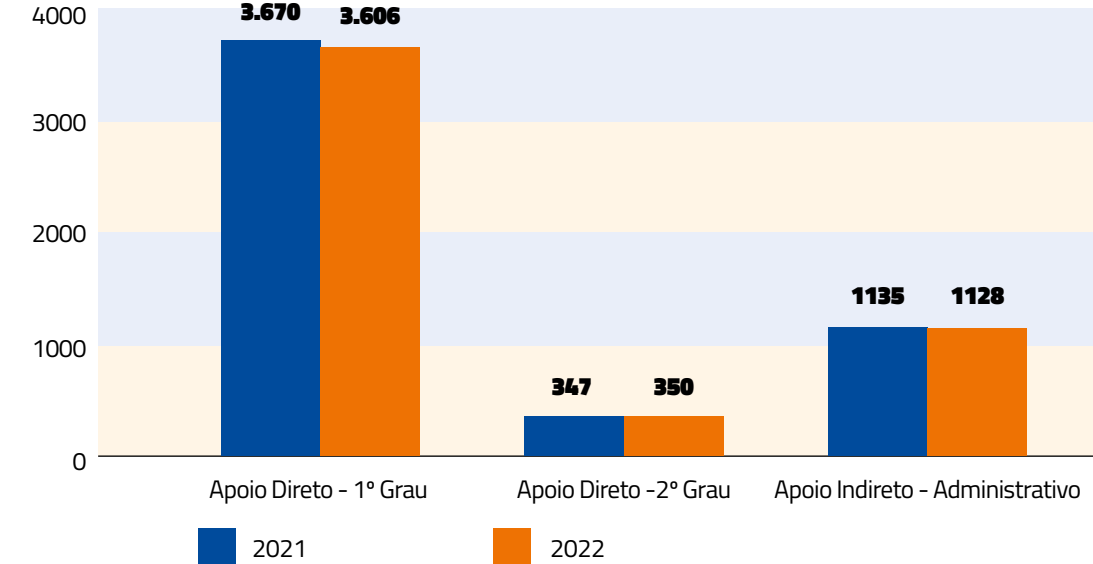
FONTE: SEGEP



DJAMIR SILVA

TJPA empossa 30 magistrados e magistradas em plena pandemia, em 2021, ampliando o número de juízes e juízas disponíveis no interior e na capital

QUADRO DE SERVIDORES E SERVIDORAS - 2021/2022



FONTE: SEGEP

Ressalta-se a crescente adesão à modalidade Teletrabalho que, em 2021, envolveu 129 servidores e servidoras. Atualmente, permanecem no Teletrabalho 344 servidores e servidoras, dos quais 159 nas comarcas da Região Metropolitana de Belém e 185 nas comarcas do interior.



RICARDO LIMA

Abertura da XVII
Semana Nacional de
Conciliação no Pará



ÉRIKA MIRANDA

Ministro do STF Luiz Fux
foi condecorado com a
medalha da Ordem do
Mérito Judiciário



RICARDO LIMA

Programação
alusiva ao Dia
do Servidor e da
Servidora



RICARDO LIMA

A 16ª Primavera
dos Museus no
Anexo I do TJPA



Investimentos da gestão possibilitaram **renovação** e modernização do parque tecnológico do Judiciário paraense



Secretário de Informática, Diego Leitão, acompanhou a execução do projeto-piloto na Comarca de Salinópolis, com servidores e servidoras da unidade judiciária



A Desa. Célia Pinheiro visita a Secretaria de Informática para estimular o esforço de transformação digital



Implantação do equipamento de segurança Waf no datacenter do Poder Judiciário do Pará



Aquisição de equipamentos de informática melhorou os recursos tecnológicos disponibilizados ao corpo funcional

VIDEOCONFERÊNCIA

Balcão Virtual é o novo canal digital de acesso ao Judiciário

Serviço on-line fornece informações e esclarece dúvidas de integrantes do sistema de Justiça e das partes

O TJPA instalou no biênio 2021-2023 o Balcão Virtual, serviço on-line que atende a promotores(as), defensores(as), advogados(as) públicos(as) e privados(as), partes e demais usuários(as) dos serviços judiciários. Fornece informações e esclarecimentos sobre demandas em tramitação nos sistemas do Judiciário paraense, atende em tempo real ou por agendamento, mas não permite peticionamento no processo judicial eletrônico ou em sistema administrativo equivalente. Trata-se de ferramenta de atendimento por videoconferência com lobby de acordo com as determinações da Resolução CNJ N° 372/2021 e da Portaria 1724/2021-GP, que se constitui em novo canal digital para atendimento ao jurisdicionado e à jurisdicionada.

ADOBE PRO

Foram licenciadas ferramentas de apoio e impulsionamento das centrais de digitalização na virtualização de processos, o que aumentou a produtividade da digitalização de processos físicos.

WORKSHOP

O incremento da produtividade com Microsoft Teams se deu a partir da criação de conteúdo de novos casos de uso da ferramenta, para explorar o potencial

O Balcão Virtual é um serviço on-line que atende a promotores (as), defensores (as), advogados (as) públicos (as) e privados (as), partes e demais usuários (as) dos serviços judiciários.

dos seus recursos de produtividade e impactar positivamente o dia a dia das unidades

STREAMING

A renovação excepcional do contrato de streaming de sessões plenárias viabilizou a continuidade dos serviços de gravação e transmissão desses e de outros eventos institucionais, com serviço no portal do TJPA, enquanto se instrui contratação de solução atualizada para transmissão on-line, sustentação virtual, eventos e ensino a distância.

AUDIOVISUAL

A aquisição de periféricos atualizou dispositivos de recursos audiovisuais para demandas de reuniões on-line, tribunais do júri, depoimento especial sem danos, gravações de audiências, agendamento on-line e Balcão Virtual.

MICROSOFT

A renovação do contrato de licenças fez a adequação legal para a continuidade do suporte às soluções de produtividade da Microsoft, o que inclui aplicações e infraestrutura de uso em nuvem.

VDI CITRIX

O projeto de Prova de Conceito (PoC) valida novas formas de atendimento das demandas de serviços de microinformática, por meio de uma solução de infraestrutura de área de trabalho virtual da Citrix.

POC POLYCOM REALCONNECT/STUDIO X30

Valida solução de integração de infraestrutura da Polycom ao Microsoft Teams e viabiliza reunião com suporte nativo ao Microsoft Teams.

O TJPA sediou o encontro local sobre o programa Justiça 4.0 e a Plataforma Digital do Poder Judiciário, com o TRTB e o TRE-PA

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Aditamento de convênio amplia o escopo técnico e aprimora a qualidade dos serviços de vídeo-audiências em varas criminais da capital e do interior.

IDENTIDADE E SEGURANÇA

Workshop capacitou na produção de conteúdo e divulgação de recursos tecnológicos de ferramentas do contrato da Microsoft, para elevar o índice de garantia de identidade e a segurança do parque de microinformática.

CENTRAIS DE MANDADOS

A parametrização ampla do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU), no âmbito da Região

Metropolitana de Belém, permite a remessa de mandados e ofícios a outras centrais de mandados para os cumprimentos de atos, inclusive intimação de diretores de presídios.

IMPRESSÃO

A 1ª fase do outsourcing de impressão, serviço operado por empresa especializada, alcançou os prédios sede, Fórum Criminal e Fórum Cível. O objetivo é reduzir desperdício de insumos e garantir economicidade, eficiência, disponibilidade, possibilidade de controle de documentos impressos e melhores práticas socioambientais.

VIDEOCONFERÊNCIA

A aquisição de equipamentos atualizou e expandiu recursos computacionais que sustentam o projeto

de vídeo-audiências nas varas criminais envolvendo réus presos.

VARAS CÍVEIS

O projeto de Prova de Conceito (PoC) valida a solução de videoconferência das varas criminais para a realidade prática das varas cíveis, culminando em achados e ajustes para promover a expansão da tecnologia a essas unidades judiciais.

AUDIÊNCIAS

A contratação de suporte para o Sistema DRS garantiu serviços técnicos e tecnologia para gravar audiências, com atualizações para integração com o PJe e expansão às operações de Tribunal do Júri e depoimento especial sem danos.

INTERIOR

A implantação de pontos de distribuição em comarcas do interior expandiu recursos de infraestrutura para dar mais eficiência à distribuição de atualizações de segurança de antivírus, bem como de sistema operacional, para melhor adequação à Política de Segurança da Informação e melhor uso dos recursos computacionais.

SOLUÇÕES MICROSOFT

A contratação para o período 2022-2025 dá um escopo mais amplo ao contrato, mas mantém o suporte às soluções de produtividade da Microsoft que tratam de ferramentas de escritório, segurança da informação, inteligência de negócios, de comunicação corporativa, de colaboração, de utilização de nuvem para armazenamento de arquivos e como plataforma de videoconferência para audiências e atendimento ao público.

CERTIFICADOS DIGITAIS

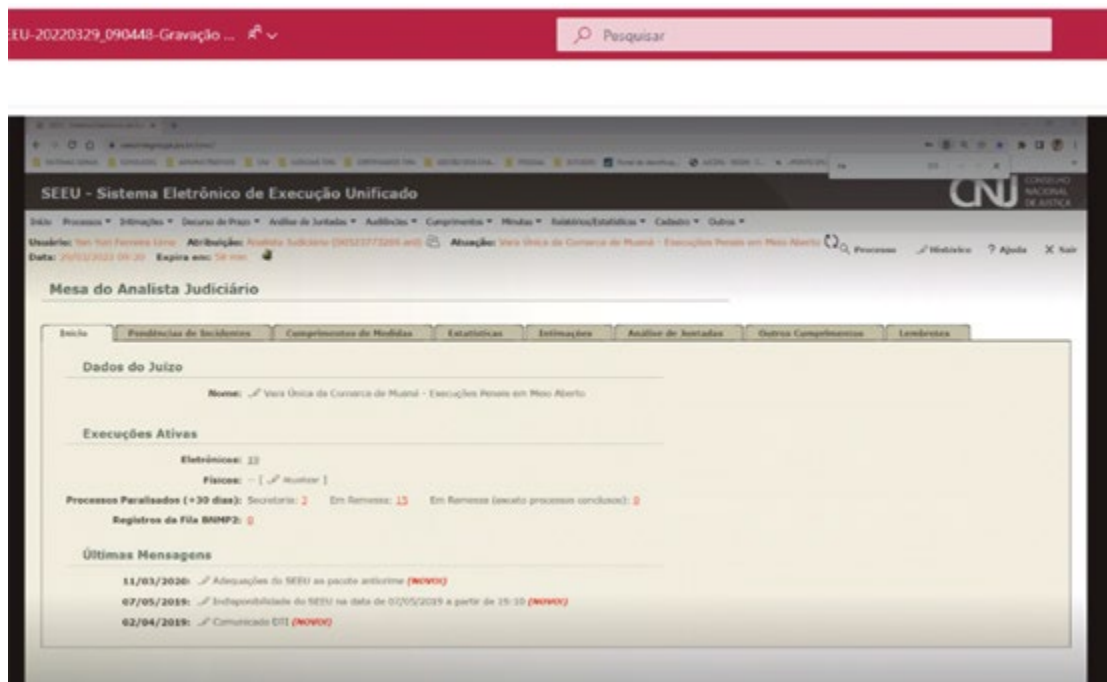
Houve melhoria na operação do serviço de refinamento na comunicação com servidores, servidoras, magistrados e magistradas para emitir e renovar certificados digitais.

GMF

Webinário produziu conteúdo e repassou conhecimento ao Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e de Medidas Socioeducativas do TJPA (GMF) para melhorar o monitoramento a partir de orientação sobre o Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU).

MUANÁ E SALVATERRA

Capacitação às Varas Únicas sobre gestão dos processos de execução, principalmente na fiscalização dos cumprimentos de pena no regime aberto.



CONVÊNIO

Houve expansão adicional do projeto de vídeo-audiência para as varas de Comarcas do interior, por meio da suplementação do escopo técnico inicial do convênio TJPA/DEPEN/MJSP, para readequação tecnológica.

POWERBI

O projeto de Dashboards com Métricas de Atendimento permite a visualização da informação, que impulsiona o monitoramento dos atendimentos tecnológicos e permite o levantamento instantâneo de informações quantitativas e qualitativas sobre o ciclo de vida dos chamados técnicos abertos na Central de Serviços de Tecnologia.

GLPI

A atualização tecnológica do registro de atendimentos padroniza e dá celeridade aos serviços, reduz custos - por meio da utilização do open source -, garante melhor usabilidade e está disponível na internet, o que assegura acesso a usuários (as) externos (as), funcionalidade inexistente na solução anterior.

PARQUE COMPUTACIONAL

A identificação automática do parque computacional de microinformática permite que esses equipamentos sejam monitorados com maior nível de detalhamento, garante melhor visibilidade da alocação de recursos computacionais e dados que apoiam a manutenção e as aquisições.

ATENDIMENTO TÉCNICO

O aprimoramento do processo para o controle de custos de terceirizados(as), relacionados a viagens, pernoites e horas extras, padroniza o fluxo de aprovação desses custos, facilita a fiscalização e a prestação de contas de despesas.

BASE DE CONHECIMENTO

A atualização do processo de revisão periódica da base de conhecimento padroniza os procedimentos operacionais de TIC e melhora o controle das etapas da criação de conteúdo técnico para facilitar a fiscalização.

ITSM

A contratação de serviço técnico com especialização em solução de gerenciamento de serviços de TIC (ITSM) garante suporte e consultoria especializada às manutenções corretivas e evolutivas e mantém um ciclo de vida saudável da solução tecnológica para deixá-la aderente às boas práticas do mercado.

SUPORTE

A renovação do contrato relacionado a serviços de TIC manteve a força de trabalho especializada responsável por atendimentos tecnológicos, apoio em eventos institucionais, manutenção de microinformática e infraestrutura e capacitação de usuários(as).

MANUALIZAÇÃO

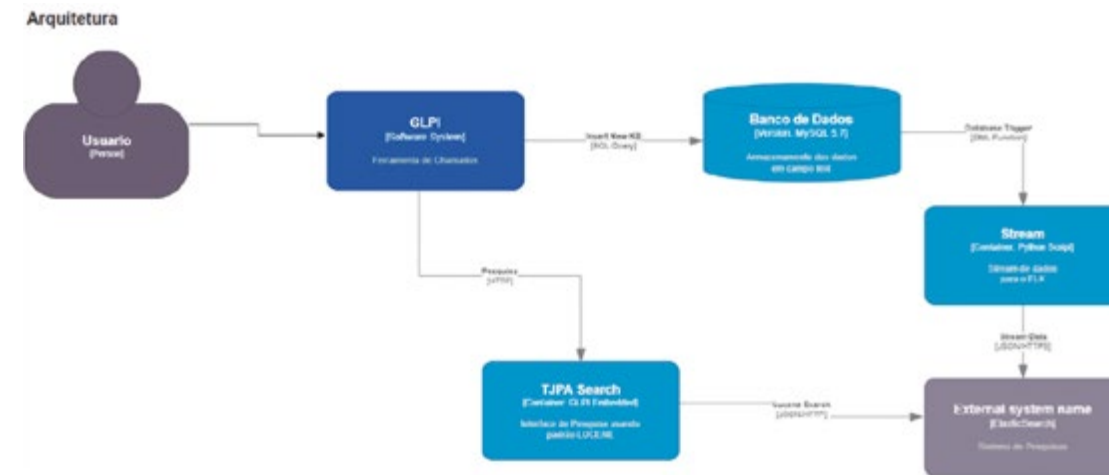
O mapeamento de processos de TIC por meio da manualização de procedimentos melhorou o entendimento sobre os processos internos e padronizou as atividades da Secretaria de Informática a partir das boas práticas recomendadas pelo mercado de TIC e sugeridas pelo CNJ.

ATUALIZAÇÃO

A versão 9.5.6 do GLPI é um esforço técnico para corrigir falhas, adicionar novas funcionalidades e melhorar a interface para tornar essa ferramenta de registro de atendimento mais compreensível aos usuários internos e externos do TJPA.

PLUG-INS

A implantação de plug-ins no GLPI melhora os controles de prazos de garantia de equipamentos adquiridos, demanda importante para a fiscalização de contratos, e também os resultados em pesquisas à Base de Conhecimento, ação que impacta a usabilidade da ferramenta de registro de atendimento.



USUÁRIOS(AS)

A produção de conteúdo para nivelamento tecnológico foi feita por meio de 73 vídeos de instrução, como mecanismo de rápido aprendizado e consulta para ampliar a autonomia dos(as) usuários(as) na resolução de suas dúvidas, dispo de centenas de peças de conteúdo textual revisadas com foco no autoatendimento via Central de Serviços de Tecnologia.

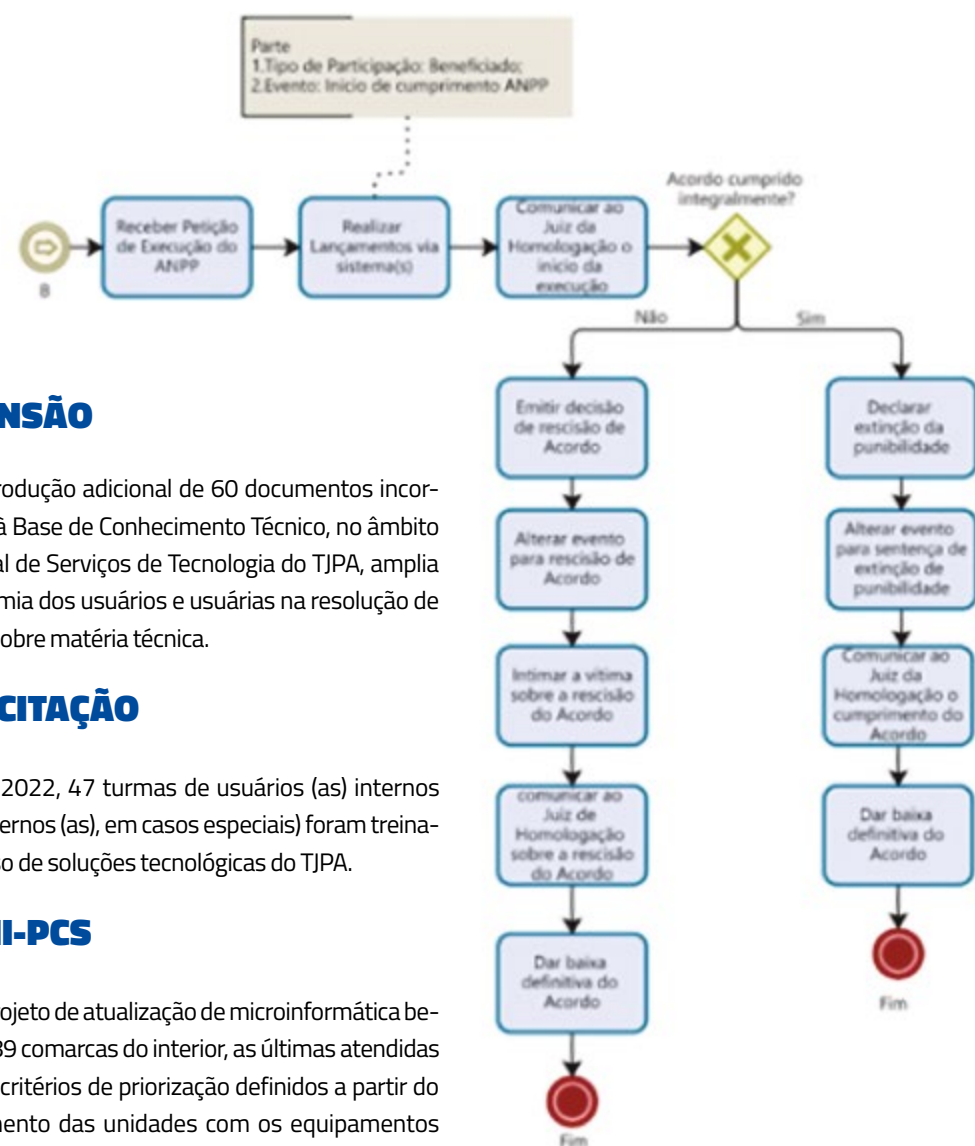
TREINAMENTO

Em 2021, a capacitação envolveu 51 turmas de usuários (as) internos (as) (e externos (as), em casos especiais) cujas habilidades foram refinadas no uso de soluções tecnológicas do TJPA, como o sistema Libra, SEEU, SigaDoc, Teams, Balcão Virtual, CMS Portal e, em especial, os diversos subdomínios do PJe.

ANPP

A elaboração do Guia Prático do Acordo de Não Persecução Penal (ANPP) é um reforço de orientação aos servidores, servidoras, magistrados e magistradas quanto aos procedimentos exigidos pela nova legislação para uniformizar procedimentos e melhorar a prestação jurisdicional.

Execução - ANPP



EXPANSÃO

A produção adicional de 60 documentos incorporados à Base de Conhecimento Técnico, no âmbito da Central de Serviços de Tecnologia do TJPA, amplia a autonomia dos usuários e usuárias na resolução de dúvidas sobre matéria técnica.

CAPACITAÇÃO

Em 2022, 47 turmas de usuários (as) internos (as) (e externos (as), em casos especiais) foram treinadas no uso de soluções tecnológicas do TJPA.

350 NI-PCS

O projeto de atualização de microinformática beneficiou 89 comarcas do interior, as últimas atendidas segundo critérios de priorização definidos a partir do levantamento das unidades com os equipamentos mais defasados e do número de servidores e servidoras das comarcas.

IMAGEM PADRÃO

A instalação de servidores de imagem padrão nos polos técnicos reduziu o tempo de atendimento de manutenções de microinformática, especialmente em atualizações de sistema operacional, o que garantiu mais estabilidade e segurança aos usuários e usuárias de microcomputadores ou notebooks institucionais.

PERIFÉRICOS

A 1ª fase do projeto de atualização de periféricos consistiu na aquisição de 495 webcams necessárias à implantação do Balcão Virtual e à melhoria da produtividade de servidores e servidoras a partir do uso de soluções audiovisuais.

ATUALIZAÇÃO

303 Scanners e 100 Multifuncionais atualizaram os equipamentos de microinformática para impressão e digitalização de documentos físicos, nas demandas do dia a dia e em apoio ao esforço de digitalização de processos físicos nas grandes e nas menores comarcas.

MAGISTRADOS (AS)

Na 1ª fase do projeto de atualização de microinformática para magistrados e magistradas foram entregues e configurados mais de 350 notebooks modernos, grande melhoria dos recursos computacionais disponibilizados inclusive às nomeações mais recentes, o que se traduz em mobilidade tecnológica com recursos audiovisuais embarcados.

DESENVOLVEDORES

A 2ª fase do projeto de atualização de microinformática para desenvolvedores (as) entregou 50 equipamentos de altíssima performance tecnológica para usuários (as) de aplicações intensas em processamento computacionais, nas secretarias de Informática, de Arquitetura e Engenharia e no Departamento de Planejamento e Gestão Estatística.

SERVIDORES (AS)

A 3ª fase do projeto de atualização de microinformática para servidores (as) do TJPA entregou 6,5 mil notebooks, inclusive com reserva para nomeações futuras, com mobilidade tecnológica, recursos audiovisuais embarcados e mais espaço físico nas mesas de trabalho em relação aos desktops antigos.

GERENCIAMENTO DE TIC

A atualização dos processos de gerenciamento de TIC promove eficiência na rotina operacional do suporte de campo e laboratório para equipamentos de microinformática.

SHAREPOINT

A atualização da página do SharePoint do Laboratório melhora a transparência do repositório que armazena artefatos, controles e relatórios mais relevantes na rotina de atendimento das equipes de suporte de campo e laboratório.

MONITORES

1.475 monitores com telas maiores apoiam as

atividades diárias de magistrados, magistradas, servidores e servidoras, o que aumenta a produtividade e melhora a ergonomia para o uso dos notebooks.

NOBREAKS

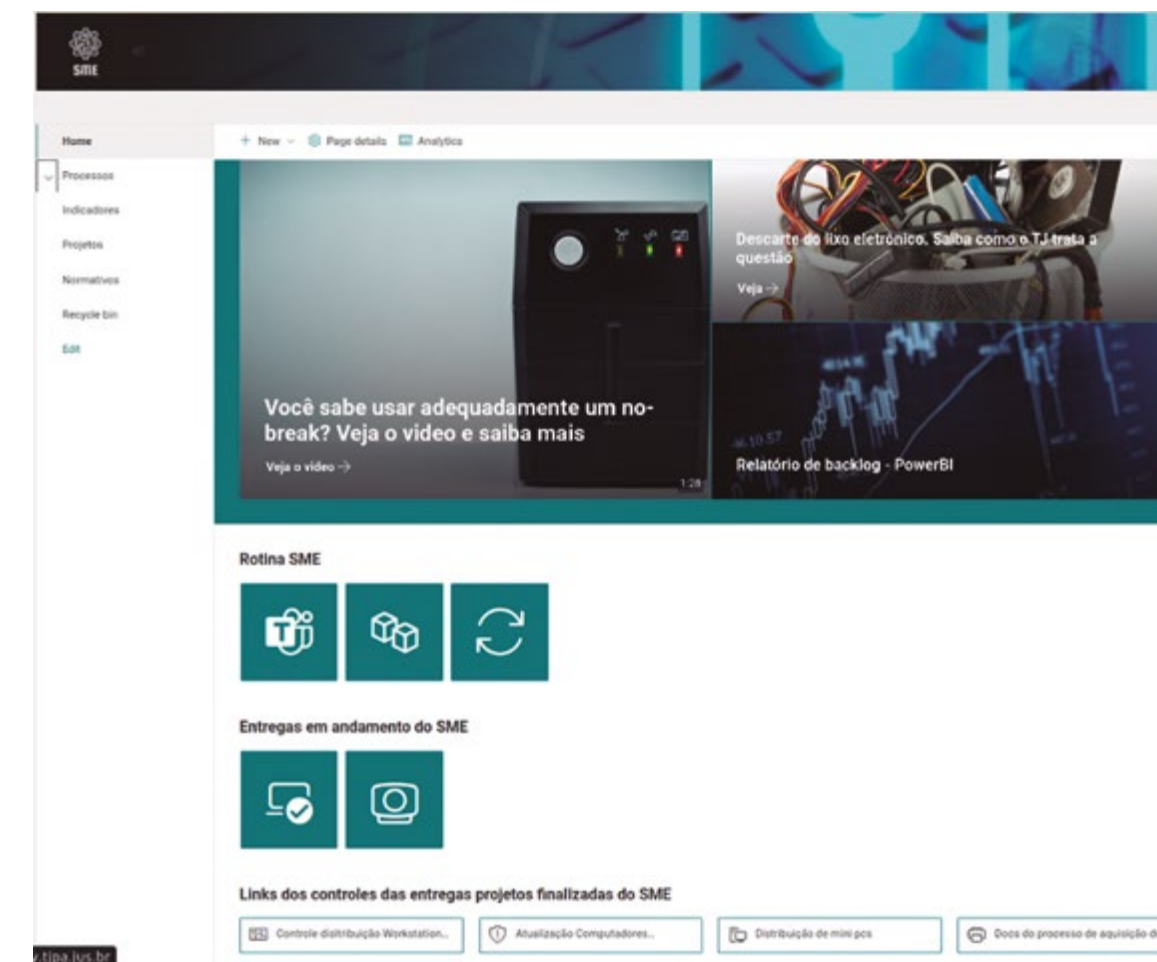
A aquisição de modelos senoidais com módulo de banco de bateria acoplado melhora os recursos de microinformática que sustentam os equipamentos de infraestrutura nos racks dos prédios da capital, com maior disponibilidade dos serviços de redes locais.

SSD

A atualização de componentes de memória e disco - 200 e 150 unidades, respectivamente - melhora o desempenho de equipamentos de microinformática mais antigos, substituídos por último no Projeto de Atualização de Microinformática: Servidores.

DVD

A 2ª fase do projeto de atualização de periféricos distribuiu 650 leitores de DVD para o uso de mídias físicas nos notebooks que não dispunham do recurso.



ROBÔ

A inovação tecnológica do Robô de Migração 4.0 foi construída para viabilizar a migração de processos físicos do Libra ao PJe em menor tempo, a partir de técnicas de processamento assíncrono para suportar alta carga de dados de migrações simultâneas.

INTEGRAÇÃO

A Integração sistêmica entre o PJe e o e-Carta permite que servidores e servidoras enviem cartas de maneira sistematizada aos Correios, sem a necessidade de impressão, por meio digital e com o registro automático do Aviso de Recebimento (AR) diretamente nos processos do PJe.

JUIZO 100% DIGITAL

A adaptação sistêmica no PJe para tratar processos que tramitam em varas 100% digitais garantiu acesso seguro à Justiça em meio à pandemia de covid-19 e contribuiu para a evolução e o amadurecimento do modelo de trabalho remoto.

ETIQUETAS EM LOTE

Melhoria sistêmica permite que processos sejam organizados em lote, no PJe, a partir da manipulação de etiquetas, que representam uma abordagem de produtividade às unidades judiciais.

PORTAL DO TJPA

O novo leiaute do portal modernizou o visual e facilitou o acesso ao conteúdo para os(as) usuários(as) internos(as) e externos(as).

ARRECADAÇÃO

O novo DataMart de dados acompanha as infor-



ÉRIKA MIRANDA

mações históricas da arrecadação extrajudicial, entre as quais a arrecadação dos cartórios mês a mês, valores relativos a selos não declarados a serem recuperados, boletos não pagos nos últimos anos e inadimplência.

LP E LPEX

O projeto de comandos de publicações de LP e LPEX, referentes à Resolução 246 do CNJ, consiste na implementação no DW-Novo, para automatizar a geração dos indicadores estatísticos LP e LPEX, que devem ser apresentados ao CNJ a cada seis meses.

CONCURSO

O levantamento quantitativo para os concursos de magistrados e magistradas via DW-Novo é feito de forma automática.

VARIÁVEIS DE RH

A elaboração do painel das 63 variáveis de RH no DW-Novo estrutura dados para apresentação automatizada às aplicações que necessitem delas para fins de visualização, culminando com um painel para atender ao CNJ.

SERVIÇO CRIMINAL

O projeto ETL de dados criminais a partir do PJe captura informações do PJe Criminal para consolidar o banco de dados de presos (as) provisórios (as) no TJPA e produzir relatórios para diversas situações do processo criminal - indiciamento, condenações, absolvições, fuga, habeas corpus e demais informações relativas a eventos criminais.

PRESOS (AS) PROVISÓRIOS (AS)

A partir da consolidação dos dados de todos os

uso dos sistemas de origem, sendo possível controlar as audiências pendentes, verificar a evolução da realização ou não das audiências ao longo do tempo e agrupar as informações por tipo, unidade, magistrado (a) responsável etc.

OUIDORIA JUDICIÁRIA

O novo DataMart consolida o banco de dados de manifestações recebidas e produz relatórios que propiciam visão gerencial das manifestações e de seus respectivos atendimentos.

METAS

A adaptação da coleta de Metas do Conselho Nacional de Justiça permite o correto alinhamento dos dados institucionais à expectativa do CNJ e contribui para a pontuação do TJPA no Prêmio CNJ de Qualidade, pois as metas são atualizadas constantemente durante todo o ano, o que ocorreu seis vezes em 2021, quando todas as modificações foram devidamente realizadas.

PROCESSOS CONCLUSOS

A otimização do DataMart de acervo para processos conclusos garante visibilidade ao que está concluso para mero despacho, decisão interlocutória ou para julgamento e possibilita a análise da evolução dessa situação ao longo dos anos.

COMPLEMENTOS PROCESSUAIS

A adaptação da estrutura do SEEU ao padrão do CNJ para complementos processuais viabiliza análises de diversas situações processuais, independente dos sistemas de origem (Libra, SEEU ou PJE) e propicia, assim, uma visão sistêmica a gestores(as) no DW.

PRODUTIVIDADE

As melhorias no passo 3 do módulo de produtividade, referente ao provimento nº 49 do CNJ, corrigiram a geração de variáveis do Justiça em Números relativas à Turma Recursal e reforçaram o compromisso com a qualidade e confiabilidade dos dados de produtividade, enviados mensalmente ao CNJ.

TAREFAS DO PJE

O novo Datamart de tarefas do PJE permite verificar a evolução e movimentação de processos, o cumprimento de tarefas ao longo dos meses, a leitura de quais delas demandam maior tempo de conclusão e quais ainda não foram finalizadas, dentre outras análises de produtividade mensais.

META 12

O Datamart da Meta 12 acompanha e gerencia o impulsionamento de ações ambientais pelas unidades judiciárias e a prestação dessas informações ao CNJ.

DATAJUD

A nova versão containerizada do Sistema de Integração com o Datajud gera, valida, acompanha e envia, de forma automática, ao CNJ dados processuais mais recentes, via Datajud.

PRÊMIO

O saneamento dos dados de precedentes obrigatórios, exigido pelo prêmio CNJ de Qualidade, faz parte da estratégia para gerar informações dos tribunais via Datajud e confere maior pontuação ao TJPA no certame.

CONCILIAR É LEGAL

A integração do DW-Novo ao Projeto “Conciliar é legal” criou variáveis para análises e visões baseadas em dados para o projeto, cujo objetivo é se aprofundar nas informações sobre distribuições, decisões, sentenças e audiências.

SAÚDE

O novo DataMart de eventos de saúde consolida dados que vão além do índice de absenteísmo e entrega uma visão refinada à gestão de pessoas.

PRECEDENTES OBRIGATÓRIOS

Otimização do DataMart apresenta à Coordenadoria de Recursos Especiais e Extraordinários (CREE) os processos suspensos por precedentes obrigatórios, a evolução desta pendência ao longo dos anos e os impulsionamentos nesses processos.

MANDADOS

O ajuste no ETL do DataMart de mandados otimiza a coleta de dados de mandados judiciais e entrega informações refinadas de forma mais rápida para que os relatórios estejam disponíveis antes no início do expediente.

AJUSTE NO PJE

A otimização no processamento e consolidação dos dados do sistema PJe reduz em 50% o tempo utilizado na coleta e tratamento de dados e permite acesso aos dados atualizados logo pela manhã do dia posterior.

SANEAMENTO DE DADOS

A melhor qualificação dos dados da instituição, enviados ao CNJ via Datajud, aumenta a pontuação do TJPA no Prêmio CNJ de Qualidade e contribui para o avanço no ranking.

DW

A migração de uma tecnologia de consolidação de dados é um procedimento de extrema cautela, durante a qual o antigo DW funciona em paralelo com o novo para pequenas operações por um longo tempo, permitindo a contínua validação e consistência dos dados que guiam as decisões de gestão.

SIGADOC

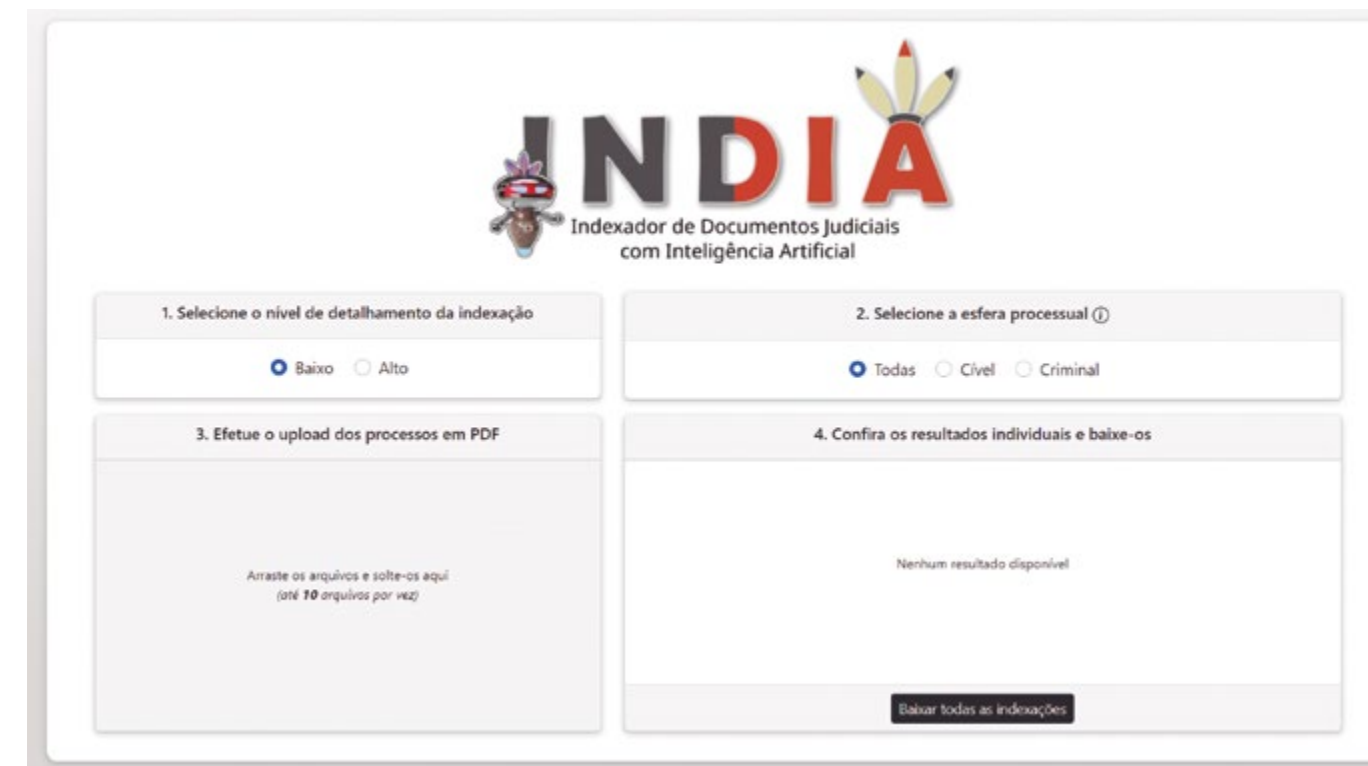
A coleta diária e o tratamento de dados do Sigadoc no DW-Novo otimizam as consultas dos usuários e usuárias e evitam sobrecargas ao ambiente de produção.

BENS E MATERIAIS

O consumo dos dados sobre bens e materiais no sistema GRP/Thema e sua replicação no novo DW viabilizaram a produção de relatórios inexistentes no sistema e um novo DataMart para a construção de painéis gerenciais de controle e tomada de decisão.

MIGRAÇÃO

A versão 2.2 do PJe é uma atualização sistêmica que melhora a performance e incorpora novas funcionalidades, como a apresentação de processos agrupados por “Tipo de Associação” nos autos digitais, a integração ao Marketplace da PDPJ, a inclusão de arquivo KML em ações ambientais, login pela nova tecnologia SSO/Keycloak e evoluções no módulo criminal para incluir os assuntos do processo no painel dos representantes processuais.



DECISÕES E SENTENÇAS

O banco de decisões e sentenças é uma nova aplicação disponibilizada a magistrados, magistradas, servidores e servidoras, totalmente integrada ao PJe, que otimiza o trabalho e aumenta a produtividade ao assegurar buscas por classe, assunto, competência ou texto da sentença de processos não sigilosos.

IRDR

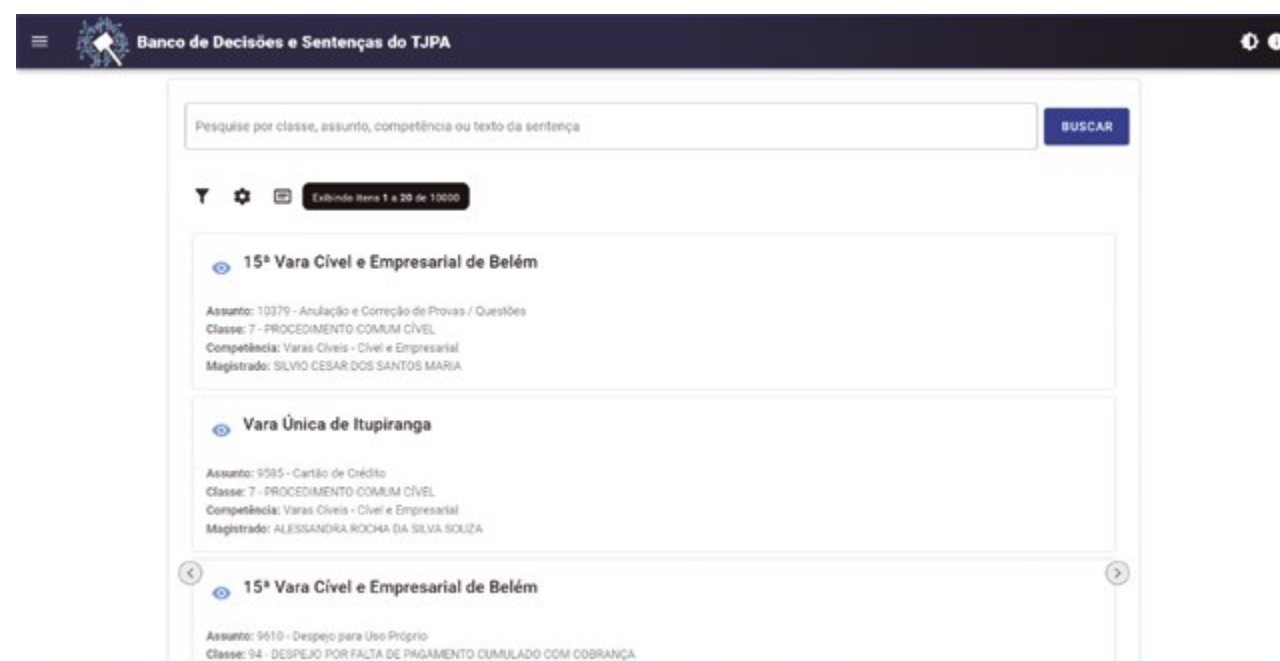
A implementação de um portal IRDR (Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas) e a integração do PJe ao BNPR (Banco Nacional de Dados de Demandas Repetitivas e Precedentes Obrigatórios) disponibilizam dados referentes ao IRDR, Recursos Repetitivos e Repercussão Geral e contemplam também o envio de processos sobrestados e não-sobrestados ao BNPR.

INDIA

Software de autoria do TJPA, o Indexador de Documentos Judiciais com Inteligência Artificial (INDIA) reconhece 27 tipos de documentos processuais cíveis ou criminais (com taxa de acerto superior a 90%, a depender da peça) e foi lançado para indexar processos judiciais do Projeto de Digitalização. O projeto foi distinguido em 3º lugar como “Inovação na Gestão” na 6ª Edição do Prêmio de Inovação Judiciário Exponencial em 2022.

PRECATÓRIOS

Implementação das funcionalidades que viabilizam a tramitação eletrônica de todos os processos administrativos de precatórios no PJe 2º Grau, desde a etapa de emissão do ofício até o pagamento.



Verifique o seu Selo

Confira autenticidade para atestar a validade do ato e de seu conteúdo.

Aproxime a câmera do celular ou tablet no QR Code do Selo Digital

Ou acesse a Consulta Pública no www.tjpa.jus.br, em Módulo de Arrecadação

Você e o Judiciário na prestação jurisdicional



PLUGIN PJE+R

A adaptação do PJe para utilização do plug-in aumenta a racionalidade, a rapidez e a relevância das opções apresentadas no sistema, assegura mais acessibilidade, eficiência e melhoria da experiência de uso, na qual o perfil escuro e as etiquetas coloridas são algumas das funcionalidades.

CODEX

O CODEX é um ambiente de centralização de informações processuais e a integração a ele é feita a partir de tecnologias “data lake”, que se destinam à produção de painéis e relatórios de Inteligência de negócios, pesquisas inteligentes e unificadas, alimentação automatizada de dados estatísticos e até mesmo fornecimento de dados para a criação de modelos de Inteligência Artificial.

COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

A criação do Núcleo de Cooperação Judiciária

para o PJe – 1º Grau, bem como seus fluxos específicos, integrou o TJPA à Rede Nacional de Cooperação Judiciária.

LIBRA

A melhoria para inclusão de arquivos pesados no protocolo integrado do Libra permite que usuários e usuárias possam incluir arquivos de até 15 MB na funcionalidade.

DEVOLUÇÃO DE MANDADOS

Melhoria para que mandados presentes no relatório “Mandados Distribuídos e Não Cumpridos há mais de 30/60 dias”, no Libra, sejam devolvidos independentemente de o (a) oficial (a) estar ativo (a) ou inativo (a).

PENDÊNCIA DE MIGRAÇÃO

Melhoria permite que o usuário ou a usuária

verifique pendências antes de fazer a migração do processo, o que evita retrabalhos ou pesquisa para vistas da situação do processo no Libra.

PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS

Melhoria otimiza o controle do acervo de Guias de Recolhimento ou de Penas e Medidas Alternativas pendentes de migração ao SEEU, no Libra.

CENTRAL DE CERTIDÕES

Melhorias sistêmicas na inclusão do dado “Tipo de Parte Requerido” para emitir certidões criminais com o referido dado e correções na exibição em duplicidade dos processos migrados do Libra para o PJe ou SEEU.

ASSINATURA DIGITAL

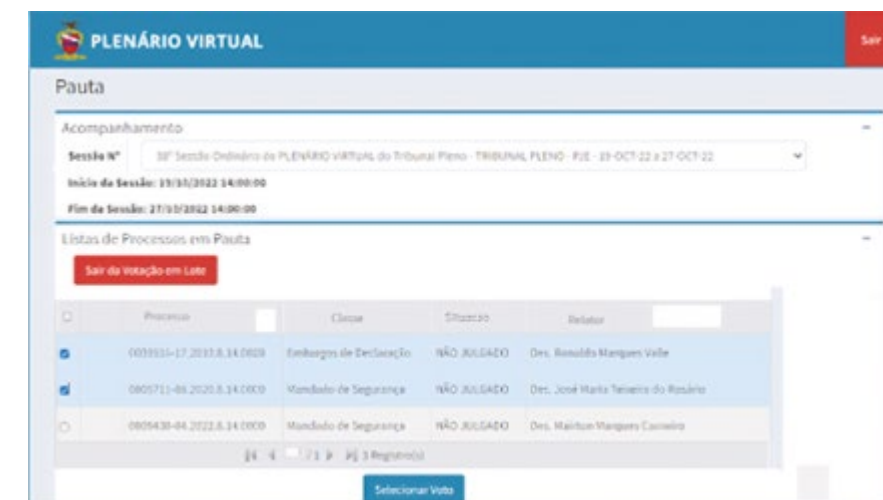
A atualização do modelo de assinatura digital no Sistema de Depósitos Judiciais garante aos servidores (as) e magistrados (as) maior agilidade e redução de custos com aquisição de certificados digitais, pois utiliza autenticação por login e senha de rede, ao invés de tokens e certificados digitais.

EXPORTAÇÃO AUTOMÁTICA

A integração dos sistemas de arrecadação (GDR, Arrecadação Judicial e Arrecadação Extrajudicial) ao sistema de custas (GRP/THEMA) para troca de dados operacionais automatizou e deu celeridade aos processos de trabalho da equipe de contabilidade da Seplan.

SELOS DIGITAIS

A comercialização unitária de selos digitais amplia a arrecadação a partir de uma adaptação sistêmica de alteração do modelo anterior, que limitava as vendas a lotes mínimos de 50 unidades e inviabilizava pequenos usos desse serviço.



CNJ

A implementação das regras do Provimento 88/2019 do CNJ possibilita aos cartórios extrajudiciais e à Seplan cadastrar e controlar operações ou propostas suspeitas passíveis de comunicação à Unidade de Inteligência Financeira.

PRESTAÇÃO DE CONTAS

Adaptação sistêmica possibilita aos cartórios extrajudiciais vagos o envio da prestação de contas para o controle da Seplan, em conformidade com as regras do CNJ.

RELATÓRIOS DE REGULARIDADE

Melhoria que aumenta o controle e regularização do recolhimento das taxas FRJ, FRC e CNJ dos cartórios extrajudiciais.

CUSTAS

Melhoria que permite o cancelamento específico de custas em aberto durante a criação dos tipos Custa Final, Custa Juizado e Intermediária de Consolidação, oferecendo ao operador do sistema a possibilidade de selecionar as custas que realmente devem ser consideradas.

BOLETOS FINALIZADOS

Melhoria que libera o usuário (a) da obrigação de reativar manualmente as custas incluídas nas custas finais ou intermediárias de consolidação.

JUROS E MULTA

Melhoria na geração de boletos no âmbito da Arrecadação Judicial que aumentou a arrecadação de taxas extrajudiciais de pagamentos em atraso, com cobrança de multa e juros, conforme regras e portarias do TJPA.

VOTAÇÃO EM LOTE

O aprimoramento da visualização e funcionalidades do Plenário Virtual melhorou a usabilidade do

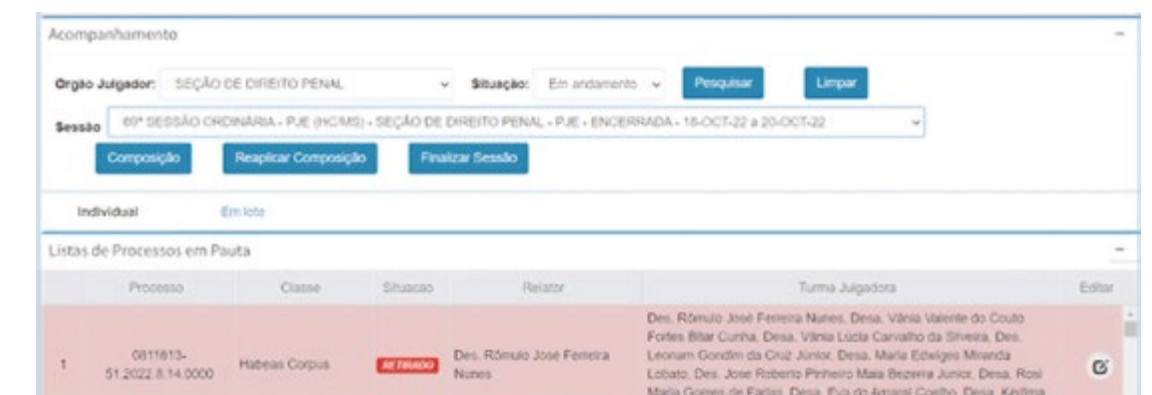
sistema, com a possibilidade de uso de filtros para votação em lote, a troca de voto e o cancelamento de registro de suspeição ou impedimento.

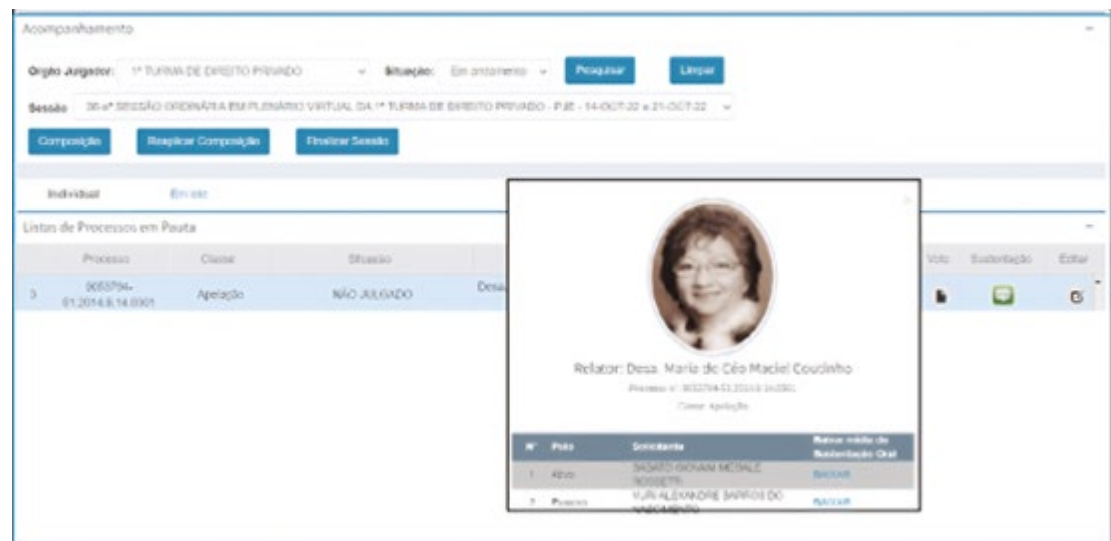
SUPLENTES

Melhoria no Plenário Virtual que flexibiliza aos secretários (as) de sessão de Turmas Recursais a alteração da composição da turma julgadora, por meio da inclusão de suplentes para os julgamentos em caso de suspeição ou impedimento de titulares.

AUSÊNCIA DE RELATOR (A)

Melhoria no gerenciamento e proclamação de resultados de julgamento, recurso do Plenário Virtual que facilita as atividades regulares dos secretários (as) de sessão.





PROMAG 2.0

Atualização de versão para adequação do sistema às novas regras da Resolução ENFAM Nº 008/2021, Resolução CNJ Nº 426/2021 e Resolução TJPA Nº 005/2022.

CAPIUS 2.0

Nova versão da aplicação melhora a eficiência e transparência na gestão e avaliação dos Cadastros de Peritos (as) e Outros (as) Auxiliares da Justiça e conta com recursos adicionais: possibilidade de inclusão de nova opção Administrador (a) da Justiça, além de permitir que o inscrito (a) atualize o seu cadastro e viabilizar o envio de e-mails automáticos com a situação da inscrição.

DESCARTE

O módulo de gerenciamento de descarte de autos físicos é um aprimoramento do Libra para controlar e gerenciar a eliminação de autos físicos já arquivados e com o seu período de guarda encerrado, de acordo com a tabela de temporalidade do CNJ.

CERTIDÃO MILITAR

Melhoria no procedimento de emissão de certidões militares com a integração das informações armazenadas nos sistemas Libra e PJE.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Melhoria na interface gráfica do Plenário Virtual que apresenta e disponibiliza link para download de

mídia de sustentação oral (áudio e vídeo) vinculada a processos apreciados em sessão de julgamento virtual.



ORDEM DE PAGAMENTO

A integração do GRP ao Sistema Integrado de Administração Financeira de Estados e Municípios do Governo do Estado (SIAFEM) permite que uma ordem de pagamento seja elaborada diretamente no GRP e transmitida automaticamente para atualizar o SIAFEM, o que evita retrabalho.

SINAD

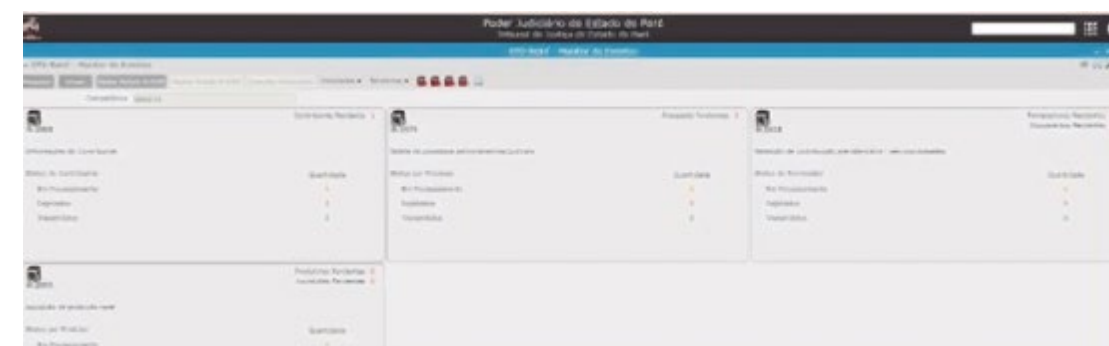
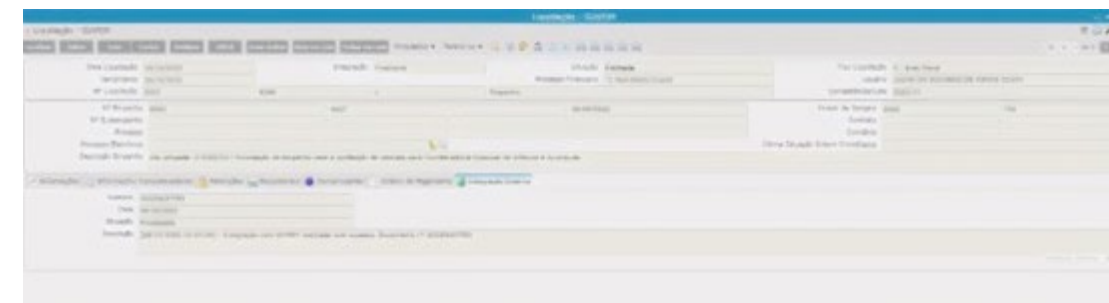
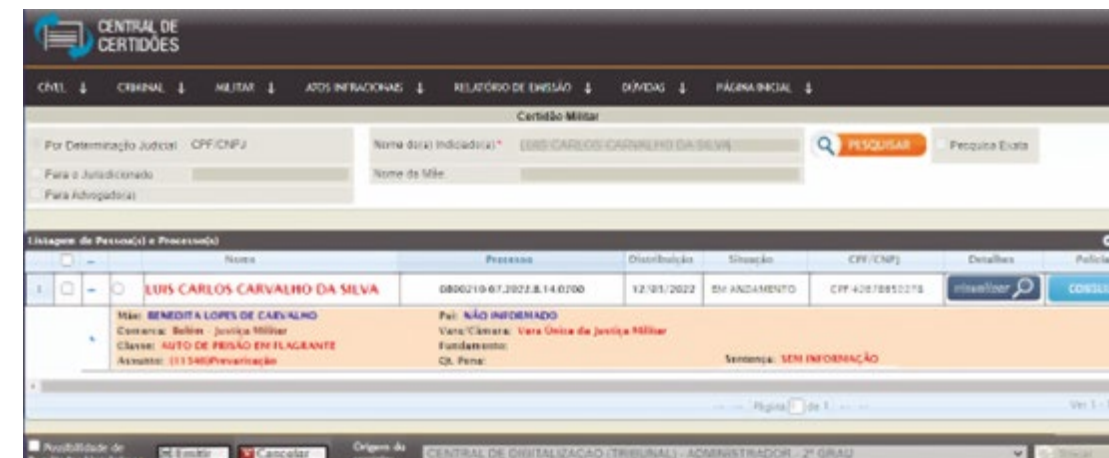
A evolução do sistema atos normativos para o SINAD atende à Portaria nº 293/2022-GP, que disciplina o Sistema Normativo Administrativo do Poder Judiciário do Pará (SINAD), cuja missão é organizar, padronizar e gerir as políticas, processos e controles no TJPA e em suas unidades institucionais.

NOTA LIQUIDAÇÃO

A integração do GRP ao SIAFEM permite que uma liquidação seja registrada diretamente no GRP e transmitida automaticamente para atualizar o SIAFEM, o que evita retrabalho.

MÓDULO DE EFD-REINF

O refinamento sistêmico viabiliza a recepção de Notas Fiscais no GRP, com a possibilidade de compilar informações da Escrituração Digital Fiscal de Retenções e Outras Informações Fiscais (EFD-REINF) e transmitir, de forma automática, para a Receita Federal.



PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS

O tratamento de dados para um painel específico de pagamento de precatórios resultou na construção de um recurso gráfico específico, gerado automaticamente e com atualização diária, que viabiliza maior transparência, na medida em que apresenta uma lista de ordem cronológica de pagamento de precatórios acessível ao jurisdicionado e à jurisdicionada.

CERTIDÃO CRIMINAL

Refinamento no algoritmo de emissão de certidões criminais para considerar também a presença ou participação de pessoas jurídicas envolvidas em um dos polos.

CARTAS PRECATÓRIAS

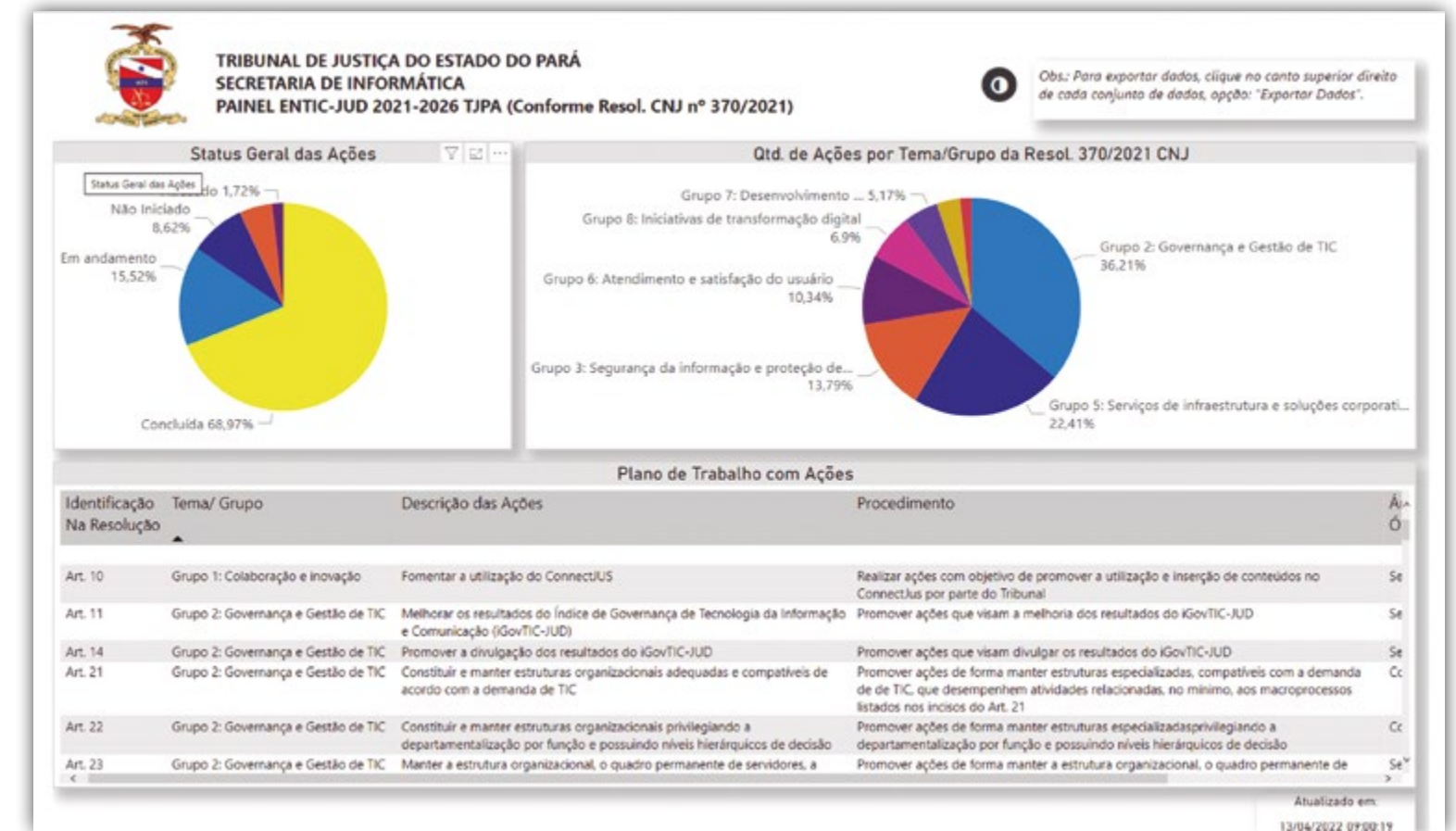
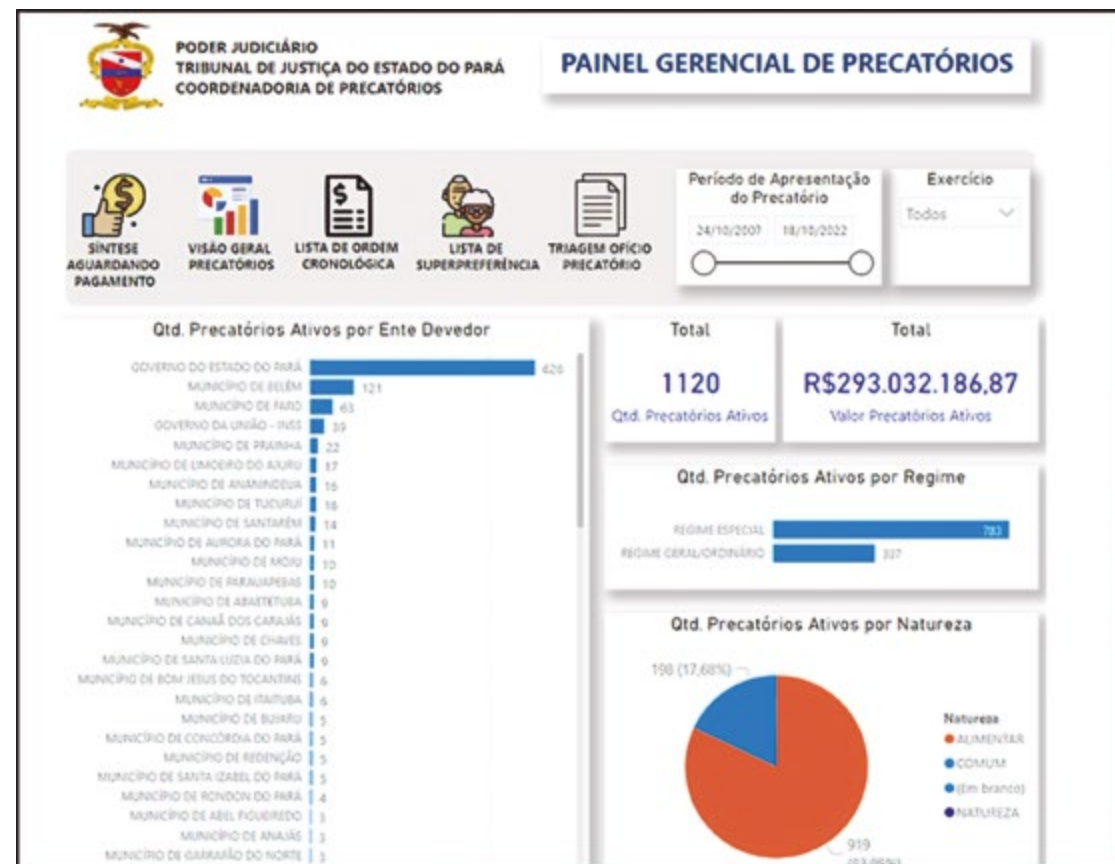
Recurso visual consolida relatórios específicos de cartas precatórias, para aumentar a eficiência na gestão dos processos presentes no PJe 2G, por meio de visões sintéticas e analíticas dos dados.

SISGEAC

Otimizações nas funcionalidades de gestão de módulos, disciplinas e avaliações para cursos de longa duração, inclusão de um módulo de auditoria, além de outras correções para proporcionar maior efetividade na gestão acadêmica de cursos promovidos pela Escola Judicial.

SISGEMEC

Aprimoramento no Sistema de Gestão de Mediadores e Conciliadores (SISGEMEC) e Integração com o PJe versão 2.2 para atender ao Art. 1º da Resolução CNJ nº 358/2020.



API PRÓPRIA

Disponibilização de interface com lista de mediadores, mediadoras, conciliadores e conciliadoras do TJPA, a fim de atender ao Art. 1º da Resolução CNJ nº 358 de 02/12/2020, que disciplina a integração com o sistema CONCILIAJUD do CNJ ou outros sistemas.

ENTIC-JUD 2021-2026

Recurso visual permite acompanhar as ações da Secretaria de Informática no âmbito do plano de trabalho relacionado à Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário 2021–2026 (ENTIC-JUD), conforme disciplina a Resolução CNJ nº 370/2021.

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Aprimoramentos técnicos no Diário de Justiça Eletrônico (DJE) facilitam a gestão de assinaturas de matérias e a versão final das publicações, por meio de autenticação simples do TJPA, além de possibilitar a gestão e edição da capa do diário, o que agrega flexibilidade às práticas diárias na ferramenta e reduz a quantidade de incidentes causados pelas limitações da assinatura com token.

REGISTRO DE BOLETOS

Refinamento sistêmico registra os boletos no Sistema de Custas On-line, facilita a usabilidade do jurisdicionado (a) e reduz tempo com atendimentos e dúvidas.

CARTAS PRECATÓRIAS

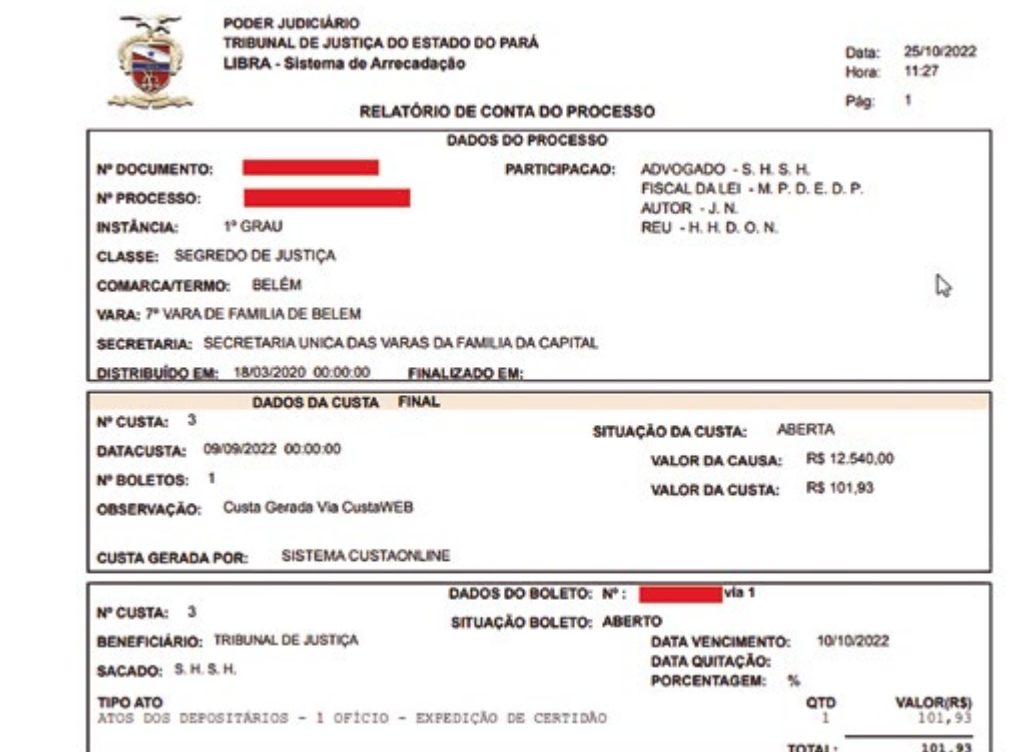
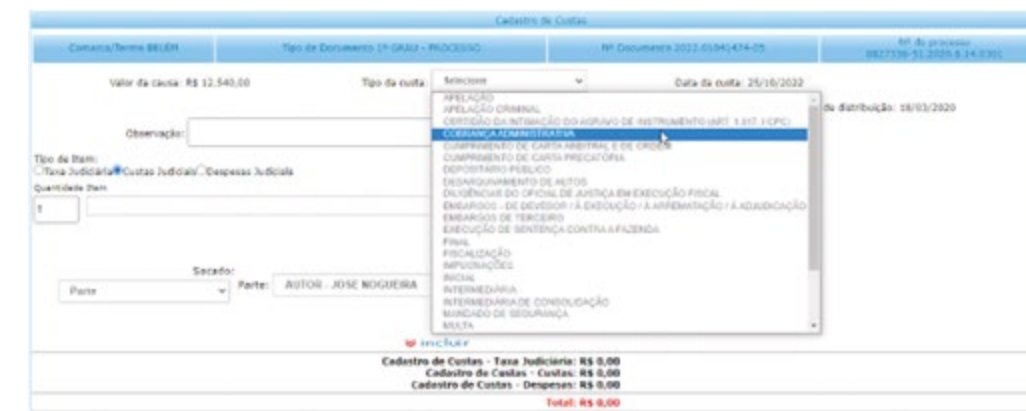
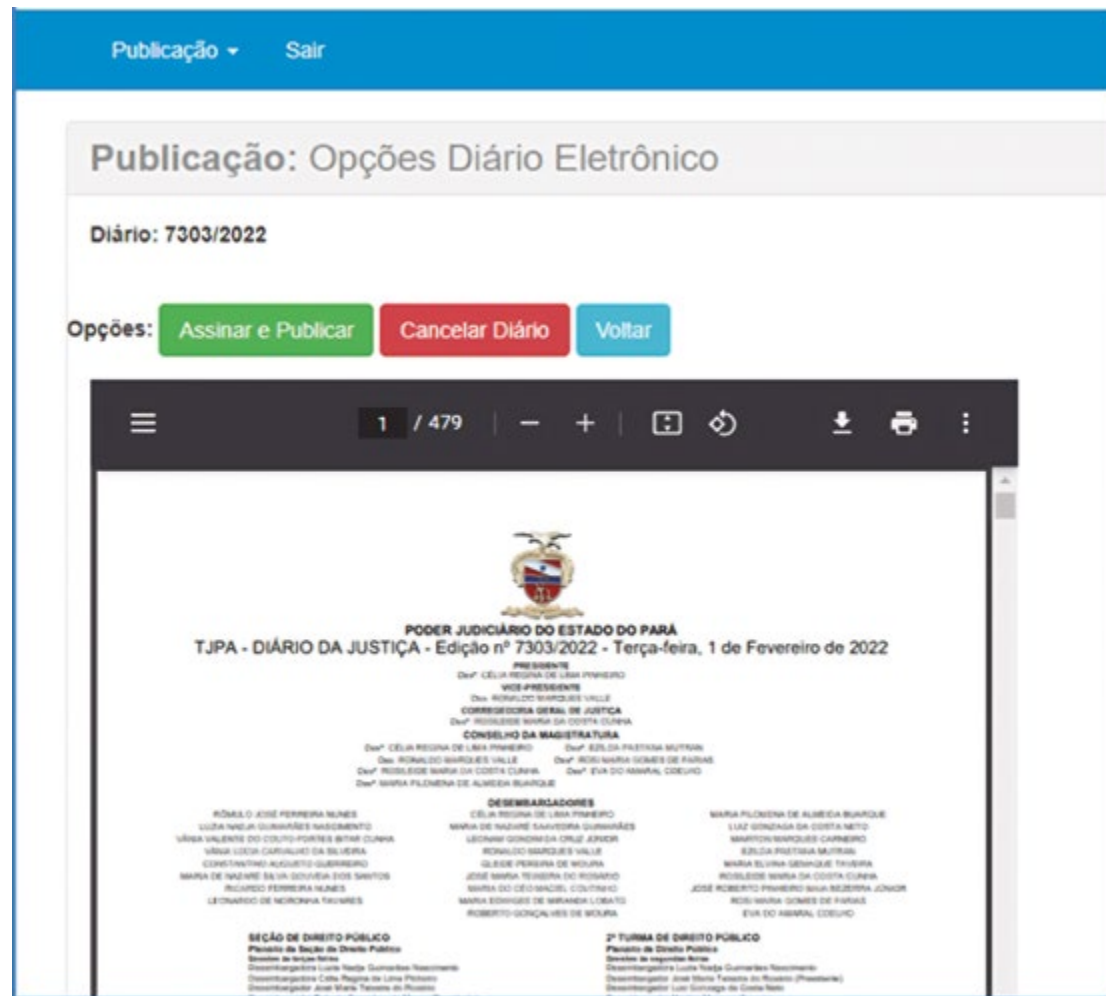
Aprimoramento sistêmico permite ao jurisdicionado (a) enviar documentos por via eletrônica no cumprimento de carta precatória como opcionais, na emissão de custas pelo sistema on-line, recurso adicional de transparência e controle que visa à eficiência no serviço.

PRECATÓRIOS REQUISITÓRIOS PAGOS

Melhoria no sistema de arrecadação judicial inclui a relação de precatórios requisitórios pagos e facilita a conciliação contábil pelo núcleo de contadores (as).

BOLETOS DUPLICADOS

Manutenção corretiva para duplicação de boletos elimina erros nos procedimentos de conciliação contábil realizada pela Seplam.



AJUSTE

Solução técnica cria custa com valor baseado na data de distribuição real do processo de referência no âmbito do Procedimento Administrativo de Cobrança (PAC), o que evita diligências adicionais em razão de assimetrias nos valores monetários das cobranças, baseados na data do processo judicial.

ADAPTAÇÃO

A adaptação da arrecadação para cartões de crédito e débito integra o sistema de Arrecadação Judicial às ferramentas de empresas que intermedeiam essas operações; amplia as opções de pagamento de custas ao jurisdicionado e à jurisdicionada (à vista ou a prazo), garante comodidade ao público e aumenta a arrecadação pela facilidade de parcelamento.

COBRANÇA ADMINISTRATIVA

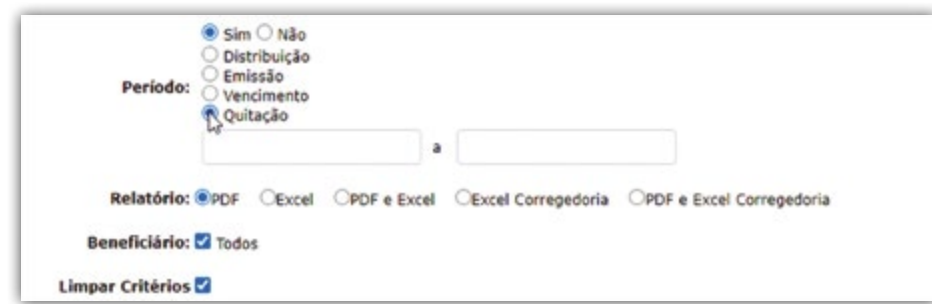
Antes inexistente, a inclusão da cobrança administrativa na seleção do tipo de custa acrescenta a possibilidade de criação de novo tipo de custas àqueles processos que demandem essa opção.

SEGREGO DE JUSTIÇA

Solução técnica que omite informações confidenciais exibidas no relatório de conta de processos em segredo de justiça, tais como partes e sacado (a), para evitar vazamento de informações sigilosas e comprometimento da privacidade de dados de jurisdicionados (as).

QUITAÇÃO

O ajuste de visibilidade de dados no período do relatório de fiscalização de processos abre opção adicional, e mais específica, de busca de boletos e custas baseada em mais de um critério, o que torna mais eficiente a fiscalização da arrecadação.



FISCALIZAÇÃO DE CUSTAS

O ajuste na mesclagem de relatórios de fiscalização de custas, em formato excel, facilita o manuseio do arquivo, a extração de valores e o aferimento de cálculos por parte da fiscalização.



ACOMPANHAMENTO DE CUSTAS

Foram incluídos novos documentos em formato PDF, com informações mais relevantes a jurisdicionados (as), além de nova apresentação em meios digitais para agregar transparência aos atos institucionais.

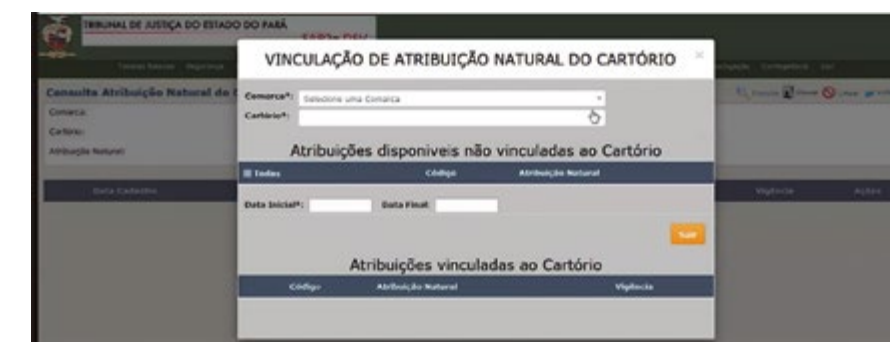
PARCELAMENTO

Aprimoramento no sistema de Arrecadação Extrajudicial permite o parcelamento e a gestão do parcelamento, de dívida dos cartórios, o que se traduz em maiores probabilidades de adimplimento junto ao TJPA.

Ítem	Cartório	Valor	Origem	Destino	Previdência
1	1º OFÍCIO DE REGISTRO E DOCUMENTOS - 389	272992	0/2009	Complementar	81,82
2	1º OFÍCIO DE REGISTRO E DOCUMENTOS - 389	272992	0/2009	Complementar	1.002,42
3	1º OFÍCIO DE REGISTRO E DOCUMENTOS - 389	272994	0/2009	Complementar	84,90
4	1º OFÍCIO DE REGISTRO E DOCUMENTOS - 389	272995	0/2009	Complementar	71,00
5	1º OFÍCIO DE REGISTRO E DOCUMENTOS - 389	272996	0/2009	Complementar	25,20
6	1º OFÍCIO DE REGISTRO E DOCUMENTOS - 389	272997	0/2009	Complementar	9,84
7	1º OFÍCIO DE REGISTRO E DOCUMENTOS - 389	272998	0/2009	Complementar	9,80
8	1º OFÍCIO DE REGISTRO E DOCUMENTOS - 389	272999	0/2009	Complementar	40,82
9	1º OFÍCIO DE REGISTRO E DOCUMENTOS - 389	273000	0/2009	Complementar	290,14
10	1º OFÍCIO DE REGISTRO E DOCUMENTOS - 389	273001	0/2009	Complementar	122,70

SEGREGAÇÃO DE ENCARGOS

Adaptações na apresentação mostram de forma separada os encargos, o que agiliza a conciliação contábil pelo núcleo de contadores (as) da Seplan.



ATRIBUIÇÃO NATURAL

Aprimoramento da Arrecadação Extrajudicial na gestão dos registros de atribuições naturais dos cartórios - consulta, edição, cadastro e vinculação - melhora a qualidade dos dados para análises e fiscalização.

ACERVO DO SEEU

Rotina de atualização de processos do SEEU retira do acervo das unidades judiciárias paraenses aqueles que foram redistribuídos a outros tribunais da Federação.

CONSULTA DE SELOS DIGITAIS

Melhoria nos protocolos de comunicação entre recursos computacionais apresenta os dados dos selos digitais nos mesmos moldes em que aparecem na consulta pública de selos, o que proporciona maior eficiência nas rotinas internas da Seplan.

RECORRIBILIDADE E REVERSIBILIDADE

Consolidação de dados para melhorar a gestão por meio de painéis em produção pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística e que envolvem reversibilidade e recorribilidade das unidades judiciais.

DATAMART DE TAREFAS

Aprimoramento de DataMart já existente para identificar e corrigir gargalos na tramitação processual, sob a ótica das tarefas do sistema PJe.

ADMINISTRAÇÃO DE DADOS

Recurso gráfico aprimora o monitoramento da qualidade do processamento de dados capturados pelo Novo-DW e garante ação imediata de contornos e tratamentos necessários para tornar os dados do TJPA mais confiáveis.

ATUALIZAÇÃO GLPI

Evolução na ferramenta de registro de atendimentos, que corrige falhas de segurança e entrega uma interface gráfica mais leve, além de novas funcionalidades, que melhoram a experiência de uso.



Investimentos em equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) impulsionam as melhorias na prestação jurisdicional no Pará



AIRTON NASCIMENTO

ARRECAÇÃO JUDICIAL

A consolidação de dados da arrecadação judicial traz novas perspectivas à recuperação de créditos e a consequente melhoria na arrecadação.

FIBRE CHANNEL

A atualização dos equipamentos de comunicação de redes de armazenamento com o uso de fibra óptica aumentou de forma exponencial a velocidade dos acessos aos dados institucionais pelos sistemas judiciais, administrativos e de arrecadação.

DATA CENTER

A nova arquitetura tecnológica de intercomunicação entre os recursos de armazenamento materializa ganhos de confiabilidade e escalabilidade no armazenamento dos dados institucionais centralizados de DataCenter.

ARMAZENAMENTO

Incremento bruto de capacidade de armazenamento para arquivos do PJe, especialmente na digitalização de processos, e melhorias técnicas para a resiliência da infraestrutura e velocidade no acesso aos dados relacionados aos processos virtuais.

RECUPERAÇÃO DE DESASTRES

Nova arquitetura tecnológica em torno da infraestrutura à sustentação e continuidade do negócio envolve os recursos de backup, processamento, comunicação e armazenamento, para melhorias exponenciais nos tempos de recuperação e retenção de dados em casos de incidentes tecnológicos.

MOVIMENTAÇÕES PROCESSUAIS

ATUALIZAÇÃO DE SERVIDORES WINDOWS 2022

Esforço técnico que visa aumentar a segurança e evitar falhas conhecidas nos servidores Windows que não são avaliados como recursos legados.

A consolidação dos dados dos sistemas processuais do TJPA possibilita análises de produtividade das unidades judiciais e identificação dos gargalos na tramitação sob diversos aspectos, o que viabiliza, no futuro, a elaboração de painéis para melhor leitura e tomada de decisões sobre o tema.

REDE DE COMUNICAÇÃO

O novo desenho tecnológico de conectividade entre prédios da RMB, especialmente entre os datacenters do TJPA, agrega agilidade, escalabilidade e confiabilidade no tráfego dos dados institucionais.

ORACLE

Arquitetura tecnológica atualizada reduz 50% dos custos com suporte Oracle e garante flexibilidade de entregas de ambientes tecnológicos, reduz a complexidade de manutenção de infraestrutura de hardware e melhora exponencialmente os tempos de recuperação em sinistros físicos e lógicos.

FIREWALL PRINCIPAL

A contratação de novas licenças dá continuidade ao funcionamento do principal elemento da proteção de borda da infraestrutura do TJPA, com as definições de segurança mais atualizadas e suporte de especialistas para atualizações e melhorias da solução.

WAF

Aquisição de Web Application Firewall (WAF) para os sistemas institucionais disponibilizados na internet ao público interno e externo - a exemplo do PJe - e de balanceamento de carga, que permite otimizar a distribuição e utilização dos recursos utilizados pelos sistemas.

PROTEÇÃO

Contratação de solução tecnológica de proteção contra malwares desconhecidos, aplicada em servidores da infraestrutura do Tribunal (Deep Security) e em equipamentos de microinformática de magistrados, magistradas, servidores e servidoras (Proteção de Endpoint).

GESTÃO DE IDENTIDADES

Solução tecnológica gerencia o uso de creden-



Aparelhos foram instalados em vários pontos da sede do TJPA

RICARDO LIMA

ciais no âmbito do TJPA e protege as sessões em que elas são utilizadas, os servidores e equipamentos de microinformática, com aplicação de privilégio mínimo, rotação de senhas e prevenção de ataques "Pass-the-Hash".

SEGURANÇA

O 1º ciclo do hardening e da otimização de regras do Firewall incrementa a segurança cibernética ao desabilitar regras nunca utilizadas e sem utilização por muito tempo, o que fecha brechas de acesso.

LINKS

A migração de links Prodepa para VPWS melhora a conectividade e facilita o cumprimento das tarefas institucionais desempenhadas nas localidades em que foram implantadas.

VULNERABILIDADES TENABLE

O projeto de PoC de análise de vulnerabilidades Tenable atua de forma proativa na prevenção e correção de vulnerabilidades na infraestrutura do Tribunal.

BALANCEAMENTO

O balanceamento de uso de links de Internet no Firewall principal melhora o uso da internet ante as crescentes demandas e não deixa recursos ociosos que geram custos ao Tribunal.

AMEAÇAS DIGITAIS

A instalação de agentes deep security protege os servidores de DataCenter contra os mais diversos tipos de ameaças digitais, resultando em maior disponibilidade dos serviços tecnológicos institucionais.

SOLUÇÃO DE WAF

Instalação de hardware garante proteção especializada aos sistemas web institucionais na internet e recursos de balanceamento de carga para resistir a um alto volume de consultas processuais realizadas por robôs.

LGPD

A adequação à Lei Geral de Proteção de Dados atende às resoluções CNJ 363 e 370 e à Lei 13.709/2018 (LGPD) e trabalha a conscientização de servidores, servidoras, magistradas e magistrados à necessidade de atenção à privacidade e proteção de dados nas atividades institucionais.

APRESENTAÇÃO À PRESIDÊNCIA

Apresentação ofereceu à presidência do TJPA subsídios para a tomada de decisões sobre as questões essenciais a respeito da LGPD e demandas criadas pelo CNJ aos Tribunais por meio de resoluções.

FORMAÇÃO CONTINUADA

Apresentação de projeto de formação continuada em LGPD à Escola Judicial para preparar magistrados, magistradas, servidores e servidoras em suas atividades judicantes e de trabalho usuais em que operem com dados pessoais.

WEBINÁRIOS E E-DIÁLOGOS

Quatro webinários sobre o tema atenderam às determinações das resoluções 363/2021 e 370/2021 do CNJ sobre divulgação e conscientização a respeito da privacidade e proteção de dados, incluindo divulgação institucional das atividades do Comitê Gestor de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.

PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

Instrução de normativo interno avança sobre a temática da Privacidade e Proteção dos Dados Pessoais no TJPA, em atendimento às determinações das resoluções 363 e 370, além do planejamento para adequação à LGPD no TJPA.

COMITÊ GESTOR

Atende às determinações das resoluções CNJ 363 e 370 para o avanço na adequação à LGPD e às práticas e conceitos de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais.

AIRTON NASCIMENTO

Aquisição de periféricos melhorou a infraestrutura de TIC também nas comarcas do interior do Estado



PORTAL LGPD

Atende às determinações das resoluções 363 e 370 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para a divulgação de informações sobre a LGPD ao público interno e a jurisdicionados e jurisdicionadas.

PPICIBER

O Protocolo de Prevenção a Incidentes Cibernéticos (PPICiber) prepara balizas normativas aos manuais técnicos que orientem o TJPA a lidar com incidentes cibernéticos por meio de medidas que mitiguem os riscos.

NUPEMEC

O processo para aplicação de atividade sistêmica no âmbito do Nupemec cria um conjunto coeso de registro e normatização da constelação familiar no âmbito pré-processual e processual para dar transparência à atividade a advogados (as), jurisdicionados (as) e entidades interessadas em acompanhar este serviço.

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Curso EAD de formação continuada sobre segurança da informação fortaleceu mecanismos de proteção por meio de treinamentos e divulgação de conteúdos para conscientizar o público interno do TJPA à questão, tanto em suas atividades profissionais como na vida privada.

ESCOLA JUDICIAL

Preparação de material didático para colocar novos (as) juízes (as) auxiliares em contato com informações da área de Tecnologia da Informação e Comunicação, área que afeta diretamente suas atividades, na medida em que os processos eletrônicos se tornam a totalidade dos feitos correntes no TJPA.



O Judiciário do Pará investiu de forma massiva na modernização do seu parque de informática, com a aquisição de novos equipamentos

ÉRIKA MIRANDA

CERTIFICADO DIGITAL E-CNPJ

A aquisição garante identificação legal e inequívoca do TJPA perante os órgãos de receitas federais e estaduais, e-Social, Conectividade Social

ICP - FGTS da Caixa Econômica Federal e outros serviços que requeiram o uso de tal certificado para comunicações digitais, tais como os internos - e-Carta, PJeToken, Integração Sefa-Sefin e Sistema de Depósitos Judiciais.

REGISTRO DE PREÇOS

Contratação de Certificação Digital ICP-Brasil dá continuidade à emissão e renovação de certificados digitais para uso nos sistemas internos e externos que requeiram seu uso para assinaturas digitais,

o que garante segurança na comunicação por meios eletrônicos.

WILDCARD SSL

A instalação do Wildcard SSL nos sistemas expostos à web torna o acesso aos sistemas institucionais

mais seguros, por meio de criptografia, além de provar que os referidos sistemas são autênticos e confiáveis.

CERTIFICAÇÃO DIGITAL

A transferência de conhecimento de certificação digital realoca essa responsabilidade à equipe do macroprocesso de serviço, descentraliza o conhecimento por meio de repasses a outros servidores(as) e terceirizados(as) e unifica as bases de conhecimento.

DOCUMENTOS DE CONHECIMENTO

A atualização de documentos de conhecimento de certificação digital registra práticas complexas e burocráticas para melhor esclarecer as atividades relacionadas ao serviço de certificados digitais, cujo principal impacto positivo é a economia com diárias e ajudas de custo para deslocamento de magistrados, magistradas, servidoras e servidores nas emissões e renovações remotas, bem como na otimização do tempo de trabalho com viagens de deslocamento na fase de validação presencial.

APLICAÇÃO WEB

O projeto de PoC NSX para balanceamento de carga e firewall valida solução tecnológica de mercado para proteção especializada em aplicações web e mecanismos de balanceamento de carga que liberam recursos computacionais internos utilizados para esses fins.

SWITCH CORE

A reestruturação da camada mais profunda de comunicação entre os data centers do TJPA e os maiores pontos de presença da rede metropolitana (Fórum Cível, Fórum Criminal e Fórum de Ananindeua) melhora os recursos de desempenho e segurança, capazes de atender ao iminente acréscimo massivo de dados com o advento de novas tecnologias.

DATA CENTER SECUNDÁRIO

Ponto de presença física adicional, o data center secundário em formato container possibilita opções de backup e replicação de dados, resiliência do ambiente computacional, recuperação de desastres e disponibilidade dos serviços tecnológicos ao jurisdicionado e à jurisdicionada.

NOVO STORAGE

Reforço tecnológico aos recursos de armazenamento de processos digitais para o PJe conta com a mais recente e mais rápida tecnologia de armazenamento eletrônica, para reduzir o tempo de acesso aos dados do PJe e impactar positivamente na experiência de uso de magistrados, magistradas, servidores, servidoras, jurisdicionados, jurisdicionadas e demais entidades envolvidas.

EXPANSÃO DE SWITCHES

Aumento do quantitativo dos equipamentos de comunicação de redes de armazenamento com tecnologia de fibra óptica, por meio de aquisição, para compatibilizar a expansão de recursos computacionais com o novo data center secundário em formato container.

SUBSTITUIÇÃO

Atualização dos equipamentos físicos do firewall principal por modelos NGFW (Next Generation Firewall), capazes de detectar e bloquear ataques sofisticados.

BALANCEAMENTO DE CARGA

A 1ª fase da migração de sistemas para o balanceamento de cargas consistiu na inserção do primeiro lote de sistemas no fluxo de dados da solução adquirida (A10), para aprimorar a segurança da cibernética e melhorar a distribuição dos acessos de usuários (as) aos sistemas institucionais, por meio da substituição de softwares que apresentavam vulnerabilidades.

Nome	ADC	Service Map	IP	Porta	Uptime	Processos	Memória	Disco	Estado	Gráficos	Ações
VP_APPS	10.220.0.11	0	580	0	0	238MB	2MB	0	OK	Stats Charts	Editar
VP_CONSULTAS	10.220.0.14	1435	683600736	0	0	0	18TB	1TB	OK	Stats Charts	Editar
VP_DJE	10.220.0.12	93	9129607	0	0	0	2TB	570B	OK	Stats Charts	Editar
VP_DSPACE	10.220.0.20	0	137	0	0	0	8MB	517KB	OK	Stats Charts	Editar
VP_GLPI	10.220.0.15	141	22718940	0	0	0	1TB	219KB	OK	Stats Charts	Editar
VP_GLPI_HRA	10.220.0.23	0	249012	0	0	0	103MB	30MB	OK	Stats Charts	Editar
VP_LIBRA	10.220.0.18	406	41533958	0	0	0	3TB	5670B	OK	Stats Charts	Editar
VP_PJE	10.220.0.17	10585	1137318411	0	0	0	150TB	17TB	OK	Stats Charts	Editar
VP_PJE_CONSULTA	10.220.0.21	262	30080249	0	0	0	6TB	2410B	OK	Stats Charts	Editar
VP_PJE_HRA	10.220.0.22	85	1898989	0	0	0	139GB	10GB	OK	Stats Charts	Editar
VP_PJE_HRA_APRICHE	10.220.0.27	0	118780	0	0	0	141MB	24MB	OK	Stats Charts	Editar
VP_PJE_INTERNO	10.220.0.25	0	122	0	0	0	145B	519KB	OK	Stats Charts	Editar
VP_PJE_PGPOOL	10.220.0.26	0	24	0	0	0	3MB	83KB	OK	Stats Charts	Editar
VP_PJE_WAF	10.220.0.18	85	839482	0	0	0	890GB	36GB	OK	Stats Charts	Editar

PGCC

O Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas (PGCC) atende às determinações da Res. CNJ 396/2021, que trata de ações para garantir a continuidade da prestação jurisdicional em caso de crime cibernético.

ADITAMENTO

Ampliação em 87 licenças para o data center (Deep Security) e em mil licenças para o Parque de Microinformática (Proteção de Endpoints) para adequar os mecanismos de segurança cibernética do ambiente computacional ao crescimento da demanda por tecnologia.

IBM QRADAR

Validação de uma ferramenta SIEM (Security Information and Event Management), que combina Gerenciamento de Eventos de Segurança com Gerenciamento de Informações de Segurança, para aprimorar o gerenciamento da ampla cadeia de elementos tecnológicos em torno da segurança da infraestrutura.

LICENÇAS

O aditamento do contrato da solução de gestão

de identidades ampliou em 12 as licenças à plataforma de acesso, em 46 as licenças ao data center e em 125 as licenças ao Parque de Microinformática para proteger os equipamentos e as sessões utilizadas pelos magistrados (as) e servidores (as).

VULNERABILIDADES

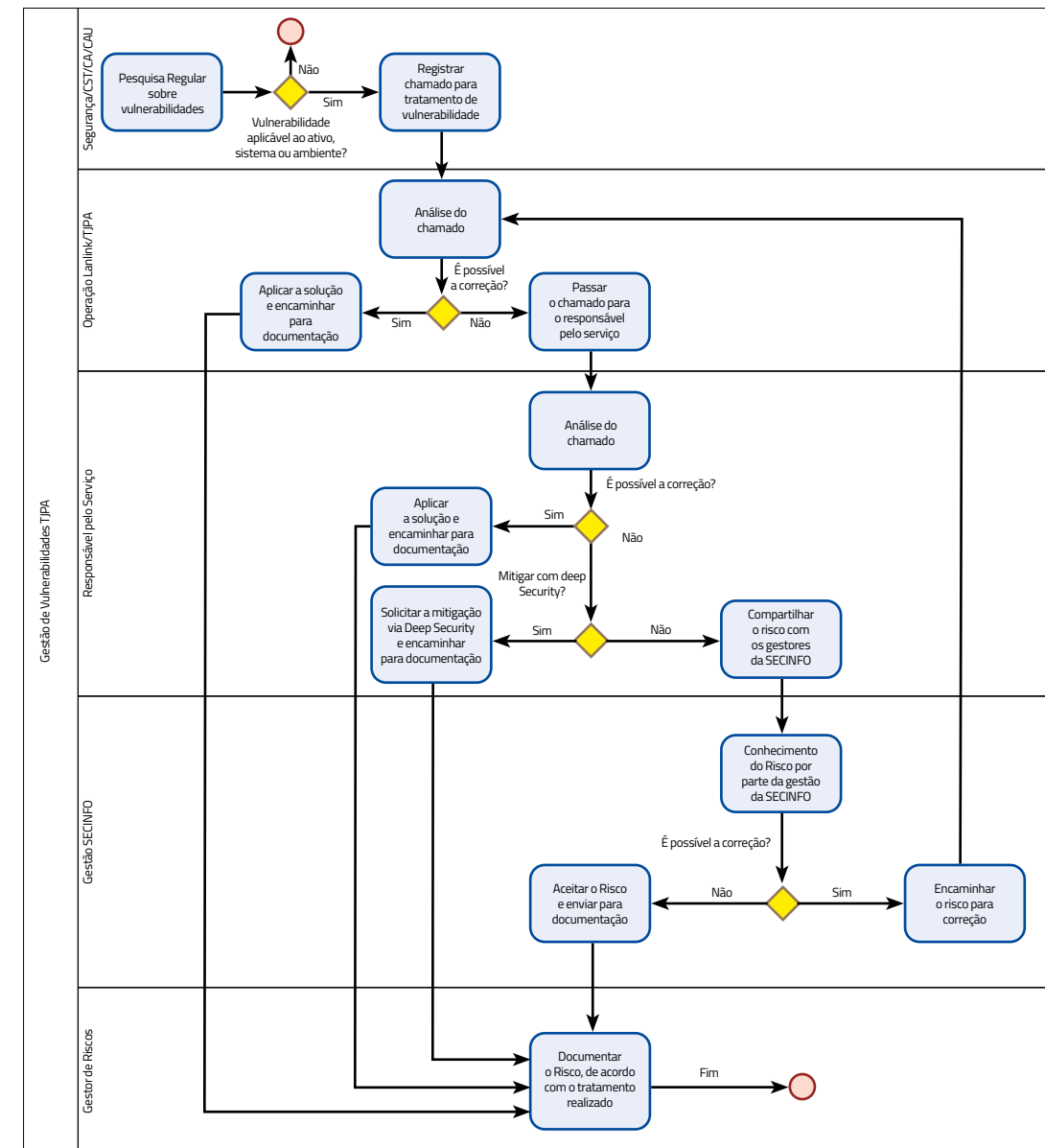
Modelagem visual das tarefas que tratam das ações proativas para verificar e corrigir erros e vulnerabilidades na infraestrutura computacional do TJPA e aumentar a disponibilidade aos jurisdicionados (as).

VPN

Esforço técnico que possibilitou o acesso de servidores e servidoras do TJPA aos sistemas disponibilizados fisicamente nos cartórios, sem a necessidade de deslocamento presencial, com impacto positivo na celeridade.

ANÁLISE E GERENCIAMENTO

Contratação de tecnologia para identificar e corrigir vulnerabilidades que possam expor o ambiente tecnológico do TJPA a ataques cibernéticos, o que representa maior resiliência dos sistemas e redes e melhoria da segurança da informação.



GLOSSÁRIO

Levantamento e consolidação em documento orientativo de termos, definições e conceitos essenciais do Protocolo de Gerenciamento de Crises Cibernéticas no âmbito do Poder Judiciário (PGCC/PJ), em alinhamento à Resolução CNJ 396 e à Portaria 163 CNJ.

TPU

Elaboração de manual sobre o cadastro de ações com os códigos apropriados à LGPD, segundo a Tabela

Processual Unificada (TPU).

PSI

Revisão da Política de Segurança da Informação (PSI) do TJPA para incorporar dispositivos de proteção da privacidade pessoal, notadamente a LGPD, em consonância com as determinações do CNJ.

PIICIBER

O Protocolo de Investigação para Ilícitos Cibernéticos (PIICiber) trata de práticas e procedimentos de

coleta e preservação de evidências e comunicação de fatos penalmente relevantes aos órgãos competentes para possibilitar o início de persecução penal em caso de ilícitos cibernéticos.

RENOVAÇÃO

A renovação de contrato, em 2021, deu continuidade ao suporte das soluções Oracle Database Enterprise Edition e sustentação às tecnologias utilizadas nos sistemas essenciais ao TJPA.

BLADES

A migração dos servidores dos Sistemas Gerenciadores de Bancos de Dados antigos (SGBDs) para as novas blades extraiu maior desempenho dos recursos e otimizou o trabalho de sustentação do ambiente tecnológico.

STORAGE DORADO

A migração de metadados institucionais da infraestrutura antiga para a nova melhorou o acesso a usuários (as), por causa dos discos mais rápidos da nova versão.

CORREÇÃO

A atualização das versões dos SGBDs em 2021 e em 2022 corrigiu falhas e garantiu segurança, resiliência e performance aos Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados, a partir da atualização à última versão homologada pelos fabricantes, compatível com os sistemas institucionais.

NOVO SERVIDOR

A implantação do novo Banco de Dados para o PJe expandiu a infraestrutura e aumentou o poder computacional para consultas de informações no PJe 1º grau, com maior estabilidade no funcionamento do sistema.

RENOVAÇÃO 2022

Continuidade do suporte às soluções Oracle Database Enterprise Edition dá sustentação às tecnologias utilizadas nos sistemas essenciais do TJPA.

ROTINAS DE BACKUP

Esforço técnico de reescrita dos códigos que promovem as rotinas de cópias de segurança internas agrega desempenho à recuperação de dados caso necessário.

NOVO STORAGE ALL FLASH DORADO6000 V3

Procedimento técnico que aumenta a capacidade de armazenamento e performance no acesso às informações utilizadas pelos sistemas judiciais, administrativos e arrecadadores.

BLADES LENOVO

Aumento da capacidade de processamento e melhoria de estabilidade e segurança na infraestrutura dos sistemas judiciais, administrativos e arrecadadores.

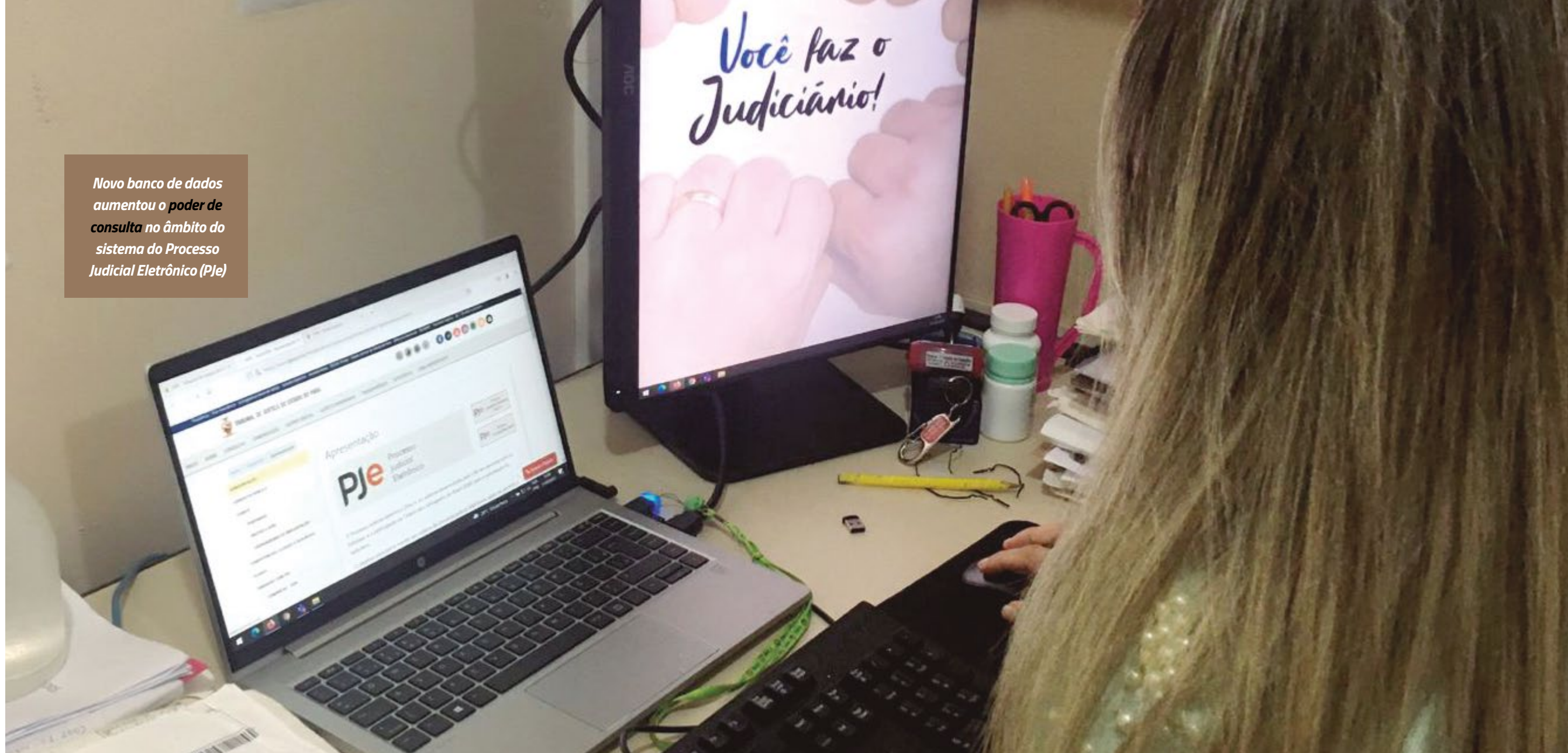
NOVA INFRAESTRUTURA

Transferência de todos os recursos virtualizados à nova infraestrutura de armazenamento e de processamento, beneficiando-se dos atributos de capacidade e desempenho dela.

CONTAINERIZAÇÃO

Melhoria operacional da solução tecnológica para processamento e entrega de infraestrutura em container, que suporta os sistemas do TJPA baseados neste paradigma.

Novo banco de dados aumentou o poder de consulta no âmbito do sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe)



ÉRIKA MIRANDA

CIFS E NFS

Melhoria nos controles de acesso aos arquivos de processos e de outras mídias digitais armazenadas nos servidores que usam tecnologias CIFS e NFS, para desabilitar os acessos diretos aos storages e garantir camadas adicionais de segurança e proteção dos dados.

SERVIÇOS ESPECIALIZADOS

Contratação de serviços técnicos das tecnologias Jboss e Openshift, para containerização, capazes de sustentar e evoluir da melhor forma a infraestrutura

de aplicações do TJPA e melhorar a qualidade dos serviços tecnológicos e da experiência de usuários (as) internos (as) e externos (as).

LICENCIAMENTO REDHAT

Renovação do Contrato dá continuidade ao suporte às soluções Linux RedHat, essenciais à manutenção e segurança da infraestrutura tecnológica do data center.

DYNATRACE APM

O projeto de PoC valida novas tecnologias para

visibilizar critérios de performance de aplicação, focados em análises de ocorrências preditivas em sistemas, e resolver falhas de funcionamento e de segurança cibernética.

AQUISIÇÃO DE FERRAMENTA

A ferramenta Dynatrace APM permite que se analise performance e segurança de aplicação e se identifiquem pontos de falha em toda a cadeia, para viabilizar análises que melhorem a qualidade dessas operações e incrementem a produtividade de magistrados, magistradas, servidoras e servidores.

METROCLUSTER NETAPP

A movimentação de dados brutos entre dispositivos de armazenamento, com foco na reconstrução das estratégias de replicação de dados, implicará mais espaço de armazenamento disponível às aplicações menos críticas e na salvaguarda de backups.

SEGURANÇA

Workshop sobre segurança de Endpoints MDM, Carbon Black e NSX tratou de tecnologias VMware para a segurança de microcomputadores, combinada

com recursos de cibersegurança e de resiliência de ambientes tecnológicos de grande porte.

DEVOPS

Workshop sobre Endpoints MDM, Carbon Black e NSX, no contexto do OpenShift, tratou da containerização para equipes de desenvolvimento e suporte, a partir do método Integração Contínua e Entrega Contínua (CI/CD), que poderá ser aplicada às práticas da Secretaria de Informática.

SERVIDORES WINDOWS 2021 E 2022

Atualização aumenta a segurança e evita falhas conhecidas nos servidores Windows, a partir da atualização à última versão homologada pelos fabricantes, exceto naqueles servidores avaliados como recursos legados.

NUVEM GOOGLE

Projeto de Prova Conceito (PoC) de Ambiente validou ferramenta de infraestrutura de nuvem da Google para atestar o nível de complexidade de migração da operação do data center físico do TJPA para o data center da Google.

OPERAÇÃO ASSISTIDA

A contratação de licenças de virtualização mais robustas possibilita migrações simplificadas entre ambientes de nuvens híbridas, combinadas com a contratação de créditos para serviços especializados e treinamentos em produtos VMware, para a evolução da maturidade no gerenciamento de ambientes virtualizados.

FRAMEWORKS

Capacitação para as equipes das coordenadorias de Suporte Técnico e de Aplicações sobre ferramentas e práticas para desenvolver softwares em esteira de produção e ampliar o conhecimento para projetos futuros.

BACKUP DE ARQUIVOS

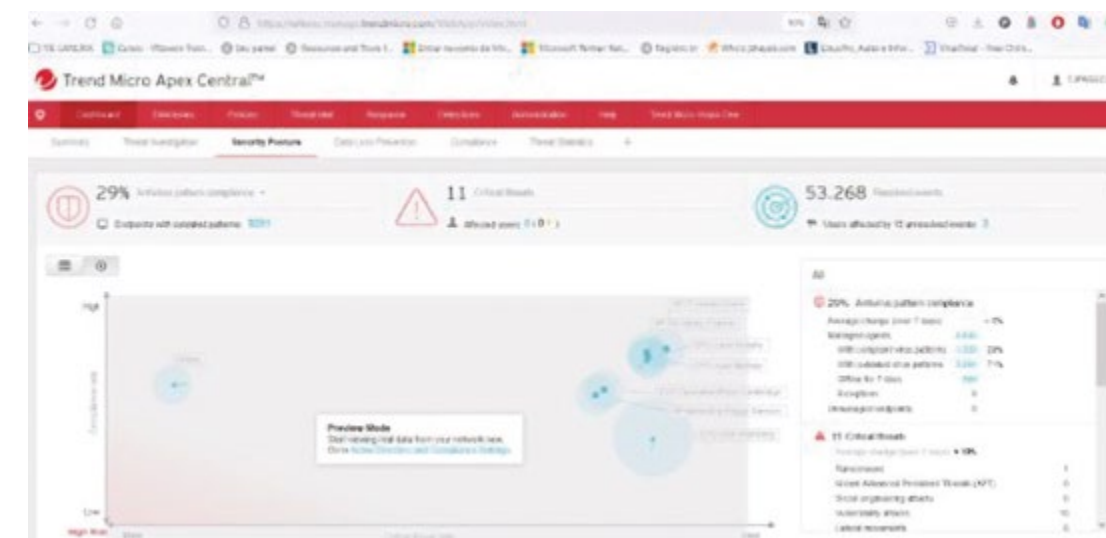
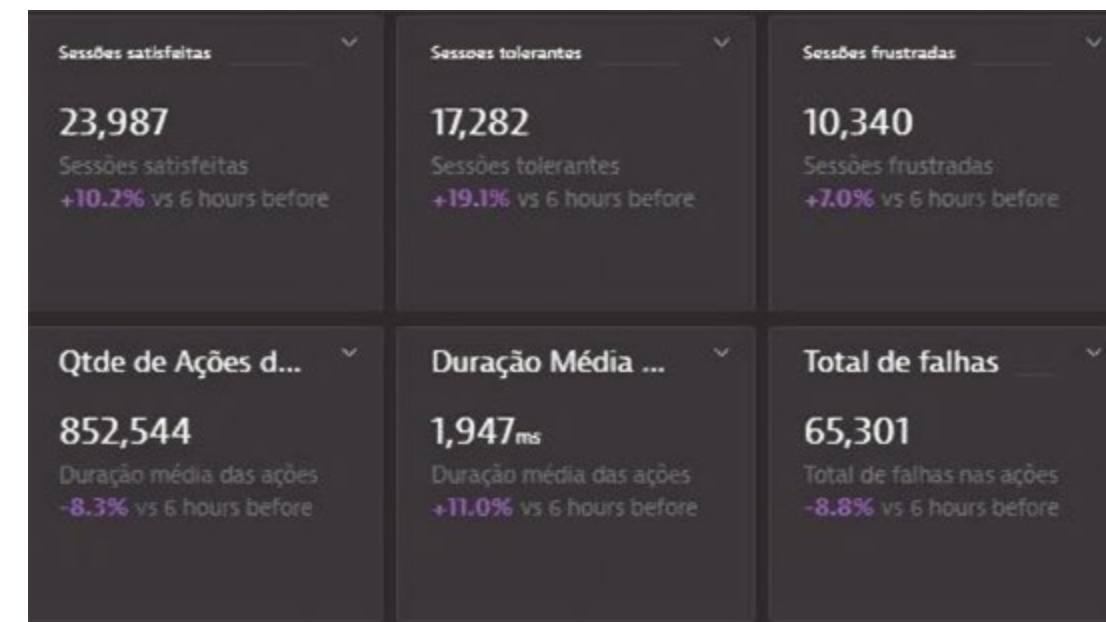
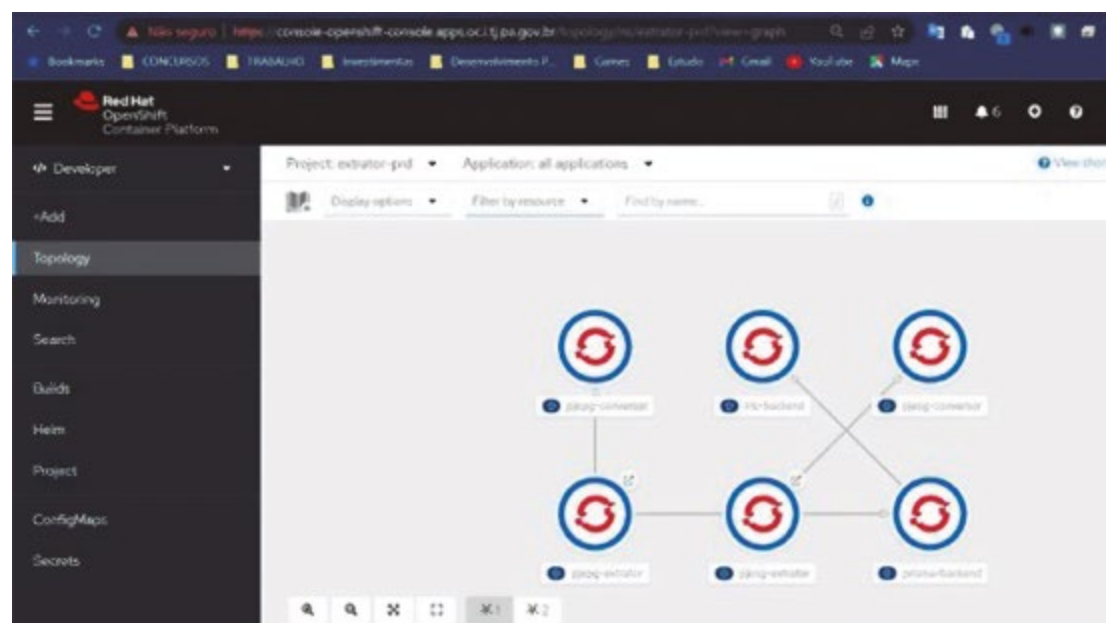
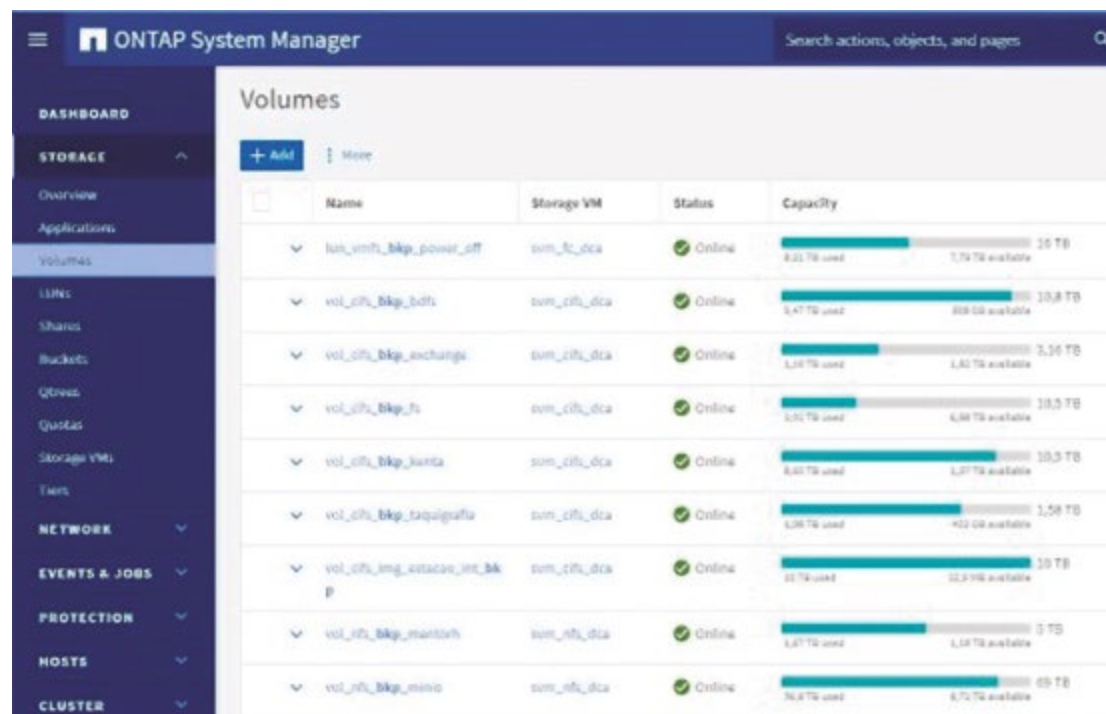
O comissionamento dos Storages NetAPP para o backup de arquivos do PJe é um ajuste de infraestrutura que agrega maior capacidade de armazenamento e tolerância a falhas do PJe. Isso resulta no aumento da segurança para os backups, armazenados em dispositivo físico diferente daquele em que foram produzidos.

REESTRUTURAÇÃO

Readequação do ambiente de containerização a partir da recriação de infranodes, a fim de deixar o cluster de OpenShift mais resiliente e com melhor observabilidade.

NOVOS RACKS LENOVO

A ampliação da capacidade de processamento do parque permite dedicar recursos computacionais exclusivos a operações críticas e intensas em uso desses recursos, a exemplo do Migrador 4.0 e INDIA, além de aumentar a capacidade de processamento do cluster PJe, o que representa melhoria de estabilidade e segurança na infraestrutura que atende ao PJe.



MONITORAMENTO DE DESEMPENHO

Implantação da ferramenta Dynatrace APM possibilitou amplo monitoramento em camada de aplicação, de sistemas críticos, como o PJe e SigaDoc, o que facilita ações e análises mais proativas desses ambientes com o uso de painéis de gerenciamento

PROTEÇÃO DE ENDPOINT TREND APEX ONE

A instalação e configuração de agentes de proteção de Endpoint reduzem a possibilidade de infecção dos mais de seis mil equipamentos de microinformática dos usuários por vírus e outros malwares, avanço que melhora os critérios de segurança da informação do TJPA.

CLOUD TREND APEX CENTRAL

A migração do repositório de dados para o ambiente Cloud Trend Apex Central fortalece a segurança nos equipamentos de microinformática a partir do uso de políticas automatizadas de operação em nuvem.

IPA E RED HAT SATALITE

A atualização e correção dos serviços melhoram o processamento, estabilidade e segurança na infraestrutura que atende aos sistemas judiciais, administrativos e arrecadores.

UTM/SDWAN

A padronização de configuração dos UTM/SDWan melhora a experiência do usuário (a) ao automatizar a alternância do circuito principal para o circuito de redundante.

FIBRAS

A ativação de duas fibras que interligam diretamente a sede ao data center aprimora a infraestrutura de comunicação entre os data centers do TJPA e entrega alta disponibilidade na rede própria que atende aos prédios da RMB.

MAPA DE CONECTIVIDADE

Customizações na ferramenta de IPM da Secretaria de Informática permitem maior controle e documentação da interligação dos ativos de rede que atendem aos prédios e reduzem consideravelmente o tempo de recuperação de incidente de rede.

REDE SEM FIO

Instalação e configuração dos dispositivos de rede sem fio, fornecidas juntamente com a entrega da obra do prédio da Secretaria de Gestão de Pessoas, asseguram mobilidade a usuários(as).

CONEXÃO SIMULTÂNEA

A 1ª fase do Projeto de Implantação dos UTM/SDWan consiste em solução física e lógica que possibilita a conexão simultânea de dois ou mais links de dados nos prédios do TJPA, bem como o uso de recursos que agregam esses links ou ainda migração automática em caso de indisponibilidade de um dos links.

FIBRA E RÁDIO

A ativação dos links fibra e rádio habilita os circuitos de dados da Prodepa nos prédios do interior e entrega maior conectividade às comarcas atendidas pela autarquia.

CIRCUITOS DE DADOS

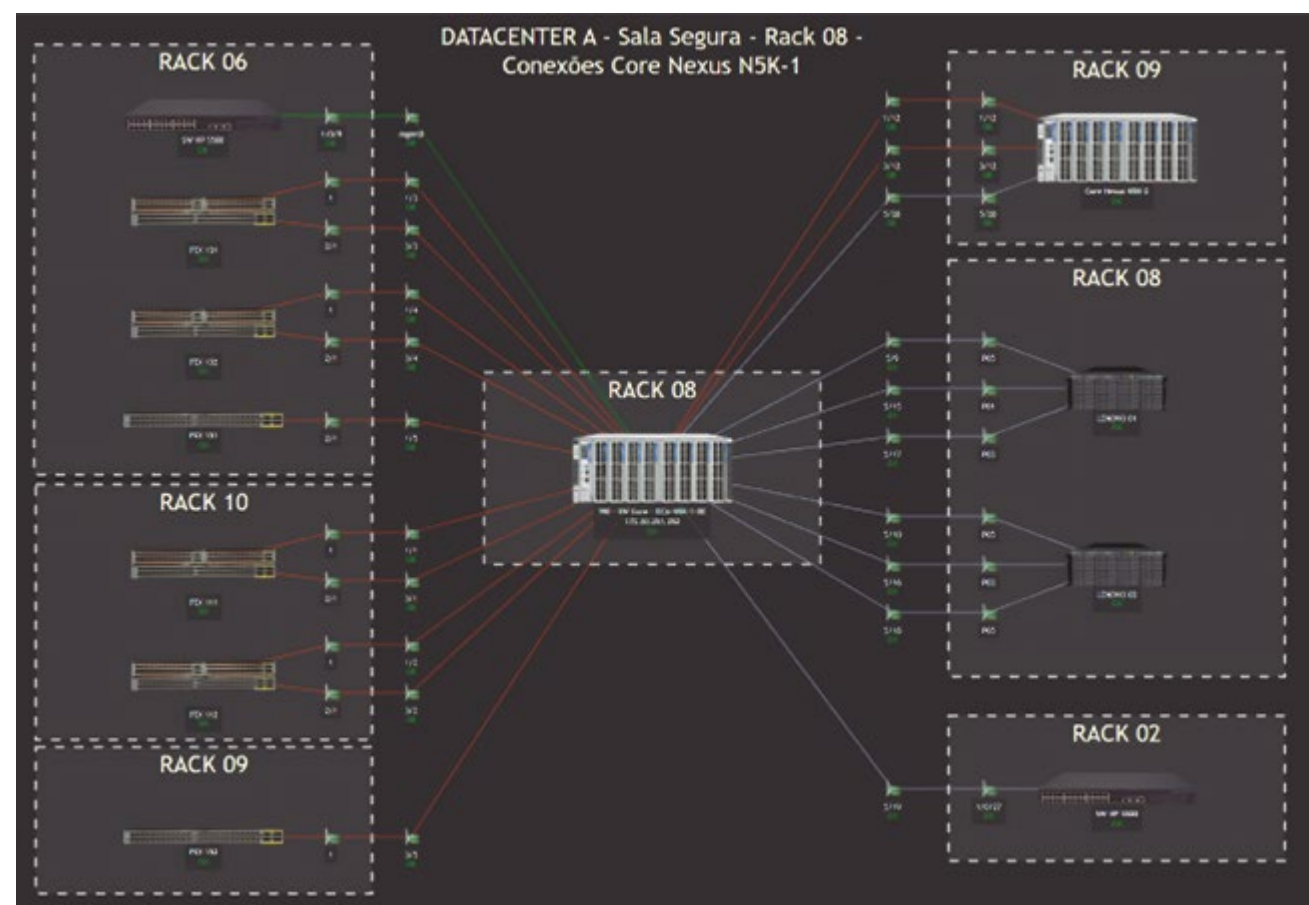
A contratação de fornecedores locais de circuitos de dados com maior banda oferece serviço de internet de baixo custo e de qualidade superior aos circuitos satélites a comarcas do interior. Combinado aos dispositivos UTM/SDWan implantados, o serviço garante um bom desempenho na conectividade de rede e segurança adequada ao TJPA.

AUMENTO DA BANDA

Aditamento contratual assegura maior banda de internet, de 800 Mbps para 02 Gbps, por preços menores, e serviço de internet para atender aos desdobramentos do esforço de digitalização de processos judiciais e o uso cada vez maior de soluções audiovisuais.

EXPANSÃO

Foram configurados 41 novos mapas de conectividade de data center, que permitem maior controle e documentação de como os ativos de infraestrutura estão interligados, o que diminui consideravelmente o tempo de recuperação em incidentes e análises de baixo desempenho.



NOVOS DISPOSITIVOS

A aquisição de novos dispositivos com tecnologia UTM/SDWan atende 121 prédios das comarcas do interior e viabiliza a conexão de dois ou mais links de dados na unidade, que migram automaticamente para o link backup em caso de indisponibilidade do link principal.

SWITCHES DE ACESSO

Aquisição de 450 novos switches de acesso, mais modernos, com velocidade de acesso superior e gerenciamento centralizado, o que revitalizou o parque de switches de acesso do TJPA. A implantação de solução física e lógica na capital e no interior alcançou cerca de 225 Switches de Acesso e aprimorou a comunicação entre os equipamentos.

ATIVACÃO

A ativação dos circuitos de dados locais com os fornecedores contratados utiliza os dispositivos UTM/SDWan implantados como elemento intermediário e resulta em maior desempenho no uso de circuitos para a prestação jurisdicional.

WI-FI

Projeto piloto para solução de rede sem fio (Wi-fi) no prédio sede consistiu na aquisição de solução tecnológica de nível corporativo para redes sem fio e instalação de 62 equipamentos de comunicação que aprimoram a mobilidade de usuários (as) de notebooks e reduzem a manutenção de redes cabeadas.

LINKS REDUNDANTES

O avanço da oferta de serviço de Internet redundante para 94 prédios aumenta a quantidade de unidades do Judiciário com dois ou mais circuitos de internet ativos, o que agrega disponibilidade ao serviço das comarcas do TJPA, pois, em caso de indisponibilidade de um dos circuitos, as unidades permanecem em funcionamento.

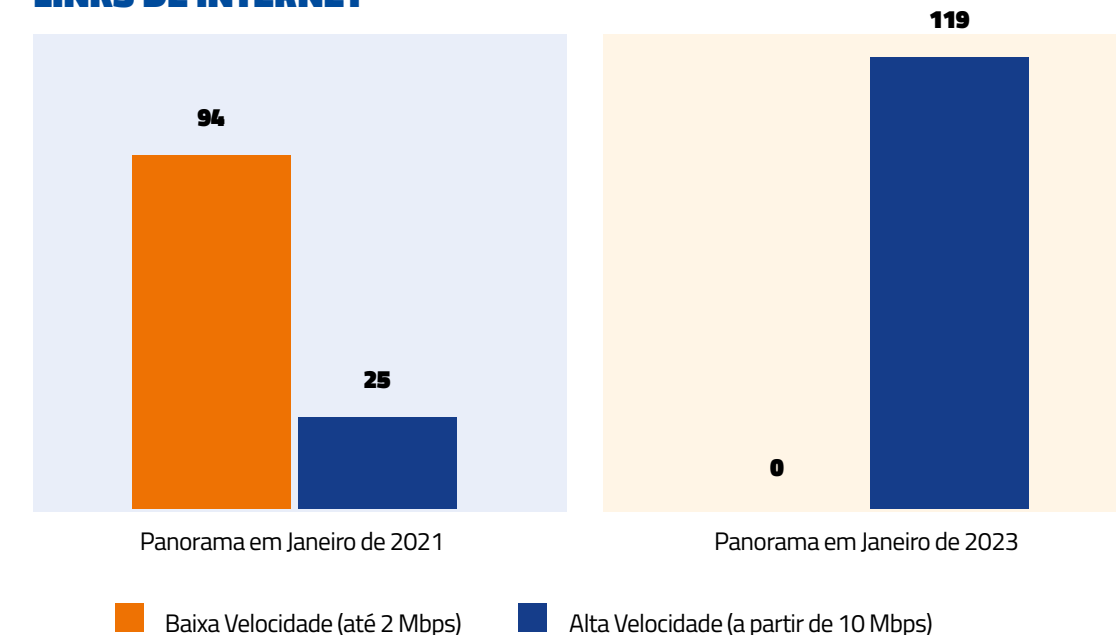


INTERNET

Conclusão do Aprimoramento da Qualidade da Internet nas Comarcas do Estado, cujo objetivo era eliminar todos os links de satélites (baixo desempenho), substituindo-os por links

de rádio ou de fibra ótica com - no mínimo - cinco vezes mais velocidade, o que implica diretamente na melhoria do acesso aos sistemas institucionais.

LINKS DE INTERNET



FONTE: SEINF



O novo Datacenter Secundário foi projetado para ser uma solução robusta e segura a fim de abrigar os equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação. Em um container, totalmente independente do prédio-sede, possui espaço físico adequado para receber o dobro de equipamentos da sala atual. Adicionalmente, conta com um nobreak de última geração diretamente conectado a um gerador exclusivo para os equipamentos de tecnologia que aprimoram a disponibilidade dos serviços digitais do TJPA.



ÉRIKA MIRANDA



O uso massivo de notebooks permitiu a ampliação do projeto piloto do Wi-fi corporativo no prédio sede, com economia significativa em custos de cabeamento

DIVULGAÇÃO

UTM/SDWAN: FASE 2

Fase final de implantação de solução tecnológica que possibilita a conexão simultânea de dois ou mais links de dados nos prédios do TJPA, com 100% do TJPA usando UTM/SDWAN.

WI-FI CORPORATIVA

Evolução do projeto piloto do prédio sede para um projeto mais amplo de Rede Wi-fi corporativa para atingir 100% do TJPA e ampliar os benefícios dessa tecnologia, entre os quais a redução dos custos com cabeamento em situações de reformas, obras ou alterações de leiaute nos ambientes de trabalho e mobilidade tecnológica, especialmente diante do uso massivo de notebooks.

TELEFONIA MÓVEL

A nova contratação de serviços de dados e voz para telefonia móvel atende às demandas de uso por parte de servidores, servidoras, magistradas e magistrados, especialmente ao atendimento ao público externo via aplicativo WhatsApp.

TELEFONIA FIXA

Ainda que com reduzido uso, a manutenção do canal de comunicação de telefonia fixa entre as unidades institucionais é essencial para a prestação jurisdicional.

CONTRATAÇÃO COMPLEMENTAR

O Pará é atendido por múltiplas operadoras de telefonia móvel e o nível de qualidade dos serviços prestados por elas é diferente no território. A contratação complementar atende aos municípios com baixa cobertura de sinal da operadora principal e evita descontinuidade do serviço.

RENOVAÇÃO

A renovação de contratos de telefonia fixa mantém a comunicação telefônica em linhas fixas entre unidades do TJPA, órgãos externos e público em geral, enquanto se conclui a nova contratação de telefonia em nuvem.



Personalidades e autoridades femininas receberam a Medalha Desa. Lydía Dias Fernandes



Reforma e ampliação do Fórum da Comarca de Muanã



Posse de juiz e juíza na 3ª Entrância



Certificação das unidades judiciárias de 1º e 2º Graus pelo Índice de Eficiência Judiciária e pelo Programa de Incremento de Baixas Processuais



Encontro promovido pelo CNJ debateu Inovação com Tribunais da Região Norte na sede do TJPA



RICARDO LIMA

*Reunião da
Comissão Técnica
de Combate à
Tortura*



ÉRIKA MIRANDA

*Projeto Verão com
Justiça no Distrito
de Mosqueiro*



ÉRIKA MIRANDA

*Posse de 24 juízes e
juízas do Judiciário
paraense*



ÉRIKA MIRANDA

*TJPA sediou
Encontro Inova
Norte do CNJ*

INOVAÇÃO

Pai D'égua busca soluções a partir da demanda pública

Laboratório tem projeto em execução no sudeste do Estado de um Ponto de Inclusão Digital do projeto Justiça sem Fronteiras

O Laboratório de Inovação do Poder Judiciário do Pará, denominado Laboratório Pai D'égua, é responsável por elaborar e implementar o programa de gestão da inovação exigido pela Resolução CNJ n° 395, de 7 de junho de 2021, do CNJ. O Laboratório Pai D'égua está vinculado à Presidência do TJPA e foi instituído pela Portaria N° 2.924/2021-GP, de 31 de agosto de 2021.

É um espaço de debate aberto para propiciar soluções inovadoras a problemas cotidianos que dificultam a prestação jurisdicional célere e de qualidade. Trabalho de muitas mãos, executado de forma cooperativa e com mentes abertas ao novo, à descoberta de respostas a partir das necessidades do público. A equipe tem oito membros, entre magistrados, magistradas, servidores e servidoras.

CAPACITAÇÃO

O curso de Formação em Inovação ofereceu 33 vagas a laboratoristas do Pai D'égua, extensivo a magistrados, magistradas, servidores e servidoras com interesse em inovação. Realizado em agosto de 2022 pela Escola Judicial do Pará, o curso propiciou aos participantes a oportunidade de desenvolver um ciclo de design thinking com foco nas especificidades

Pai D'égua é um espaço de debate aberto para propiciar soluções inovadoras a problemas que dificultam a prestação jurisdicional célere e de qualidade.

do Judiciário do Pará, métodos, processos e rotinas ágeis de desenvolvimento e gestão que oferecem novos olhares para soluções inovadoras aos desafios do dia a dia no TJPA e do Lab. Pai D'égua.

PROJETOS

JUSTIÇA SEM FRONTEIRAS

Em andamento desde maio de 2022, o protótipo

foi testado em Rondon do Pará e Abel Figueiredo. O objetivo é fornecer às comunidades distantes dos fóruns e de difícil acesso um local adequado, acessível e seguro para integrar usuários (as) dos serviços jurisdicionais ao Sistema de Justiça. O espaço permite a participação em audiências remotas; obtenção de informações; contato direto com a equipe da vara, bem como outros benefícios, sem precisar se deslocar à sede do Fórum.

O projeto leva a jurisdição ao cidadão, em especial aos excluídos digitais, parcela significativa considerando-se o IDH na região Norte do país; bem como impacta na ODS-16 da ONU, sobre o acesso à justiça.

PONTO DE INCLUSÃO DIGITAL (PID)

A instalação do PID de Abel Figueiredo, em 11 de novembro de 2022, concretiza o projeto Justiça sem Fronteiras. O município de Abel Figueiredo foi o primeiro a receber um Ponto de Inclusão Digital (PID), para facilitar o acesso aos serviços do Judiciário a comunidades distantes dos Fóruns de suas Comarcas. O espaço realiza audiências judiciais on-line e atendimento, sem a necessidade de deslocamento até o Fórum de Rondon do Pará. No local, também é possível consultar o andamento processual, esclarecer dúvidas e obter informações. O PID de Abel Figueiredo será



Juiz João Valério com a Des. Célia Pinheiro na inauguração do PID de Abel Figueiredo

ÉRIKA MIRANDA

parâmetro para que o projeto Justiça sem Fronteiras se expanda a outras localidades, inicialmente às 33 Comarcas que atendem a mais de um município e as com grande extensão territorial e com comunidades distantes da sede.

PRECATÓRIOS (ZEPRECA)

Objetivo é aprimorar a interlocução da coordenação com beneficiários (as) de precatórios, advogados (as) e sociedade em geral, por meio de uma comunicação com linguagem clara e objetiva, nos meios mais

adequados para garantir maior transparência dos procedimentos e da gestão dos recursos públicos.

O projeto surgiu da necessidade de aprimorar a comunicação do Poder Judiciário, de forma eficiente, acerca dos serviços relevantes que presta à sociedade.

Em relação aos precatórios, há dúvidas sobre a disciplina e as normas. Usuários (as) buscam constantemente informações sobre o andamento de seus procedimentos, o que evidencia grande ansiedade por não obter uma mera estimativa do pagamento de seus créditos, não raro em processos ajuizados há anos.

O Zepreca facilitará a acessibilidade, via

smartphone, a todas as informações sobre precatório de modo simples e objetivo; chatbot e assistente virtual esclarecerão dúvidas sobre formação de lista, superpreferência e situação de determinado procedimento; envio eletrônico e automático a beneficiários(as) e advogados(as), via email, WhatsApp, Instagram etc, das atualizações de informações sobre o precatório, a partir dos dados de relatórios gerenciais diários gerados pelo PJe; Inteligência artificial (IA) fará estimativas de pagamento do crédito do precatório com base em parâmetros construídos em informações da Coordenadoria de Precatórios.

Judiciário combate assédio com escuta e acolhimento

Comissões monitoram o cumprimento da Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e à Discriminação no Judiciário.

Escuta e acolhimento, conscientização, diagnóstico da situação no âmbito da instituição, atenção a mulheres, idosos, pessoas com deficiência (PCD), LGBTQIA+, negros, indígenas, quilombolas. Esses são os eixos de atuação dos grupos de trabalho que integram as Comissões de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e à Discriminação no Poder Judiciário paraense neste biênio.

O objetivo das comissões é assegurar o cumprimento da Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e à Discriminação no âmbito do Judiciário, estabelecida pelo CNJ.

Um site institucional nos portais interno e externo do TJPA disponibiliza informações sobre as comissões e o seu funcionamento, com a divulgação do planejamento e da agenda inicial do Canal de escuta e acolhimento.

Os grupos de trabalho aprovaram o projeto “Um novo olhar”, com as ações de conscientização e a definição prioritária de capacitação de integrantes das comissões.

Em 28/09/2021 houve a primeira capacitação, com a palestra “Assédio Moral, Sexual e Discriminação: uma abordagem interseccional”, da defensora pública Daiane dos Santos, integrante

O atendimento pelo Canal de escuta e acolhimento foi aprovado a partir das diretrizes e orientações de psicóloga do corpo técnico da Coordenadoria de Saúde do TJPA

das comissões.

As comissões também aprovaram os formulários e procedimentos relacionados ao diagnóstico institucional/situacional, a partir da coleta e análise dos dados do público-alvo, com a divulgação institucional iniciada em outubro/2021.

O diagnóstico envolve a coleta de dados institucionais junto à Corregedoria Geral de Justiça e às secretarias de Gestão de Pessoas (SGP) e de

Administração (Sead), além de consulta aos magistrados, magistradas, servidoras e servidores efetivos, terceirizados, terceirizadas e estagiários e estagiárias. Um formulário eletrônico ficou disponível no site das comissões por no mínimo 30 dias.

CANAL

O atendimento pelo Canal de escuta e acolhimento foi aprovado a partir das diretrizes e orientações de psicóloga do corpo técnico da Coordenadoria de Saúde do TJPA.

Em outubro/2021, houve duas demandas, uma da capital e outra do interior, no Plantão de Escuta, resultado da Política de prevenção e enfrentamento ao assédio moral, ao assédio sexual e à discriminação no âmbito do Poder Judiciário. O plantão disponibiliza uma agenda semanal de atendimento, realizado por dois integrantes das comissões, aptos a receber as demandas, preferencialmente por meio telepresencial, embora no formulário de agendamento haja uma indicação caso a parte interessada necessite de atendimento presencial.

No dia 24/11/2021 houve o webinar sobre “Assédio Moral e Sexual”, como ação de conscientização aos públicos interno e externo.



Fórum Cível de Belém recebeu seminário para corpo funcional do 1º Grau

ÉRIKA MIRANDA



Seminário foi promovido para o corpo funcional do 2º Grau no Anexo I do TJPA

RICARDO LIMA

CAMPANHA CONTRA O ASSÉDIO

Parceria com a Coordenadoria de Imprensa viabilizou campanha publicitária interna, por meio de cards e cartazes informativos, a partir do dia 25 de maio de 2022. O download completo do material está disponível aos gestores e gestoras em: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/1345160-campanha-mobiliza-tjpa-contras-sedios-moral-e-sexual.xhtml>.

PARCERIAS

Outras capacitações e eventos voltados às atribuições das comissões envolveram ações articuladas com o Comitê de Participação Feminina - “Assédio e Gênero: Reflexões sobre discriminação e violência no âmbito do Poder Judiciário”, em 13 de maio de 2022; e o “1º Encontro das Mulheres do Judiciário Estadual Paraense”, em 1º de julho.

A Escola Judicial realizou outras capacitações em 2022 - Curso presencial sobre “Assédio Moral, Sexual e Discriminação”; e o curso on-line “Diversidade vs Discriminação: Por um Poder Judiciário mais democrático”.

Enquanto trabalham sobre o diagnóstico institucional e situacional específico, as comissões se dedicam ao Canal de escuta e acolhimento e à conscientização e capacitação, fundamentais à difusão da política instituída pela Resolução CNJ nº 351/2020 no 1º e 2º graus do PJPA.

ORIGEM

As Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e Discriminação no âmbito do 1º Grau e no âmbito do TJPA foram instituídas pela Portaria nº 2611/2021-GP, de 03 de agosto de 2021, objetivando monitorar, avaliar e fiscalizar a adoção da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Poder Judiciário, em cumprimento à Resolução nº 351, de 28 de outubro de 2020, do Conselho Nacional de Justiça.

EMPATIA

Em 2022, foi intensificado o funcionamento do Canal de escuta e acolhimento, com um total de oito acompanhamentos em andamento. Definido e aprovado, o fluxograma do canal de escuta está divulgado no site das comissões.

Foi decidida também a realização da 1ª Campanha de Enfrentamento e Combate ao Assédio Moral, ao Assédio Sexual e à Discriminação no Poder Judiciário Paraense.

As comissões se reúnem uma vez por mês, em razão da mobilização necessária à continuidade das oficinas de empatia, do Canal de escuta e acolhimento coletivo, com a mesma periodicidade mensal.

Na Semana de Combate ao Assédio, em 24 de maio de 2022, houve a 4ª Oficina de Empatia com o tema “Segurança e Sustentabilidade como Pressupostos Fundamentais da Organização Laboral e dos

Métodos de Gestão”.

As comissões deliberaram pela organização e apresentação de dois seminários específicos, sob responsabilidade dos próprios membros, com o tema “Construindo um ambiente de trabalho saudável!”. Os temas abordados referem-se aos principais aspectos da política de prevenção e enfrentamento ao assédio moral e sexual e à discriminação.

O primeiro evento foi presencial, no dia 24 de junho de 2022, voltado ao 1º Grau, no Auditório do Fórum Cível, com transmissão ao vivo on-line e gravação.

O segundo evento, no 2º grau, em 27 de junho de 2022, ocorreu no Auditório do Prédio Anexo I, na sede do TJPA, com transmissão ao vivo on-line e gravação.

O objetivo foi alcançado como evidência o número de inscritos e participações efetivas na Região Metropolitana de Belém e no interior, com difusão

mais abrangente da política de combate ao assédio no Judiciário paraense, alcançando, efetivamente, 169 servidoras, servidores, magistradas e magistrados no 1º Grau e 110 no âmbito do 2º Grau.

As gravações de ambos os eventos estão disponíveis no site das comissões no link: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Comissoes-de-Prevencao-e-Enfrentamento-do-Assedio-Moral-do-Assedio-Sexual-e-Discriminacao/729281-noticias-e-eventos.xhtml>.

PARTICIPAÇÃO FEMININA

Força de trabalho no Judiciário é majoritariamente feminina

Elas são mais da metade entre servidores, servidoras, magistrados e magistradas e buscam a garantia de paridade entre gêneros exigida pelo CNJ

As mulheres correspondem a 50,40% da força de trabalho do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), segundo dados de dezembro de 2021, quando o Comitê Deliberativo sobre a participação feminina no Poder Judiciário paraense atualizou o diagnóstico anual sobre o assunto junto à Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

De um total de 5.498 servidoras e servidores, magistradas e magistrados, 2.771 são do sexo feminino e 2.727 do masculino. A participação feminina é de 51,38% dentre os servidores e servidoras e de 37,40% entre magistradas e magistrados.

A participação feminina em cargos de chefia, assessoramento e direção é de 54,80%, enquanto a participação de magistradas representou 26,02%. A média de idade entre as servidoras é 42 anos e das magistradas, 48. O diagnóstico tem atualização programada para janeiro de 2023, com os dados consolidados do ano de 2022.

Em 2021, no período da pandemia, o comitê promoveu dois webinários on-line com a Escola Judicial do Pará (EJPA), pelo Dia Internacional da Mulher.

O primeiro, com o tema “Mulheres nos Espaços de Poder: a Experiência do Pará”, para fomentar

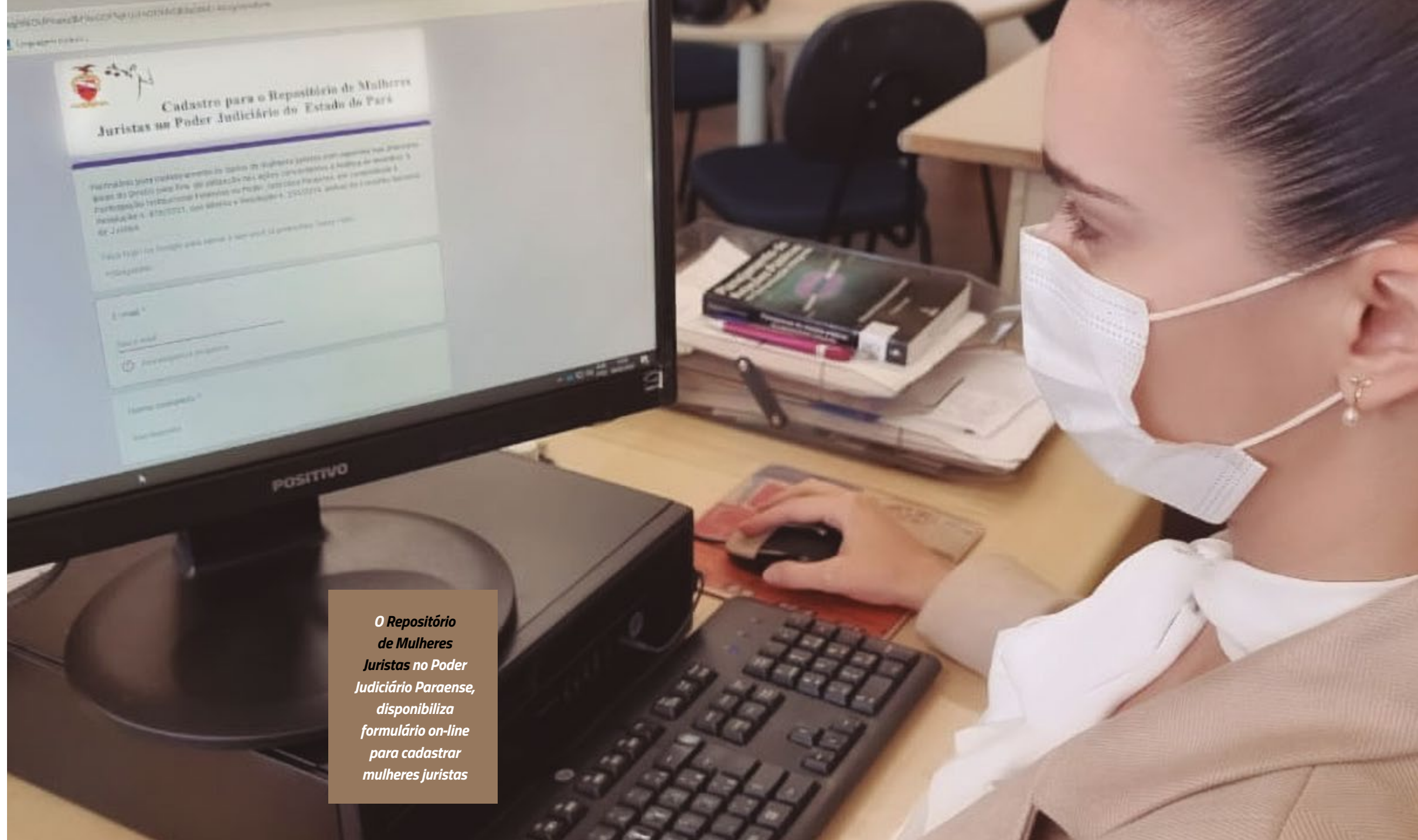
O comitê incentiva, mobiliza e monitora ações que estimulem a participação feminina em âmbito institucional no Judiciário paraense.

e divulgar a igualdade de gênero e a participação feminina no sistema de justiça e demonstrar as contribuições femininas no ambiente institucional.

As expositoras foram as presidentes de tribunais no Pará, fato marcante na história do Estado a ascensão de mulheres no comando da gestão de instituições do Judiciário e de cortes de contas do Legislativo.

ACESSO

O segundo webinário teve como tema “O Acesso das Mulheres Amazônidas ao Sistema de Justiça”, que debateu a realidade das mulheres no Judiciário paraense sob a perspectiva de gênero e o acesso ao sistema de justiça. As expositoras foram representantes do sistema de Justiça e de entidades da sociedade civil.



O Repositório de Mulheres Juristas no Poder Judiciário Paraense, disponibiliza formulário on-line para cadastrar mulheres juristas

ÉRIKA MIRANDA

No segundo semestre de 2021, o comitê promoveu o webinário “Judiciário e Gênero: os impactos da desigualdade de gênero para mulheres no Poder Judiciário”, que discutiu a mobilidade na carreira, produtividade, formação e produção acadêmica das mulheres do Judiciário.

O comitê também solicitou à Presidência para que seja oficiado às instituições executoras de concursos para a magistratura, promovidos pelo TJPA,

que seja consignado em edital a necessidade da paridade de gênero e de raça na composição das bancas examinadoras, como incentivo à participação feminina e à diversidade nesta relevante atividade.

À Secretaria de Engenharia e Arquitetura foi enviado expediente para que se adote a flexão de gênero nas placas de identificação de setores e nas que nomeiam profissão ou demais designações no TJPA, garantindo-se tratamento igualitário entre

homens e mulheres e a reafirmação da igualdade de gênero na linguagem adotada no âmbito profissional, em consonância à Resolução nº 376/2021, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Outro expediente foi enviado à Secretaria de Gestão de Pessoas para que se adote a flexão de gênero para cargo, profissão e demais designações nos sistemas de gestão de recursos humanos do TJPA.

PARIDADE

À EJPA e à Associação dos Magistrados do Estado do Pará – AMEPA, o comitê também ressaltou a importância de que, em cursos, palestras, webinários e demais eventos institucionais, adote-se a paridade de gênero e de raça na composição do corpo docente, como incentivo à participação feminina e à diversidade, bem como o uso da flexão de gênero nas comunicações, em atendimento à Resolução CNJ nº 376/2021.

REPOSITÓRIO

Em 2022, foi implementado o Repositório de Mulheres Juristas no Poder Judiciário Paraense, com a disponibilização de um formulário online para cadastrar mulheres juristas para palestras, cursos, oficinas, além de obras e produções científicas, com expertise nas diferentes áreas do Direito. O objetivo é lançar mão desses quadros nas ações da Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário Paraense.

O comitê também criou o repositório de obras, artigos e produções científicas de mulheres em outras áreas do conhecimento, disponível na Biblioteca Digital do TJPA, em espaço específico.

Essas duas iniciativas fomentam o reconhecimento das mulheres que produzem conhecimento, além de incentivar e viabilizar sua participação em eventos e ações institucionais e promover citações bibliográficas das autoras nas peças e demais produções jurídicas e acadêmicas.

Pelo Dia Internacional da Mulher, em



Encontro de Mulheres foi promovido pelo Judiciário do Pará

RICARDO LIMA

2022, a Roda de Conversa “Basta de Femicídio: desconstruindo a violência contra a mulher e criando novos valores”, em parceria com a Coordenadoria Estadual de Mulheres em situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid) e com a EJPA, discutiu os ciclos de violência a que as mulheres são submetidas.

ENCONTRO

O comitê também promoveu o I Encontro de Mulheres do Poder Judiciário do Estado do Pará, cuja conferencista foi a Ministra do Superior Tribunal Militar, Maria Elizabeth Guimarães Rocha, com o tema: A efetividade da Resolução nº 255/2018, do Conselho Nacional de Justiça, para a garantia da igualdade material de gênero no Poder Judiciário. No evento também foram apresentadas as experiências dos Comitês de Incentivo à Participação Feminina nos Tribunais do Pará (TJPA, TRE-PA e TRT8), e ocorreram oficinas, de forma presencial e remota, que discutiram os desafios e superações para a participação das mulheres no Tribunal de Justiça do Pará e, ao final, apresentaram propostas ao comitê.

O I Encontro de Mulheres do Poder Judiciário do Pará teve a participação de magistradas, servidoras, colaboradoras e estagiárias de todas as comarcas do Estado e já faz parte do calendário anual do Comitê Deliberativo de Participação Feminina.

O comitê foi instituído por meio da Portaria nº 3493/2019-GP, alterada pela Portaria nº 2008/2021-GP, para incentivar, mobilizar e monitorar ações visando à participação feminina em âmbito institucional.



*Cacica Raquel
Tupinambá
durante o XIV
Fonavid*

RICARDO LIMA

MULHERES

Cevid coordena o combate à violência doméstica e familiar

Políticas públicas incluem o impulsionamento aos processos judiciais e às ações de conscientização e empoderamento feminino

A Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Pará (Cevid) elabora e executa as políticas públicas do Judiciário de combate e prevenção à violência doméstica e familiar contra as mulheres. Também dá suporte a magistrados, magistradas, servidoras e servidores e às equipes multiprofissionais para melhorar a prestação jurisdicional; articula com órgãos governamentais e não-governamentais programas de erradicação da violência doméstica e familiar contra a mulher; colabora para a formação inicial, continuada e especializada de magistrados, magistradas, servidoras e servidores; atua sob as diretrizes do CNJ em sua coordenação de políticas públicas a respeito da violência doméstica e familiar contra a mulher, inclusive no cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário relativas à violência contra a mulher, estabelecidas anualmente pelo CNJ. A Cevid atua nos eixos comunitário, policial e judicial:

EIXO JUDICIAL

Propõe medidas para aprimorar o aparelho judiciário na política de melhorias e prevenção à violência doméstica e familiar contra a mulher; auxilia na formação de servidores, servidoras, magistradas e magistrados que atuam na área; recebe e encaminha dados, sugestões e reclamações.

*As semanas da
Justiça pela Paz em
Casa fortalecem a
rede de prevenção e
enfrentamento à
Violência de gênero,
com seminários,
palestras e formações*

pública, inclusive por meio de convênios e parcerias, aproximando juizados, delegacias e sistema de segurança pública para garantir celeridade e qualidade no atendimento às mulheres em situação de violência doméstica

EIXO COMUNITÁRIO

Articula a integração, inclusive por meio de convênios e parcerias, do Judiciário com as áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho, habitação, para trabalhar a prevenção e propor melhorias à prestação jurisdicional.

MANUAL

Em 2021, a Cevid lançou o Manual de Rotinas de Violência Doméstica contra a Mulher, para orientar as Varas com competência em violência doméstica e facilitar a rotina das secretarias.

O manual padroniza o fluxograma para as medidas protetivas e evita inconsistências no sistema. A produção resulta do Grupo de Trabalho instituído pela Portaria 258/2020 do TJPA, que reuniu magistrados e magistradas, servidores e servidoras da Cevid e das Varas de Violência Doméstica e Familiar da Capital. Além disso, elaborou um guia de orientação do correto cadastro das Medidas Protetivas, conforme TPU do CNJ.

A Cevid monitora o acervo de processos em tramitação em todas as unidades com competência para atuar em casos de violência doméstica e feminicídio, além das quatro unidades com competência exclusiva. O TJPA possui 27 unidades com competência em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e 85 varas únicas.

EIXO POLICIAL

Promove a integração entre Judiciário e segurança

SAÚDE MENTAL

Foram formalizados termos de cooperação técnica entre o Poder Judiciário estadual e instituições de ensino para assessoria jurídica nos núcleos de práticas jurídicas de Belém e Santarém. A providência assegura às mulheres em situação de violência, e a seus familiares, atendimento também na área da saúde mental. Foi assinado o termo aditivo ao convênio de cooperação técnica N° 016/2019 TJ/PA, entre o TJPA e a Universidade da Amazônia (Unama), para atender mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e seus dependentes na área psicológica.

META 8

A Cevid auxiliou o acompanhamento do cumprimento da Meta 8 do Poder Judiciário, cujo objetivo é julgar 50% (cinquenta por cento) dos casos pendentes relacionados ao feminicídio distribuídos e 50% (cinquenta por cento) dos casos pendentes de julgamento relacionados à violência doméstica e familiar contra a mulher.

O TJPA fechou 2021 com 126,67% de cumprimento da parte de Feminicídio da Meta 8 (ações do Tribunal do Júri), cumprindo-a de forma inédita. Foram 21 ações de competência do Tribunal do Júri julgadas no ano. A parte de Violência Doméstica (incluindo medidas protetivas de urgência, mais os demais casos de violência doméstica) foi integralmente cumprida com o julgamento de 16.992 processos no ano, de um acervo total de 26.361 ações distribuídas até 2019.

Em 2022, o TJPA cumpriu a parte de Violência Doméstica da Meta 8 (que inclui medidas protetivas) ainda no 1º semestre, com o julgamento de 3.277 ações ao longo do 1º semestre. Atualmente a Meta 8 apresenta grau de cumprimento igual a 129,27%, além do que cumpriu integralmente a Meta 8 ainda no mês de junho, com o julgamento de 10 ações de feminicídio ao longo do 1º semestre. Atualmente o TJPA apresenta grau de cumprimento igual a 117,33%.

SEMANA JUSTIÇA PELA PAZ EM CASA

A Cevid coordena, no Estado, a execução do



DJALMIR SILVA

programa “Justiça pela Paz em Casa”, esforço de três semanas anuais para movimentação e julgamento das ações de violência doméstica e familiar contra a mulher e feminicídio. As semanas da “Justiça pela Paz em Casa” também fortalecem a rede de prevenção e enfrentamento à violência de gênero, com seminários, palestras, formações etc. Durante o biênio 2021-2023 houve seis semanas Nacional da Justiça pela Paz em Casa.

17º

A Cevid promoveu dois Webinários - “Mulheres no espaço de poder: a experiência do Pará”, com

público de 110 pessoas - e “O acesso das mulheres amazônicas ao Sistema de Justiça”, que deu voz a mulheres de diferentes regiões do Pará, ligadas a movimentos sociais, com 90 pessoas.

18º

A Cevid promoveu a palestra “De menina a mulher, tortura que ela não atura” na Escola Cristo Redentor, além de círculos de construção de paz com mulheres com Medidas Protetivas no espaço de Acolhimento do ParaPaz Mulher/DEAM. A Comarca de Santarém promoveu duas rodas de conversa com o tema “Cuidando da saúde mental

20º

O Atendimento da Rede com Perspectiva de Gênero marcou a abertura oficial com um seminário no Salão do Júri do Fórum da Comarca de Abaetetuba, no Baixo Tocantins. Participaram magistrados, magistradas, servidores e servidoras do Judiciário estadual, além de policiais militares da Patrulha Maria da Penha, profissionais da rede de atendimento à mulher em situação de violência doméstica, discentes e docentes da área do Direito, Serviço Social, Pedagogia e Psicologia e o público em geral. O evento respeitou as restrições sanitárias referentes à Covid-19 e teve um público aproximado de 100 pessoas.

21º

Em agosto de 2022, o webinário “Aplicação do Protocolo para Julgamento com perspectiva de gênero” marcou a abertura oficial. A programação no TJPA incluiu esforços concentrados e ações pedagógicas de prevenção. Na Comarca de Redenção, famílias de crianças atendidas pelo serviço de convivência do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) assistiram a uma palestra organizada pela Vara Criminal pelo fim da violência contra a mulher. O evento ocorreu no prédio do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.

A Comarca de Santarém Novo promoveu o projeto “Batom e Bate-Papo”, com rodas de conversas, inclusive na zona rural do município, para informar sobre as formas de violência doméstica e familiar contra a mulher e sobre o funcionamento da rede de proteção. A programação integrou as ações pelo Agosto Lilás, mês de conscientização pela prevenção e fim da violência doméstica e familiar contra a mulher e pelos 16 anos de criação da Lei Maria da Penha.

22º

Ocorreu juntamente com abertura da Campanha Estadual dos 16 dias de Ativismo pelo fim da Violência Contra Mulheres e lançamento do III Plano Estadual de Políticas para Mulheres” no auditório Desembargadora Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos.

e enfrentando a violência doméstica contra Mulher”, para mulheres do Projeto Audiência de Acolhimento Psicossocial e Jurídico, e “Masculinidade Saudável no enfrentamento à Violência Doméstica contra Mulher”, para homens em cumprimento de pena participantes do Grupo Reflexivo na Vara da Violência Doméstica e Familiar de Santarém/PA. Houve também o curso Violência Doméstica e Familiar contra as mulheres sob perspectiva de gênero e antidiscriminatória, para magistrados e magistradas do Judiciário paraense. A Comarca de Redenção promoveu um círculo de diálogo, com o método da Justiça restaurativa, sobre masculinidade nos dias atuais, organizado pela equipe

multiprofissional da Vara Criminal para estimular os profissionais homens à reflexão e aprimorar o atendimento às mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

19º

Houve três webinários: “Os impactos da violência de gênero sobre mulheres negras”; “A violência psicológica e suas interfaces na rede de atendimento a mulheres em situação de violência” e “Os impactos da desigualdade de gênero para mulheres do Poder Judiciário: mobilidade na carreira; produtividade; formação; produção acadêmica”.

TJPA sediou o XIV Fonavid em Belém

ENTREGAS ALUSIVAS ÀS SEMANAS NACIONAIS

	17ª	18ª	19ª	20ª	21ª	22ª
Sentenças com resolução do mérito em VD	299	1043	831	909	999	844
Sentenças sem resolução do mérito em VD	112	404	316	459	364	309
Sentenças com resolução do mérito em feminicídio	0	1	0	2	2	3
Sentenças sem resolução do mérito em feminicídio	0	0	0	0	0	0
Audiências realizadas	7	147	180	85	306	257
MP Concedidas	202	298	267	253	309	296
MP Denegadas	6	17	15	15	12	11
MP Revogada	13	75	57	20	7	5

FONTE: CEVID

PATRULHA MARIA DA PENHA

No eixo policial, o Programa Patrulha Maria da Penha foi ampliado com a adesão de 12 comarcas durante o biênio 2021-2023 - Abaetetuba, Ananindeua, Barcarena, Belterra, Mojuí dos Campos, Castanhal, Canaã dos Carajás, São Félix do Xingu, Santarém, Marituba, Marabá, Novo Repartimento, somando-se às comarcas de Belém e Parauapebas. A Cevid é a responsável pela formação da Patrulha Maria da Penha, alcançando também a rede de atendimento à mulher do município.

NAS OBRAS

No eixo comunitário, o projeto Mãos à Obra faz o enfrentamento à violência contra a mulher, desde 2016, nos canteiros de obras da construção civil da capital e da Região Metropolitana de Belém, alcançando mais de seis mil trabalhadores.

NAS ESCOLAS

O projeto Judiciário na Escola orienta, desde 2017, a comunidade escolar sobre a violência de gênero através da conscientização de alunos, alunas, professoras e professores sobre os tipos de violência contra a mulher e intensificou a parceria com as escolas públicas da rede estadual de ensino, desenvolvem-

do o projeto em sete escolas em 2022, alcançando um total de 1,5 mil alunos e alunas, professores, professoras e comunidade escolar.

NOS BAIROS

O Judiciário na Escola firmou parceria com o projeto “De menina à mulher, tortura que ela não atura”, do Grupo de Teatro Palha, do Governo do Pará e embaixada da França no Brasil, e já atuou nos bairros do Bengui, Cabanagem, Icuí Guajará (Ananindeua) e Nova União (Marituba), todos incluídos no Programa Territórios pela Paz (TerPaz), atendendo a aproximadamente 500 mulheres. Após as palestras sobre violência de gênero e a Lei Maria da Penha, elas recebem capacitação em oficinas de confecção de bolsas, grafiteagem, maquiagem e corte e costura.

NOS MUNICÍPIOS

A Cevid apoia as comarcas a desenvolverem projetos locais, como ocorre na Comarca de Santarém, com os projetos “Tem saída Tapajós”, “Mãos emPENHADAs” e o Projeto “Arte no combate à violência”.

NA SOCIEDADE

A Cevid integra a Câmara Técnica de Monitoramento das Ações do Plano Estadual de Políticas para

as Mulheres, composta por representantes de órgãos e instituições públicas e sociedade civil com o propósito de monitorar o Plano Estadual em relação à autonomia feminina, igualdade no mundo do trabalho, inclusão social, saúde, educação, participação feminina nos espaços de poder e decisão e, sobretudo, no combate à violência de gênero.

NO JUDICIÁRIO

A Cevid participa ativamente do Comitê de Participação Feminina no Poder Judiciário paraense, organizando eventos e campanhas, e tem mobilizado as Comarcas à expansão da Campanha Nacional “Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica”.

NO ACOLHIMENTO

Durante a 17ª Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa foi instalado o Serviço de Acolhimento Multidisciplinar das Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Capital, cujo objetivo é avançar nas ações de proteção à mulher em situação de violência doméstica e familiar. O novo espaço, na Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher/Parapaz Mulher, permite economia de tempo para a vítima, atendida pela equipe multidisciplinar em até 72h após o registro do boletim de ocorrência.

NA CORREGEDORIA

A Cevid integra as ações da Corregedoria do TJPA em workshops para unidades judiciárias em correição, com orientações sobre o correto cadastramento de decisões nos sistemas de acompanhamento processual e do cumprimento da Meta 8.

EM ICOARACI

A 3ª Vara Criminal de Icoaraci desenvolve o projeto-piloto “Pro direito chegar antes”, em parceria com a Defensoria Pública, Câmara de Belém e OAB, cujo objetivo é atender às necessidades básicas de saúde, educação, assistência social, emprego e renda a mulheres e seus familiares em situação de vulnerabilidade. O projeto se iniciou em Cotijuba e atenderá também ao bairro do Tenonê.

NO COCEVID

Integrantes da Cevid participaram do Encontro

do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário Brasileiro (Cocevid) em Belo Horizonte, na sede do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG).

NA JORNADA

Em agosto de 2022, integrantes da Cevid participaram da XVI Jornada Lei Maria da Penha, que discutiu “Crime de Violência Psicológica”, “Desafios para Aplicação da Lei Maria da Penha” e “Aplicação do Protocolo de Julgamento com Perspectiva de Gênero no Contexto da Violência Doméstica”, painéis

apresentados no evento promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília.

NO FONAVID

O Tribunal de Justiça do Pará sediou o XIV Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica e Familiar (FONAVID) em novembro de 2022, o maior, senão o único Fórum no mundo que promove a integração de juízes e juízas de Direito para combater a violência doméstica e familiar contra a mulher, tema que desperta a preocupação e o interesse de toda sociedade, da mídia e das instituições governamentais e não-governamentais.

ÉRIKA MIRANDA



Projeto Mãos à Obra levou atividades de orientação e conscientização sobre violência de gênero

EDUCAÇÃO

EJPA formou mais de 3,3 mil pessoas do Poder Judiciário

Cursos incluem formação inicial e continuada de magistrados, magistradas, servidores e servidoras do Judiciário

Durante o biênio 2021-2023, a Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa promoveu mais de 250 cursos e eventos, com 3,3 mil concluintes, dos quais 1.540 em 2021 – 229 magistrados e magistradas e 1.311 servidores e servidoras-; e 1.780 em 2022 – dos quais 234 magistrados e magistradas e 1.546 servidores e servidoras. No exercício de 2021, o percentual foi de 25,33% dos servidores e servidoras e 59,48% dos magistrados e magistradas. Em 2022, foram 58,35% dos magistrados e magistradas e 27,42% de servidores e servidoras. As formações abrangeram cursos e eventos de formação inicial e continuada de magistrados e magistradas, servidores e servidoras do TJPA, extensão, metas do CNJ, eventos alusivos aos 40 anos da Escola Judicial e diversas temáticas atuais e inovadoras.

NOVOS CURSOS

A EJPA alcançou uma marca importante no credenciamento de cursos inéditos junto à Escola Nacio-

nal de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Em 2021, foram 15 novos cursos credenciados, entre os quais destacamos: Português e Redação Forense para Magistrados, Processo estrutural e sua fundamentação, Otimização do novo trabalho com re-

A EJPA certificou 11 magistrados(as) e 21 servidores(as) concluintes da primeira turma do Curso de Pós-graduação em Gestão de Unidade Judiciária.

cursos tecnológicos, Decisão jurídica conforme linhas interpretativas, Direito registral e notarial, Teorias da justiça, Direito probatório e produção da prova oral, Judicialização da saúde, Aprofundamento em justiça restaurativa, Violência doméstica e familiar contra as mulheres sob a perspectiva de gênero e antidiscriminatória, Fazenda pública e execução.

Em 2022, 18 cursos novos foram credenciados, evidência da grande capacidade do corpo docente em produzir materiais atuais para atender à demanda de formação continuada de magistrados, magistradas, servidoras e servidores. Podem ser destacados: Aperfeiçoamento em responsabilidade civil e parâmetros à quantificação do dano, Direito Agrário: uma análise à luz da situação do Estado do Pará, Curso prático de audiência criminal, Diversidade vs discriminação: por um Poder Judiciário mais democrático, Dosimetria da pena, Direito animal e controle sanitário animal, Medida de segurança e a aplicabilidade da Lei 10.216/2001, Decisão judicial e análise econômica do Direito, Direito e tecnologia, Sentença cível: técnica e prática, A “nova” Lei de improbidade administrativa e Criminologia e defesa social.



Escola Judicial completou 40 anos em 2022

RICARDO LIMA

BIBLIOTECA DIGITAL

A EJPA disponibiliza aos seus alunos e alunas a Biblioteca Digital Saraiva, para melhorar a capacitação de magistrados(as) e servidores(as) enquanto estiverem vinculados aos cursos da Escola. A mais tradicional biblioteca jurídica brasileira dispõe de todos os tipos de livros e vade mecum atualizados. Estão disponíveis também as bibliotecas virtuais Fórum e Proview, além de um espaço físico com aproximadamente 2.700 exemplares para consultas e empréstimos.

REGIMENTO INTERNO

A 22ª Sessão Ordinária do Tribunal Pleno aprovou a Minuta de Resolução que disciplina o Regimento Interno da EJPA. A Resolução n.º 7/22 contempla a regulamentação adequada e detalhada das finalidades, princípios essenciais, a promoção da integração das atividades de ensino, pesquisa, extensão e formação inicial e continuada de magistrados e magistradas, servidores e servidoras do Poder Judiciário do Pará (PJPA), além da prestação de serviços à comunidade.

EXCELÊNCIA

No mês de agosto de 2022, a EJPA recebeu do Conselho Estadual de Educação do Pará (CEE-PA) o credenciamento para cinco anos e a possibilidade de continuar a oferecer cursos de pós-graduação próprios. A avaliação do CEE-PA concedeu o conceito máximo à EJPA.

CERTIFICAÇÃO

A EJPA certificou 11 magistrados(as) e 21 servidores(as) concluintes da primeira turma do Curso de Pós-graduação em Gestão de Unidade Judiciária. Os trabalhos de conclusão de curso serão publicados em um livro a ser lançado pela EJPA, com o selo da Editora Lumen Juris. São 23 artigos escritos por servidores(as) e magistrados(as) sobre a gestão em unidades judiciárias.

DIREITOS HUMANOS

Está na fase de conclusão o novo curso próprio de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Penal, Processual Penal e Direitos Humanos, com 40 alunos(as), dentre magistrados(as) e servidores(as). Na modalidade de ensino remoto, via Plataforma Teams, o curso tem a duração total de 400 horas-aula. São 12 módulos de 30 horas-aula cada e um módulo de 40 horas. As aulas ocorrem, preferencialmente, uma vez ao mês às sextas-feiras e sábados, no horário de sexta-feira, das 14h às 19h e sábado, de 08h às 13h e 14h às 19h. Os módulos são dedicados ao Processo Penal Constitucional, bem como aos Procedimentos Penais e Suas Consolidações a Partir das Reformas Processuais. Outro módulo tratará das Medidas Assecuratórias, Prisão, Medidas Cautelares e Liberdade Provisória, além de Metodologia da Pesquisa.

PPP

A EJPA aprovou o Projeto Político-Pedagógico (PPP) que atende aos normativos da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM) e consolida a sua identidade educacional. O PPP, construído democraticamente pela equipe da EJPA/docentes/discentes, fortalece e direciona a elaboração e realização de aulas, cursos e eventos de formações, ratificando o compromisso com a ética e a formação para o desenvolvimento de competências do público do PJPJA.



RICARDO LIMA

PRESENCIAIS

Os eventos presenciais foram retomados em 2022, ano comemorativo aos 40 anos de fundação da EJPA. Foram realizados cursos e palestras presenciais, inclusive o Curso de Formação Inicial dos Magistrados(as) e as Master Class com os/as juristas: Fredie

Didier, Víctor Sales Pinheiro, Alice Bianchini, Flávia Piovesan e Raul Zaffaroni.

A EJPA também promoveu três turmas do Curso de Formação Inicial de Magistrados (as), relativas ao Concurso para Ingresso na Magistratura do PJPJA de 2019. No total foram 62 magistrados e 17 magistradas formados pela Escola, entre 2020 e 2022. As duas

primeiras foram na modalidade híbrida, mesclando momentos presenciais com remotos. A terceira turma foi completamente presencial.

Foram retomadas, ainda, formações promovidas a partir de demandas específicas de secretarias do PJPJA, como Curso de Orçamento Público, Curso de Licitações e contratos e Curso e-social.

PAI D'ÉGUA

A EJPA colabora com as ações do Laboratório de Inovação Pai D'égua em ações para o desenvolvimento de competências profissionais de magistrados(as) e servidores(as) e também com a apren-

dizagem contínua, a flexibilidade comportamental, inteligência emocional, comunicação simples, o foco no usuário, o trabalho em equipe, a fluência digital e a inovação.

Início do módulo nacional do Curso de Formação Inicial da Magistratura



Juiz Deomar Barroso com concluintes do curso

COMEÇAR DE NOVO

Digitalização no Judiciário cria chances a apenados e apenadas

Convênio com a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado (SEAP) garante empregabilidade a 67 bolsistas

O Programa Começar de Novo promove ações afirmativas para reinserir pessoas egressas do sistema penitenciário na sociedade e contribuir com a redução da reincidência criminal, atuando nos eixos proteção social, capacitação profissional e inclusão produtiva.

No eixo proteção social destaca-se a renovação por mais dois anos, ocorrida em abril de 2021, do Convênio Digitalização, entre o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) e a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP); e o convênio com o Tribunal Regional Eleitoral do Pará (TRE-PA), em vigência até 2023. Ambas se constituem nas experiências mais exitosas, que garantem empregabilidade para pessoas egressas do sistema penal, selecionadas e acompanhadas pelo Começar de Novo.

Enquanto o número de bolsas do Convênio TJPA/TRE se manteve em quatro desde o início, o Convênio Digitalização TJPA/SEAP foi continuamente ampliado, totalizando, em dezembro de 2021, 98 bolsas, das quais 78 em Belém (distribuídos nas Centrais de Digitalização do 1º e do 2º Grau, Central do Fórum Cível, Central do Fórum Criminal, Central da Pedreira, Central de Ananindeua e no Arquivo Regional), nove em Santarém e seis em Marabá.

Foram selecionados (as) 43 bolsistas para

substituir aqueles (as) cujos contratos vinham sendo excepcionalmente prorrogados além de dois anos, por necessidade dos postos de serviço e posteriormente devido à pandemia. No decorrer do ano foi cumprido integralmente o cronograma mensal de encerramento dos contratos prorrogados em face dessas excepcionalidades.

CAPACITAÇÃO

Com as restrições provocadas pela pandemia, as ações do eixo capacitação, direcionadas a bolsistas e cadastrados (as) no programa permaneceram suspensas, garantida apenas a participação em cursos de qualificação promovidos pela Associação Polo Produtivo do Pará (Fábrica Esperança).

A partir de abril de 2022 foram suspensas as substituições dos bolsistas desligados por causa da conclusão do trabalho de digitalização e virtualização de processos no TJPA, o que reduziu a demanda pelo serviço. A quantidade de bolsistas se reduziu para 61 em Belém, sete em Santarém e seis em Marabá, totalizando 74. A expectativa é pela retomada do quantitativo anterior, mediante a redefinição de lotação ou mesmo das bases do convênio, para garantir empregabilidade à demanda reprimida.

Em parceria com a Escola Judicial houve a re-

O Começar de Novo trabalha para reinserir apenados (as) e custodiados (as) do sistema penitenciário na sociedade e contribuir com a redução da reincidência criminal

alização do Curso Desenvolvimento de Sistemas de Informação, para 25 bolsistas do Convênio Digitalização, realizado aos sábados, de 5 de novembro a 3 de dezembro, com objetivo de formar desenvolvedores (as) de sistemas para atuar no mercado como empreendedores (as) ou como funcionários (as). A expectativa para 2023 é de manutenção dos dois convênios, com a ampliação de vagas no TRE e retomada do quantitativo anterior no TJPA.

PREVENÇÃO

GMF fiscaliza e combate tortura no sistema penal

Acordo de cooperação envolve o sistema de Justiça e o Executivo estadual em ações conjuntas no sistema carcerário

O Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Tribunal de Justiça do Pará (GMF/TJPA), durante o biênio 2021-2023, fez o acompanhamento presencial e virtual das reuniões que resultaram no Acordo de Cooperação Técnica do Protocolo de Combate à Tortura, assinado em 17 de outubro de 2022, com o objetivo de estabelecer medidas efetivas e ações integradas de prevenção e combate à tortura e aos maus tratos contra pessoas sob a custódia do Estado, em situação de privação ou restrição de liberdade. A articulação interinstitucional envolve parcerias com as secretarias de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup), de Assistência Social, Trabalho, Emprego e Renda (Seaster), de Justiça e Direitos Humanos (Sejudh), de Saúde Pública (Sespa) e de Administração Penitenciária (SEAP), além da Defensoria Pública do Pará (DPE/PA), do Ministério Público do Pará (MPPA), da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/PA), da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e da Polícia Científica do Pará.

BIOMETRIA

O GMF está na última fase de implantação do

Projeto de Biometria das Pessoas Privadas de Liberdade (PPL) nas unidades carcerárias do Estado, para emissão de documentos de identificação civil, uma ausência rotineira na porta de entrada das audiências de custódia. Nessa etapa de comunicação com as varas se esclarece sobre o kit biométrico que será enviado à Comarca. Haverá treinamento específico para a utilização do equipamento. A

O GMF cuida da proteção à maternidade no âmbito da execução penal e do cumprimento das medidas socioeducativas, monitorando as condições de grávidas e lactantes

ação é produto de articulação interinstitucional, em parceria com o CNJ, órgãos de Segurança Pública e Sistema de Justiça.

MATERNIDADE

Outra atribuição do GMF se relaciona à proteção da maternidade no âmbito da execução penal e do cumprimento das medidas socioeducativas. A missão é monitorar o cumprimento das disposições

legais e regulamentares das condições carcerárias de grávidas e lactantes que cumprem medida socioeducativa e do sistema carcerário. O monitoramento é mensal e feito a partir da emissão, pelos órgãos fiscalizados (SEAP e Fasepa), do quantitativo de presas grávidas e lactantes em cumprimento de medida socioeducativa e no sistema carcerário nos meses de referência, com a alimentação dos dados no site do CNJ. Ação em parceria com a SEAP e a Fasepa.

FISCALIZAÇÃO

O GMF fiscaliza as unidades prisionais para monitorar o cumprimento das exigências legais e regulamentares às condições sanitárias, mediante cobrança de explicações e providências ante as más condições de higiene e limpeza que repercutam na saúde das PPL, conforme a Resolução nº368/2021/CNJ. A fiscalização se dá a partir do controle mensal do efetivo cumprimento da inspeção carcerária pelos juízos criminais do

Estado, cujos dados alimentam o Cadastro Nacional de Inspeção aos Estabelecimentos Penais (CNIEP), no site do CNJ. Ação é em parceria com a SEAP e a Fasepa.

COVID-19

O GMF acompanhou também o Comitê de Combate à covid-19, para monitorar e prevenir os casos da doença nos estabelecimentos prisionais. O monitoramento mensal foi feito no relatório padronizado no



RICARDO LIMA

Assinatura do pacto de combate à tortura com o sistema de Justiça



Instalação do Escritório Social em 2021

ÉRIKA MIRANDA

novo formulário do CNJ, preenchido pela SEAP, no qual se apurou, entre outros dados, os quantitativos de PPL e servidores com covid-19, óbitos e a disponibilidade de materiais de suporte (EPI) para o enfrentamento da pandemia nas casas penais do Estado. Também foram expedidas recomendações, por meio de ofícios circulares, com as orientações do CNJ. Ação em parceria com a SEAP, Sespa, Sesma, Segup/PA, DPE e MP.

ESCRITÓRIO SOCIAL

O GMF monitorou o cumprimento das disposições legais e regulamentares na aplicação da política

em atenção à pessoa egressa do Sistema Penitenciário. O Escritório Social foi inaugurado em 21 de junho de 2021, em Belém, e houve participação em curso de formação, em março de 2022, na Escola Penitenciária da SEAP. Ação em parceria com o Programa Fazendo Justiça/CNJ, DEPEN, SEAP e Segup.

ADOLESCENTES

O GMF monitora os prazos de internação provisória de adolescentes nas unidades socioeducativas do Pará, mediante rígida cobrança de explicações e providências, para coibir o extrapolamento, como

determinam as disposições da Lei 8.069/1990. Ação em parceria com o MP, DPE e FASEPA.

VAGAS

O GMF fez o estudo de viabilidade à implantação da Central de Regulação de Vagas (CRV) para avaliar a proposta e as metodologias de implantação, com orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), nas Comarcas de Marabá, sudeste do Estado, e Santarém, na região oeste. A partir de articulação interinstitucional com o Programa Fazendo Justiça/CNJ houve duas reuniões entre a presidência do TJPA,

GMF e CNJ, como encaminhamento para apresentar a proposta, a metodologia e dispositivos de implantação. Grupo de estudo foi constituído pela presidência, GMF e Corregedoria de Justiça para discutir a pauta e analisar os impactos dessa ação e seus possíveis desdobramentos.

MARABÁ

O GMF articula a implantação da política de alternativas penais na Comarca de Marabá/PA e, para isso, houve diversas reuniões e um webinar para disseminar conhecimentos sobre o tema, alinhar e sensibilizar os atores competentes para essa necessidade. Ação em articulação interinstitucional com a Prefeitura de Marabá, MPPA, DPE, SEAP, OAB e Pro-

grama Fazendo Justiça/CNJ.

BELÉM

O GMF também articula a implantação da política de alternativas penais na Comarca de Belém e reuniu-se com juízes e juízas das varas de juizados especiais, das varas de violência doméstica para avaliar as seguintes vertentes: *a)* contextualização da questão de vagas carcerárias no Estado; *b)* necessidade de instalação da central de vagas no sistema prisional; *c)* benefícios da criação de uma central de vagas; *d)* questões a serem enfrentadas no Pará (número de vagas, ferramenta em tempo real, análise da porta de entrada e porta de saída, fortalecimento do GMF, transparência dos dados e aperfeiçoamento do diálogo

entre a SEAP e o Poder Judiciário, e a questão dos presos e presas faccionados (as); e *e)* conclusão. O Judiciário aguarda resposta da SEAP quanto à minuta do termo. Ação em articulação interinstitucional entre o TJPA; SEAP e Programa Fazendo Justiça/CNJ.

VÍTIMAS

O GMF criou Grupo de Trabalho, promoveu diversas reuniões e o curso de formação para magistrados, magistradas, servidoras e servidores, com a finalidade de institucionalizar o Centro Especializado de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais. O centro se encontra com sua política institucionalizada no TJPA. Ação em articulação interinstitucional entre TJPA e Programa Fazendo Justiça/CNJ.



Judiciário assina termos de cooperação na área socioeducativa

ÉRIKA MIRANDA

Judiciário garante direitos a crianças e adolescentes

Coordenadoria Estadual de Infância e Juventude do Pará atua para aprimorar a Justiça em um dos segmentos mais vulneráveis da sociedade

A Coordenadoria Estadual de Infância e Juventude do Tribunal de Justiça do Pará (CEIJ/TJPA) realizou, no biênio 2021-2023, cursos, ações de comunicação e divulgação e de aprimoramento da Justiça da Infância e Juventude, atuou em conjunto com instituições da rede de proteção e promoveu a correta e contínua alimentação dos cadastros dos sistemas socioeducativos do CNJ, entre os quais o Cadastro Nacional da Adoção (CNA). A CEIJ atua no âmbito do Planejamento Estratégico do TJPA no eixo das garantias dos direitos fundamentais a crianças e adolescentes. Segue um resumo das ações:

CURSOS

- **Voluntários em Serviços de Acolhimento – Programa Conta Comigo**, entre setembro de 2021 e outubro de 2022 – três turmas, 120 vagas – formação básica a postulantes ao apadrinhamento afetivo.
- **Formação Inicial para Entrevistadores em Depoimento Especial**, entre novembro de 2021

e junho de 2022 – quatro turmas, 25 vagas em cada – para treinar analistas judiciários das áreas de pedagogia, psicologia, serviço social e direito à função de entrevistadores (as) em salas de depoimento especial.

- **Introdutório em Justiça da Infância e Juventude**, entre junho e agosto de 2022 – três turmas com 40 vagas cada, para possibilitar a magistra-

Cartilha orienta contribuinte com um passo a passo para fazer a doação na Declaração de Imposto de Renda e uma lista com instituições que podem ser beneficiadas com os valores

dos (as) e servidores (as) melhor entendimento dos marcos legais, históricos e pedagógicos da política socioeducativa.

- **Socioeducação: da apuração aos processos de execução e avaliação das medidas socioeducativas** – entre junho e novembro de 2022, três turmas com 40 vagas cada, para que magistrados (as) e servidores (as) da Infância e Juventude compreendam, de forma crítica e participativa, a lógica que rege a política socioeducativa no Brasil, fundamentada na garantia intransigente dos direitos humanos.

- **Formação de Facilitadores de Círculos de Construção de Paz** – entre março e abril de 2022, uma turma, 12 vagas, com alunos e alunas de ensino superior dos cursos de Pedagogia, Psicologia e Serviço Social.

- **Operação do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento – SNA**, entre agosto e novembro de 2022, duas turmas, com 40 vagas cada, para magistrados (as) e servidores (as) que operam o SNA dominem a correta alimentação do sistema, dando maior eficiência e eficácia à garantia de acesso aos direitos de crianças e adolescentes.



RICARDO LIMA

Juíza Danielle Buhnheim com concluintes do curso de Justiça Restaurativa

COMUNICAÇÃO, DIVULGAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO

IMPOSTO DE RENDA SOLIDÁRIO

Em 2020, a CEIJ criou uma cartilha informativa para orientar o contribuinte sobre a aplicabilidade do Fundo para a Infância e Adolescência - FIA. Trata-se de um passo a passo completo para fazer a doação no programa de Declaração de Ajuste Anual de Imposto de Renda e uma lista com instituições que podem ser beneficiadas com os valores. O objetivo é estimular contribuintes a doar ao FIA por meio da Declaração Anual de Imposto de Renda.

BOLETIM DA CEIJ

Publicações virtuais divulgam a cada semestre

algumas das principais ações desenvolvidas pela CEIJ na página da Coordenadoria.

APRIMORAMENTO DA JUSTIÇA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

ENTREGA VOLUNTÁRIA A ADOÇÃO

Em conjunto com a Coordenadoria de Imprensa foi feita campanha para orientar sobre entrega voluntária de crianças para adoção, com cartazes e cards nas mídias sociais do TJPA. Os cartazes e o Guia de Orientação aos profissionais sobre Entrega Voluntária para adoção serão impressos e disponibilizados posteriormente a todos os municípios do Pará.

REDE EM AÇÃO

Rodas de conversa com especialistas asseguram espaço para reflexões, debates e compartilhamentos de experiências sobre diversos temas relacionados à infância e à juventude. O projeto é voltado a equipes interprofissionais das varas, dos serviços de acolhimento e voluntários de grupos de apoio à adoção, por meio de plataforma virtual. Foram realizadas três edições entre outubro de 2021 e setembro de 2022.

NÓS DO AFETO

O objetivo do projeto é proporcionar orientação, escuta e apoio aos pretendentes e pais por adoção de crianças maiores de dois anos e adolescentes. Foram realizados 18 encontros durante o biênio 2021-2023, doze dos quais em 2021, feitos no formato on-line por causa da pandemia de Covid-19. A

meta inicial do projeto era promover 10 encontros. O projeto é produto de acordo de cooperação técnica celebrado com o Grupo de Estudo e Apoio a Adoção de Belém “Renascença”.

CONTA COMIGO

O Programa de Apadrinhamento Afetivo de Crianças e Adolescentes Acolhidos trabalha em defesa do direito à convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes acolhidos institucionalmente, para que possam construir e manter vínculos afetivos duradouros, que lhes proporcionem experiências positivas ao seu desenvolvimento e autonomia.

Houve sete reuniões interinstitucionais entre parceiros do programa; nove rodas de diálogo com padrinhos e madrinhas afetivas e pretendentes ao ingresso; duas celebrações de apadrinhamento afetivo, que formalizam o vínculo afetivo do pretendente com a criança ou adolescente; preparação de profissionais envolvidos na execução do Programa, por meio de rodas de conversa; e visitas institucionais para articular convênio entre o curso de Serviço Social da UFPA, Serviços de Acolhimento e Conta Comigo, voltado à preparação de crianças e adolescentes acolhidos para o apadrinhamento afetivo.

PRÁTICAS DE EXECUÇÃO COMPARTILHADA E ARTICULAÇÃO EXTERNA/INTERNA

CONVÊNIO FASEPA

São 16 vagas de estágio para socioeducandos em Belém, Santarém e Marabá, das quais 10 na 3ª Vara da Infância e Juventude de Belém, três na Comarca de Santarém e três em Marabá, com acompanhamento semestral por meio de reuniões virtuais com as comar-



Autoridades assinaram cooperação de ações induzidas pelo CNJ

ÉRIKA MIRANDA

cas executoras. A vigência do convênio se iniciou em 24 de agosto de 2022, até 23 de agosto de 2024. O objetivo é assegurar atividades socioeducativas e formação profissional para desenvolver a autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de autonomias e a construção/reconstrução de projetos de vida de adolescentes e jovens atendidos.

COVID-19

Comitê presidido pelo coordenador da CEIJ, desembargador José Maria Teixeira do Rosário, atuou entre abril de 2020 a 19 de abril de 2022, período no qual promoveu 35 reuniões virtuais com a parti-

cipação de representantes do Ministério Público do Pará (MPPA), Núcleo de Atendimento Especializado a Crianças e Adolescentes da Defensoria Pública do Pará (Naeca/DPE), Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa), Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Pará (Cedeca), Secretaria do Estado de Saúde Pública (Sespa), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e um representante de cada gênero dentre adolescentes internados e internadas. O objetivo foi monitorar e informar ao CNJ sobre as medidas para prevenir, tratar e evitar a propagação da covid-19 entre os adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio fechado, sob a tutela do Estado.

CENTRAL DE VAGAS

Lançada em 7 de novembro de 2022 em solenidade oficial no Salão Nobre do prédio sede do Tribunal de Justiça do Pará, a política de aprimoramento da Central de Vagas da Fasepa foi definida em grupo de trabalho interinstitucional, do qual a CEIJ participou, para elaborar a Resolução Conjunta a partir das ações induzidas pelo programa Fazendo Justiça, do CNJ, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) para acelerar transformações no campo da privação de liberdade. Uma oficina no dia 8 de novembro, realizada pela Escola Judicial do Pará, tratou da Resolução CNJ nº 367/2021, que re-

gula o tema, para capacitar as equipes técnicas e de gestão das instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos (SGD) e a Comissão Interinstitucional do Sistema Nacional Socioeducativo (Sinase).

PÓS-CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA

Lançado também em 7 de novembro, o programa promoveu, por solicitação da CEIJ, oficina, no dia 10 de novembro, na Escola Judicial do Pará, para capacitar equipes técnicas e de gestão das instituições que compõem o Sistema de Garantia de Direitos – SGD – e a Comissão Interinstitucional do Sistema Nacional So-

cioeducativo na estratégia de acompanhamento em rede e de fortalecimento de vínculos para adolescentes egressos do sistema socioeducativo.

COOPERAÇÃO COM O FAZENDO JUSTIÇA

A cooperação com o programa foi firmada para efetivar a Central de Vagas e o Programa de Acompanhamento aos Adolescentes Pós-Cumprimento de Medidas Socioeducativas, a partir de Termo de Cooperação Técnica assinado em janeiro de 2021 entre o TJPA e o CNJ. As propostas de implantação da Central de Vagas do Sistema Socioeducativo e do Programa Estadual de Acompanhamento aos Adolescentes Pós-Cumprimento de Medida Socioeducativa foram definidas em reuniões interinstitucionais que resultaram na apresentação pelo Programa Fazendo Justiça, em agosto de 2022, de minutas assinadas em 7 de novembro e publicadas sob a forma de resoluções.

GESTÃO DOS CADASTROS NACIONAIS DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO CNJ

SNA EM DIA

O projeto ocorre no formato de ciclos, desde 2021, e orienta e monitora de forma contínua a utilização e a correta alimentação do Sistema Nacional de Adoção (SNA). Ao longo de cada ciclo se promove a otimização dos serviços aos jurisdicionados, em particular o acesso ao direito à convivência familiar de crianças e adolescentes. As parcerias envolvem a Corregedoria Geral de Justiça (CGJ), na administração e zelo pela correta alimentação do sistema; com a Coordenadoria de Imprensa e com a Central de Comunicação Interna e de Apoio à Magistratura (CCIAM), para a divulgação virtual de cards com informes sobre o SNA. Segue resumo das ações do biênio 2021-2023.

ANO	CICLO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	OFÍCIO CIRCULAR	QUANTIDADE DE UNIDADES JUDICIÁRIAS NA CAPITAL E INTERIOR	INCONSISTÊNCIAS E/OU NECESSIDADE DE VERIFICAÇÃO/CONFIRMAÇÃO MAIS COMUNS IDENTIFICADAS	STATUS
2021	1º	Fevereiro a maio	Ofício Circular nº 001/2021-CEIJ	74	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acolhido excedido 3 meses; ▪ Adoção sem conclusão há mais de 240 dias; ▪ Processo de destituição atrasado. 	Ciclo finalizado
	2º	Maio a julho	Ofício Circular nº 004/2021-CEIJ	72	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acolhido excedido 3 meses; ▪ Adoção sem conclusão há mais de 240 dias; ▪ Processo de destituição atrasado. 	Ciclo finalizado
	3º	Julho a setembro	Ofício Circular nº 005/2021-CEIJ	89	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acolhimentos excedidos há mais de 3 meses e com prazos a vencer; ▪ Adoções sem conclusão há mais de 240 dias e com prazos a vencer; ▪ Processos distribuídos e redistribuídos a incluir no SNA (de 01/01 a 30/06/2021 - Fonte: PJE e LIBRA); ▪ Sentenças de Adoção e Destituição a incluir no SNA (de 01/01 a 30/06/2021 - Fonte: PJE e LIBRA). 	Ciclo finalizado
2022	4º	Setembro a outubro	Ofício Circular nº 007/2021-CEIJ	84	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acolhimentos excedidos há mais de 3 meses e com prazos a vencer; ▪ Adoções sem conclusão há mais de 240 dias e com prazos a vencer. ▪ Pretendentes a pais e mães por adoção cuja situação cadastral requer atenção; ▪ Serviços de Acolhimento cuja situação cadastral requer atenção. 	Ciclo finalizado
	1º	Janeiro a março	Ofício Circular nº 001/2022-CEIJ	92	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Para solução imediata – Crianças e Adolescentes; ▪ Processos distribuídos/redistribuídos e sentenças proferidas em 2022 - LIBRA/PJE a verificar inserção no SNA. 	Ciclo finalizado
	2º	Abril a junho	Ofício Circular nº 004/2022-CEIJ	95	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Para solução imediata – Crianças e Adolescentes; ▪ Processos distribuídos/redistribuídos e sentenças proferidas em 2022 - LIBRA/PJE a verificar inserção no SNA. 	Ciclo finalizado
	3º	Julho a agosto	Ofício Circular nº 006/2022-CEIJ	104	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Para solução imediata – Crianças e Adolescentes; ▪ Processos distribuídos/redistribuídos e sentenças proferidas em 2022 - LIBRA/PJE a verificar inserção no SNA. 	Ciclo finalizado

FONTE: COORDENADORIA ESTADUAL DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

DIREITO DE VIVER EM FAMÍLIA

Foram produzidos e exibidos pela campanha a magistradas, magistrados, servidoras e servidores que utilizam o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento, do CNJ, cinco vídeos com dois minutos cada, com imagens, locução e legenda, sobre o direito de todas as crianças e adolescentes de viver em família. Cada vídeo aborda uma temática diferente.

O objetivo da iniciativa é estimular o preenchimento contínuo e adequado do SNA para melhorar a prestação jurisdicional; advertir para a necessidade do estrito cumprimento de prazos, sobretudo do acolhimento de crianças e adolescentes e seu retorno à convivência familiar, à família de origem, substituta ou por adoção; e por fim reiterar o caráter de efetiva

provisoriedade e excepcionalidade do acolhimento de crianças e adolescentes.

A campanha foi institucionalizada pela Portaria nº 1802/2022-GP, de 30 de maio de 2022, publicada no Diário da Justiça - Edição nº 7381/2022, de 31 de maio de 2022. O lançamento dos vídeos ocorreu nos Portais Interno e Externo do TJPA e em suas redes sociais.

VÍDEO	TEMA	RESUMO DAS INFORMAÇÕES DO VÍDEO	DATA DE LANÇAMENTO	SITE E REDES SOCIAIS DO TJPA PARA A DIVULGAÇÃO DOS VÍDEOS
Vídeo 1	Projeto CEIJ "SNA em Dia"	Definição; responsabilidade das autoridades judiciais imposta pelo parágrafo único, do art. 2º da Resolução nº 289/2019 – CNJ; informação sobre o período dos ciclos de monitoramento 2022.	11/04/2022	Portal Interno e Externo
Vídeo 2	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento	Apresentação do Sistema; quadro-resumo de pendências da tela inicial; necessidade de estabelecimento de fluxo interno para verificação e alimentação do Sistema; não é necessário aguardar os ciclos de monitoramento do Projeto CEIJ "SNA em Dia" para realizar a alimentação e verificação do Sistema; necessidade de inclusão dos processos de classes 1401, 1412, 1426 e 10933 desde seu início.	18/04/2022	Canal do YouTube
Vídeo 3	Acolhimento Institucional e Familiar de Crianças e Adolescentes	Medida de proteção excepcional e provisória; reavaliação no máximo a cada três meses e inclusão do resultado da avaliação no SNA.	25/04/2022	Página do Facebook
Vídeo 4	Audiências Concentradas	Definição de "audiências concentradas", período para sua reavaliação; normativas; inclusão do resultado da avaliação no SNA; concentração de esforços pelo direito de ser filho/filha.	02/05/2022	Página do Instagram
Vídeo 5	Adoção e Prazos Legais	Definição, atenção para os prazos dos processos de habilitação à adoção, adoção e destituição do poder familiar e a devida inclusão imediata do resultado das sentenças no SNA; mecanismos internos de controle de prazos processuais.	09/05/2022	Lista de Transmissão da Coordenadoria de Imprensa

FONTE: COORDENADORIA ESTADUAL DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

INSPEÇÕES E CADASTROS

Foram feitas 84 inspeções entre setembro de 2021 e agosto de 2022, com o Cadastro Nacional de Inspeções e Unidades Socioeducativas (CNIUPS), devidamente alimentado até 18 de agosto de 2022. Consultas periódicas ao sistema de acesso (cnj.jus.br/corporativo) apuram as informações e, em caso de pendências, a CEIJ aciona as três

Varas responsáveis pelas 14 unidades socioeducativas do Estado – a 3ª Vara da Infância e Juventude da Capital, 4ª vara Cível e Empresarial de Marabá e 5ª vara Cível e Empresarial de Santarém – para orientar e esclarecer quanto à devida realização das inspeções e alimentação do CNIUPS. Segue resumo das ações por bimestre:

ANO	BIMESTRE	MESES	COMARCAS	Nº DE UNIDADES	TOTAL INSPECIONADO (%)
2021	5º bimestre	Setembro/ outubro	Belém, Marabá e Santarém	14	100
	6º bimestre	Novembro/ dezembro	Belém, Marabá e Santarém	14	100
2022	1º bimestre	Janeiro/ fevereiro	Belém, Marabá e Santarém	14	100
	2º bimestre	Março/abril	Belém, Marabá e Santarém	14	100
	3º bimestre	Maiο/junho	Belém, Marabá e Santarém	14	100
	4º bimestre	Julho/agosto	Belém, Marabá e Santarém	14	100

FONTE: COORDENADORIA ESTADUAL DE INFÂNCIA E JUVENTUDE

PALESTRA

A convite da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, o desembargador José Maria Teixeira do Rosário palestrou sobre “Adoção e seus reflexos na sociedade” para os alunos do XXI CEPE – Curso de Estudos de Política e Estratégia. Ele destacou a responsabilidade da sociedade com crianças e adolescentes, com um breve histórico sobre o Instituto da Adoção e sobre o direito da criança e do adolescente em ser efetivamente inserido em uma família.

XIX ENCONTRO

O XIX Encontro do Colégio de Coordenadores da Infância e Juventude proporcionou a troca de experiências e o estabelecimento de diretrizes de atuação das coordenadorias de Infância e Juventude em âmbito nacional. O desembargador José Maria Teixeira do Rosário esteve em Porto Alegre/RS, em 10 de novembro de 2021, para participar dos trabalhos.

INFORMAÇÕES DO FAZENDO JUSTIÇA

Desde 30 de novembro de 2021, a página da CEIJ no Portal do TJPA compartilha informações sobre o programa Fazendo Justiça, novo ciclo da parceria do CNJ e Pnud com os Tribunais, voltado à superação de desafios estruturais da privação de liberdade no Brasil. O programa trata de Proporcionalidade penal, Cidadania, Sistemas e Identificação Civil e Socioeducativo e prevê ações transversais e de gestão. Apóia a criação ou melhoria de produtos, estruturas e serviços; promove eventos, formações e capacitações; gera produtos de conhecimento e apoia produção normativa do CNJ. Também trabalha parcerias e novas narrativas a partir de evidências e soluções possíveis. O conhecimento técnico produzido é compartilhado por meio de formações e capacitações de um público amplo ligado ao tema. São guias, manuais, pesquisas, metodologias e modelos cujo conteúdo sintetiza em conhecimento técnico a



Des. José Maria
Teixeira do
Rosário *preside*
a Ceij

RICARDO LIMA

prática cotidiana da realidade observada em diferentes unidades da Federação durante a execução do programa.

AMIGO DA CRIANÇA

O desembargador José Maria Teixeira do Rosário recebeu do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Comdac) de Belém, o certificado Selo Amigo da Criança de Belém pelos relevantes e inestimáveis serviços prestados às crianças e adolescentes no município. Entregue em 6 de dezembro de 2021,

o Selo tem por objetivo incentivar e reconhecer instituições e pessoas que desenvolvem ações voltadas à promoção dos direitos de crianças e adolescentes.

XXV ENAPA

O Encontro Nacional dos Grupos de Apoio à Adoção (Enapa) ocorreu entre 9 e 11 de junho de 2022, em Araxá, Minas Gerais, e debateu entre outros temas relevantes sobre a infância e juventude “Filhos adotados: reflexões sobre o direito à própria história”; Provimto 36/201 e 116/2021-CNJ”; “Experiências dos

Serviços de Acolhimento Institucional e Acolhimento Familiar” “Adolescentes no Serviço de Acolhimento” “Construindo Redes”; A Arte de construir Redes e Aquecer Vidas”. O Núcleo de Apoio Técnico-Administrativo da CEIJ esteve representado no encontro.

CISFA

A CEIJ participa, a convite da Fundação Papa João XXIII (Funpapa), da Comissão de Implantação do Serviço Família Acolhedora (CISFA), cuja responsabilidade é implantar um projeto piloto do serviço em Belém.

TRABALHO INFANTIL

Em 8 de setembro de 2022, a CEIJ participou de reunião com a juíza titular da 2ª Vara do Trabalho de Belém, cuja pauta era Conhecer a Campanha do Círio 2022 (Maria, Mãe e Mestreira), em prol do Programa de Combate e Erradicação do Trabalho Infantil. O mote foi a doação de materiais escolares e a comercialização de camisetas com a arte da campanha, com muitos parceiros, desde órgãos e entidades do poder público e classe empresarial comprometida com o combate e a erradicação do trabalho infantil.

CONSOLIDAÇÃO

Justiça Restaurativa se efetiva como política pública no Pará

Espaços Porto Seguro e Acolher e quadro completo de servidores e servidoras viabilizam as experiências restaurativas

No biênio 2021-2023, a consolidação dos espaços restaurativos foi o grande avanço obtido para a efetivação das experiências restaurativas como política pública do Judiciário no Pará, conforme estabelece a Resolução do CNJ 225/2016. A Coordenadoria de Justiça Restaurativa (CJR) passou a atuar no Espaço Porto Seguro no Fórum Cível, com a lotação de cinco servidoras, duas da esfera administrativa e três facilitadores de círculos restaurativos, critério fundamental para o funcionamento do trabalho; e o Espaço Restaurativo Acolher, no Fórum Criminal, com a lotação de três servidoras. A CJR também está devidamente composta de recursos humanos, com 10 servidores e servidoras, no espaço físico adequado.

PARCERIAS

- Com o Núcleo Permanente de Incentivo de Auto-composição do Ministério Público do Pará (Nupeia), em quatro processos que envolvem idosos (as) em situação de negligência, abandono e exploração, tratados pelo Espaço Acolher;
- Com a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa), para formar servidores (as) do Núcleo de Práticas Restaurativas da instituição, com palestras e círculos de apoio e de compromisso com os

adolescentes privados de liberdade em cumprimento de Medida Socioeducativa;

- Com a Secretaria Extraordinária de Cidadania e Direitos Humanos (Secdh), da Prefeitura de Belém, para formar facilitadores (as) de círculos, diálogos e ações na comunidade;
- Com a Universidade Federal do Pará (UFPA), para reuniões e círculos com a Coordenadoria Estadual de Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cevid) do TJPA;

Participação no Grupo de Justiça Restaurativa do Norte e Nordeste abriu novos horizontes e permitiu passos seguros para desenvolver a Justiça Restaurativa como política judiciária no Pará.

- Com a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), para projeto de atendimento às egressas do sistema penitenciário feminino de Santarém e utilização das dependências da Clínica de Justiça da Amazônia – CJUÁ, além da aplicação da JR nos processos de família daquela Comarca. A Ufopa, a partir da CJUÁ, legitima a parceria com a CJR para atender de forma concreta a alunos e alunas do curso de Direito com métodos autocompositivos para resolução de conflitos;
- Com a Polícia Militar, através do Policiamento Comunitário Escolar, para uma formação com o projeto Coração de Tinta, de Salvador/Bahia;
- Com a Defensoria Pública, por meio do Programa do Consumidor Superendividado, para visitas, reuniões e círculos de sensibilização e apresentação da JR às demandas atendidas no programa;
- Com a Usina da Paz, por meio do projeto TerPaz, para reuniões, visitas e três oficinas de sensibilização e apresentação da Justiça Restaurativa, atendendo a 104 colaboradores (as) da Usina da Cabanagem.

FORMAÇÃO

Em parceria com a Escola Judicial do Tribunal de Justiça do Pará, a CJR promoveu em 2021 três turmas do Curso de Introdução à Justiça Restaurativa na modalidade EAD. Em 2022, houve cursos de



Desa. Célia Pinheiro durante lançamento do projeto Porto Seguro

ÉRIKA MIRANDA

introdução à Justiça Restaurativa em EAD com três turmas, uma turma de Formação de Facilitadores de Círculos de Justiça Restaurativa e construção de Paz, de forma presencial, e o curso de aprofundamento de Justiça Restaurativa em EAD, atendendo a 150 facilitadores.

A equipe de trabalho da CJR recebeu formações fora do Estado: Formação Avançada de Facilitadores de Círculos de Construção de Paz e Justiça Restaurativa: situações de maior complexidade de forma presencial, promovido pelo Moinho da Paz, em Salvador/Bahia; Habilidades e Ferramentas para facilitadoras e facilitadores de Justiça Restaurativa, curso presencial promovido pelo CSHEP, em São Paulo. E de forma EAD, a equipe participou dos cursos de facilitadores de grupos reflexivos para homens autores de violência

doméstica e de formação sobre o atendimento a vítimas de crimes e atos infracionais no Judiciário.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA, FAMILIAR E DE GÊNERO

A CJR promoveu círculos de apoio e de diálogo com homens autores de violência doméstica e com mulheres vítimas e identificou a necessidade de definir fluxos para atendimento de situações processuais com as varas competentes. O enfrentamento à violência doméstica e familiar contra o idoso, a criança, adolescente e outros grupos vulneráveis está em processo de construção e amadurecimento de fluxos. A CJR recebeu a primeira situação da Comissão de Assédio para resolução de conflito por

meio da Justiça Restaurativa.

AVANÇO

A meta 8 do CNJ da Resolução 225/2016 foi efetivada, na CJR, de fato, a partir de junho de 2022. Com a equipe estruturada, foi possível efetivar experiências restaurativas como política judiciária no Pará. O avanço no biênio 2021-2023 é inquestionável, como se percebe também no compartilhamento de experiências e iniciativas no Grupo de Justiça Restaurativa do Norte e Nordeste – Comitê de Justiça Restaurativa do CNJ, do qual o TJPA participou. Essa participação abriu novos horizontes e permitiu passos seguros para desenvolver a JR como política judiciária no Pará.

RECURSOS ESPECIAIS

Vice-presidência consolida o sistema de precedentes

Trabalho envolve também participação no centro de inteligência, no gerenciamento de ações coletivas e de recursos extraordinários e especiais

A vice-presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA) supervisiona a distribuição dos feitos de competência dos órgãos de julgamento do TJPA, coordena e controla os serviços de protocolo, distribuição e autuação processual e os vinculados à central de mandados; preside a Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos; e, por delegação da Presidência, decide sobre a admissibilidade dos recursos ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF).

No exercício de suas atribuições regimentais, a vice-presidência despachou 36 processos em tramitação física e 138 pelo sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe).

A Comissão de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos promoveu 18 reuniões ordinárias e quatro extraordinárias, nas quais foram analisadas 57 propostas e aprovados 51 atos normativos pelo Tribunal Pleno, entre Resoluções, Emendas Regimentais e Anteprojeto de Lei.

A Central de Mandados do 2º Grau, por sua vez, recebeu 11.081 expedientes, dos quais foram dados cumprimento a 10.422.

Sob a supervisão da vice-presidência, o Núcleo

No período foram proferidas 10.097 decisões em sede de admissibilidade de recursos extremos, com apoio da CREE.

de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas (Nugepnac) e a Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais (CREE) migraram para o PJe 5.630 processos, passando todo o seu acervo para meio eletrônico e recebendo o selo de Unidade 100% Digital

PRECEDENTES

A vice-presidência também participou de cinco reuniões ordinárias e uma extraordinária da Comissão Gestora de Precedentes e de Ações

Coletivas (Cogepac), responsável por organizar a gestão da sistemática dos precedentes qualificados no TJPA.

Participou também de 24 reuniões ordinárias e 17 extraordinárias do Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Pará (Cijepa), cujo objetivo é

identificar o ajuizamento de demandas repetitivas ou de massa e os grandes litigantes, no âmbito do Judiciário do Pará.

No período foram proferidas 10.097 decisões em sede de admissibilidade de recursos extremos, com apoio da CREE.

Marcelo Marchiori, assessor-chefe do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes do STJ, esteve com a equipe do TJPA

RICARDO LIMA



AÇÕES COLETIVAS

Projetos estimulam uso de precedentes obrigatórios

Objetivo é dar andamento adequado à resolução das demandas repetitivas a partir dos chamados precedentes qualificados

A Coordenadoria de Recursos Extraordinários e Especiais (CREE) e o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (Nugepnac) criaram uma série de projetos para estimular o uso dos incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e de Assunção de Competência (IAC), destacando-se no IRDR o formulário Sugestão de Questões para Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas, a cartilha do IRDR, rodadas de conversas e modelo de petição/ofício de instauração de IRDR. Para o IAC foi elaborado relatório com quantitativos e qualitativos a ser atualizado periodicamente, cartilha, modelo de petição/ofício de instauração e proposta de alteração regimental quanto ao processamento do IAC no TJPA.

O Centro de Inteligência do Judiciário do Pará (Cijepa) identifica e propõe tratamento adequado de demandas repetitivas e de massa no âmbito do TJPA.

Para atender esse objetivo foram criadas coordenações de Inteligência Temáticas, entre as quais as de Otimização da Prestação Jurisdicional com Métodos de Inovação e Uso de Tecnologia; de Prevenção e Solução Pré-Processual de Litígios; de Combate ao Uso Indevido do Sistema de Justiça; de Formação de

O Centro de Inteligência do Judiciário do Pará (Cijepa) identifica e propõe tratamento adequado de demandas repetitivas e de massa no âmbito do TJPA

Precedentes Judiciais Qualificados; de Tratamento Adequado à Alta Litigiosidade do Contencioso Tributário; e de Tratamento Adequado às Demandas Estruturais e de Alta Complexidade.

Foi instituído também o Grupo de Trabalho do Segundo Grau para prevenir e combater o uso indevido/abusivo do sistema de Justiça, além de identificar, gerir e tratar recurso, fazer remessa necessária ou de processo de competência originária de natureza de processo

coletivo, com relevante questão de direito e estruturais.

Foi regulamentado o programa “Amigo da Justiça” para certificar e premiar as Pessoas Jurídicas, Públicas e Privadas, e os parceiros institucionais em caso de observância espontânea das decisões proferidas em precedentes judiciais qualificados. Foi emitida nota técnica sobre sobrestamento, cadastro, julgamento e aplicação de precedente judicial qualificado e criados boletins sobre precedentes judiciais obrigatórios, que compilam as informações do biênio e agrupam em temas relevantes.

Foi emitida nota técnica sobre sobrestamento, cadastro, julgamento e aplicação de precedente judicial qualificado e criados boletins sobre precedentes judiciais obrigatórios, que compilam as informações do biênio e agrupam em temas relevantes.

Houve também uma série de ações para gerenciar e monitorar as demandas coletivas, conforme estabelece a Resolução 339/2020 do CNJ:

- 1 Criação de boletim semestral com compilação das informações divulgadas a respeito das ações coletivas pelo Nugepnac;
- 2 Elaboração de projeto de unidades piloto de gerenciamento de ações coletivas para futura formação de precedentes obrigatórios.



Capacitações foram realizadas com corpo funcional de 1º e 2º Graus

AIRTON NASCIMENTO

SISTEMA ELETRÔNICO

Os sistemas eletrônicos do TJPA foram aprimorados para otimizar o desempenho das competências do setor, destacando-se:

- 1 Implementação da ferramenta webservice, que integra os sistemas judiciais do TJPA e CNJ para envio e recebimento de informações sobre precedentes judiciais

qualificados, cumprindo a Resolução 235/2016 do CNJ; 2 Ajuste no PJe para viabilizar a suscitação do IRDR e IAC diretamente no sistema judicial, sem procedimento administrativo prévio;

- 3 Aprimoramento e publicação do painel eletrônico de gerenciamento de processos sobrestados no

portal do TJPA, possibilitando, assim, o monitoramento por parte do Nugepnac e das unidades judiciais; 4 Aprimoramento do “Portal do IRDR”, permitindo ampla divulgação do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas, cumprindo o disposto na Resolução 235/2016 do CNJ.



Posse da Des.
Kédima Pacífico
Lyra e do Des.
Amílcar Guimarães

TRAMITAÇÃO

Secretaria Judiciária movimentou 34,9 mil processos e pautou 800

Houve 149 editais de movimentação na carreira jurídica, 146 de remoção e promoção e três de acesso ao desembargo

Entre fevereiro de 2021 e outubro de 2022, houve uma efetiva movimentação processual no âmbito da Secretaria Judiciária de 34,9 mil processos, 68 mil tarefas e nove mil cadastros de documentos nos sistemas de tramitações processuais do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA). Foram pautados 221 processos por videoconferência no Tribunal Pleno e 446 no Plenário Virtual. No Conselho da Magistratura foram pautados 133 processos, perfazendo um total de 800 processos pautados.

PADs

Foram julgados pelo Pleno sete Processos Administrativos Disciplinares (PADs) de magistrados (as) e ainda há quatro em tramitação.

MOVIMENTAÇÕES NA CARREIRA

Houve 146 editais de movimentação na carreira da magistratura paraense – promoção e remoção –, em 1ª, 2ª e 3ª entrâncias, e mais três de acesso ao desembargo, totalizando 149 editais entre fevereiro de 2021 e outubro de 2022.

- 1ª Entrância: 47 editais
 - 2ª Entrância: 70 editais
 - 3ª Entrância: 29 editais
- Acesso ao desembargo: 3 editais.

O GAS elaborou 3,1 mil minutos, alcançando 93% da meta estipulada pela presidência.

- Edital TRE-PA nº 2/2021-SJ: Escolha da Lista Tríplice de Membro Substituto, classe jurista, julgado pelo Tribunal Pleno em 12/5/2021, com a formação da lista tríplice;
- Edital TRE-PA nº 3/2021-SJ: Escolha da Lista Tríplice de Membro Efetivo, classe jurista, julgado pelo Tribunal Pleno em 26/11/2021, para complementação da lista tríplice;

2022

- Edital TRE-PA nº 1/2022-SJ: Escolha da Lista Tríplice de Membro Efetivo, classe jurista, tramitando nesta secretaria judiciária, publicado em 28/9/2022, para a formação da lista tríplice;

GRUPO DE ACESSORAMENTO E SUPORTE (GAS) DO 2º GRAU

O GAS elaborou 3,1 mil minutos, alcançando 93% da meta estipulada pela presidência, em apoio aos gabinetes das desembargadoras Maria do Céu Maciel Coutinho, Ezilda Pastana Mutran, Gleide Pereira de Moura e Luzia Nadja Guimarães Nascimento; e dos desembargadores Constantino Augusto Guerreiro, José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, Leonam Gondim da Cruz Júnior e José Maria Teixeira do Rosário.

TRE

Houve também quatro editais para preenchimento de vaga no Tribunal Regional Eleitoral Pará (TRE-PA), três dos quais em 2021 e um em 2022.

2021

- Edital TRE-PA nº 1/2021-SJ: Escolha da Lista Tríplice de Membro Efetivo, classe jurista, julgado pelo Tribunal Pleno em 14/4/2021, com a formação da lista tríplice;

PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR

Foram movimentados 740 processos em fase de execução, expedidas 366 Requisições de Pequeno Valor (RPV) e 143 precatórios requisitórios. Há 13 processos em fase final de cumprimento, aguardando expedições de novos precatórios e RPVs.

DIVISÃO DE REGISTRO DE ACÓRDÃOS E JURISPRUDÊNCIA

A Divisão de Registro de Acórdãos e Jurisprudência publicou 2,5 mil acórdãos do 2º Grau e 77 das Turmas Recursais.

TAQUIGRAFIA

A Divisão de Taquigrafia cobriu 297 sessões do Tribunal Pleno, do Conselho da Magistratura e de reuniões ordinárias, perfazendo um total de 318 horas e 13 minutos de gravações e notas taquigráficas.



ÉRIKA MIRANDA

Promoção de magistrados e magistradas à 3ª Entrância

SESSÕES
(TRIBUNAL PLENO)
87 Sessões
144 horas
e 45 minutos
de gravação

SESSÕES
(CONSELHO DA MAGISTRATURA)
41 Sessões
28 horas
e 13 minutos
de gravação

NOTAS TAQUIGRÁFICAS
152 notas
115 horas
e 46 minutos
de gravação

REUNIÕES ORDINÁRIAS
17 reuniões
29 horas
e 29 minutos
de gravação

FONTE: DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

ENCAMINHAMENTO ELETRÔNICO DE PROCESSOS AO STJ E AO STF

Por meio do Programa de Gestão de Peças Eletrônicas (GPE), a Secretaria Judiciária enviou e recebeu recursos das Cortes Superiores, conforme tabela ao lado.

INDEXAÇÃO	ENVIO RECURSAL DE DECISÕES	RECEBIMENTO
STJ	4.194	3.313
STF	262	468

FONTE: SECRETARIA JUDICIÁRIA

PRIMEIRO GRAU

Comitê envia sugestões para a Lei Orçamentária

Objetivo é contribuir para aprimorar a gestão orçamentária e financeira do Poder Judiciário estadual

Ampliar o serviço de limpeza e conservação nos Fóruns das Comarcas, investir em acessibilidade e segurança, ampliar o uso da inteligência artificial e otimizar o trabalho remoto, rever o Plano de Cargos Carreiras e Remuneração (PCCR), nomear servidores e criar planos de formação e aperfeiçoamento. Essas foram as sugestões à Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023, enviadas pelo Comitê Único Gestor Regional e Orçamentário do Primeiro Grau, à presidência do TJPA, no biênio 2021-2023. A atuação do comitê pauta-se na contribuição com a gestão orçamentária e financeira do TJPA.

O comitê tem oito titulares e oito suplentes, cuja eleição é feita por votação direta de magistrados, magistradas, servidoras e servidores e pela indicação do

O comitê tem oito membros titulares e oito suplentes, eleitos pela votação direta de magistrados e servidores e pela indicação do Tribunal Pleno

Tribunal Pleno, além da representação de classe: Associação dos Magistrados do Estado do Pará (Amepa), Sindicato dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Pará (Sindju), Sindicato dos Oficiais de Justiça do Estado do Pará (Sindojus) e Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Pará (Sinjep). Instituído pela Portaria nº 2783/2021-GP, o comitê dedicou o primeiro ano de atuação à análise das informações contábeis, financeiras, de pessoal e dos documentos de planejamento do Poder Judiciário estadual: Plano de Gestão, Planos de Aquisição e Contratação, Planejamento Estratégico e Lei Orçamentária Anual (LOA). O comitê estudou dois eixos temáticos: Orçamento e Priorização do Primeiro Grau, para a apuração dos dados e relatórios enviados pelas unidades administrativas, de acordo com sua expertise e atuação jurisdicional.



Des. Rômulo Nunes coordena comitê do 2º Grau

RICARDO LIMA

SEGUNDO GRAU

Trabalho é identificar demandas para o exercício de 2023

Definição se dá a partir da avaliação dos parâmetros programáticos e financeiros em face da Lei Complementar 173/20

O Comitê Orçamentário de Segundo Grau identifica as necessidades e demandas do Judiciário paraense no 2º. Grau de Jurisdição e debate os parâmetros programáticos e financeiros do orçamento do exercício financeiro de 2023, em face da Lei Complementar

173/20. No exercício de 2022, o comitê discutiu o orçamento para o exercício financeiro seguinte, propondo a inclusão no planejamento financeiro das demandas e necessidades do 2º Grau de Jurisdição. Em reunião em 29 de abril, no plenário III, foram apresentados os parâmetros programáticos e financeiros para o exercício de

2022, detalhada a execução do orçamento do exercício financeiro de 2022 e apresentado o orçamento do exercício financeiro de 2023 - Parâmetros Programáticos e Financeiros, em face da Lei Complementar 173/20. A segunda reunião atualizará o relatório, alimentando-se, em seguida, o Portal do Tribunal de Justiça.

SEGURANÇA

Comissão aprovou quatro projetos durante o biênio

A CPSI é responsável pelas ações estratégicas para assegurar a integridade de magistrados (as), servidores (as), jurisdicionados (as) e do patrimônio do Judiciário

Regulamentação da Comissão Permanente de Segurança Institucional (CPSI), criação da Unidade de Inteligência de Segurança Institucional do Poder Judiciário do Pará, regulamentação do exercício de poder de Polícia Administrativa e atualização do Plano de Formação e Aperfeiçoamento de Agentes de Segurança do Judiciário foram os quatro projetos da CPSI, relacionadas à segurança institucional, aprovados na gestão do biênio 2021-2023.

Responsável pelas ações estratégicas para segurança de magistrados, magistradas servidores, servidoras, do patrimônio e das informações relacionadas ao Poder Judiciário do Pará, a CPSI analisou 46 ocorrências ligadas à segurança, entre fevereiro/2021 e outubro/2022, e garante escolta pessoal a dez magistrados e magistradas sob ameaças pelo exercício de suas atividades judicantes.

A CPSI é responsável pelas ações estratégicas à segurança de magistrados, magistradas servidores, servidoras, do patrimônio e das informações relacionadas ao Judiciário do Pará

Ano	Com escolta -CMTJ	Com escolta - comando local
2021	8	1
2022	2	0
Total do biênio	10	0

FONTE: CPSI

A CPSI também apresenta à direção Poder Judiciário as demandas de conservação e manutenção da segurança dos prédios dos fóruns das comarcas do interior, com a recomendação de manutenção das cercas concertinas, sensores de incêndio e presença de pessoas, arcos detectores de metais, dentre outros equipamentos.

A CPSI é comissão permanente institucionalizada com previsão oficial no Regimento Interno do TJPA, nos seus artigos 54 a 58.



Cerca de 30 servidores(as), terceirizados(as) do Fórum Cível de Belém e guardas judiciários participaram da formação

COORDENADORIA MILITAR

Judiciário garante segurança armada a todas as comarcas

Objetivo é assegurar a integridade física de jurisdicionados, magistrados e servidores e a segurança do patrimônio público

A Coordenadoria Militar assessora e garante a segurança do patrimônio público e a defesa de servidores (as), magistrados (as) e jurisdicionados (as) em 25 unidades judiciárias na Região Metropolitana de Belém (RMB) e em mais oito unidades no interior. Para a missão são empregados policiais militares da ativa e

da reserva. Com o apoio do contrato de vigilância armada, sob supervisão da coordenadoria, o total de unidades atendidas com vigilância saltou de 25 unidades no início da gestão para 107 comarcas, com 117 postos e 134 vigilantes. Todas as comarcas contam com segurança armada.

Foi ampliado e modernizado o sistema de CFTV

de seis fóruns na RMB e em onze comarcas do interior e instalados 15 novos portais detectores de metal. Uma central de monitoramento foi instalada no prédio sede, com capacidade para monitorar em tempo real todos os prédios com o sistema de câmeras. Foram feitas 156 visitas de análise técnica para novas instalações, manutenção de portal detector e CFTV.



Curso de Brigada de Incêndio ocorreu no Anexo I

AIRTON NASCIMENTO

A coordenadoria produz também relatórios de inteligência sobre possíveis ameaças à integridade física de integrantes de Judiciário, sobre vulnerabilidades na segurança, informativos diários sobre as notícias de blogs, redes sociais, sites ou outros meios, monitoramentos relacionados à garantia da segurança institucional e de ameaças à integridade física de magistrados (as) e servidores (as) para subsidiar a CPSI a desenvol-

ver ações preventivas na gestão de riscos e avaliação de ameaças contra membros do Judiciário paraense.

PREVENÇÃO

Todos os prédios do TJPA da RMB foram vistoriados pelos militares do Corpo de Bombeiros Militar da coordenadoria, para a recarga dos extintores, adequação

das sinalizações de emergência e emissão do auto de vistoria para sete prédios novos. Foram realizadas visitas técnicas a 97 comarcas do interior para adequá-las às exigências do Corpo de Bombeiros.

Foram promovidos cursos e palestras a servidores (as) e militares nas áreas de comportamento de autoproteção e cursos de brigadas de incêndio para atuar em edificações, emergências pré-hospitalares e áreas de risco.

Para apoiar as ações de segurança foram feitas algumas aquisições, que seguem:

- Componentes para rádios de comunicação das equipes de segurança do prédio sede, Fórum Criminal, Fórum Cível e Fórum de Icoaraci;
- Componentes para manutenção dos pórticos detectores de metais nos prédios da capital e do interior;
- Dez botões de pânico instalados na sala de

conciliação do Fórum Criminal;

- Materiais de combate a incêndio e controle de pânico;
- Materiais e equipamentos de CFTV para os prédios do TJPA da Região Metropolitana de Belém;
- Aquisição e instalação de 15 pórticos detectores de metais nos prédios da Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas e nos seguintes Fóruns: Soure, São Sebastião da Boa Vista, Ponta de Pedras, Baião, Curuçá,

Dom Elizeu, Ipixuna do Pará, Santa Maria do Pará, Salinópolis, Irituia, Óbidos, Peixe Boi, Marapanim e Oriximiná;

- Aquisição de materiais de prevenção e salvamento;
- Renovação do contrato de vigilância eletrônica (sistema de alarme) dos prédios do TJPA da capital e do interior;
- Renovação dos contratos de vigilância armada;
- Ata de registro de preços para locação eventual de veículos;

SUSTENTABILIDADE

Judiciário do Pará investe na melhoria do seu IDS

Ações do Núcleo Socioambiental estimulam consumo e descarte consciente e a inclusão socioeconômica de catadores e catadoras

As estratégias desenvolvidas pelos sete melhores tribunais brasileiros para atingir o Índice de Desempenho de Sustentabilidade (IDS) do CNJ foram elencadas pelo Núcleo Socioambiental em um relatório analítico em 2021, produzido a partir dos resultados do 4º Balanço Socioambiental, do CNJ, em ordem de aferição do IDS/2019. O objetivo é tomar essas práticas como base para melhorar o IDS do Judiciário paraense.

O slogan “Pequenas atitudes fazem a diferença” inspirou a Semana do Meio Ambiente, cuja programação envolveu oficinas de reaproveitamento de alimentos e de óleo vegetal para a produção de sabão ecológico, “ecodicas” e os impactos positivos do Plano de Logística Sustentável do TJPA nos últimos 5 anos. Foi lançado um vídeo institucional sobre “Consumo Consciente” e o I Encontro de Boas Práticas entre Biomás da Região Norte encerrou a programação, momento em que foram expostas as ações de sucesso do Núcleo Socioambiental. As “ecodicas” tiveram grande re-

percussão na mídia externa, com destaque nos principais jornais locais e replicadas ao longo do ano nas redes sociais do TJPA, como forma de sensibilização contínua que atende os pressupostos do PLS-TJPA.

A coleta seletiva de resíduos sólidos garantiu tratamento ambiental adequado a 29.462,13 kg de material, no período de janeiro a setembro/2021

SENSIBILIZAÇÃO

A sensibilização do corpo funcional foi perene por meio de campanhas informativas nas mídias da instituição, destacando-se as principais datas alusivas ao tema sustentabilidade e suas dimensões, todas publicadas no site do NS.

Para fortalecer o indicador resíduos, cobrado na Resolução nº400/2021 do CNJ, o TJPA aderiu ao movimento mundial “Julho sem Plástico”, com produção de conteúdo digital semanal, no formato de vídeos e ban-



AIRTON NASCIMENTO

Feira da Agricultura Familiar é uma promoção do Núcleo Socioambiental em parceria com a Coordenadoria de Saúde

ners, sobre a necessidade de substituição dos plásticos de uso único. O mês se encerrou com um mosaico de fotos enviadas voluntariamente por servidores, servidoras, magistrados, magistradas, terceirizados e terceirizadas com seus copos pessoais para bebidas quentes ou frias.

O conteúdo disseminado ao longo do mês de julho culminou na inovadora Portaria nº3319/2021, que encerrou definitivamente a distribuição de copos plás-

ticos descartáveis ao público interno, em consonância com os demais órgãos do Judiciário brasileiro, com 73% de adesão a essa prática sustentável.

Foi lançada em agosto a campanha “SE-PA-RE”, nas mídias sociais, portal do TJPA, e-mail e site do Núcleo Socioambiental, com conteúdo digital para facilitar o entendimento da coleta seletiva de resíduos produzidos durante a atividade do órgão e orientação sobre como separar os resíduos gerados em casa.

COLETA SELETIVA

A coleta seletiva de resíduos sólidos garantiu tratamento ambiental adequado a 29.462,13 kg de material, no período de janeiro a setembro/2021, promovendo a inclusão socioeconômica de três cooperativas de catadores (as), dentre elas a Cooperativa de Trabalho de Catadores de Resíduos Sólidos da Amazônia – Cooprecresam, formada com público do Projeto Começar de Novo.

“Boletins Sustentáveis” divulgados mensalmente por e-mail ao corpo funcional e também publicados no site do Núcleo Socioambiental disseminaram informações sobre sustentabilidade.

Em 2022, no mês de junho, ocorreram semanas do meio-ambiente em alusão ao Dia Mundial do Meio Ambiente, com oficinas de reaproveitamento de alimentos, horta em pequenos espaços, compostagem doméstica, produção de sabão ecológico com óleo vegetal; divulgação de “ecodicas” e os impactos positivos do Plano de Logística Sustentável do TJPA nos últimos 5 anos. Houve o lançamento do vídeo e da cartilha institucional “Consumo Consciente” e a participação no I e II Encontro de Boas Práticas entre Biomas da Região Norte. Neste mesmo, ano a presidente do TJPA assinou a Carta de Intenção Técnica do Grupo “Sustentabilidade em Rede”, no Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. A cooperação ocorreu entre TJPA, TRT8, MPT-PA, MPPA, TCM-PA, Defensoria Pública e UEPA. O encerramento aconteceu na Praça Brasil, com serviços de educação e cidadania à coletividade, entre os quais vacinas (150 anti-covid-19, 150 influenza e 150 tríplice viral), emissão de documentos, apresentação de cursos de engenharia de alimentos, engenharia ambiental, adoção de animais, atendimento jurídico, e gastronomia sustentável com degustação.

ECODICAS

As campanhas virtuais “Ecodicas para Consumo Consciente” foram replicadas ao longo do ano nas redes sociais do TJPA, como forma de sensibilização contínua, atendendo às diretrizes contidas no PLS-PJPA. Os dias comemorativos de matérias ambientais,

Grupo
interinstitucional
assinou Carta
de Intenções da
Sustentabilidade
em Rede



ÉRIKA MIRANDA

inclusivas e promotoras da igualdade, foram destacados por meio de cards e boletins publicados nas redes sociais do PJPA e no site do NSA.

CAMPANHAS

“Fome Zero aos Catadores-ODS2” (junho/2022): de iniciativa do Núcleo Socioambiental do PJPA, em parceria com o Grupo Sustentabilidade em Rede, a campanha arrecadou mais de duas toneladas e meia de alimentos, entregues a oito cooperativas de catadores de recicláveis da Região Metropolitana de Belém, entre elas a Cooperativa de Catadores de Resíduos Sólidos da Amazônia (Cooprecresam), formada por pessoas ligadas ao Projeto “Começar de Novo” (PJPA).

“Ser sustentável” na Escola Peteleco: além de escolas públicas, o NSA compartilhou as boas práticas com um estabelecimento de ensino particular a fim de promover educação ambiental. Em 2 meses foram recolhidas mais de 450 unidades de canetas usadas, que foram enviadas à reciclagem e se converteram em pontos virtuais ao TJPA.

Doação de materiais de expediente: 4.016 itens de materiais de expediente foram doados às escolas públicas: Escola Municipal Inês de Mendonça Maroja, Escola Municipal de Educação Infantil Professora Rita Nery, EEEFM Albanizia de Oliveira Lima, Escola Municipal Theodor Badotti, Creche Escola Íris, Casa da Criança Santa Inês, EEEF 15 de Outubro, Escola Municipal de Ensino Fundamental Ogilvanise Moreira de Moura e EEEF Prof Waldemar Ribeiro. Os materiais estão em desuso devido às novas rotinas digitais do PJPA.

A coleta seletiva garantiu tratamento ambiental adequado a 62.307,98 kg de resíduos sólidos no biênio, com a inclusão socioeconômica de cinco cooperativas de catadores de materiais recicláveis. As feiras de agricultura familiar retornaram em junho de 20/22, após o período da pandemia, com seis eventos.

O Núcleo Socioambiental foi constituído pela Portaria nº1822/2021-GP, de 31/05/2021, vinculado à estrutura orgânica da Presidência, em atendimento aos parâmetros do art. 15º, da Resolução nº400/2021, do CNJ.

Comitê coordena as ações para enfrentar a judicialização da saúde

Webinários, divulgação de cards e vídeos e reuniões na capital e no interior são algumas das iniciativas

O Comitê Estadual de Saúde promoveu o webinário de abertura da XVI Semana Nacional de Conciliação, com o tema “As soluções não adversais em matéria de Saúde”, organizado com o Nupemec, para fomentar a solução consensual nas demandas de saúde. O evento ocorreu em 08/11/2021, pela plataforma online da Escola Judicial do Poder Judiciário do Pará (EJPA), com as participações do juiz Homeero Lamarão, da promotora de Justiça Fábria de Melo Fournier, do advogado e procurador do município Bruno Cezar Nazaré de Feitas, da advogada Lylían Leal Garcia e a mediação da juíza Kátia Parente Sena. Uma jornada exclusiva sobre conciliação em saúde está sendo programada com o Nupemec.

AGENDA

Agenda institucional do TJPA em relação à judicialização da saúde planeja e distribui ao longo do ano cursos, eventos e reuniões sobre saúde pública e

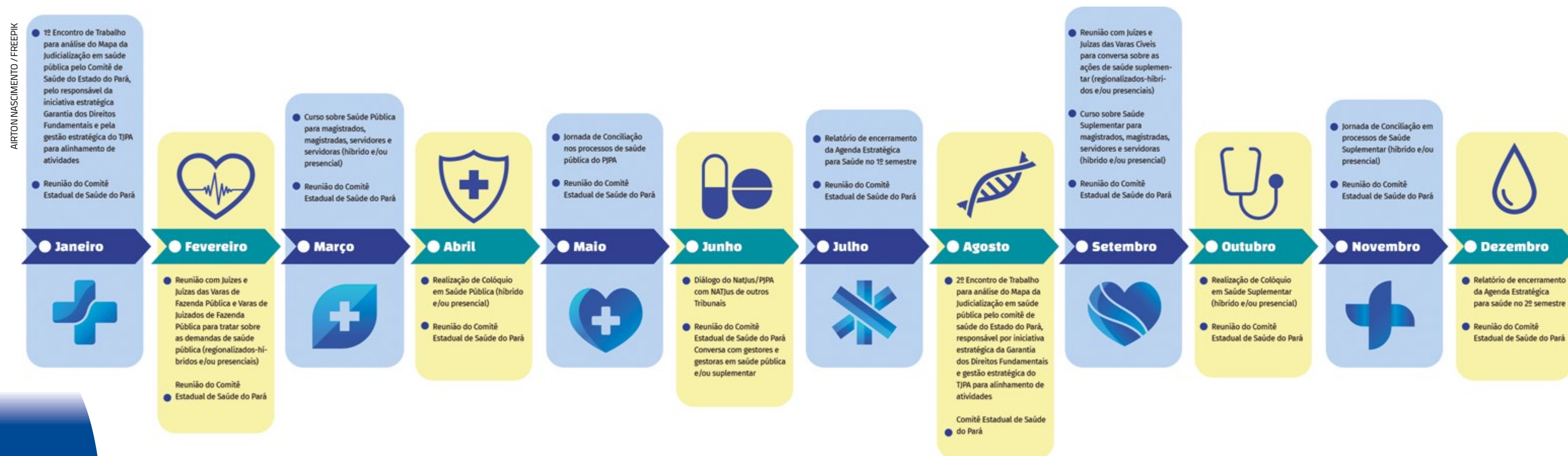
privada, ante a relevância dos temas no contexto do Poder Judiciário brasileiro, e os normativos do Conselho Nacional de Justiça.

A II Jornada de Conciliação em Direito à Saúde foi realizada de 4 a 8 de abril de 2022, de forma híbrida, nas Comarcas de Belém, Castanhal e Altamira

CONCILIAÇÃO

A II Jornada de Conciliação em Direito à Saúde foi realizada de 4 a 8 de abril de 2022, de forma híbrida, nas Comarcas de Belém, Castanhal e Altamira, para resolver as demandas de saúde de forma mais célere e concentrada e incrementar a cultura de solução consensual de conflitos. O evento foi organizado pelo 6º Cejusc da capital, com conciliadores (as) e procuradores (as) do Estado e municípios com acesso virtual às sessões e

Agenda estratégica anual para a Saúde



os (as) autores (as) e pessoas físicas interessadas compareceram na vara de origem do respectivo processo para ter acesso à sala virtual da sessão de conciliação.

COLÓQUIOS

Os colóquios de Saúde Pública foram realizados entre os dias 5, 12, 20 e 26 de abril de 2022, pela Escola Judicial, em formato virtual, e fomentaram a discussão de temas relacionados à saúde

pública, qualificaram e ofereceram apoio técnico especializado à atuação de operadores(as) de direito no sistema de saúde pública. Os colóquios trataram dos seguintes temas: O Cenário Atual da Saúde no Estado do Pará; Regulação do Acesso à Assistência em Saúde; Assistência Farmacêutica no Estado do Pará; O NatJus e as Notas Técnicas

E-NATJUS

A ferramenta e-Natjus foi adotada como único

meio para solicitação de notas técnicas a partir de julho de 2022, quando a presidência do Judiciário do Pará eliminou as demais possibilidades de requerimentos (via e-mail, malote digital ou expediente em sistema SigaDoc), aprimorando os fluxos de controle e corroborando com a pontuação do Poder Judiciário do Pará no Prêmio de Qualidade do CNJ, já que a utilização da plataforma vem sendo, desde o ano de 2020, item de pontuação no referido prêmio. Em observância ao Provimento nº 84 de 14/08/2019, e à Recomendação nº 92 de 29/03/2021, ambos do CNJ.



ÉRIKA MIRANDA

SANTARÉM E MARABÁ

O Comitê Estadual de Saúde do Pará promoveu reuniões com as autoridades da área jurídica e da saúde de Santarém, na região oeste do Estado, e Marabá, na região sudeste, com o objetivo de implantar comitês regionais de Saúde nessas localidades, conforme previsto no item 2 da letra g da Resolução nº 388/2021. A reunião em Santarém foi em 11 de agosto e em Marabá, no dia 5 de agosto. A coordenadora do Comitê Estadual de Saúde, juíza Kátia Parente Sena, explicou as competências do comitê, as institui-

ções participantes e as vantagens de um comitê regional. Também informou sobre o trabalho do NatJus, de sua relevância no auxílio aos magistrados e magistradas nas demandas de saúde, por meio de notas técnicas sobre medicamentos e tratamentos com base em evidências científicas, destacando a ferramenta e-NatJus, que possibilita a consulta pública das referidas notas técnicas por qualquer interessado ou interessada. A presidente do TJPA, Des. Célia Regina de Lima Pinheiro, participou de ambas as reuniões.

CONGRESSO MÉDICO

A participação no I Congresso de Direito Médico do CRM-PA, nos dias 24 e 25 de agosto de 2022, promoveu a interdisciplinaridade entre Direito e Saúde para que os profissionais saibam como o Poder Judiciário do Pará atua quanto à judicialização da saúde pública e privada, e as diretrizes firmadas pelo Conselho Nacional de Justiça, com a participação da juíza Kátia Parente Sena, na mesa-redonda redonda sobre "Judicialização e Juridicização da Saúde".

Juíza Kátia Parente e médico José Miguel Alves Jr. durante reunião com a Sepsa sobre a judicialização da saúde

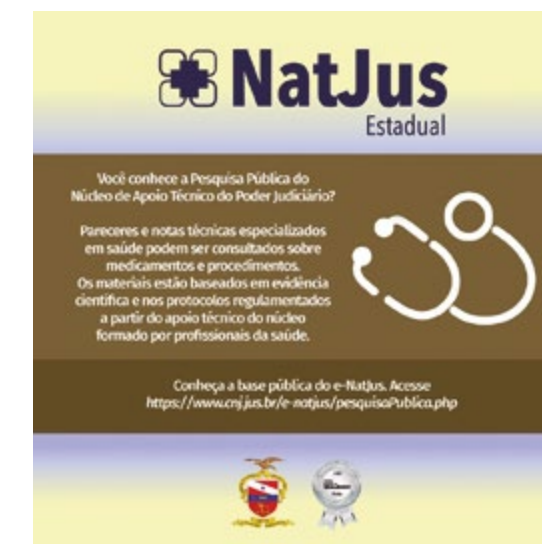
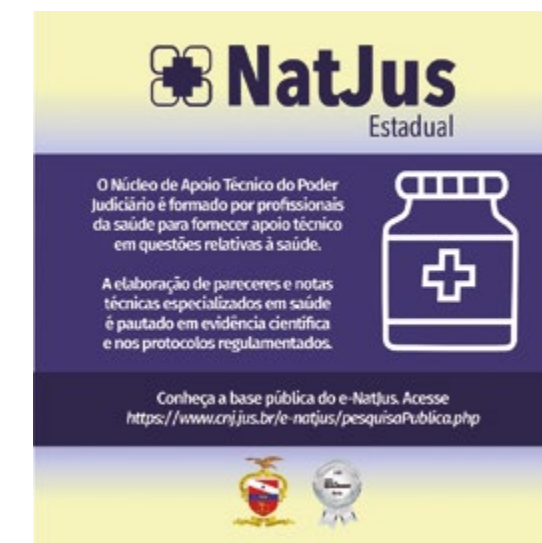
Cards para redes sociais digitais com a divulgação do NatJus Estadual

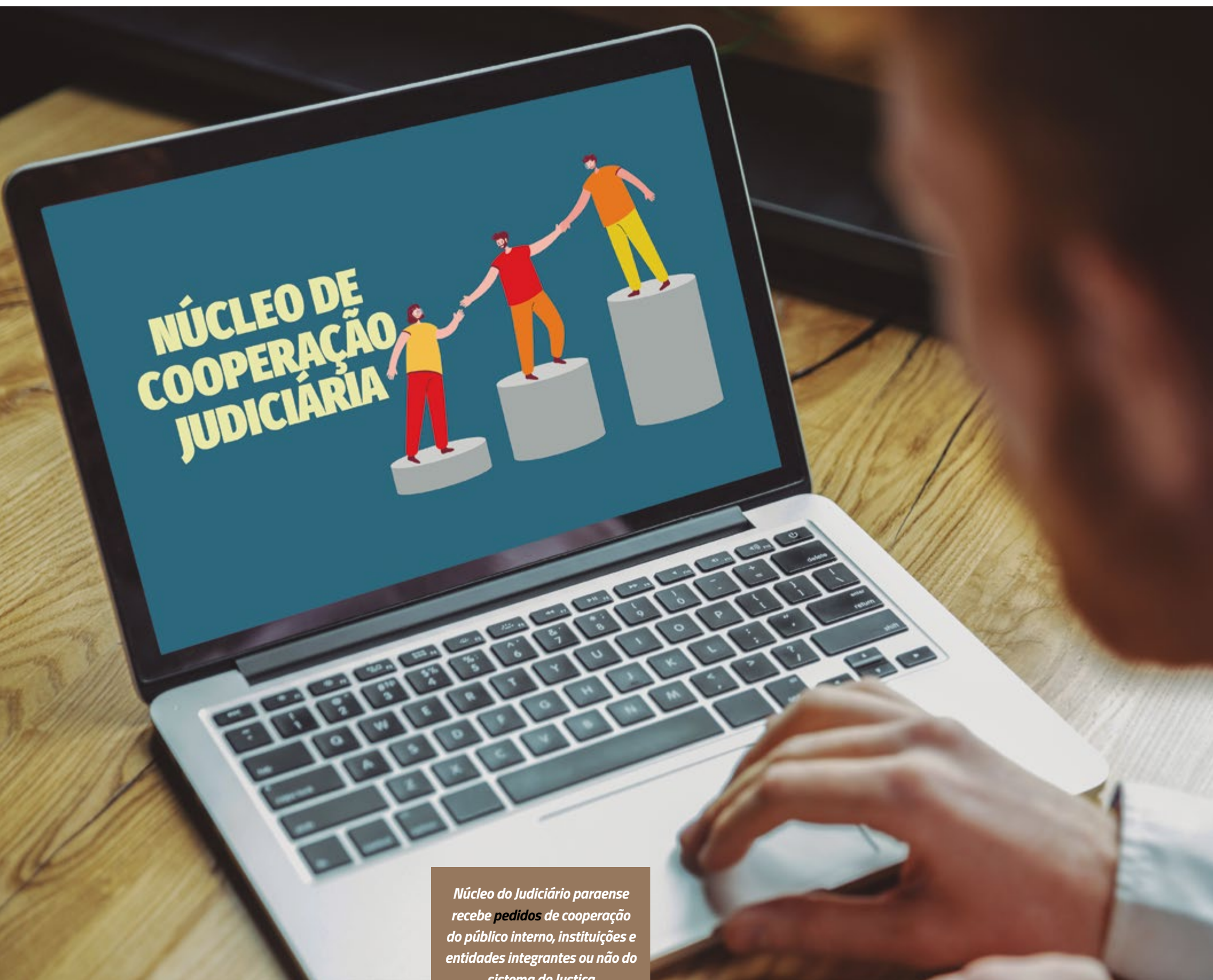
FORMAÇÃO

Exposição sobre judicialização da Saúde aos novos magistrados e às novas magistradas, em 25 de agosto, tratou sobre Judicialização da Saúde e esclareceu sobre a atuação do Comitê Estadual de Saúde do Pará e o funcionamento do NatJus e do e-NatJus aos novos magistrados e às novas magistradas, na Escola Judicial, durante curso de formação inicial.

DIVULGAÇÃO

Desde setembro de 2021, divulgação do NatJus e do e-NatJus por meio de cards e vídeo, com informações acerca da ferramenta, destacando a possibilidade de consulta pública de grande auxílio para as demais instituições que atuam nas demandas de saúde, como Ministério Público, Defensoria Pública e Advocacia.





Núcleo do Judiciário paraense recebe pedidos de cooperação do público interno, instituições e entidades integrantes ou não do sistema de Justiça

DROBOTDEAN / FREEPIK

COLABORAÇÃO

Cooperação técnica une tribunais da região Norte

Acordo foi firmado entre sete tribunais durante o I Encontro de Juízes (as) de Cooperação Judiciária promovido em Roraima

A cooperação judiciária facilita o diálogo interno entre magistrados e magistradas, unidades judiciais, tribunais ou mesmo entre os órgãos judiciários e operadores e operadoras do direito, partes do processo, com o objetivo de fazer cumprir atos judiciais, harmonizar e acelerar rotinas e procedimentos forenses. No biênio 2021-2023, o Núcleo de Cooperação Judiciária do Tribunal de Justiça do Pará coordenou as seguintes ações:

ACORDO

Acordo de Cooperação Técnica, firmado em 18 de julho de 2022, entre os Tribunais de Justiça da Região Norte (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Roraima, Rondônia e Tocantins) estabeleceu procedimentos e instrumentos de cooperação. O acordo visa à otimização da prestação jurisdicional, em trabalho conjunto com os demais Tribunais da Região Norte.

FAZENDA PÚBLICA

A 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas da Fazenda de Belém

firmaram, em 18 de abril de 2022, dois atos de cooperação de emenda à inicial para atacar as ações que tramitam nas Varas da Fazenda da Capital e envolvem as mesmas partes e com igual teor de pedido, ou ainda, que se refiram a imóveis rurais distintos e alegados ocupantes diferentes, conforme análise do sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe).

TUCURUÍ E BREU BRANCO

Juízes e juízas da 1ª e 2ª Varas Cível Empresarial de Tucuruí e da Vara Única de Breu Branco firmaram, em 2 de maio de 2022, ato de cooperação para dar prosseguimento a mais de 100 ações com pedidos de indenização por dano ambiental, contra a Eletronorte.

DPVAT

Juízes das 1ª e 2ª Varas Cíveis e Criminais e da Vara do Juizado Cível e Criminal da Comarca de Conceição do Araguaia firmaram acordo de cooperação, em 7 de maio, para possibilitar produção probatória mediante prova pericial em sessão única, em demandas envolvendo o Seguro DPVAT.

A cooperação judiciária tem o objetivo de fazer cumprir atos judiciais, harmonizar e acelerar rotinas e procedimentos forenses

FORMULÁRIO

O Núcleo de Cooperação Judiciária no TJPA disponibilizou, em 27 de maio, formulário eletrônico como mais um Canal de Comunicação, especialmente com o público externo, para otimizar o recebimento dos pedidos de cooperação e coletar informações de demandantes. Ele está disponível na página do Núcleo, no menu "Pedidos de Cooperação – Clique Aqui".

MASTER CLASS

Em 24 de março, houve a palestra master class “Cooperação Judiciária”, no auditório Desa. Maria Lúcia Gomes Marcos dos Santos, Anexo I do Edifício Sede do TJPA, sobre o novo papel da Justiça brasileira para simplificar as conexões e a ajuda mútua entre os Tribunais e outras entidades, integrantes ou não do sistema de justiça e as principais atribuições do Núcleo de Cooperação e suas aplicações concretas.

BANNERS E CARDS

Desde 15 de junho de 2022, o Núcleo de Cooperação Judiciária publica banners e cards nas redes sociais e nos portais do Poder Judiciário para chamar atenção do público e convidá-lo a interagir com o conteúdo que se deseja comunicar: diretrizes, atuações, meios de recebimento dos respectivos pedidos de cooperação etc. Os cards estão ativos na página inicial do portal do TJPA e no Instagram oficial da instituição.

PÁGINA WEB

Página web do Núcleo de Cooperação Judiciária apresenta as ações, boas práticas, composição, normativos, pautas e atas das reuniões, notícias e eventos, canal de comunicação, dentre outros. Está disponível no portal do TJPA desde 27.05.2022.

OFICINA

Oficina de capacitação interna, em 21 de março, ministrada pela professora Amanda Passos, Chefe de Gabinete no Ministério Público do Trabalho da 8ª Região, em ambiente virtual pela Plataforma Microsoft Teams, promoveu o tema da cooperação e ressaltou os principais pontos doutrinários e estudo de casos sobre o tema.

PLANO DE AÇÃO

Em 12 de agosto foi aprovado o plano de ação do Núcleo de Cooperação Judiciária do TJPA, cuja finalidade é fortalecer a atuação do Núcleo, identificando o responsável de cada etapa e o cronograma de cumprimento.

RICARDO LIMA



*Cooperação Judiciária
foi tema de Master
Class realizada pela
Escola Judicial*

Ouvidora Nacional da Mulher, desembargadora Tânia Reckziegel, e a ouvidora da Mulher do TJPA, desembargadora Rosi Maria Gomes de Farias, nas instalações do órgão



ÉRIKA MIRANDA

CANAL COM A SOCIEDADE

Ouvidoria da Mulher é um dos avanços da gestão

Ouvidoria Judiciária é um canal para reclamações, críticas, elogios, informações e sugestões para melhorar a transparência e a prestação jurisdicional

A Ouvidoria Judiciária do Estado do Pará esteve presente, de forma virtual, na reunião do Colégio Nacional de Ouvidores Judiciais, em 15/09/2021, que tratou do Grupo de Trabalho instituído pelo CNJ para atualizar as regras que disciplinam as Ouvidorias Judiciais, conforme o Provimento do CNJ nº 103/2010.

A Ouvidoria também solicitou à empresa OMD Soluções demonstração do Sistema de Gestão de Ouvidorias, que atende a todas as necessidades desta unidade, cuja proposta foi encaminhada à Presidência em 06/10/2021, através do Siga Doc PA-REQ-2021/11125. Antes, a Ouvidoria solicitou o apoio da Secretaria de Informática para elaborar um novo Sistema Eletrônico, para um maior controle dos prazos de respostas, em especial aos da Ouvidoria do CNJ.

Representantes da Ouvidoria Judiciária estiveram presentes no VII Encontro do Colégio de Ouvidores Judiciais, de 22 a 25 de novembro de 2022, em Macapá/AP

Em março de 2022, as servidoras da Ouvidoria Judiciária participaram do curso de aperfeiçoamento

“Acesso à Informação e Ouvidorias do Poder Judiciário”, do Conselho Nacional de Justiça.

A Ouvidoria Judiciária também esteve presente, de forma virtual, na reunião da Ouvidoria do Conselho Nacional de Justiça, cuja pauta foi a implementação da Resolução nº 432/2021 do CNJ; Funcionamento da Rede Nacional de Ouvidorias e Criação da Ouvidoria Nacional da Mulher, em 09 de março de 2022.

Foi instituída a Ouvidoria da Mulher por meio da Portaria nº 3740/2022-GP, de 05 de outubro, após ações desenvolvidas pela Ouvidoria Judiciária em cumprimento à Resolução nº 432/2021 do Conselho Nacional de Justiça.

Representantes desta Ouvidoria Judiciária também estiveram presentes, de forma presencial, no VII Encontro do Colégio de Ouvidores Judiciais, de 22 a 25 de novembro de 2022, em Macapá/AP.

JUSTIÇA NO CAMPO

Ouvidoria Agrária trabalha para fixar o trabalhador rural na terra

Entre as iniciativas destaca-se o casamento comunitário, que fortalece os laços familiares e valoriza a conquista da terra

No biênio de 2021-2023 as principais ações da Ouvidoria Agrária e os principais resultados foram:

AUDIÊNCIAS

● Em Tomé-Açu, em abril de 2022, para discutir soluções aos conflitos fundiários nos municípios de Tomé-Açu e Acará;

● Participação do Ouvidor Agrário em reuniões operacionais do Comando de Missões Especiais do Pará, em 2021;

● Reuniões mensais da Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem (CPMEAQLG), feitas por videoconferência em 2021 e 2022;

● Participação em audiências de promoção dos Direitos Humanos, do Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH), em 2021; e no Seminário Internacional: "Mineração, Empresas Transnacionais, Povos

O "Natal sem fome", em 2021, levou às famílias dignidade com promoção de direitos humanos e acesso à educação, a alimentos e a brinquedos

e Comunidades Tradicionais", em 2022.

JUIZES AGRÁRIOS

● Participação nas audiências em regiões agrárias do Estado e acompanhamento das ações de manutensão/reintegração de posse.

AÇÕES SOCIAIS

● Casamento Comunitário: Três edições no biênio 2021-2023, envolvendo 190 casais e 380 participantes;

● Distribuição de 250 cestas básicas para comunidades carentes das regiões agrárias, para promover dignidade e melhorias nas condições de vida;

● Emissão de documentos, entre os quais Certidão de Nascimento, RG, CPF, Carteira de Trabalho e Título de Eleitor, para a emissão de títulos de propriedade;

● Promoção do "Natal sem fome", em 2021, para levar às famílias dignidade com promoção de direitos humanos e acesso à educação, a alimentos e a brinquedos;

● Incentivo à educação religiosa e ao desenvolvimento de talentos nas comunidades do Mari-Mari, em Mosqueiro.



Inauguração do auditório da Ouvidoria Agrária

RICARDO LIMA

SEMINÁRIOS E CAPACITAÇÃO

● Realização do Seminário de Direito Agroambiental Amazônico "Conflitos Fundiários e o Direito Amazônico", em agosto de 2022, e palestra sobre "Revolução Agrária", apresentada na ADESG, em outubro de 2022.

RESULTADOS OBTIDOS

● Facilitação da regularização de imóveis rurais: tra-

balho desenvolvido em atendimento aos municípios das Varas Agrárias de Castanhal, Altamira, Marabá, Redenção e Santarém;

● Fixação do homem ao campo por meio do trabalho na agricultura: o casamento comunitário é um dos incentivos;

● Diminuição dos conflitos em âmbito agrário e fundiário: foram atendidos mais de 300 pedidos de provi-

dências e de informações de 2019 até a presente data;

● Atuação na conscientização e capacitação dos pequenos produtores;

● Elevação do nível cultural e humano do trabalhador no campo;

● Reinvenção da dinâmica de trabalho no campo através dos projetos sociais.

MÍDIA

Judiciário veiculou mais de 7,6 mil produtos de comunicação no biênio

Trabalho se divide em comunicação externa e interna e é veiculado nas diferentes plataformas em que o Judiciário interage com o público

A Coordenadoria de Imprensa, vinculada ao Departamento de Comunicação, tem como principal atribuição a produção diária de matérias jornalísticas e conteúdos de Comunicação sobre o Poder Judiciário do Pará, publicadas em diferentes plataformas, mídias e meios de comunicação. Esse trabalho está dividido em duas grandes áreas: a comunicação externa e a comunicação interna. Cerca de 7.645 matérias jornalísticas e produtos de comunicação, como materiais audiovisuais e vídeos com recursos de acessibilidade e peças gráficas para as redes sociais digitais foram produzidas no biênio 2021-2023.

O Departamento de Comunicação é formado pela Coordenadoria de Cerimonial e pela Coordenadoria de Imprensa

COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL

Assessoria de imprensa

Produção de textos, sugestões de pautas, atendimento às demandas da imprensa e produção de clipping e relatório mensal sobre as notícias do TJPA.

Foram publicadas **4.303** matérias entre espontâneas (por iniciativa dos jornais e portais de notícias) e provocadas pela Coordenadoria de Imprensa.

- Notícias impressas: **2.313**
- Notícias digitais: **1.990**
 - Notícias espontânea: **3.221**
 - Notícias provocadas: **1.080**
 - Notícias positivas: **903**
 - Notícias neutras: **3.359**
 - Notícias negativas: **40**



Sessões do Tribunal Pleno, vídeos e eventos institucionais contam com intérprete de Libras

RICARDO LIMA

Matérias e fotos para o Portal

- Notícias publicadas no Portal: **2.763**
- Portal Externo: **1.301**
- Portal Interno: **261**
- Ambos: **1.201**

FONTE: COORDENADORIA DE IMPRENSA

Perfis em redes sociais digitais

Campanhas educativas, serviços e informes no Facebook, Instagram, Youtube, Flickr e audiovisuais digitais em listas de transmissão no WhatsApp

Facebook
● Seguidores: **16.250**

Instagram
● Seguidores: **32.335**

Twitter
● Seguidores: **3.337**

Web Rádio Jus

Matérias produzidas pela Web Rádio Jus e distribuídas a rádios de todo o país por meio da Agência Rádio Web

- Reportagens e notas: **548**
- Acesso e aproveitamentos por outras rádios (comerciais, comunitárias e educativas): **9.460**

COMUNICAÇÃO INTERNA

Mídia indoor - TVER

● Exibição de vídeos de interesse público em cerca de **200 monitores** da empresa TVER, instalados em shoppings, acadêmicas, livrarias.

Mídia indoor

● Produção de **152 vídeos**

Matérias e fotos para o Portal Interno

● Notícias publicadas: **261**

FONTE: COORDENADORIA DE IMPRENSA

A Coordenadoria de Imprensa promoveu curso intitulado Mídias e Judiciário: o contexto da Comunicação Institucional para magistrados(as), por meio da Escola Judicial do Pará, em agosto de 2022. Com a carga-horária de 8h, o curso, oferecido na modalidade on-line, teve objetivo de capacitar magistrados e magistradas do Poder

Judiciário do Pará para atuar de forma adequada e preventiva em situações de comunicação e desinformação diante da imprensa e das redes sociais digitais.

A formação foi uma das etapas concluídas no Plano de Gestão do biênio 2021-2023, no macrodesafio Fortalecimento da Relação Institucional do Judiciário com a Sociedade, na ação Aprimorar a comunicação interna e externa, além de atender à Resolução nº 305, de 17 de dezembro de 2019, do Conselho Nacional de Justiça.

O coordenador de Imprensa, servidor Will Montenegro, e a analista judiciária, servidora Vanessa Vieira, conduziram o curso

ÉRIKA MIRANDA



Peça gráfica integra material visual da campanha Você Faz o Judiciário

ARTE: GABRIELA MONTEIRO / FOTO: AIRTON NASCIMENTO

ACESSIBILIDADE

Audiovisuais (Vídeos)

- Legenda: **119**
- Audiodescrição: **73**
- Libras: **66**

Matérias jornalísticas disponibilizadas em formato acessível

- Descrição de imagens: **703**
- Texto sonoro (transcrição textual): **681**

FONTE: COORDENADORIA DE IMPRENSA

CAMPANHA VOCÊ FAZ O JUDICIÁRIO

A campanha “Você faz o Judiciário!”, desenvolvida pelas equipes de Comunicação do TJPA, foi veiculada diariamente em todas as mídias para reconhecer e valorizar o que é desenvolvido no Judiciário do Pará em equipe e estimular o orgulho de integrar esse trabalho. Com planejamento, espírito de colaboração, esforço constante e procedimentos padronizados foi

possível reduzir o estoque de processos e aumentar o número de baixas. O objetivo foi valorizar o ambiente, os equipamentos, os (as) colegas, as ideias e os desafios diários do trabalho para melhorar, aprimorar e atualizar o esforço conjunto, extremamente forte e competente, para que o Judiciário do Pará possa cumprir sua missão institucional

CERIMONIAL

A Coordenadoria de Cerimonial compõe o Departamento de Comunicação do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) e é responsável pelo planejamento, organização, assessoramento e execução dos eventos institucionais, voltados a magistrados (as) e servidores (as),

ao público externo ou à comunidade interna, entre as quais solenidades de outorga de grau, posses, inauguração de Fóruns e de outros espaços, instalação de Varas e unidades judiciárias e implantação de projetos, “aulas magnas” e as demais atividades institucionais.

AÇÕES DO CERIMONIAL EM 2022

EVENTOS	MANIFESTAÇÕES PÚBLICAS COM LIBRAS	CORRESPONDÊNCIAS GERAIS (E-mails, Telegramas e cartão)	ENTREGA/ CONVITES (protocolo)	LAYOUTS/ CERTIFICADOS/ CARDS/ VíDEOS/ PRODUÇÕES GRÁFICAS
234	Sessão de Julgamento : 37 Eventos em Geral: 27	5.523	1.179.738 convites virtuais 1.080 convites impressos Total: 1.180.818	1.677

FONTE: COORDENADORIA DE CERIMONIAL

RICARDO LIMA



Eventos institucionais presenciais e virtuais são conduzidos pela equipe de Cerimonial



Desa. Célia Pinheiro recebeu medalha da Ordem do Mérito Naval no 4º Distrito



Entrega do auditório da Ouvidoria Agrária



Revitalização do Fórum Criminal de Belém



Inauguração da Galeria de Diretores e Diretoras do Fórum de Ananindeua



O Museu do Judiciário Paraense abriu as portas à visitação pública em seu novo espaço da Casa Amarela, situado à avenida Nazaré, esquina com a Travessa Rui Barbosa, nº 582, em Belém.



Implantação das Unidades de Processamento Judicial Cível e Criminal de Santarém

RICARDO LIMA



Instalação do 3º Cejusc da Capital - Empresarial

RICARDO LIMA



Ouvidoria da Mulher é instalada na Casa Amarela

ÉRIKA MIRANDA



Revitalização do imóvel Casa de Justiça e Cidadania

RICARDO LIMA

INFRAESTRUTURA

Judiciário investiu mais de R\$ 44 milhões em obras

Objetivo é melhorar a prestação jurisdicional e ampliar a capacidade de serviço das unidades judiciais no interior e na capital

No biênio 2021-2023, o Tribunal de Justiça do Pará concluiu 14 de 27 obras de infraestrutura na capital e no interior, com um investimento total de R\$ 44,4 milhões, excetuando-se o custo referente à construção do Fórum de Altamira, na região do Xingu, cujos valores são de responsabilidade da Norte Energia, decorrentes de Acordo de Cooperação Técnica, conforme pode ser constatado no quadro a seguir.

Com um investimento aproximado de R\$ 710 mil, o Fórum de Muaná, no arquipélago do Marajó, cujo prédio foi destruído por incêndio, ficou com 294 m² de área construída.

OBRAS CONCLUÍDAS E EM EXECUÇÃO

ITEM	CONTRATO	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)	STATUS
1	CONTRATO 042/2019	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO ANEXO II DO PRÉDIO SEDE DO TJPA, BELÉM-PA. (68% no biênio anterior e 32% no biênio atual)	8.309.277,34	100% EXECUTADA
2	CONTRATO 039/2020	OBRA DE ADEQUAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE 3 UPS NO FÓRUM CÍVEL DE BELÉM-PA. (75% no biênio anterior e 25% no biênio atual)	749.701,28	100% EXECUTADA
3	CONTRATO 024/2020	OBRA DE REFORMA DO FÓRUM DA COMARCA DE MUANÁ-PA. (62% no biênio anterior e 38% no biênio atual)	710.935,61	100% EXECUTADA
4	CONTRATO 011/2021	OBRA DE RECOMPOSIÇÃO DA ESTRUTURA PARA ADEQUAÇÃO DE CAPACIDADE DE CARGA AOS ESFORÇOS SOLICITANTES DO BLOCO III DO FÓRUM DE ANANINDEUA-PA.	83.947,69	100% EXECUTADA
5	CONTRATO 012/2021	OBRA DE REVITALIZAÇÃO DO PRÉDIO DOS DESEMBARGADORES, BELÉM-PA.	310.123,23	100% EXECUTADA



ITEM	CONTRATO	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)	STATUS
6	CONTRATO 042/2021	OBRA DE ADEQUAÇÃO PARA ACESSIBILIDADE NO IMÓVEL DA VEPMA - FÓRUM CRIMINAL DE BELÉM-PA.	361.959,65	100% EXECUTADA
7	CONTRATO 043/2021	OBRA DE CONSTRUÇÃO DE ETE (ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO) E RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EXTERNA NO EDIFÍCIO SEDE, BELÉM-PA.	731.534,10	100% EXECUTADA
8	CONTRATO 053/2021	OBRA DE REVITALIZAÇÃO DA FACHADA E IMPERMEABILIZAÇÃO DO FÓRUM CRIMINAL DE BELÉM-PA.	453.663,64	100% EXECUTADA
9	CONTRATO 060/2021	OBRA DE INFRAESTRUTURA PARA A INSTALAÇÃO DE COMPONENTES ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS (CFTV) DESTINADOS A PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO DO PRÉDIO ARQUIVO NA CIDADE VELHA, BELÉM-PA.	58.979,63	100% EXECUTADA
10	CONTRATO 068/2021	OBRA DE CONSTRUÇÃO DE RESERVATÓRIO ELEVADO NO FÓRUM DE AFUÁ-PA.	114.000,08	100% EXECUTADA
11	CONTRATO 078/2021	OBRA DE REFORMA DAS INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO DO FÓRUM CÍVEL DE BELÉM-PA.	595.179,56	100% EXECUTADA
12	CONTRATO 079/2021	OBRA DE REFORMA DAS INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO DO FÓRUM DE CASTANHAL-PA.	269.846,70	100% EXECUTADA

FONTE: SEENG

ITEM	CONTRATO	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)	STATUS
13	CONTRATO 008/2022	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM DE XINGUARA-PA (TED GOV. DO ESTADO).	6.213.025,72	100% EXECUTADA
14	CONTRATO 037/2022	OBRA DE REVITALIZAÇÃO DO FÓRUM DISTRITAL DE ICOARACI, BELÉM-PA.	173.901,76	100% EXECUTADA
15	COOPERAÇÃO TÉCNICA 004/2015	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM DE ALTAMIRA- PA. (Termo de Cooperação Técnica N° 004/2015 – TJPA e NORTE ENERGIA S.A. – Recurso custeado pela Empresa Norte Energia S.A.)	17.693.257,61	OBRA RETOMADA EM 2021 1ª ETAPA EXECUTADA (Previsão de conclusão da 2ª Etapa - março/2023)
16	CONTRATO 073/2021	OBRA DE REFORMA PARCIAL - PRÉDIO PRINCIPAL DO SEDE, BELÉM-PA.	205.061,77	76% EXECUTADA
17	CONTRATO 026/2022	OBRA DE REFORMA DAS INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO DO FÓRUM DE SANTARÉM-PA.	387.999,89	85% EXECUTADA
18	CONTRATO 024/2022	OBRA DE REFORMA DAS INSTALAÇÕES DE PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIO DO FÓRUM CRIMINAL DE BELÉM-PA.	1.144.925,30	76% EXECUTADA
19	CONTRATO 023/2022	OBRA DE REFORMA, REVITALIZAÇÃO E RESTAURO DO PRÉDIO SEDE DO TJPA, BELÉM-PA.	2.119.081,42	98% EXECUTADA
20	CONTRATO 091/2021	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM DE SALINÓPOLIS-PA (TED GOV. DO ESTADO).	5.141.059,96	37% EXECUTADA
21	CONTRATO 081/2022	OBRA DE REFORMA DO FÓRUM DE CAMETÁ-PA.	447.888,13	35% EXECUTADA
22	CONTRATO 078/2022	CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM DE SÃO FÉLIX DO XINGU-PA (TED GOV. DO ESTADO).	3.551.157,82	34% EXECUTADA
23	CONTRATO 041/2022	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO ANEXO AO FÓRUM DE MARITUBA-PA.	4.115.078,23	22% EXECUTADA
24	CONTRATO 058/2022	OBRA DE AMPLIAÇÃO E REFORMA DO FÓRUM DE ORIXIMINÁ-PA	2.619.181,55	22% EXECUTADA
25	CONTRATO 042/2022	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM DE SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ-PA.	2.935.556,85	20% EXECUTADA
26	CONTRATO 040/2022	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM DE CONCÓRDIA DO PARÁ	1.816.835,16	18% EXECUTADA
27	CONTRATO 088/2022	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO MURO DE ARRIMO E DRENAGEM DO FÓRUM DE MEDICILÂNDIA-PA.	875.248,75	CONTRATADA – EM INÍCIO DE EXECUÇÃO

FONTE: SEENG

UPIS

Foram feitas adequações para instalar três Unidades de Processamento Judicial (UPI) das Varas Cíveis e Empresariais no 1º e 2º andares do Fórum Cível da Capital. Valor total de R\$ 749,7 mil.

ANEXO II

O edifício apresenta 2.204,47m² de área construída, em dois pavimentos, com auditório para 612 lugares na plateia e até 16 autoridades à mesa e mais dois oradores (as), dividido em 346 lugares fixos, mais espaço para 14 cadeirantes e 252 cadeiras móveis, que podem ser redistribuídas em três salas multiuso, entre outros ambientes. No andar superior funciona a Corregedoria Geral de Justiça. Investimento de R\$ 8,3 milhões.

ANANINDEUA

Concluída em outubro de 2021, a recomposição da estrutura para adequar a capacidade de carga no Bloco III do Fórum de Ananindeua foi necessária devido a várias manifestações patológicas no prédio. Laudo de verificação do projeto estrutural e de monitoramento da estrutura constatou que alguns elementos necessitavam de intervenções para adequar a capacidade de carga estrutural aos esforços exigidos. A obra foi concluída em outubro de 2021, com um investimento total de R\$ 83,9 mil.

Obra de **recomposição** da estrutura do bloco III do Fórum de Ananindeua



MUANÁ

A reforma do Fórum de Muaná, concluída no final de 2021, foi feita após o incêndio nas instalações da unidade. Houve reaproveitamento estrutural e acréscimo na edificação para atender às necessidades de um Fórum de Vara Única. O Fórum tem 294 m² de área construída e exigiu um investimento aproximado de R\$ 710 mil.

PRÉDIO DOS (DAS) DESEMBARGADORES (AS)

Concluída em meados de 2022, a obra recuperou o aspecto do Prédio dos Desembargadores, deteriorado pela ação das chuvas e fungos, com um investimento de pouco mais de R\$ 310 mil.



Obra de reforma do Fórum da Comarca de Muaná

FOTOS: RICARDO LIMA

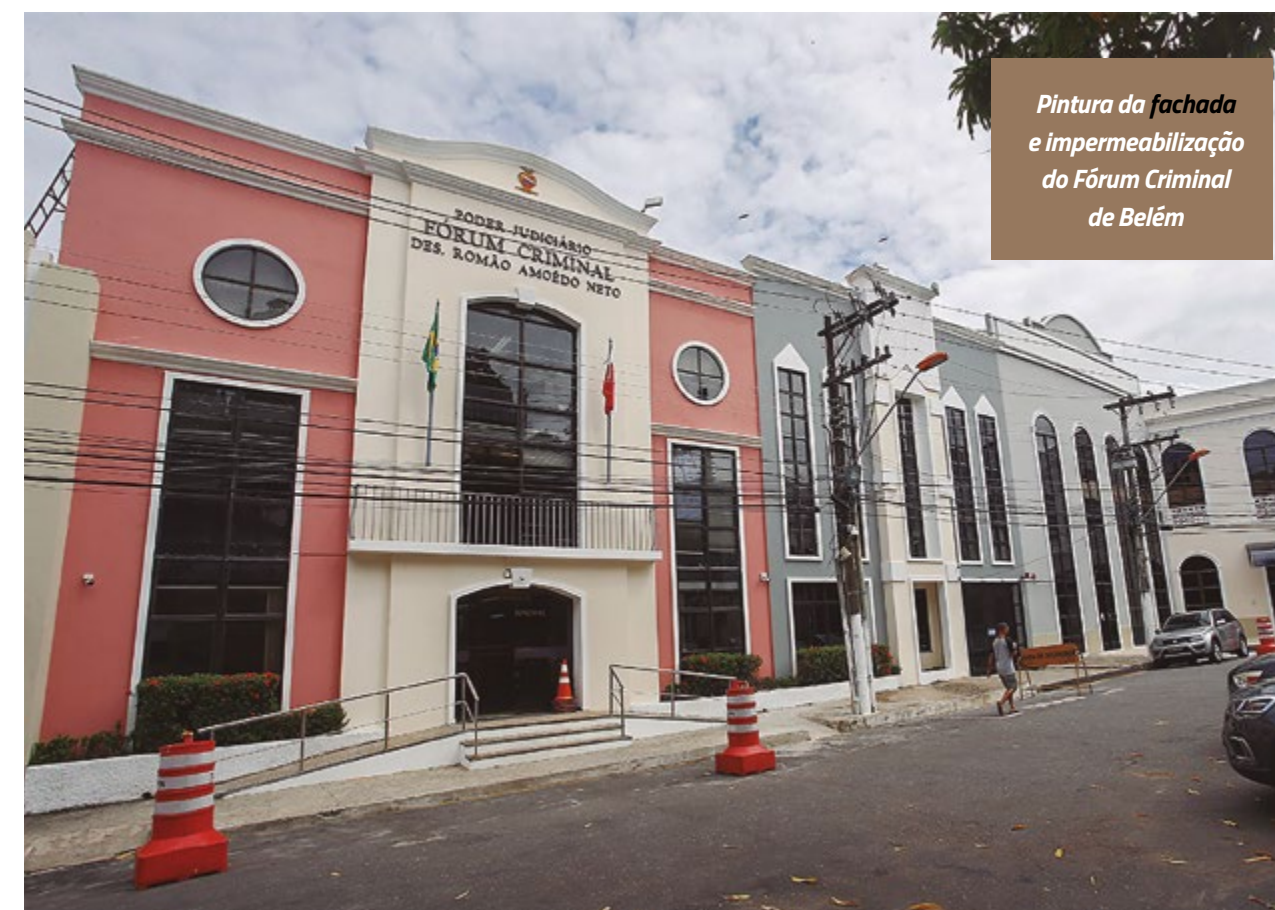


Obra de infraestrutura para instalação de componentes elétricos e eletrônicos no prédio do Arquivo da Av. 16 de Novembro

ÉRIKA MIRANDA



Obra de pintura do prédio dos Gabinetes de Desembargadores e Desembargadoras



Pintura da fachada e impermeabilização do Fórum Criminal de Belém

RICARDO LIMA

ARQUIVO

A obra de Infraestrutura e Combate a Incêndio e instalações de segurança patrimonial por meio de Circuito Fechado de TV (CVTV) atualizou e modernizou a infraestrutura de prevenção e combate a incêndio e pânico, com a adequação às normas vigentes e maior segurança ao prédio da Avenida 16 de Novembro, com investimento de R\$ 58,9 mil.

FÓRUM CRIMINAL

Foi feita pintura da fachada do conjunto arquitetônico do Fórum Criminal e impermeabilização das lajes e fachadas dos blocos A e B. O envelhecimento da pintura e os numerosos pontos de infiltração na fachada e zonas do segundo pavimento dos dois blocos justificam a execução da reforma. Obra no valor de R\$ 453,6 mil.



Adequação para acessibilidade no imóvel do Fórum Criminal - Vara de Penas e Medidas Alternativas



Construção de reservatório elevado no Fórum de Afuã



ACESSIBILIDADE

Empresa especializada executou a reforma para adequar o imóvel da Vara de Execução Penal de Medidas Alternativas (VEPMA), no Fórum Criminal, e garantir acessibilidade a seus usuários e usuárias, conforme estabelece a NBR 9050, que dispõe sobre acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. O valor total foi de R\$ 361,9 mil.

AFUÃ

A construção do reservatório elevado no Fórum da Comarca de Afuã foi feita por empresa especializada, depois que a torre de sustentação anterior, de madeira, apresentou estrutura e capacidade de carga comprometidas. A nova torre em concreto armado garante maior segurança e durabilidade ao reservatório. Com investimento de R\$ 114 mil.



Reforma das instalações de prevenção e combate a incêndio do Fórum de Castanhal

CASTANHAL

Aprovada pelo Corpo de Bombeiros, a reforma das instalações de prevenção e combate a incêndio do Fórum de Castanhal, na região nordeste do Estado, atualizou o sistema, sem mudanças na disposição de ambientes ou mesmo acréscimo de áreas, com o objetivo de garantir maior segurança ao prédio. Obra concluída, restando apenas pendências documentais. O investimento foi de R\$ 269,8 mil.

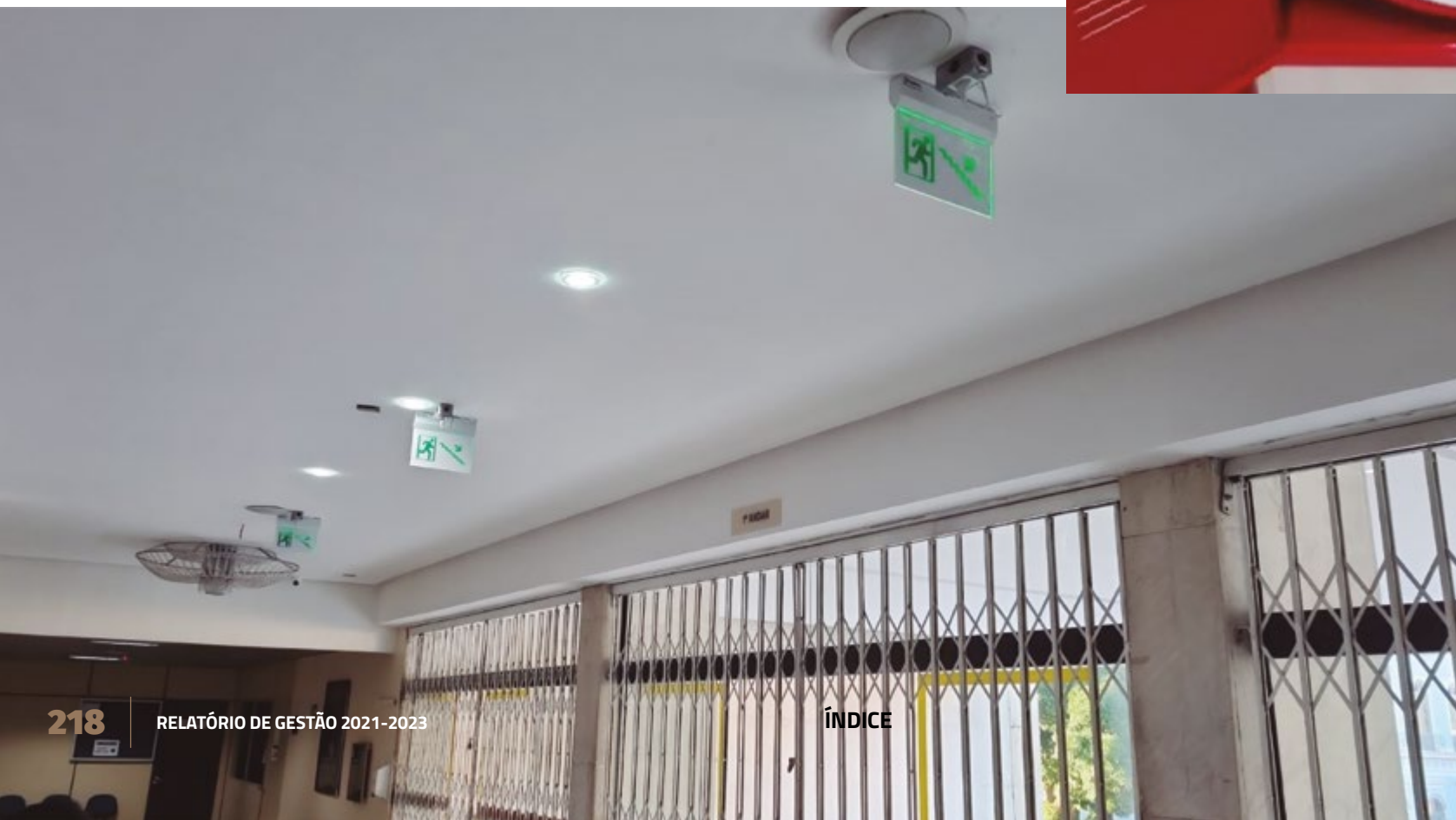




FÓRUM CÍVEL

A reforma das instalações de prevenção e combate a incêndio no Fórum Cível incluiu a substituição de esquadrias das circulações por elementos novos e adequados às normas vigentes e substituição de forro em boa parte do terceiro pavimento do bloco principal. Com investimento de R\$ 595,1 mil.

Reforma das instalações de prevenção e combate a incêndio do Fórum Cível de Belém



Construção do novo Fórum de Altamira

Revitalização do Fórum Distrital de Icoaraci

ALTAMIRA

A construção do novo Fórum na Comarca de Altamira é executada a partir do Termo de Cooperação Técnico-Financeira N° 004/2015-TJPA, celebrado entre o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) e a Norte Energia S.A., em janeiro de 2015. A Norte Energia é responsável pelo financiamento dos R\$ 17.693.257,61 referentes à infraestrutura física, além da aquisição de elevadores, sistema de climatização e grupo gerador. O mobiliário é de responsabilidade do TJPA. Iniciada em junho de 2018, em maio de 2020 a obra foi paralisada devido a problemas entre a Norte Energia e a contratada para a execução. Foi retomada em outubro de 2021, após um 4º Aditivo ao Termo de Cooperação Técnico Financeiro suprimir a construção de um pavimento do Fórum e dividir a obra em duas etapas, com a conclusão da 2ª etapa prevista para maio de 2023.

ICOARACI

A revitalização do Fórum Distrital consistiu na pintura das fachadas do conjunto arquitetônico, das paredes internas das áreas de circulação e de algumas salas do 1º e 2º pavimentos. Obra no valor de R\$ 173,9 mil.



XINGUARA

A revitalização do Fórum Distrital de Xinguara se deve às limitações de infraestrutura física para ampliar serviços e garantir segurança a jurisdicionados (as), magistrados (as) e servidores (as): não há circulações restritas para réus e a acessibilidade é prejudicada por barreiras. O Fórum atende mais de 30 mil habitantes dos municípios da 4ª Região Judiciária e adjacências, a maioria sem acesso a serviços jurisdicionais de forma célere e a orientações jurídicas. As novas instalações atendem à Justiça comum e aos Juizados Especiais, além garantir orientações jurídicas sobre ações de alimentos, cobrança, conversão de união estável em casamento, cumprimento de obrigação de fazer, execução de alimentos, investigação de paternidade, audiências de conciliação, instrução e julgamento de natureza criminal e cível. O valor da obra é de R\$ 6,2 milhões. A obra foi viabilizada por meio de do Protocolo de Intenção assinado na gestão do biênio 2019-2021, que resultou no Termo de Cooperação Técnica com o Governo do Estado do Pará no biênio 2021-2023.



Construção do novo Fórum de Xinguara

Construção da Estação de Tratamento de Esgoto e recuperação de pavimentação externa do edifício-sede

ETE

A construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), com capacidade para 1.500 pessoas, no prédio-sede, regulariza a situação de colapso na infraestrutura do sistema de esgoto, diante da crescente demanda que gerou a necessidade de coletas semanais com caminhões limpa-fossas. A obra também faz o reparo da pavimentação de parte do estacionamento anexo, da área próxima à entrada da presidência e na área de circulação de serviços, deteriorados pelo trânsito de veículos e por acomodação do solo. Valor total de R\$ 731,5 mil.

CAMETÁ

O Fórum da Comarca de Cametá está em reforma na infraestrutura hidrossanitária, drenagem, cobertura e reorganização de espaços para a instalação de banheiros acessíveis. A prioridade é a construção de caixa d'água com castelo elevado, cisterna e poço artesiano para o abastecimento de água potável no imóvel, precário devido à deficiência de abastecimento de água. Obra contratada por R\$ 447,8 milhões, com 35% executados e conclusão prevista para o primeiro semestre de 2023. O Fórum de Cametá tem 687 m² de área construída.



Reforma das instalações de prevenção e combate a incêndio do Fórum de Santarém

SANTARÉM

A reforma das instalações de prevenção e combate a incêndio no Fórum de Santarém atualizou e modernizou a prevenção e combate a incêndio e pânico, adequando-as às normas vigentes e garantindo maior segurança aos jurisdicionados, servidores e magistrados. Obra no valor de R\$ 387,9 mil.

MEDICILÂNDIA

A construção de um muro de arrimo em concreto armado conterà o talude e reforçará a segurança da estrutura da edificação contra movimentações do maciço de terra na divisa do terreno, cujo perfil geológico tem elevados desníveis entre as ruas. Será feita drenagem de águas pluviais e adequação do sistema de esgoto, com estação de tratamento para evitar erosão no terreno. O custo é de R\$ 875,2 mil, com prazo de execução de quatro meses.

SEDE

A reforma parcial do prédio sede consistiu em manutenção e adequações para torná-lo mais seguro e resistente a temporais, ante a grande quantidade de chuva, acompanhada de rajadas de vento que ultrapassam os 30 km/h, com infiltração de água pelas janelas antigas, forros e paredes e alagamento constante nos ambientes. A sede do TJPA é edificação tombada em 1982, como "Conjunto Arquitetônico do Instituto Lauro Sodré", por meio do Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural/DPHAC, da esfera estadual, sujeito à Lei Nº 5629/1990, que trata da Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Pará, o que reforça a necessidade de intervenções pontuais constantes que envolvem mão de obra especializada por se tratar de edifício histórico, tarefa complexa, pois exige serviços em grandes alturas e em superfícies com adornos de época. Valor da obra R\$ 205 mil.

Reforma, revitalização e restauro do prédio principal da sede do TJPA

ÉRIKA MIRANDA



ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO 2021-2023

221



Reforma das instalações de prevenção e combate a incêndio do Fórum Criminal de Belém

FÓRUM CRIMINAL

A obra atualizou e modernizou as instalações de prevenção e combate a incêndio e pânico do Fórum Criminal na Capital, adequando-as às normas vigentes e garantindo maior segurança aos jurisdicionados, servidores e magistrados. Valor de R\$ 1,1 milhão.

SALINÓPOLIS

A construção do novo Fórum da Comarca responde ao crescimento local e às atividades a serem instaladas, com procedimentos da Justiça comum, Juizado Especial e Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejus). A obra fortalece e amplia a capilaridade da prestação jurisdicional, garante acesso a direitos e serviços, a proteção e inclusão de vulneráveis e orientações jurídicas e educacionais à defesa e à não violação dos direitos humanos. Obra no valor de R\$ 5,1 milhões. A obra foi viabilizada por meio de do Protocolo de Intenção assinado na gestão do biênio 2019-2021, que resultou no Termo de Cooperação Técnica com o Governo do Estado do Pará no biênio 2021-2023.

Construção do novo Fórum de Salinópolis



COMPLEMENTAÇÃO

Como complementação da obra de reforma parcial do edifício sede do TJPA, a revitalização e restauro recuperou a padronagem interna e externa, esquadrias em madeira danificadas na fachada e no corpo do prédio e as coberturas das alas posteriores. Valor da obra R\$ 2,1 milhões.

SÃO FÉLIX DO XINGU

Com cerca de 120 mil habitantes, a maioria sem acesso à prestação jurisdicional de forma célere e direta, São Félix do Xingu, no sudeste paraense, terá um novo Fórum adequado para garantir acesso a direitos e serviços e proteção e inclusão de vulneráveis. Valor da obra, R\$ 3,9 milhões. A obra foi viabilizada por meio de do Protocolo de Intenção assinado na gestão do biênio 2019-2021, que resultou no Termo de Cooperação Técnica com o Governo do Estado do Pará no biênio 2021-2023.

SANTO ANTÔNIO DO TAUÁ

O Fórum atual, instalado na antiga residência oficial adaptada para essa finalidade, não atende mais às necessidades exigidas das instalações físicas do TJPA. O novo Fórum centralizará os serviços, com possibilidade de expansão futura. Valor total da obra, R\$ 2,9 milhões.



Construção do novo Fórum de São Félix do Xingu



Construção do novo Fórum de Santo Antônio do Tauá



ÍNDICE



Ampliação e reforma do Fórum de Oriximiná



Construção do prédio-anexo ao Fórum de Marituba

ORIXIMINÁ

Iniciada recentemente, a obra consiste na reforma geral do Fórum, com área construída de 256,80m², e ampliação de sua infraestrutura, com um Anexo no mesmo terreno, com 491,54m² de área construída. Ao término da obra, Oriximiná terá um Fórum com 748,34m² de área construída, uma ampliação aproximada de 191%. Será instalada a Vara Criminal com estrutura completa de trabalho, salão de Júri, acessibilidade a pessoas com deficiência, entre outros ambientes necessários ao bom funcionamento do Fórum, que serão criados ou reestruturados. Obra no valor de R\$ 2,6 milhões.

MARITUBA

O imóvel ao lado do Fórum de Marituba foi adquirido pelo TJPA para a ampliação do prédio, que atualmente não dispõe de sala para sessões do Tribunal do Júri e precisa adequar a carceragem para aprimorar a segurança institucional. Obra no valor de R\$ 4,1 milhões.

CONCÓRDIA DO PARÁ

Após um incêndio em fevereiro de 2017, o Fórum de Concórdia do Pará funciona na antiga residência oficial da Comarca, sem área suficiente para garantir todos os ambientes necessários à prestação jurisdicional. A obra foi iniciada recentemente e está orçada em 1,8 milhão.

Construção do novo Fórum de Concórdia do Pará



OBRAS EM LICITAÇÃO E/OU CONTRATAÇÃO

ITEM	CONTRATO	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL (R\$)	STATUS
1	LICITAÇÃO	OBRA DE CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO ANEXO AO FÓRUM DE CASTANHAL	8.277.126,90	EM LICITAÇÃO
TOTAL			8.277.126,90	

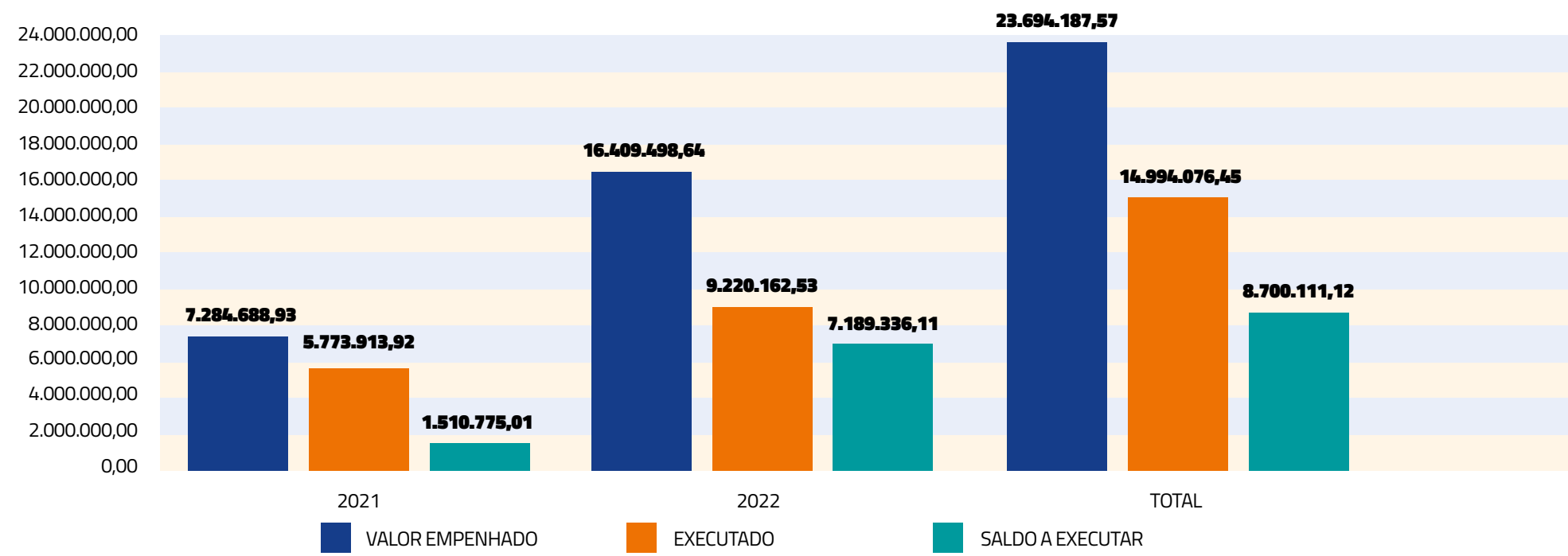
FONTE: SEENG

PROJETOS EM ANDAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	ÁREA (M²)	STATUS
1	CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM DE CAPANEMA	966,78	EM PROJETO
2	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO ANEXO AO FÓRUM DE MARABÁ	409,16	EM PROJETO
3	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO FÓRUM DE IRITUIA	350,00	EM PROJETO
4	CONSTRUÇÃO DE PRÉDIO INSTITUCIONAL VISANDO AMPLIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA JUDICIÁRIA DO 1º GRAU EM BELÉM	1.600,00	EM PROJETO
5	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO FÓRUM DE PRAINHA	550,00	EM PROJETO
6	REFORMA PARA IMPLANTAÇÃO DE PÓRTICO DE ENTRADA NO FÓRUM DE SANTA IZABEL	400,00	EM PROJETO
7	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO FÓRUM DE BREU BRANCO	702,51	EM PROJETO
8	CONSTRUÇÃO DO NOVO FÓRUM DE CURIONÓPOLIS	720,00	A INICIAR
9	REFORMA E AMPLIAÇÃO DO FÓRUM DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	907,86	A INICIAR
10	REFORMA DE ADEQUAÇÃO DE PRÉDIO PARA FUNCIONAMENTO DA ESCOLA JUDICIAL, LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO E SERVIÇOS DE APOIO.	5.443,26	A INICIAR

FONTE: SEENG

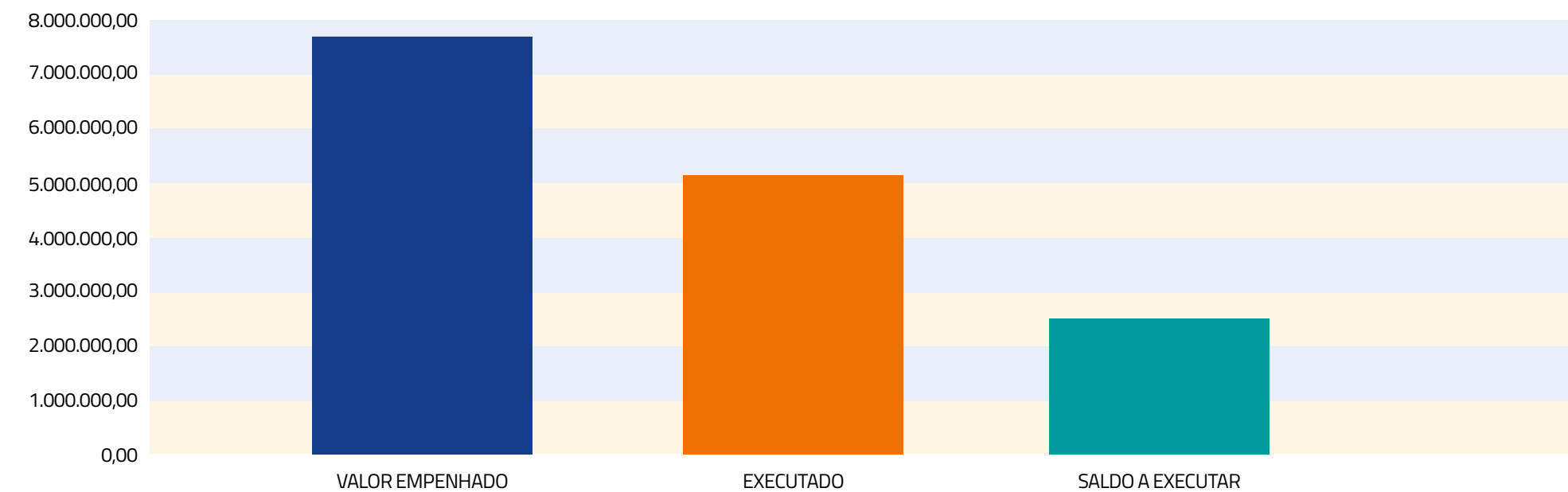
SERVIÇOS DE ENGENHARIA E MANUTENÇÃO



FONTE: SEENG

SERVIÇOS DE ENGENHARIA / MANUTENÇÃO PREDIAL POLO ADMINISTRATIVO CENTRAL

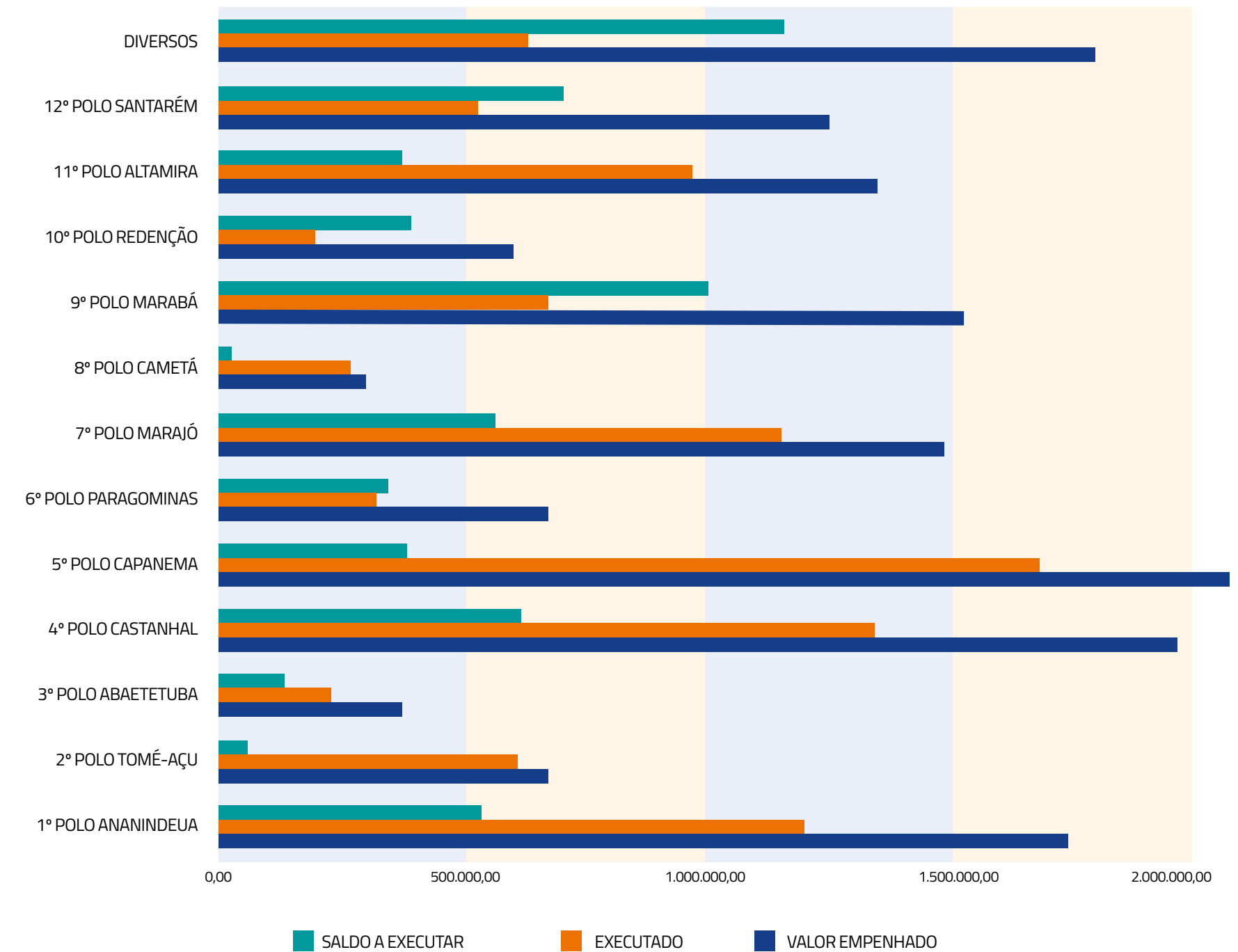
Neste biênio, nos prédios que compõem o Polo Administrativo Central foram realizadas vistorias que implicaram serviços de engenharia/manutenção predial no valor de R\$ 7,6 milhões.



FONTE: SEENG

SERVIÇOS DE ENGENHARIA / MANUTENÇÃO PREDIAL POLOS ADMINISTRATIVOS DO INTERIOR DO ESTADO

Neste biênio, nos prédios que compõem os Polos Administrativos do Interior do Estado, foram realizadas vistorias que implicaram serviços de engenharia/manutenção predial no valor aproximado de R\$ 16 milhões.



FONTE: SEENG



RICARDO LIMA

Execução de serviços de engenharia para adequação do prédio institucional Casa Amarela

SERVIÇOS DE ENGENHARIA/MANUTENÇÃO EM DESTAQUE

ITEM	DESCRIÇÃO	SITUAÇÃO
1	INSTALAÇÃO DE SISTEMA FOTOVOLTAICO NO JUIZADO DE SANTA IZABEL	EXECUTADO
2	INSTALAÇÃO DE SISTEMA FOTOVOLTAICO NO PRÉDIO DA DIVISÃO DE MANUTENÇÃO	EXECUTADO
3	ADEQUAÇÃO DE AMBIENTES PARA INSTALAÇÃO DA VARA DE CRIMES CONTRA A CRIANÇA E ADOLESCENTE NO FÓRUM DE ANANINDEUA	EXECUTADO
4	ADEQUAÇÃO DE AMBIENTE PARA INSTALAÇÃO DO CEJUSC MARABÁ QUE PASSARÁ A FUNCIONAR DENTRO DO FÓRUM	EXECUTADO
5	ADEQUAÇÃO DE AMBIENTE PARA INSTALAÇÃO DO CEJUSC EMPRESARIAL NAS DEPENDÊNCIAS DO FÓRUM CÍVEL	EXECUTADO
6	ADEQUAÇÃO DE AMBIENTE PARA INSTALAÇÃO DE UPJ DE EXECUÇÃO FISCAL DA CAPITAL NO FÓRUM CÍVEL	EXECUTADO
7	ADEQUAÇÃO DE AMBIENTE PARA INSTALAÇÃO DA 2ª VARA DA COMARCA DE DOM ELISEU	EXECUTADO
8	ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS REALIZADOS POR MEIO DE CONVÊNIO COM A PREFEITURA DE ABEL FIGUEIREDO PARA INSTALAÇÃO DO PRIMEIRO PONTO DE INCLUSÃO DIGITAL - PID	EXECUTADO
9	IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES DE PROCESSAMENTO JUDICIAL - UPJ CÍVEL E UPJ CRIMINAL NA COMARCA DE SANTARÉM	EXECUTADO
10	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ADEQUAÇÃO DO PRÉDIO INSTITUCIONAL LOCALIZADO NA AV. NAZARÉ PARA O FUNCIONAMENTO DA CASA DE JUSTIÇA E CIDADANIA, OUVIDORIA JUDICIÁRIA, OUVIDORIA DA MULHER, MUSEU JUDICIÁRIO E SERVIÇOS DE APOIO.	EXECUTADO
11	INSTALAÇÃO DE PLATAFORMAS DE PERCURSO VERTIVAL NO PRÉDIO DO FÓRUM DE BRAGANÇA	EXECUTADO
12	INSTALAÇÃO DE PLATAFORMAS DE PERCURSO VERTIVAL NO PRÉDIO DO FÓRUM DE NOVA TIMBOTEUA	EXECUTADO
13	ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DAS NOVAS INSTALAÇÕES DO DATACENTER NO PRÉDIO SEDE	EXECUTADO
14	ACOMPANHAMENTO DOS SERVIÇOS REALIZADOS POR MEIO DE CONVÊNIO COM A PREFEITURA DE TUCURUI PARA INSTALAÇÃO DE UM CEJUSC	EXECUTADO

FONTE: SEENG



Instalação de sistema fotovoltaico no prédio da Divisão de Manutenção, em Belém

DIVULGAÇÃO ÉRIKA MIRANDA



Instalação da Vara de Crimes contra a Criança e Adolescente no Fórum de Ananindeua



Instalação de sistema fotovoltaico no Juizado de Santa Izabel do Pará

ÉRIKA MIRANDA



Implantação da Unidade de Processamento Judicial (UPJ) das Varas de Execução Fiscal no Fórum Cível de Belém

DIVULGAÇÃO



ÉRIKA MIRANDA



AIRTON NASCIMENTO



Diretor-geral da Escola Judicial, Des. Leonardo Tavares; Desa. Presidente do TJPA, Célia Pinheiro; e a Presidente eleita ao biênio 2023-2025, Desa. Nazaré Gouveia, em visita ao imóvel adquirido no biênio 2021-2023, nova sede da Escola Judicial do Pará, no bairro do Umarizal, em Belém. A edificação tem 5.666,46m² de área construída, possui subsolo/garagem e três pavimentos.

DIVULGAÇÃO



Adequação de ambiente de instalação do 3º Cejusc - Empresarial no Fórum Cível de Belém

RICARDO LIMA



Instalação do Cejusc na Comarca de Redenção

ÉRIKA MIRANDA



Instalação do Cejusc na Comarca de Tucuruí

DIVULGAÇÃO



Entrega do novo espaço do Cejusc da Comarca de Marabá

ÉRIKA MIRANDA



Acompanhamento dos serviços realizados por meio de convênio com a Prefeitura de Abel Figueiredo para instalação do Ponto de Inclusão Digital - PID

ÉRIKA MIRANDA



Implantação das Unidades de Processamento Judicial – UPJ Cível e UPJ Criminal na Comarca de Santarém

RICARDO LIMA



Desa. Célia Pinheiro ao lado do governador do Pará, Helder Barbalho, durante **inauguração** do novo Fórum da Comarca de Xinguara



Inauguração do novo Fórum da Comarca de Altamira

FOTOS: DIVULGAÇÃO

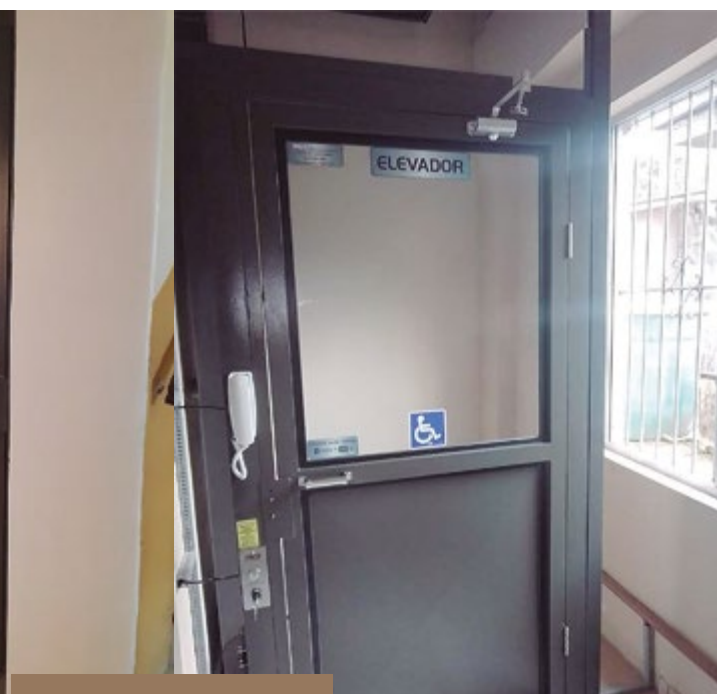


Serviços de engenharia para **adequação** do prédio localizado na Av. Nazaré, em Belém, destinado ao funcionamento da Casa de Justiça e Cidadania, Ouvidoria da Mulher, Ouvidoria Judiciária, Museu Judiciário e serviços de apoio.

RICARDO LIMA



Fórum de Bragança



Instalação de plataformas de percurso vertical nos prédios

Fórum de Nova Timboteua



Adequação de ambiente de instalação da 2ª Vara da Comarca de Dom Eliseu

ÉRIKA MIRANDA



Entrega da Revitalização do Fórum Distrital de Icoaraci



Juízes e juízas promovidos à 3ª Entrância

ÉRIKA MIRANDA



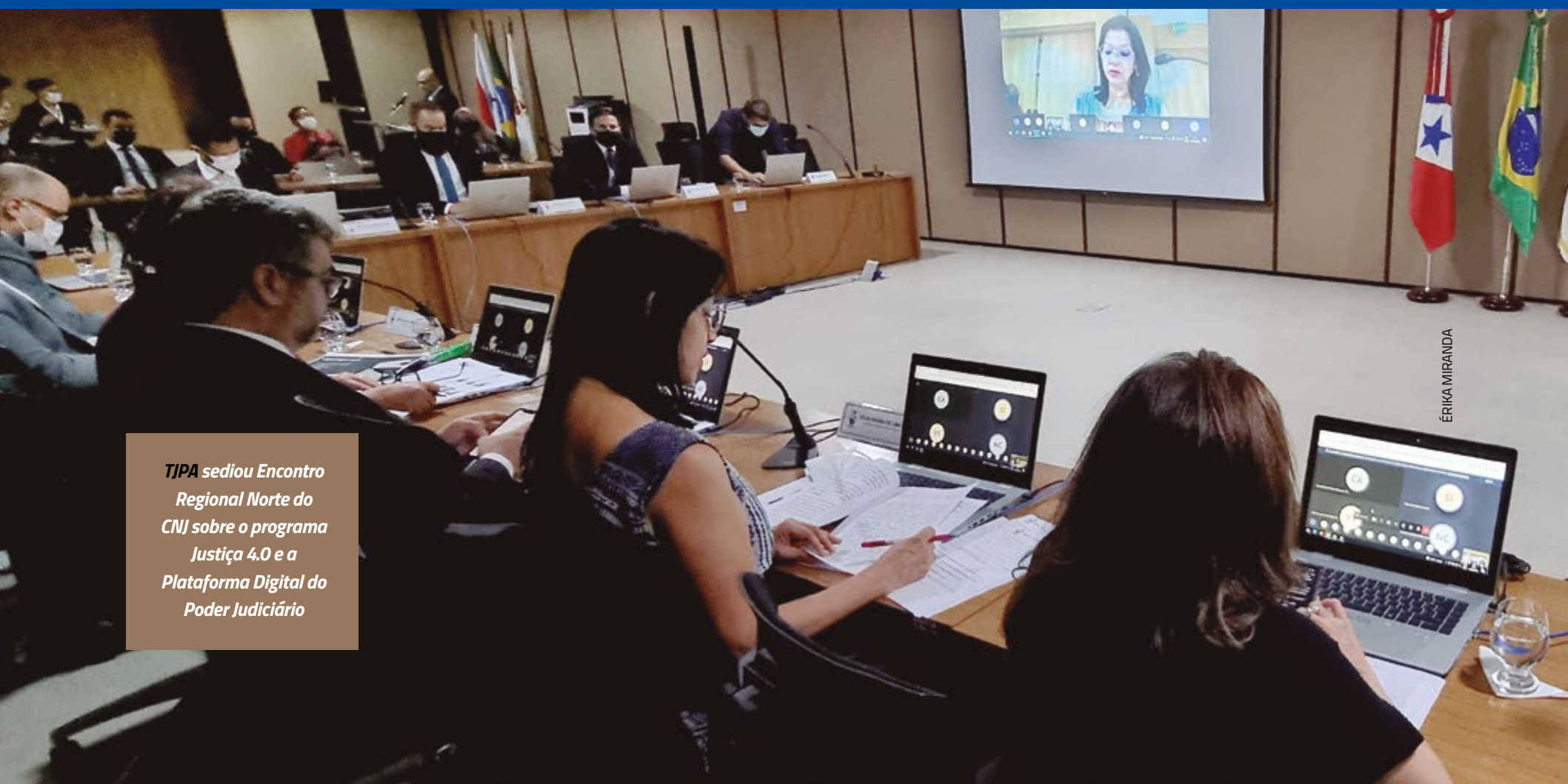
Casamento Comunitário durante encerramento da Semana Estadual de Conciliação

ÉRIKA MIRANDA



Abertura da Semana de Museus no TRE do Pará

RICARDO LIMA



TJPA sediou Encontro Regional Norte do CNJ sobre o programa Justiça 4.0 e a Plataforma Digital do Poder Judiciário

ÉRIKA MIRANDA



As Semanas Estadual e Nacional são realizadas pelo Nupemec com o foco na aplicação de métodos consensuais de resolução de conflitos, como a conciliação e a mediação



Assinatura do projeto Porto Seguro no TJPA



Projeto Museu Criança recebeu estudantes



Abertura do curso de formação inicial de magistrados e magistradas



Personalidades e autoridades são agraciadas com a Ordem do Mérito Judiciário

JUIZADOS ESPECIAIS

TJPA fortalece itinerância para melhorar a eficiência

Coordenadoria de Juizados Especiais garantiu a presença do Judiciário no interior e na capital para ampliar o acesso à Justiça

O fortalecimento da itinerância e o apoio ao funcionamento eficiente dos Juizados Especiais foram as principais iniciativas estratégicas das políticas institucionais no Plano de Gestão da Presidência para o biênio 2021-2023 para aprimorar e ampliar a prestação de serviços jurisdicionais. Os resultados dos projetos estão discriminados a seguir:

JORNADA DE CONCILIAÇÃO, INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Acelera o cumprimento das metas do CNJ e reduz o tempo de tramitação dos processos sob o rito da Lei 9.099/95. As audiências foram feitas por videoconferência em virtude das restrições sanitárias impostas pela pandemia de covid-19.

Verão com Justiça promove a pacificação social e o rápido atendimento de demandas relacionadas a crimes de menor potencial ofensivo no mês de julho



Desa. Maria de Nazaré Gouveia no projeto Verão com Justiça em Salinas

RICARDO LIMA

VARA/COMARCA	PERÍODO	RESULTADO	VARA/COMARCA	PERÍODO	RESULTADO
IGARAPÉ MIRI	04 a 07 de outubro de 2021	Audiências: 20 Audiências designadas: 47 Ausências: 22	BRAGANÇA	22 a 26 de agosto/2022	Audiências: 263 Sentenças: 245 Decisão: 1 Secretaria: 11 Conclusos: 06
BAIÃO	16 a 20 de maio/2022	Audiências: 261 Sentenças: 233 Despachos: 28	10º JEC	01, 02, 05 e 06 de setembro/2022	Audiências: 120 Sentenças: 68 Decisão: 30 Acordos: 22
5º JEC	06 a 10 de junho/2022 Realizada por videoconferência	Audiências: 12 Despachos: 10 Acordos: 1 Arquivado: 1	SALINAS	12 a 16 de setembro/2022	Audiências: 221 Audiências designadas: 211 Sentenças: 183 Decisão: 1 Despacho: 27 DESPACHO: 27
ICOARACI	27 a 30 de junho/2022	Audiências: 111 Sentenças: 37 Secretaria: 45 Conclusos: 29			

FONTE: COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS



Coordenadoria dos Juizados Especiais esteve com o sistema de Justiça nos balneários paraenses

RICARDO LIMA

VERÃO COM JUSTIÇA E CIDADANIA

Promove a pacificação social e o rápido atendimento de demandas relacionadas a crimes de menor potencial ofensivo, durante o mês de julho. O projeto

tem a parceria do Ministério Público do Pará, Defensoria Pública, polícias Civil e Militar, Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social, Fundação

Parapaz, Ordem dos Advogados do Brasil – seção Pará (OAB-PA). Além da prestação de serviços judiciais, são realizadas ações educativas e de cidadania.

LOCALIDADE	PERÍODO	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
Mosqueiro	09 e 10/07/22	20 audiências, 12 acordos penais; 08 orientações jurídicas feitas pela OAB; 262 atendimentos feitos pelo TRE e 251 atendimentos do Parapaz.
Salinópolis	16 e 17/07/22 23 e 24/07/22	110 audiências, 41 acordos; 01 busca e apreensão; 01 fechamento de estabelecimento por tráfico de drogas e poluição sonora; 425 atendimentos feitos pelo Parapaz; 732 orientações jurídicas feitas pelo TRE; 235 emissões de identidade.
Outeiro	30 e 31/07/22	20 audiências, 12 acordos penais; 08 orientações feitas pela OAB; 262 atendimentos realizados pelo TER; 251 atendimentos realizados pelo Parapaz.

FONTE: COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

DIVULGAÇÃO



Projeto Esporte com Justiça atua em eventos de grande concentração de público

ESPORTE COM JUSTIÇA

Promove a pacificação nos eventos esportivos nos estádios da capital, atuando na prevenção e repressão de

crimes de menor potencial ofensivo, abrangidos pelo Estatuto do Torcedor – Lei n.10.671/2003

ANO	FREQÜÊNCIA NOS JOGOS	PROCEDIMENTOS REALIZADOS
2022	02 jogos	01 ocorrência

FONTE: COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS

JURISPRUDÊNCIA

TJPA dispõe do 1º banco automatizado de julgados

Objetivo é otimizar o trabalho de magistrados e magistradas para garantir a duração razoável do processo

Em parceria com a Secretaria de Informática, a Central de Comunicação Interna e de apoio à Magistratura (CCIAM) está disponibilizando o 1º banco automatizado de decisões e julgados do TJPA, alinhado à estratégia nacional do Judiciário no macrodesafio “agilidade e produtividade na prestação jurisdicional”. O objetivo é materializar, na prática cotidiana do judiciário, o comando constitucional da razoável duração do processo. Trata-se de uma nova ferramenta disponível a magistrados e magistradas, que visa à otimização do trabalho e consequente elevação da produtividade com eficiente entrega aos jurisdicionados.

CAPJUS

Ainda em 2022, a CCIAM, em parceria com a Comissão de Peritos e Auxiliares da Justiça, abarcou

O Banco de Julgados visa à otimização do trabalho e à consequente elevação da produtividade com eficiente entrega a jurisdicionados e jurisdicionadas

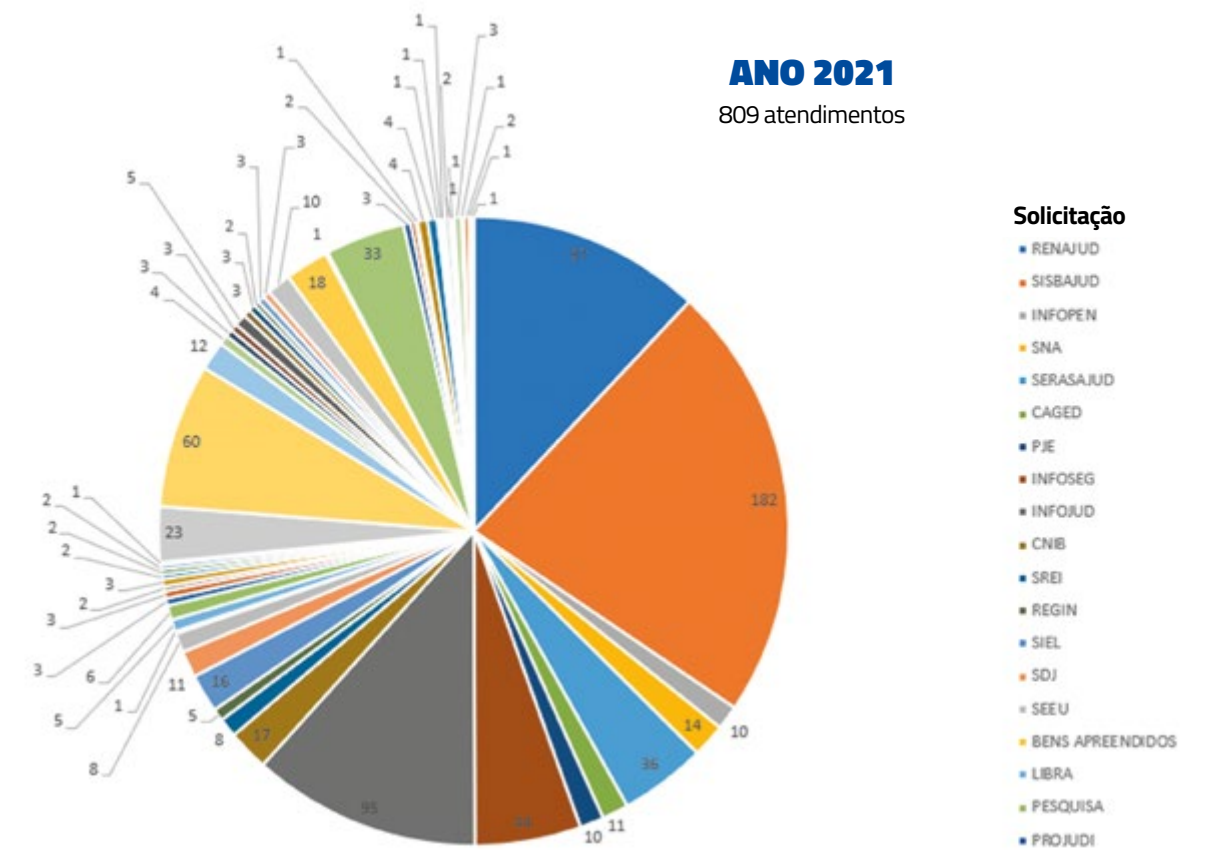
a análise documental de candidatos (as) inscritos (as) para formação de Cadastro Geral de Profissionais

(Edital de Credenciamento nº 002/TJPA/2019), destinado a atender às partes nos feitos de jurisdição da Justiça estadual, em primeiro e segundo grau, no CAPJUS, tendo sido analisados até o encerramento deste relatório 263 inscrições e suas respectivas notificações a candidatos (as) que estão em desacordo com a documentação exigida no edital

SISTEMAS

A principal atribuição da CCIAM é gerenciar os sistemas auxiliares da Justiça: SISBAJUD, INFOSEG/SINESP, CCS-BACEN, RENAJUD, SERASAJUD, INFOJUD, REGIN e CAGED. Os atendimentos ocorrem de forma virtual, preferencialmente pela Central de Serviços e, alternativamente, por e-mail, plataforma Teams, Sigadoc e Whatsapp.

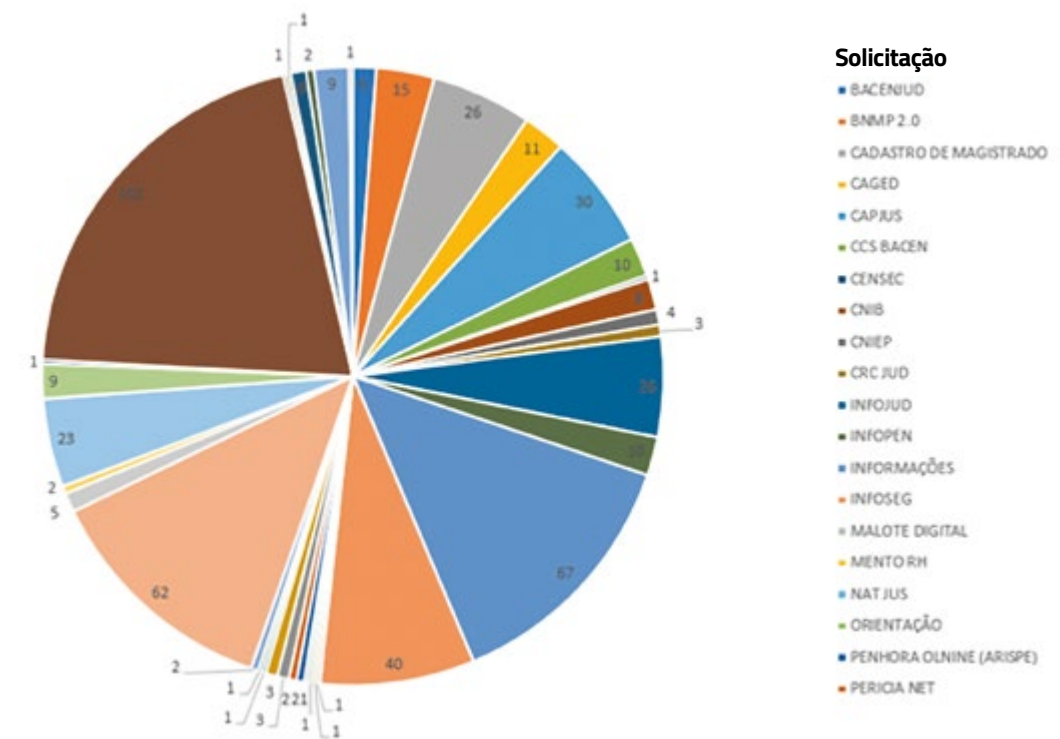
Durante o biênio 2021-2023, 1.306 atendimentos foram registrados, conforme os gráficos ao lado:



ANO 2022

760 atendimentos

FONTE: CCIAM



FONTE: CCIAM

COWORKING

Pesquisa qualitativa entre magistrados e magistradas, em 2021, fundamentou a iniciativa de fornecer serviços diários de comunicação personalizada, com as portarias publicadas no Diário da Justiça. Foi disponibilizado também o Espaço do Magistrado (a), onde podem desenvolver suas atividades em um ambiente de coworking; apoio a outros setores a fim de melhorar a comunicação interna por meio de uma linguagem mais visual, com o propósito de otimizar a informação e o tempo; compartilhamento de cards eletrônicos (37 edições) contendo os principais julgados dos tribunais superiores, veiculados no grupo do whatsapp do Nugepnac.

Reconhecimento voluntário de paternidade

A demonstração de amor que você pode dar ao filho e à filha



DIREITOS FUNDAMENTAIS

Casa de Justiça aproxima Judiciário da comunidade

Reconhecimento voluntário de paternidade e orientações jurídicas são alguns dos serviços oferecidos gratuitamente

A Casa de Justiça e Cidadania garante a cidadãos e cidadãs, de forma célere e gratuita, o atendimento a direitos fundamentais, entre os quais o reconhecimento voluntário de paternidade biológica, por meio do Projeto Pai Presente, exames de DNA e orientação jurídica, esse último serviço assegurado por acordo de cooperação técnica com instituições de ensino superior - Faculdade de Belém (Fabel) e Centro de Ensino Superior do Pará (Cesupa). O trabalho da Casa de Justiça e Cidadania é aproximar o Judiciário da comunidade, assegurando solução adequada aos conflitos e acesso a serviços voltados à cidadania.

A Casa de Justiça e Cidadania dispõe de sala de apoio para o Projeto Pai Presente; do 2º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania

(Cejusc); Núcleo de Gestão de Conflitos Fundiários/SIGEO e Núcleos de Prática Jurídica - Fabel e Cesupa.

O trabalho da Casa de Justiça e Cidadania é aproximar o Judiciário da comunidade, assegurando solução adequada aos conflitos e acesso a serviços voltados à cidadania.

DURANTE O BIÊNIO 2021-2023 OCORRERAM AS SEGUINTE ATIVIDADES

Reconhecimento Voluntário de Paternidade	30
Reconhecimento Voluntário de Paternidade Carcerário	33
Reconhecimento Voluntário de Paternidade entregue aos genitores	64
Coleta de Exame de DNA (ação em alusão ao Dia dos Pais)	07
"Fabel Cidadania", Praça da República, cadastramento para coleta de exame de DNA	4
Orientações Jurídicas via telefone, aproximadamente	226
Orientações Jurídicas diversas presenciais	166
Visitas aos Centros Penitenciários para coleta de assinaturas dos pais	10
	visitas
	e 26
	assinaturas
Solicitações de assinatura dos pais egressos via e-mail/SEAP	05
Solicitações atendidas (assinadas e devolvidas)	02

FONTE: CIC

Pleno aprovou 54 projetos avaliados pela comissão

Resoluções, anteprojetos de lei e emendas regimentais viabilizam diversas ações para melhorar a prestação jurisdicional

A Comissão Permanente de Organização Judiciária, Regimento, Assuntos Administrativos e Legislativos (COJ) analisou e teve aprovados pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Pará, no biênio 2021-2023, 54 projetos, na forma de resoluções, anteprojetos de lei e emendas regimentais.

Prevista no artigo 51 do Regimento Interno do TJPA, a COJ é competente para opinar e votar sobre todos os assuntos relacionados à organização judiciária e aos serviços auxiliares da Justiça de primeiro e segundo graus.

Após aprovação de seus integrantes, as proposições são submetidas ao Tribunal Pleno e podem pleitear alterações de ordem legislativa ou de atos normativos do próprio Judiciário; realizar o controle e o acompanhamento de projetos enviados à Assembleia Legislativa; emitir parecer sobre proposta de alteração do Regimento Interno e manter atualizado seu texto, de acordo com as alterações decorrentes de emendas.

Os normativos aprovados no biênio 2021-2023 viabilizaram diversas ações no âmbito do Poder Judiciário ou atendem a demandas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), conforme demonstrativo a seguir:

2021

● **Resolução nº 5, de 2 de junho** - Alterou a regulamentação do plantão judiciário do 1º e 2º graus;

A COJ opina e vota sobre todos os assuntos relacionados à organização judiciária e aos serviços auxiliares da Justiça de 1º e 2º graus.

● **Resolução nº 6, de 16 de junho** - Criou o Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas (Nugepnac) e a Comissão Gestora;

● **Resolução nº 7, de 16 de junho** - Criou o Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Pará (Cijepa);

● **Resolução nº 8, de 30 de junho** - Reconfigurou o Núcleo de Cooperação Judiciária e definiu os parâmetros de designação e atuação de juízes (as) de cooperação, conforme as regras do CNJ para os procedimentos de cooperação judiciária nacional;

● **Resolução nº 9, de 30 de junho** - Dispõe sobre o Planejamento e Gestão Estratégica para o sexênio

2021-2026;

● **Resolução nº 10, de 7 de julho** - Redefine competência das Varas da Fazenda Pública da Capital;

● **Resolução nº 11, de 11 de agosto** - Institui a Política de Preservação de Documentação Digital;

● **Resolução nº 12, de 11 de agosto** - Institui a política de Gestão da Memória;

● **Resolução nº 13, de 11 de agosto** - Dispõe sobre a Central de Comunicação Interna e de Apoio à Magistratura;

● **Resolução nº 14, de 11 de agosto** - Regulamenta a publicação dos atos pelo Diário de Justiça Eletrônico Nacional (DJEN);

● **Resolução nº 15, de 25 de agosto** - Institui a Política de Gestão Documental;

● **Resolução nº 16, de 1º de setembro** - Altera regulamentação para julgamento de processos no segundo grau de jurisdição por meio eletrônico utilizando a ferramenta do Plenário Virtual;

● **Resolução nº 17, de 8 de setembro** - Regulamenta as condições especiais de trabalho para magistrados(as) e servidores(as) com deficiência, necessidades especiais, doença grave ou que sejam pais, mães ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição;

● **Resolução nº 18, de 15 de setembro** - Regulamenta a aplicação do acordo de não persecução penal (ANPP);

● **Resolução nº 19, de 15 de setembro** - Institui a

Política de Privacidade e Proteção dos Dados Pessoais;

● **Resolução nº 20, de 13 de outubro** - Dispõe sobre cobrança de custas e outras despesas processuais pendentes em processos judiciais transitados em julgado;

● **Resolução nº 21, de 13 de outubro** - Dispõe sobre os Núcleos de Justiça 4.0 do 1º grau de jurisdição;

● **Resolução nº 22, de 3 de novembro** - Institui a Política e o Sistema de Governança em Gestão de Pessoas;

● **Resolução nº 23, de 3 de novembro** - Altera a Resolução nº 19, de 15 de setembro de 2021, que instituiu a Política de Privacidade e Proteção dos Dados Pessoais;

● **Resolução nº 24, de 17 de novembro** - Institui o Cadastro Eletrônico de Administradores Judiciais (CEAJ);

● **Resolução nº 25, de 15 de dezembro** - Institui a Política de Sustentabilidade;

● **Resolução nº 26, de 15 de dezembro** - Institui o Regulamento Geral para a outorga de condecorações;

● **Resolução nº 27, de 15 de dezembro** - Dispõe sobre a atualização monetária do valor da Gratificação de Atividade Externa (GAE) devida aos Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliador;

● **Anteprojeto de Lei** - Altera o Regimento de Custas e outras despesas processuais;

● **Anteprojeto de Lei** - Altera os requisitos para provimento do cargo em comissão de Diretor (a) de Secretaria;

● **Emenda Regimental nº 22, de 8 de setembro** - Disciplina o procedimento de escolha e convocação de juízes(as) de Direito para substituição em segundo grau, nos casos de vaga ou afastamento de desembargador(a), a qualquer título, por período superior a 30 (trinta) dias;

2022

● **Resolução nº 1, de 2 de fevereiro** - Dispõe sobre a gratificação por exercício cumulativo de jurisdição de

que trata a Lei nº 13.093, de 12 de janeiro de 2015;

● **Resolução nº 2, de 23 de março** - Qualifica dez cargos de juiz (a) de Direito como juiz (a) auxiliar de 3ª Entrância;

● **Resolução nº 3, de 30 de março** - Altera o processo de ascensão ao Tribunal de Justiça e de movimentação de juízes (as) na carreira da magistratura;

● **Resolução nº 4, de 30 de março** - Altera o regulamento para a remoção de servidores (as);

● **Resolução nº 5, de 4 de maio** - Altera as regras à ascensão e à movimentação na carreira de magistrados (as);

● **Resolução nº 6, de 4 de maio** - disciplina, em caráter complementar, o processamento de Precatórios e Requisição de Pequeno Valor (RPV) no âmbito do 1º e 2º graus;

● **Resolução nº 7, de 15 de junho** - aprova o Regimento Interno da Escola Judicial Doutor Juiz Elder Lisboa Ferreira da Costa (EJPA);

● **Resolução nº 8, de 3 de agosto** - Altera a concessão do auxílio-alimentação aos servidores (as);

● **Resolução nº 9, de 3 de agosto** - Altera a gratificação por exercício cumulativo de jurisdição;

● **Resolução nº 10, de 10 de agosto** - Institui o Estatuto de Auditoria Interna;

● **Resolução nº 11, de 10 de agosto** - Altera a localização das sedes e jurisdição das Varas Agrárias do Estado, incluindo os municípios de Mojuí dos Campos e São João da Ponta;

● **Resolução nº 12, de 24 de agosto** - Regulamenta a Comissão Permanente de Segurança Institucional e cria a Unidade de Inteligência de Segurança Institucional;

● **Resolução nº 13, de 24 de agosto** - Institui a Política Institucional de Atenção e Apoio às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais;

● **Resolução nº 14, de 14 de setembro** - Instala mais uma Vara na Comarca de São Félix do Xingu e altera nomenclatura e competência da Vara Única da Comarca;

● **Resolução nº 15, de 14 de setembro** - Instala mais uma Vara na Comarca de Dom Eliseu e altera a

nomenclatura e a competência da Vara Única;

● **Resolução nº 16, de 14 de setembro** - Transforma o Comitê de Segurança da Informação em Comitê de Governança de Segurança da Informação;

● **Resolução nº 17, de 14 de setembro** - Institui o Comitê de Crise Cibernética (CCC);

● **Resolução nº 18, de 14 de setembro** - Altera o Índice de Carência de Varas (ICV);

● **Resolução nº 19, de 14 de setembro** - Dispõe sobre a Política de Governança e Gestão das Contratações Públicas;

● **Resolução nº 20, de 19 de setembro** - Atribui competência a juízos criminais específicos para processar e julgar os crimes de violência político-partidária definidos pelo CNJ;

● **Anteprojeto de Lei** - dispõe sobre a revogação dos §§ 1º e 2º do art. 3º da Lei Complementar nº 14, de 17 de novembro de 1993, do Estado do Pará;

● **Anteprojeto de Lei** - dispõe sobre a revogação da Lei Estadual nº 7.733, de 20 de setembro de 2013;

● **Anteprojeto de Lei** - Altera a Tabela de Emolumentos dos Serviços Notariais e de Registros, que dispõe sobre os emolumentos devidos pelos atos praticados no exercício dos serviços notariais e de registro;

● **Anteprojeto de Lei** - Altera o sistema de reajuste do subsídio da magistratura;

● **Anteprojeto de Lei** - Altera a estrutura organofuncional de unidades administrativas;

● **Emenda Regimental nº 23, de 8 de junho** - Altera o Regimento Interno do TJPA, disciplinando a escolha e convocação de juízes(as) de Direito para substituição em segundo grau, nos casos de vaga ou afastamento de desembargador(a), a qualquer título, por período superior a 30 (trinta) dias;

● **Emenda Regimental nº 24, de 20 de julho** - Altera a redação do inciso VII e do § 5º do art. 28, do caput do art. 41, e do § 2º do art. 92 do Regimento Interno do TJPA;

● **Emenda Regimental nº 25, de 10 de agosto** - Altera a redação do inciso VII e do § 5º do art. 28, do caput do art. 41, e do § 2º do art. 92 do Regimento Interno do TJPA.

Judiciário amplia medidas de inclusão e acessibilidade

Serviço de tradução em LIBRAS melhora o acesso de pessoas com deficiência auditiva aos conteúdos da instituição

O Núcleo de Promoção da Acessibilidade e Inclusão no âmbito do Poder Judiciário do Pará (NPAI) está vinculado à Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI). No biênio 2021-2023 destacamos as seguintes ações:

2021

- Auxílio interno na avaliação e revisão da minuta da Secretaria de Gestão de Pessoas, para subsidiar a regulamentação no âmbito do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) das condições especiais de trabalho para magistrados, magistradas, servidores e servidoras com deficiência, necessidades especiais ou doença grave ou que sejam pais ou responsáveis por dependentes nessa mesma condição, conforme estabelece a Resolução nº 343, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As condições especiais consistem na designação provisória para atividade fora da comarca de lotação, no apoio à unidade judiciária ou administrativa de lotação e designação e no exercício da atividade em regime de teletrabalho. A Escola Judicial do Poder Judiciário do Pará (EJPA) também deverá promover atividades relacionadas ao conhecimento e reflexão sobre questões relativas às pessoas com deficiência e a seus direitos.

Serviço de interpretação em LIBRAS garante acesso às manifestações públicas do Judiciário às pessoas com deficiência auditiva.

- A Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) teve ampliado para 10 o número de seus integrantes.

- A CPAI e o NPAI solicitaram a criação no Sistema SigaDoc do processamento de expedientes administrativos eletrônicos às duas unidades, com autonomia e representação efetiva na estrutura orgânica-funcional do TJPA.

- Em articulação com o Departamento de Comunicação Social foi possível ampliar os recursos de acessibilidade do conteúdo disponível nas diferentes plataformas informacionais do Tribunal.

- Foi contratado, de forma inédita, serviço de interpretação em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, proposta pelo NPAI em 2020 e referendada pela CPAI, para garantir acessibilidade às manifestações públicas do Judiciário às pessoas com deficiência auditiva, o que foi efetivado em 2022.

- Melhorias nas condições de trabalho para as pessoas com deficiência a partir de pesquisa da CPAI sobre a realidade das pessoas com deficiência no âmbito do TJPA. O NPAI elaborou a minuta da portaria de criação do Grupo de Trabalho Destinado ao Estabelecimento de Política de Promoção dos Direitos dos Magistrados (as) Servidores (as), Profissionais Terceirizados(as) e Estagiários (as) com Deficiência, no âmbito do Judiciário Paraense, aprovada pela CPAI em 2021 e publicada em 2022.

- O NPAI deu suporte à Escola Judicial do Pará para os cursos Disciplina sobre acessibilidade no curso de especialização em Gestão Judiciária, com carga horária de 20 horas/ aula e Curso Básico de



Visita mediada teve acompanhamento de intérprete de Libras

AIRTON NASCIMENTO

Língua Brasileira de Sinais - Libras, totalizando 40 horas-aula, além do webinar "Inclusão das Pessoas com Deficiência – a Importância das Políticas Públicas".

2022

- Atendendo à solicitação do NPAI, ratificada pela CPAI, foi editada a Portaria nº 3.420/2022-GP, que cria o Grupo de Trabalho destinado à instituição da Política de Promoção dos Direitos dos Magistrados (a), Servidores (as), Profissionais Terceirizados e Estagiários (as) com Deficiência no âmbito do Poder Judiciário do Pará.

- Solicitação de levantamento, aquisição e disponibilização de cadeira de rodas para todos os prédios do Poder Judiciário.

- Criação de e-mail institucional da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão do TJPA, com divulgação no Portal do TJPA, de banner contendo a indicação do canal de comunicação institucional da Comissão (comissao.inclusao@tjpa.jus.br);

- Proposição, por parte do NPAI, de minuta para ampliar sua composição, medida necessária ao

enfrentamento adequado das questões de sua competência.

- CPAI/NPAI participaram na elaboração da proposta orçamentária do Poder Judiciário do Pará para 2023.

- O NPAI propôs a criação de Grupo de Trabalho Interinstitucional para Ampliação do Acesso das Pessoas com Deficiência à Justiça no Pará, com a participação de vários órgãos do sistema de justiça estadual para elaborar planos de ações integrados e conjuntos nos temas de acessibilidade e inclusão.

CONCILIAÇÃO

Judiciário debateu autocomposição na pandemia e superendividamento

V e VI Semanas de Conciliação foram momentos de promoção dos métodos de autocomposição e solução pacífica de conflitos

No biênio 2021-2023, o Nupemec realizou a V e VI Semana Estadual de Conciliação, ocorridas respectivamente de 7 a 11 de junho de 2021 e de 6 a 10 de junho de 2022. Na abertura da V Semana Estadual de Conciliação houve o webinar “Métodos Auto-compositivos em Tempos de Pandemia: O Futuro da Justiça Consensual”, com participantes do Ministério Público, Defensoria Pública, PGE e OAB.

Aproximadamente 158 unidades judiciárias da capital e interior participaram do evento, que promoveu 4.856 audiências e alcançou acordos em aproximadamente 34% delas.

Na VI edição da Semana Estadual de Conciliação, 147 unidades judiciárias aderiram e foram contabilizadas aproximadamente cinco mil audiências, com percentual de acordo em aproximadamente 63% delas. A abertura trouxe o tema “Superendividado, eu? E agora?”, com a participação do Grupo de Educação Financeira da Amazônia (Gefam), do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e da Defensoria Pública.

O tradicional casamento comunitário que já faz parte do calendário do Judiciário paraense encerrou o evento com a união de 40 casais na V edição e de 52 casais na VI edição.

Em 2022, a XVII Semana Nacional de Conciliação, de 7 a 11 de novembro, direcionada ao advogado, teve como tema “Menos Conflitos, Mais Recomeços”

SEMANA NACIONAL

O Nupemec, os Cejuscs e 98 unidades judiciárias da capital e interior promoveram em 2021 a XVI Semana Nacional de Conciliação, com o tema “Conciliação: Mais Tempo para Você”, de 8 a 12 de novembro de 2021.

Em 2022, a XVII Semana Nacional de Conciliação, de 7 a 11 de novembro, direcionada ao advoga-

do e à advogada, teve como tema “Menos Conflitos, Mais Recomeços”, com a participação de 105 unidades judiciárias, que inscreveram 4.114 processos nas pautas de conciliação.

Na abertura das edições houve palestras para mediadores (as) e a advocacia e, no encerramento, o tradicional casamento comunitário que selou a união de 41 casais em 2021 e de 42 em 2022.

CAPACITAÇÕES

Em parceria com a EJPA, o Nupemec formou, em 2021, aproximadamente 313 alunos (as) em métodos alternativos de solução de conflitos em seis cursos, três dos quais de formação de mediadores (as) e conciliadores (as) judiciais na modalidade EAD e três de justiça restaurativa. Houve também workshop de gestão de Cejusc e participação no processo de formação dos novos magistrados e novas magistradas.

Em 2022, houve um total de nove cursos, seis dos quais para formar mediadores (as) e conciliadores (as) judiciais e três em práticas restaurativas, num total de 490 novos (as) mediadores (as) e facilitadores (as) para atuar no TJPA. O Nupemec também se fez presente no curso de formação dos (as) novos (as) magistrados (as).



ÉRIKA MIRANDA

Vinte e quatro casais disseram Sim no Fórum Cível de Belém, na Cidade Velha, em setembro de 2022

AÇÕES DE CIDADANIA

Foram promovidos cinco casamentos comunitários, quatro dos quais como parte da programação de encerramento das semanas estaduais e nacionais de Conciliação, onde 175 casais regulamentaram sua união perante a lei.

O Poder Judiciário do Pará celebrou o I Casamento Homoafetivo, durante o qual 24 casais tiveram sua união reconhecida como família perante o Estado brasileiro, a tão almejada garantia de direitos.

JORNADA DA CONCILIAÇÃO

Houve 25 jornadas de conciliações processuais em parceria com a Coordenadoria dos Juizados Especiais em diversas unidades judiciárias da capital e interior, quais sejam: 5ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital e Comarcas de Acará, Baião, Igarapé-Miri, Monte Alegre, Novo Progresso, Ourilândia do Norte, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Feliz do Xingu, São Miguel do Guamá e Conceição do Araguaia.

CARAVANA DE MEDIAÇÃO

Em 2021, as caravanas estiveram nas Comarcas de Tailândia, Altamira e São Félix do Xingu, para ajudar as unidades judiciárias a reduzir o acervo processual. Diante do resultado positivo, a Comarca de São Félix do Xingu passou a realizar rotineiramente a caravana: já realizou três com o apoio do 5º Cejusc da Capital.



O 3º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Empresarial da Capital funciona no prédio do Fórum Cível de Belém.

RICARDO LIMA

INSTALAÇÃO DE CEJUSC

Foram instalados três Cejuscs nesta gestão

- **3º Cejusc da Capital – Empresarial**, localizado no prédio do Fórum Cível da Capital, é o primeiro Cejusc temático do Pará e atenderá todas as demandas que envolvem empresas. Instalado em 7 de novembro de 2022.
- **1º Cejusc de Redenção**, localizado nas dependências do Fórum, conta com toda a infraestrutura do Juizado Especial de Redenção.
- **1º Cejusc de Tucuruí**, localizado em prédio do Poder Judiciário na Comarca de Tucuruí, é uma parceria com a Prefeitura para atender ao cidadão.

INSTALAÇÃO DE PASC

Foram firmadas parcerias com as instituições de ensino superior FINAMA e UNIFAMAZ para instalação de Postos Avançados de Solução de Conflitos (PASC), mais uma porta de entrada ao (à) cidadão (ã) que busca a solução de suas demandas de forma pacífica. Os PASCs atenderão a demandas pré-processuais e terão um corpo de conciliadores (as) extrajudiciais para sessões de conciliação. Essas unidades estão vinculadas ao 1º Cejusc da Capital, responsável pelas homologações dos acordos firmados.

JUSTIÇA RESTAURATIVA

A Coordenadoria de Justiça Restaurativa,

vinculada ao Nupemec, recebeu 10 novos (as) servidores (as) capacitados (as) em práticas restaurativas e ganhou três espaços de atuação, dois dos quais para práticas restaurativas - “Projeto Acolher”, no prédio do Fórum Criminal da Capital, e “Projeto Porto Seguro”, no prédio do Fórum Cível da Capital.

AMIGO DA JUSTIÇA

Durante a abertura da VI Semana Estadual de Conciliação foi lançado o Selo Empresa Amiga da Justiça do Tribunal de Justiça do Pará, criado pela resolução n° 01/2020-TJPA, e regulamentado e aprimorado pela Portaria n° 1836 de 1 de junho de 2022.

O programa fomenta a cultura de pacificação social no Pará por meio de premiação às pessoas jurídicas que aderirem a ações para reduzir a judicialização,

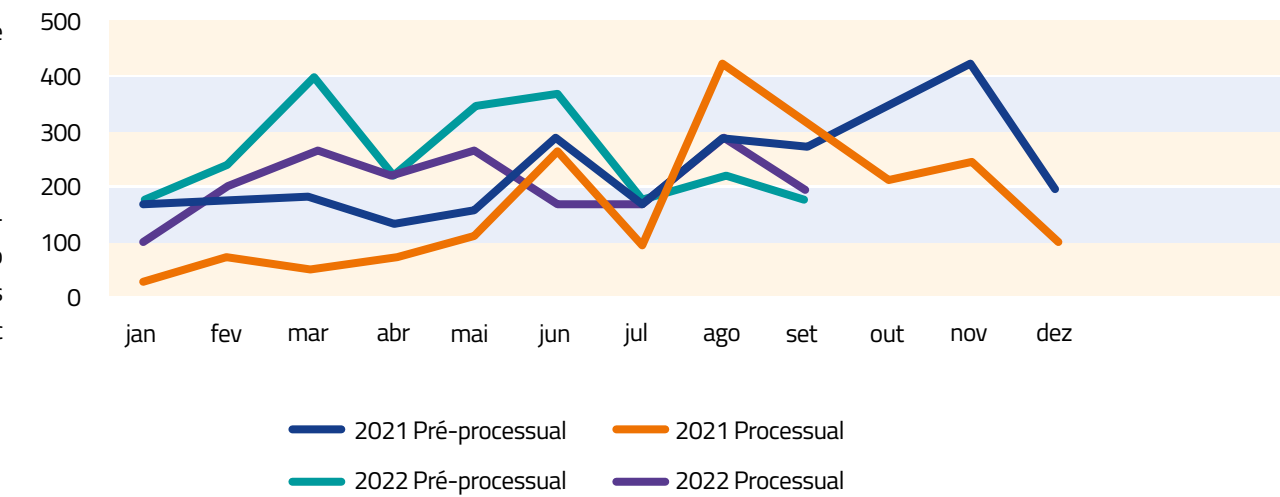
fortaleçam a prevenção e solução consensual de litígios no âmbito extrajudicial e judicial, a comunicação eletrônica de atos processuais e a observância espontânea das decisões em recursos repetitivos ou com repercussão geral, em incidente de resolução de demandas repetitivas ou em incidentes de assunção de competência.

COMISSÃO SISTÊMICA

A Comissão sistêmica do TJPA, vinculada ao Nupemec, promoveu quatro mutirões sistêmicos junto à Defensoria Pública e mutirões em ações coletivas para regulamentação fundiária, por meio do 7º Cejusc da Capital.

ESTATÍSTICAS

Evolução dos atendimentos Pré-processuais e Processuais nos CEJUSCs 2021-2022 (Janeiro/2021 à Setembro/2022)



FORTE: NUPEMec

DIVULGAÇÃO

Termo de cooperação técnica viabiliza a instalação de um Posto Avançado de Solução de Conflitos PASC nas dependências da Finama.





Des. Leonardo Tavares durante ação de Natal na Escola Santana do Aurá

SOLIDARIEDADE

Comitê de ação social promove cidadania em Santana do Aurá

Iniciativa busca a melhoria da qualidade de vida das famílias de 230 crianças matriculadas na escola da comunidade

O comitê de Ação Social e Cidadania do TJPA mantém dois projetos – Acreditar no Amanhã e Ler para a Vida – para melhorar a qualidade de vida das crianças, adolescentes e familiares da Escola de Ensino Infantil e Fundamental Santana do Aurá, incentivar o hábito e o gosto pela leitura, interpretação e produção textual e auxiliar na compreensão dos conteúdos escolares e na formação de cidadãos críticos e autônomos.

O comitê atua também com alguns projetos parceiros: o Programa Escola da Vida (PEV), com o Comando do Corpo de Bombeiros do Pará (CBMPA), iniciado em 2017, pelo 25º GBM-Marituba, para contribuir na formação da criança e do adolescente em situação de vulnerabilidade, por meios de ações sociais, culturais e educacionais, garantindo a efetivação de seus direitos e exercício de cidadania; o Projeto Gaia, do Núcleo de Inovação e Empreendedorismo Júnior (NIEJ) do Centro Universitário do Estado do Pará (Cesupa), que trabalha diretamente com a comunidade; e o “Vivências”, projeto Piloto Psicologia, Saúde e Protagonismo Social do Grupo Ser Educacional da Universidade da Amazônia, que promove o protagonismo social da comunidade de Santana do Aurá para enfrentar as situações de vulnerabilidade e desagregação comunitária familiar.

AÇÕES

- Em 2022, o comitê manteve as suas ações continuadas:
- Doação de kits de Higiene para as 230 famílias assistidas pelo projeto.
- Doações de 230 cestas básicas, mensais, uma para cada aluno (a) assistido (a) pelo projeto.
- Doação de gêneros alimentícios desde o início do ano letivo para a Escola Municipal Santana do Aurá e para a Escola Salesiana do Trabalho.
- No início de outubro de 2021 foi recontratada professora de reforço para as aulas complementares aos alunos do 3º, 4º e 5º anos do ensino fundamental da Escola Municipal Santana do Aurá, a fim reforçar a leitura e melhorar a base do aprendizado, muito prejudicado com a pandemia, uma vez que as aulas presenciais ficaram suspensas por mais de um ano.
- Fornecimento de vale-transporte para os (as) alunos (as) da Escola Salesiana do Trabalho assistidos pelo Projeto Acreditar no Amanhã.
- Na Escola Salesiana do Trabalho, doação de cestas básicas e outros gêneros alimentícios.
- Compra de material escolar para os (as) alunos (as) assistidos (as) pelo projeto na Escola Salesiana do Trabalho e na Escola de Ensino Infantil e Fundamental Santana do Aurá: caderno, borracha, lápis, caneta, régua,

Em 2022, estavam matriculados no Salesiano do Trabalho 55 alunos do Aurá, para dar continuidade ao ensino fundamental, médio e a cursos profissionalizantes

apontador, mochilas, estojos e uniformes escolares

- Em 2022, estavam matriculados no Salesiano do Trabalho 55 alunos da Escola Santana do Aurá, para dar continuidade ao ensino fundamental, médio e a cursos profissionalizantes

PROGRAMAÇÕES

- Venda de alimentos, show beneficente e a manutenção de bazar permanente, visando a angariar renda para a continuidade das ações do Projeto Acreditar no Amanhã.
- Ação Cultural Natalina: com distribuição de presentes e refeições aos (às) alunos (as) da Escola de Ensino Infantil e Fundamental Santana do Aurá, assistidos pelo projeto Acreditar no Amanhã.

Projeto amplia o alcance das ações no interior e na capital

Parcerias aumentam o número de agentes multiplicadores na prevenção à violência contra crianças e adolescentes

Capacitação e formação de educadores(as), gestores (as), coordenadores (as) pedagógicos de diversas instituições de ensino, em formato virtual, presencial e híbrido, e o efetivo início da parceria firmada pela 1ª Vara de Crimes Contra Crianças e Adolescentes de Belém (1ª VCCA) e o projeto Minha Escola, Meu Refúgio com o Programa TerPaz e as secretarias de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) e de Educação do Pará (Seduc). Essas foram algumas das ações que, durante o biênio 2021-2023, ampliaram o alcance do projeto Minha Escola Meu Refúgio, da 1ª VCCA, que trabalha, nas escolas, a prevenção à violência contra crianças e adolescentes, em especial o abuso sexual.

O número de profissionais alcançados (as) pela formação promovida pelo Projeto Minha Escola, Meu Refúgio, no biênio 2021-2023, foi de 2.737, dos quais 1.056 em 2021 e 1.681 em 2022, sem levar em consideração as 1.985 pessoas alcançadas por eventos realizados virtualmente em 2021.

Até 2020, o público alcançado pelo projeto era de 1.850 pessoas e na presente data o total chega a 4.587.

As atividades do projeto envolvem o compartilhamento de conhecimentos nas áreas jurídica, de psicologia, pedagogia e serviço social, em palestras mensais nas instituições de ensino, rodas de conversa, análise de casos práticos e distribuição de material – cartilhas, links de vídeos, revistinhas em quadrinhos

As atividades do projeto envolvem o compartilhamento de conhecimentos nas áreas jurídica, de psicologia, pedagogia e serviço social

etc. O público é formado por diretores (as), coordenadores (as) pedagógicos, professores (as), mas há material específico para pais e para crianças e adolescentes, de acordo com a faixa etária.

A prevenção também é voltada a crianças na primeira infância, até 6 anos de idade, além do trabalho de combate à violência sexual com atividades lúdicas, desenhos, vídeos, revistinha em quadrinhos, cartilhas, tudo de acordo com a faixa etária.

Parcerias também foram firmadas com as secretarias municipais de Educação de Belém e de Breves, esta última no arquipélago do Marajó.

O projeto Minha Escola, Meu Refúgio foi pre-

miado com Menção Honrosa na 17ª edição do Prêmio Inovare, em 2020, ficando entre os três finalistas, na categoria Tribunal, dentre 89 práticas inscritas, um reconhecimento nacional ao trabalho do TJPA que abriu a possibilidade de maior disseminação do projeto e fortalecimento da Rede de Proteção de crianças e adolescentes no País.

O Projeto é desenvolvido desde 2014 pela 1ª Vara de Crimes contra Crianças e Adolescentes de Belém e foi institucionalizado em dezembro daquele ano pela Portaria nº 4291/2014-GP (DJE de 19/12/2014).

BELÉM

Em 2022, a parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Belém (Semec) foi fortalecida por meio da participação em rodas de conversa com professores (as), especialistas em educação e gestores (as) escolares das instituições de Educação Infantil, em que se debateu prevenção e combate aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes.

Nos círculos de diálogos orientou-se gestores (as) escolares a promoverem ações educativas com os (as) professores (as), pais/responsáveis e estudantes para prevenir e combater a violência contra crianças e adolescentes, sobretudo o abuso sexual, como agentes multiplicadores (as) nas instituições educativas dos diferentes distritos administrativos



DIVULGAÇÃO

Juíza Mônica Maciel coordena o projeto

da Prefeitura de Belém (Daico, Daout, Dabel, Dasac, Dagua, Daben). As capacitações envolveram 1.148 pessoas em 2022, entre as quais, professores (as), gestores (as) escolares, coordenadores (as) pedagógicos e pais/responsáveis. Somando-se às capacitações de outros (as) integrantes da rede de proteção, o alcance de público foi de 1.681 pessoas.

SEDUC

Foram mantidas também as atividades nas escolas vinculadas à Seduc, por meio da parceria com o

programa Territórios Pela Paz (TerPaz), da Segup, com capacitação de professores (as), coordenadores (as) pedagógicos, especialistas em educação e técnicos (as) de referências das USES

Também em parceria com o TerPaz promoveu-se o 1º Workshop Intermunicipal do Projeto Minha Escola, Meu Refúgio, em Mosqueiro – voltado à capacitação de profissionais da Segurança Pública, conselhos tutelares, conselheiros (as) comunitários, entre outros (as) profissionais, com capacitação de 225 agentes públicos em Belém, Marituba, Mosqueiro e Benevides.

SAÚDE

No âmbito da saúde, em parceria com o Ministério Público do Pará, a juíza Mônica Fonseca, coordenadora do Projeto, e a psicóloga Mayra Lopes, da equipe multidisciplinar da 1ª VCCA, participaram de roda de conversa sobre prevenção e combate aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes, orientando enfermeiros, assistentes sociais e demais integrantes da equipe de Pronto Atendimento (UPA) do Jurunas sobre o atendimento dessas vítimas e o procedimento de notificação.

CURRALINHO E MARABÁ

O projeto compartilhou suas práticas com o juízo de Curalinho e da 1ª Vara Criminal de Marabá, que passaram a atuar como multiplicadoras, inclusive com parceria firmada com a Fundação Casa da Cultura de Marabá para orientar os (as) estudantes sobre prevenção e combate ao abuso sexual, com palestras informativas e distribuição de material sobre o tema.

WEBINÁRIO

A socialização de práticas do projeto no webinar "Abuso Sexual Infantil: um grave problema de saúde pública", promovido pela Escola Judicial do Poder Judiciário do Pará Dr. Elder Lisboa, também ampliou o alcance do projeto na instrumentalização da sociedade em geral para prevenir e combater os crimes sexuais contra crianças e adolescentes, com participação de representantes de diferentes municípios do Pará, entre os quais

Santarém, Marabá, Castanhal, Itaituba, Ananindeua, Altamira, Porto de Moz, Parauapebas, Itupiranga, entre outros, além de participantes dos estados do Amapá, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão, Minas Gerais, entre outros.

AÇÕES

A tabela descreve as atividades e ações do Projeto Minha Escola, Meu Refúgio no biênio 2021-2023.

ANO DE 2021	INSTITUIÇÃO	PÚBLICO-ALVO	FREQUÊNCIA
26/02/2021	Capacitação dos educadores da Creche Lar Cordeirinhos de Deus.	Professores, coordenadores pedagógicos e direção	32 participantes Formato híbrido (presencial e virtual)
09/04/2021	Apresentação do projeto no canal do Youtube da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Pará – UNDIME-PA	Profissionais da Educação	292 visualizações
03/05/2021	Apresentação do projeto na Live de Lançamento do "Maio Laranja", do município de Pacajá	Professores e coordenadores pedagógicos	946 visualizações Formato virtual
13/05/2021	Live com apresentação do conteúdo do projeto na Universidade da Amazônia (Unama)	Alunos do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia	45 participantes Formato virtual
14/05/2021	Capacitação sobre prevenção e enfrentamento do abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes.	Colaboradores das Unidades Sorena e São Rafael	26 participantes Formato virtual
17/05/2021	Seminário "A escola como local de refúgio de crianças e adolescentes.	Profissionais da Educação	431 visualizações
18/05/2021	Mesa Redonda: "Enfrentamento à violência sexual contra criança, sua voz precisa ser ouvida, denuncie!" – Socialização do projeto	Professores da Semec / Belém	437 professores Formato virtual
18/05/2021	Live sobre a campanha "18 de maio contra o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes" - Semas/Castanhal	Comunidade do município de Castanhal-PA	460 visualizações
19/05/2021	Live com o tema "Direitos em Ação: Abuso Sexual Não!" - Rede Cáritas Belém.	Conselheiros Tutelares de Belém, Ananindeua e Marituba, além dos agentes da Cáritas Belém.	43 participantes Formato virtual

ANO DE 2021	INSTITUIÇÃO	PÚBLICO-ALVO	FREQUÊNCIA
25/05/2021	Vídeoaula "Crianças também se protegem: contação de história para alertar crianças sobre o que é abuso sexual".	Alunos do 1º ao 3º anos da EEEIF Barão do Rio Branco.	45 Formato virtual
27/05/2021	Live "Enfrentamento do abuso e exploração sexual infantojuvenil", canal CTE/SEDUC	Comunidade escolar da EEEIF Barão do Rio Branco	316 visualizações Formato virtual
28/05/2021	Capacitação sobre "Atendimento qualificado às vítimas de violência sexual: Socializações do projeto Minha escola, meu refúgio".	Servidores da Semas e Conselheiros Tutelares do Sistema de Garantias de Direitos Sociais	15 participantes Formato virtual
18/06/2021	1º Workshop projeto Minha escola, meu refúgio – parceria 1ª VCCCA – TJPA (1ª VCCA) e TerPaz	Profissionais da Educação – Seduc/PA	43 participantes Evento presencial
20/08/2021	2º Workshop projeto Minha escola, meu refúgio – parceria 1ª VCCCA – TJPA e TerPaz/Seduc	Profissionais da Educação Seduc/PA	50 participantes Evento presencial
17/09/2021	3º Workshop projeto Minha escola, meu refúgio – parceria 1ª VCCCA – TJPA e TerPaz/Seduc	Profissionais da Educação Seduc/PA	47 participantes Evento presencial
24/09/2021	Roda de conversa: enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes – sua voz precisa ser ouvida.	Formação continuada dos gestores escolares do distrito DABEN- Semec / Belém.	26 gestores de escolas municipais Evento presencial
22/10/2021	Roda de conversa com os Distritos DAICO/DAOUT/DAMOS/DAENT Local: auditório da Escola de Governança Pública do Estado do Pará- EGPA	Formação continuada de gestores escolares, em parceria com a Semec/ Belém	40 gestores dos Distritos DAICO/DAOUT/DAMOS DAENT
19/11/2021	Roda de conversa, em parceria com a Semec/Belém Local: auditório da Escola de Governança Pública do Estado do Pará- EGPA	Formação continuada de gestores escolares, em parceria com a Semec/ Belém	50 gestores dos Distritos DASAC, DABEL E D'ÁGUA Sacramento, Centro de Belém e Guamã
26/11/2021	Formação de integrantes da Rede de Proteção – parceria da 1ª VCCA Com o programa TerPaz-Seduc e Segup Local: Centur – Centro de Convenções Ismael Nery	Formação de Policiais civis (delegados e investigadores), policiais militares, guardas municipais, representantes do COMDAC, atendentes do disque-denúncia estadual (181), CIOP, NIOPs de 12 municípios, gestores de escolas – SEDUC	Turno da manhã: 68 participantes Turno da tarde: 89 participantes Total: 157

FONTE: PROJETO MINHA ESCOLA, MEU REFÚGIO

ANO DE 2022	INSTITUIÇÃO	PÚBLICO-ALVO	FREQUÊNCIA
18/02/2022	EMEI Luzmarina de Melo Muniz	Professores, coordenação pedagógica e direção	25
25/02/2022	Roda de Conversa com a 18ª Unidade Seduc na Escola (USE 18), Marituba – parceria TerPaz.	Profissionais da Educação, pais e alunos de 17 escolas atendidas pelo TerPaz Marituba e Benevides.	60
11/03/2022	Reunião Virtual para compartilhar práticas do projeto e formar multiplicadores nas comarcas de Curralinho e Marabá	Magistradas das comarcas de Curralinho e Marabá (dra. Cláudia Lapenda e dra. Renata Milhomen – 1ª Vara Marabá)	5
18/03/2022	Roda de Conversa com a 3ª e 6ª Unidades Seduc na Escola (USE 3 e 6), EEEF Zacarias de Assunção – parceria TerPaz.	Professores e especialistas em Educação das escolas da USE 3 (Jurunas, Condor, Batista Campos e Cremação) e USE 6 (São Brás e Guamá).	60 de 18 escolas USE 3 e 15 da USE 6
25/03/2022	Roda de Conversa na EMEIF Santana do Aurá – parceria Semec/Belém	Responsáveis dos alunos matriculados na instituição	30
31/03/2022	Aula interativa sobre prevenção e combate do Abuso sexual contra crianças e adolescentes – parceria Semec/Belém	Alunos da instituição	40
29/04/2022	1º Workshop Intermunicipal do Projeto MEMR em Mosqueiro – parceria TerPaz.	Profissionais da Segurança Pública, conselhos tutelares, conselheiros comunitários, entre outros profissionais de Mosqueiro	35
13/05/2022	Roda de Conversa com os técnicos de referências das Unidades Seduc na Escola (USES) – parceria TerPaz para formação de multiplicadores.	Técnicos de referências das Unidades Seduc na Escola (USES).	30
18/05/2022	Roda de conversa sobre “Perigos da internet e pornografia infantojuvenil”	Educadoras da EEEF Helder Fialho e educadores e alunos da EEEFM Rui Barbosa	70
20/05/2022	Webinário “Abuso Sexual Infantil: um grave problema de saúde pública”	Professores, coordenadores pedagógicos, gestores/diretores escolares de instituições de ensino públicas e privadas, bem como servidores do TJPA e demais órgãos da rede de proteção às crianças e adolescentes.	123 Síncronos

ANO DE 2022	INSTITUIÇÃO	PÚBLICO-ALVO	FREQUÊNCIA
25/05/2022	Roda de conversa sobre o videodocumentário “Um crime entre nós” (Instituto Liberta) – parceria Semec/Belém	Professores e gestores escolares da Secretaria Municipal de Educação de Belém (Semec).	200
27/05/2022	Socialização de práticas do projeto MEMR na Audiência Pública em alusão ao Maio Laranja - “Boas práticas na prevenção da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes”	Representações dos órgãos da rede de proteção às crianças e adolescentes e sociedade em geral	70
10/06/2022	Roda de Conversa com a 9ª Unidade Seduc na Escola (USE 9) – parceria TerPaz, Usina da Paz Cabanagem	Professores e especialistas em Educação das escolas da USE 9 (abrange bairros do Bengui e Tapanã)	40
08/09/2022	Socialização de práticas do projeto Minha Escola, Meu Refúgio, em parceria com o projeto “Ser Criança e Adolescente na Belém da nossa gente” – Semec/Belém	Professores, coordenadores pedagógicos, gestores/diretores escolares da Secretaria Municipal de Educação de Belém (Semec)	208
16/09/2022	Inauguração da EMEIF Duas Irmãs Bianca e Adriely - Homenagem recebida pelo projeto MEMR em virtude da parceria firmada com as instituições educativas da rede municipal de Belém e socialização da importância desse projeto de enfrentamento dentro da comunidade escolar.	Comunidade escolar da EMEIF Duas Irmãs Bianca e Adriely, comunidade do entorno e convidados	200
	Roda de conversa sobre prevenção e combate ao abuso sexual de crianças e adolescentes	Professores, coordenadores pedagógicos, gestores/diretores escolares da Secretaria Municipal de Educação de Belém (Semec)	445
27/10/2022	Roda de conversa sobre prevenção e combate aos crimes sexuais contra crianças e adolescentes, com orientação sobre o atendimento dessas vítimas e procedimento de notificação.	Enfermeiros, assistentes sociais e demais integrantes da equipe de Pronto Atendimento (UPA) Jurunas Município de Belém/Distrito D’Água Evento: Ministério Público e Núcleo de Educação Permanente - NEP	40

FONTE: PROJETO MINHA ESCOLA, MEU REFÚGIO



Série Perfil dos Magistrados aborda vida e obra

PUBLICAÇÕES

Revista eletrônica publica as súmulas e julgados do TJPA

Comissão Permanente é responsável também pela edição da série Perfil dos Magistrados (as), que neste biênio homenageia quatro desembargadores (as)

A Comissão Permanente de Súmula, Jurisprudência, Biblioteca e Revista lançou, em 2021, a edição eletrônica n°. 118 da Revista do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), com a jurisprudência da Egrégia Corte e artigos de doutores (as), professores (as) e integrantes do Judiciário estadual e federal. A publicação da edição de n°. 119 da Revista do TJPA foi feita em 8 de dezembro, nos termos da Resolução n°. 25, de 6 de outubro de 2011-GP, com os julgados e artigos encaminhados e organizados pela comissão. Na 16ª Sessão Ordinária, em 12 de maio de 2021, o Tribunal Pleno do TJPA escolheu os quatro desembargadores (as) homenageados (as) na série “Perfil dos Magistrados (as)”, com duas das publicações lançadas na inauguração do novo espaço do Museu “Desembargador Agnano de Moura Monteiro Lopes, em dezembro de 2022.

A série Perfil dos Magistrados (as) conta com

A série Perfil dos Magistrados (as) tem narração em áudios dos conteúdos acessíveis no site, por meio de QR-Code, na capa das respectivas revistas impressas

narração em áudios dos conteúdos acessíveis no site, por meio de QR-Code, na capa das respectivas revistas impressas, possibilitando maior

acessibilidade ao conteúdo das homenagens aos desembargadores.

COMPETÊNCIAS

Prevista no artigo 53 do Regimento Interno do TJPA, a Comissão Permanente de Súmula, Jurisprudência, Biblioteca e Revista se manifesta sobre edição, alteração ou cancelamento de súmula, supervisiona a edição e a circulação da “Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça” e a organização de índices e fichários de jurisprudência e legislação; orienta e inspeciona os serviços de biblioteca, sugere providências necessárias ao seu funcionamento, opina sobre aquisições e permutas de obras, supervisiona empréstimo de obras, o serviço de jurisprudência e pesquisa e mantém na biblioteca um serviço de documentação que subsidie a história do Tribunal.

EXPEDIENTE

Supervisão editorial

Departamento de Comunicação

Adil Bahia - diretor

Coordenação editorial

Coordenadoria de Imprensa

Will Montenegro - coordenador

Érika Nunes - sub-coordenadora

Edição e texto final

Edir Gaya

Edição de arte

Airton Nascimento

Revisão

Lais Zumero

Fotografia

Airton Nascimento

Andrea Cordeiro

Djalmi Silva

Érika Nunes

Ricardo Lima

Will Montenegro

Foto de capa

Airton Nascimento

Apoio administrativo

Regina Silva

Supervisão técnica

Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística

Fábio Djan Oliveira de Lima - Diretor

Jéssica de Bosi e Araújo

Luciana da Costa Souza

Coordenação técnica

Coordenadoria de Gestão Estratégica

Luciana Sá Fernandes - coordenadora

Alcimar Martins Júnior

Kelly Regina Lima de Lima

Fabianne Cabral Pinto de Almeida

Francisco Alexandre Lima

